

Callipole

REVISTA DE CULTURA

N.º 14 - 2006



As pestes quinhentistas em Vila Viçosa • Os morábitos na
arquitetura religiosa do sul • Impressionismo • Fotografia



Beco na Travessa de Santo António, Vila Viçosa
Foto de Joaquim Saial

Callipole

Revista de Cultura

Callipole

Revista de Cultura

Nº 14 - 2006



Vila Viçosa

FICHA TÉCNICA

ANTIGOS DIRECTORES

Dr. Francisco Chagas (n.º 1- Institucional)
Dr. Manuel Inácio Pestana (do n.º 2 ao n.º 11)

DIRECTOR

Joaquim Saial

CONSELHO DE REDACÇÃO

António Rosa
João Ruas
Joaquim Saial
Joaquim Torrinha
Licínio Lampreia
Manuel Lapão
Margarida Borrega

EDIÇÃO

Câmara Municipal de Vila Viçosa
Divisão de Serviços Sócio-Culturais
Largo D. João IV 7160-254 Vila Viçosa
Telefones:
268.889.314 – Div. SS-C
268.889.310 – Paços do Concelho
Endereço electrónico de *Callipole*:
revista.callipole@gmail.com

EXECUÇÃO GRÁFICA

A Triunfadora – Artes Gráficas, Lda.
Almada

Tiragem: 1000 ex.
Periodicidade anual (14.º ano)

Depósito Legal: 121787/98
ISSN: 0872 5225

Colaboração solicitada.

Os textos assinados são da inteira responsabilidade dos autores.

Por motivos técnicos, *Callipole* só aceita colaborações em suporte informático: disquete, CD-Rom ou via *e-mail*.

Todos os autores receberão dois exemplares de *Callipole*, para além de 30 separatas do/s seus/s texto/s, caso este/s ocupe/m pelo menos 8 páginas da revista.

SOLICITA-SE PERMUTA
SE RUEGA EL CAMBIO
EXCHANGE WANTED
ON DEMANDE L'ECHANGE
MAN BITTET UM AUSTAUCH

CAPA

Carranca de arranque de cachorro em varanda da antiga casa nobre dos Valejos de Mariz, Largo D. João IV (Rossio de S. Paulo). A campanha fundamental da construção terá residido nos séculos XVI-XVII. Actualmente estão ali instalados os Serviços Sócio-Culturais da CMVV.
(foto de Joaquim Saial)

PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL

Manuel João Fontainhas Condenado

VEREADORES

Inácio José Ludovico Esperança
Joaquim António Mourão Viegas (Cultura)
Manuel Inácio do Polme Galhofas
Miguel António Patacão Rodrigues

Índice

Nota de abertura

Joaquim António Mourão Viegas 9

Para começar...

O Director 11

Tempo de História

A Ordem Militar de Avis: património e exploração de propriedade em meados do século XVI, na vila de Avis e seu termo 15

Licínio Lampreia

As pestes quinhentistas em Vila Viçosa 31

Maria Marta Lobo de Araújo

A Misericórdia de Luanda 39

Joaquim Francisco Soeiro Torrinha

Historiografia calipolense – António de Oliveira Cadornega 43

Joaquim Francisco Soeiro Torrinha

O celeiro comum de Évora-Monte entre 1737-87 69

João Ruas

Povoadores açorianos no Alentejo em finais do séc. XVIII 75

Luís Mendonça

Memória da anexação do Estado Português da Índia pela União Indiana e reacção do Estado Novo 85

Rui Miguel da Costa Pinto

Tempo de Artes & Letras

Os morábitos na arquitectura religiosa do sul. Origem, simbologia e usos 111

Luís Filipe Maçarico

A colecção de faiança italiana da Família Real 129

Maria de Jesus Monge

O espectro do Café Guerbois – Manet para com o Impressionismo 139

José Quaresma

A escultura e o Impressionismo (Rodin, Rosso, Degas) 145
Fernando Paulo Rosa Dias

Algumas (muito breves) considerações sobre o “Impressionismo na Música” – Texto de apoio à intervenção oral do autor feita com acompanhamento ao piano 151
Sérgio Azevedo

Depois do Impressionismo 155
Fernando Paulo Rosa Dias

Impressionismo e cinema 169
Fernando Paulo Rosa Dias

A bonomia do sábio 175
Justino Mendes de Almeida

Memórias calipolenses 177
António Rosa

Boatos sanvicentinos 185
Joaquim Saial

Tempo de Fotografia

Gente e céus alentejanos 195
Carlos Aurélio

El mármol, hermano de la muerte 201
Pepe Higuero Manzano (Espanha)

Vila Viçosa (pormenores) 207
Joaquim Saial

Tempo de Poesia

LIRA VÁRIA

Sete pequenos poemas alentejanos 217
Luís Maçarico

Tríptico do amor desesperado 219
Amadeu Carvalho Homem

Cores | Espelho | Navio
Lena Sato (Cabo Verde – Brasil) 221

A inconformidade dos pássaros 222

O Código de Hamurabi 223
Nuno Rebocho

Viagem a Sintra de Fernando Pessoa 225
António Escudero Ríos (Espanha)

Desde o tempo sem tempo 226
Teresa González (Espanha)

Díptico – Cooperação transfronteiriça / Cooperación transfronteriza 227
Luis Alfonso Limpo Piriz (Espanha)

Beleza 228
Maria Lúcia Lobo de Araújo

LIRA CALIPOLENSE

Desespero 231

Do Alentejo da minha saudade 232
Aurélia Borges

A parede 233

Com impiedosa exactidão 234
Catarina Camões

Procurando as estrelas 235

Irremediável 236

Destino incerto 237

Ter liberdade 238
Leolinda Trindade

Eu quisera 239

Primavera alentejana 240
Mariana de Jesus Carreto Gomes

Metamorfose 241

Regresso 242
Mariute

Tempo de Ciência, Indústria e Tecnologia

Doenças endémicas na zona alentejana 245
José Marques

SOCIEDADE FABRIL ALENTEJANA (SOFAL)

O passado de uma grande unidade industrial de Vila Viçosa (1ª parte) 247

António Rosa

Tempo Vário

Extremadura y Alentejo: del subdesarrollo heredado a los retos del futuro 261

Moisés Cayetano Rosado (Espanha)

Problemas de financiación y difusión de las revistas culturales 277

Martín Guerrero Rodríguez (Espanha)

Os nossos colaboradores 293

12 normas mínimas de edição de escrita para publicação em *Callipole* 299

NOTA DE ABERTURA

Esta nova edição da Revista *Callipole* oferece a dimensão que queremos ter ao serviço da difusão de doutrinas sociais, históricas, artísticas e literárias, e dá, sobretudo, mais um passo na longa caminhada feita por pequenos passos, seguros e na direcção certa, que a ajudaram a converter-se numa referência indiscutível no panorama actual da produção de revistas de cultura, onde a qualidade e o rigor constituem razões fundamentais e objectivos prioritários.

Em torno desta publicação coligaram-se boas vontades e autores de grande craveira, oriundos das mais variadas regiões, que submeteram o seu trabalho intelectual original à *Callipole*, com grande exigência científica. Acresce a notória melhoria da qualidade gráfica, o que é sempre necessário e importante em qualquer comunicação escrita, como, aliás, a própria revista eloquentemente documenta.

Esta publicação pretende, acima de tudo, recuperar a memória cultural da nossa terra e da nossa região, estender o olhar a diversos territórios e novas linguagens, buscando as influências recíprocas e os laços que nos ajudaram a crescer, bebendo de fontes bem diversas, heterogéneas e transversais. Busca e percorre os corredores do pensamento e do saber cultural e científico, em estreita conexão com a intenção de representar um ícone dos novos tempos, uma forma de comunicar necessária, livre, plural e participativa nesta sociedade de inícios do século XXI.

Que este exemplo, que vem, aliás, na continuidade de outros similares que ainda permanecem na nossa memória, sirva para incentivar e estimular novos autores e autoras de forma a constituir um colectivo pluridisciplinar e de pensamento livre e crítico, representando, pois, uma alternativa credível no plano cultural e social em torno da criação e fruição literária.

Estamos convictos que, num futuro próximo, nascentes parcerias nacionais e internacionais e novos autores permitirão, certamente, o tratamento de novos temas com indiscutível interesse para os leitores.

Como em tudo o que faz referência ao conhecimento, difusão e preservação do nosso património cultural, a Câmara Municipal de Vila Viçosa continuará, na medida das suas possibilidades, a estimular e a apoiar a criação literária, artística e cultural de todos os autores que no futuro apresentem projectos literários.

Caberá agora aos leitores a análise crítica do projecto *Callipole* (e a apresentação das suas opiniões e sugestões, quando acharem conveniente) e aos autores a continuação do envio dos seus valiosos e sempre desejados trabalhos.

O VEREADOR DO PELOURO DA CULTURA
Joaquim António Mourão Viegas

PARA COMEÇAR...

Diz o ditado que não há duas sem três. Como tal, cumprindo-o, aqui está o n.º 14 de *Callipole*, terceiro orientado pelo actual director. Parece assim que a herança deixada pelo saudoso Dr. Manuel Inácio Pestana está para durar. E por pelo menos quatro motivos, todos eles de idêntica importância: o primeiro é a vontade do director e do Conselho de Redacção de continuarem sem desfalecimentos a tarefa iniciada em 1993; o segundo assenta no reiterado gosto que a Câmara Municipal de Vila Viçosa tem em manter este importante veículo de cultura local – que, sempre com bastos apontamentos nessa área, não esquece os de âmbito regional, nacional e até internacional; outro ancora-se na qualidade e persistência dos muitos colaboradores nacionais e estrangeiros que graciosamente a têm servido; finalmente, o carinho com que os leitores e instituições de âmbito diverso, com particular destaque para as universidades, lhe vêm dedicando.

E já que a utilidade do PARA COMEÇAR... é servir de carta de apresentação da revista, sa-lientemos os cinco aspectos que nos parecem mais importantes no presente volume e que por isso merecem destaque público:

1 – Finalmente, temos um **Tempo de Ciência, Indústria e Tecnologia**. De há muito que o director pretendia atenuar a demasiadamente forte carga de História, Arte e Letras/Poesia da revista, com novos espaços. Um, em particular, onde se desse conhecimento de alguns daqueles aspectos relacionados com Vila Viçosa. E matéria não falta, como se sabe, em terra de indústria de mármore, cujo percurso bimilenar está por organizar. Mas não só de mármore. Aqui houve um moinho de papel, pioneiro no país, aqui se construiu um engenho do ferro, aqui se fizeram armas para o exército português, aqui laborou próspero lagar, aqui se mantém ainda curiosa tradição de trabalho no estanho, enfim, aqui existiu uma SOFAL de que agora se começaram a desenterrar lembranças que deram para eloquente artigo e para outros que estão na forja. De parabéns, portanto, a *Callipole*, Vila Viçosa e a memória dessa mítica fábrica cujo registo ainda não se esbateu da saudade colectiva calipolense.

2 – ... E também um **Tempo de Fotografia**. *Callipole* não é magazine e por isso a questão das imagens não é nela prioridade essencial, à semelhança do que acontece nas revistas do seu género. Mesmo assim, pelo que conhecemos, ela é uma das que na respectiva área menos descaram a vertente imagética. Por exemplo, o n.º 13 continha 55 imagens, 27 das quais a cores (incluindo capa, contracapa, badanas e alguns gráficos) – números que, para uma revista de 328 páginas de conteúdos essencialmente teóricos, não são desprezíveis. O presente número, de 300 páginas, integra um total de 68 com 55 a cores. Mas, abstraindo as ilustrações dos textos (algumas das quais integradas à posteriori pelo director, quando por felicidade existem no seu arquivo as que se adequem), fazia-se sentir um espaço de imagem autónomo. Daí o novo Tempo, entregue a um fotógrafo espanhol e a dois portugueses (e calipolenses), que nos trazem exemplares “clicados” em Vila Viçosa, Campo Maior, Estremoz e Terena.

3 – Embora toda a máquina humana de *Callipole* seja gratuita, a revista tem conseguido ao longo do tempo manter a maior parte dos seus colaboradores nacionais e estrangeiros e cooptar novos elementos. Assim, desta feita temos 32, 13 dos quais aqui publicam pela primeira vez.

Mais nos apraz registar que alguns deles são prestigiados vizinhos espanhóis e que uma das poetisas, de origem cabo-verdiana, com longa obra publicada, nos chega de Niterói, Brasil, onde há longos anos está radicada.

4 – Na altura em que este número de *Callipole* é lançado em Vila Viçosa, um grupo de docentes da Faculdade de Belas Artes de Lisboa e convidados seus fazem um encontro no Cine-Teatro Florbela Espanca sobre o movimento artístico impressionista e as eventuais (e polémicas) influências do mesmo no pintor calipolense Henrique Pousão. Remetidos cinco desses textos para a revista, infelizmente dois não chegaram em tempo útil, pelo que não foi possível publicá-los, inclusive aquele que versaria a figura do autor de *Cecília*, o que acontecerá – assim o esperamos –, no próximo número da revista.

5 – Cabe ainda referir a forte vertente de trabalhos que incidem sobre Vila Viçosa, coisa de esperar numa revista de Cultura cujo único patrocínio reside na Câmara Municipal que a suporta. Contudo, é sabido como se torna por vezes fastidioso para o leitor que não é de uma zona por naturalidade (ou que não tem por ela interesses especiais) defrontar-se com um jornal ou revista estritamente regionais. Daí que, como apontámos acima, tenhamos sempre em mente caldear a vertente local com outra mais alargada, alentejana, nacional e inclusive de âmbito internacional – o que tem sido conseguido, com algum esforço de procura e ajuda da vasta e profícua rede de amizades que todos na revista temos vindo a estabelecer.

Mas, como em tudo na vida, não há bela sem defeito. E *Callipole* tem uma já antiga falha que estamos a tentar eliminar: a sua limitada distribuição. Sem o eficiente escoamento da revista, ela não exercerá a nobre função para que foi criada e quedar-se-á, coberta de bolor e traças, num qualquer depósito municipal, após as ofertas do dia de lançamento, de alguns envios e de parcas vendas posteriores. De quem tem sido a culpa desta lacuna? Cremos que de todos os que a têm erguido nestes 14 anos. E por isso, director, conselho de redacção e Câmara Municipal estão a envidar esforços no sentido de se inverter a malfadada situação, de modo que a única revista de cultura da nossa terra chegue a universidades, institutos politécnicos, museus, bibliotecas, livrarias e outras instituições do género, nacionais e estrangeiras, onde só tem arribado por acaso e as mais das vezes intermitentemente.

Como sempre, resta ao director agradecer a todos aqueles que com o seu generoso esforço e labor contribuíram mais uma vez para a construção deste edifício de papel e letras: colaboradores, membros do conselho de redacção, equipa da Divisão dos Serviços Sócio-Culturais da Câmara Municipal (e outras instâncias autárquicas de Vila Viçosa que permitiram o esforço financeiro que a revista exige) e leitores, alvos primeiros, óbvios e desejados, do director e de todos os antes citados.

O DIRECTOR

Tempo de História

A Ordem Militar de Avis: património e exploração de propriedade em meados do século XVI, na vila de Avis e seu termo

Licínio Lampreia

1. INTRODUÇÃO

As intenções gerais do nosso labor são as de contribuir para a divulgação de alguns aspectos relacionados com a gestão, dimensão e características das propriedades da Ordem Militar de Avis, na vila de Avis e na região envolvente, no século XVI, com base num tombo elaborado em 1556 sobre os direitos, bens e propriedades pertencentes à dita Ordem Militar.

Um tema cuja abordagem e eficácia de investigação pressupõe uma limitação prévia. Com efeito, os temas de estudo que se seguem representam o compromisso que pode ser concretizado entre o plano de trabalho estabelecido e os condicionalismos inerentes à disponibilidade de fontes, que sobre esta problemática não abundam.

Por isso, seleccionamos dois núcleos principais de investigação. O primeiro deles incide sobre o património da Ordem na vila e termo de Avis. O segundo núcleo de investigação recai sobre vários aspectos relacionados com a exploração da propriedade, sendo ambos precedidos de breves referências sobre a Ordem, o foral de Avis e aspectos demográficos. Para uma maior clareza e profundidade, estes núcleos encontram-se divididos em várias partes, examinando, no primeiro caso, os vários tipos de bens (urbanos e rústicos), a sua localização, os materiais utilizados na sua construção, os produtos cultivados, as infra-estruturas de transformação e armazenamento

do produto agrícola e, no segundo, os tipos de contratos estabelecidos entre a Ordem e os rendeiros para a exploração das terras, as modalidades de pagamento, a duração dos contratos e a proveniência dos rendimentos da Ordem de Avis nesta vila e seu termo.

Naturalmente que nestes tópicos prevalecem fronteiras difíceis de traçar com precisão e, por isso, não se exclui alguma liberdade no desenho do âmbito da pesquisa, pelo que, algumas vezes, é forçoso extravasar o âmbito da investigação proposta, quando o julgarmos oportuno e a documentação o tornar exequível.

A metodologia utilizada neste trabalho consiste em manejar com algum sentido crítico os dados que o documento em análise colocou à nossa disposição, com o intuito de tirar deste o melhor partido possível e enriquecer o conhecimento da realidade que se pretende analisar com este trabalho, desenvolvendo-se a argumentação num equilíbrio entre dados quantitativos e um tom descritivo, com o recurso a algumas citações, para apoio à análise histórica.

Nem sempre a leitura directa da fonte pode proporcionar os elementos necessários aos objectivos do trabalho, pelo que, quando isso acontecer, recorreremos a certas extrapolações, com vista a colmatar as suas lacunas.

No que se refere às balizas cronológicas a adoptar neste estudo, elas resultaram, obviamente, de uma imposição documental, isto é, circunscrevem-se a meados do século XVI.

2. A ORDEM MILITAR E O FORAL DE AVIS

Não se conhece a data certa da criação da Ordem de Avis, que deve ter começado por uma associação de cavaleiros unidos por laços comuns, com o objectivo de combater os mouros. Porém, não deve andar muito longe de meados do século XII.¹

Foi no ano de 1211 que D. Afonso II douou aos freires de Évora o lugar de Avis, onde o mestre D. Fernando Enes iniciou, segundo parece, a edificação do convento fortificado, que se converteu na sede da Ordem, alguns anos depois, sob a égide do mestre D. Fernão Rodrigues Monteiro. Desde então, foi a Ordem conhecida pelo nome que conserva.

Apesar de não estar relacionado com a Ordem de Avis, o foral de Avis, dada a sua grande importância como documento regulador do povo de Avis, foi transcrito para o tomo, que serve de base a este trabalho. Com efeito, o foral de Avis vem logo referenciado no seu início, constituindo um documento de administração de uma comunidade agrícola em referência a propriedades e aos impostos dos produtos agrícolas e outros que se transaccionavam na vila.

Este foral tinha sido renovado do antigo documento medieval de Avis pelo rei D. Ma-

nuel e prescrevia regras para se pagarem os direitos reais. O foral está datado de 1 de Janeiro de 1511, na vila de Santarém, e era um diploma legal que o rei D. Manuel concedeu à Câmara de Avis.

Após a sua leitura, verificamos que a vila de Avis era um ponto de encontro onde os comerciantes da região transaccionavam as suas mercadorias. Destas transacções, quer vendedores, quer compradores, pagavam impostos ou portagens, conforme prescrevia o foral.

Nos quintais da vila, à sua volta e até ao fim do termo, terrenos livres e produtivos eram cultivados. Os próprios habitantes de Avis eram trabalhadores rurais. Neste contexto, a vila era um centro onde se concretizavam as trocas e vendas dos produtos dos campos, ou ainda se vendiam os produtos necessários à vida quotidiana, a que acorriam os indivíduos que tinham que pagar os foros e as rendas das terras.

3. BREVE ANÁLISE DEMOGRÁFICA

Pensamos que seria útil conhecer os efectivos populacionais nos grandes domínios da comarca de Entre Tejo e Ondiana e, concretamente, nos grandes domínios da Ordem de Avis, incluídos no seguinte quadro.

QUADRO N.º 1 – MORADORES NOS GRANDES DOMÍNIOS DA COMARCA ENTRE TEJO E ODIANA²

DOMÍNIO	%
Mestrado de Santiago	21,0
Duque de Bragança	13,0
Mestrado de Avis	08,5
Priorado do Crato	03,5
Mestrado de Cristo	02,5
Outros	51,5

¹ Cf. *Dicionário de História de Portugal*, dir. Joel Serrão, I vol., Porto, Livraria Figueirinhas, 1989, p. 260

² Cf. Júlia Galego e Suzanne Daveau, *O Numeramento de 1527 a 1532. Tratamento Cartográfico*, Lisboa, Centro de Estudos Geográficos, 1986, p. 37.

Com base nestes resultados, podemos afirmar que um número considerável de pessoas viviam em terras que eram propriedade das Ordens Militares, surgindo a Ordem de Avis com 8,5%.

Das 111 vilas existentes na comarca de Entre Tejo e Ondiana³, Avis ocupava em 1527 o lugar de trigésima segunda maior vila desta comarca, em número de habitantes: 320⁴.

Todavia, estes números de pouco nos servem se não os pudermos integrar em áreas geográficas mais alargadas; o Quadro n.º 2 permite uma leitura fácil.

Através da análise dos dados inseridos no Quadro n.º 2, verificamos que, para o caso das vilas que circundam Avis, a maior parte da população concentrava-se nelas, constituindo Avis uma excepção, visto que a população encontrava-se muito mais dispersa.

4. PATRIMÓNIO DA ORDEM NA VILA E TERMO DE AVIS

4.1 Bens Urbanos

Para facilitar a abordagem do trabalho, estabelecemos uma distinção entre bens ur-

QUADRO N.º 2 – NÚMERO DE MORADORES DA VILA E DO CONCELHO DE AVIS E DE OUTROS CONCELHOS LÍMITROFES COM MAIS DE 100 MORADORES⁵

	NÚMERO DE MORADORES DA SEDE	NÚMERO DE MORADORES DO CONCELHO
Avis	320	895
Fronteira	488	578
Sousel	415	457
Seda	147	184
Cano	114	124

banos e bens rústicos, dada a especificidade de cada tipo de bem no seu conjunto.

Debrucemo-nos agora sobre as principais características dos bens urbanos que a Ordem detinha na vila de Avis e que se situavam no interior das muralhas da vila, designadamente, a sua localização, tipo e materiais utilizados na construção.

A grande maioria dos bens urbanos encontrados na vila eram compostos por casas de habitação, muitas delas em mau estado de conservação. Das 11 casas inventariadas, 3 (27%) situavam-se na Rua da Mouraria. As-

sim, o núcleo principal dos bens urbanos da Ordem localizava-se na referida rua, que se situava próximo do adro da igreja da Santa Maria.

A partir dos dados retirados do documento não podemos estabelecer uma relação directa entre a localização das casas e o montante das rendas. Na verdade, duas casas com rendas mais elevadas situavam-se em locais afastados do centro da vila (na rua da Cisterna e na rua dos Mercadores).

Outros núcleos menos importantes deste tipo de bem situavam-se na rua dos Mercado-

³ Existiam nesta comarca apenas três cidades: Évora, Elvas e Beja.

⁴ Cf. Júlia Galego e Suzanne Daveau, *op. cit.*, p. 108..

⁵ Utilizamos aqui o termo "morador" como equivalente a "fogo", sem o converter em "habitante" visto que o número de pessoas que formavam cada fogo é bastante variável e difícil de conhecer e, por isso, optámos por esta solução.

res e no adro da Igreja, ambos com duas casas, o que equivale a 18%. As restantes casas da Ordem situavam-se na praça da Vila, rua das Videiras e porta do Açougue.

Com base no tombo, verificamos que o tipo de construção maioritária é a casa térrea, isto é, de um só piso, com 7 referências, o que corresponde a 64% do total. Encontramos, ainda, referências a casas sobradadas (casas com primeiro andar), mas em menor número: 4 (36%). As casas, que utilizavam frequentemente a chaminé, eram constituídas por uma ou duas dependências, por vezes três, que formavam a habitação propriamente dita.

Curiosamente, as casas eram quase sempre referidas no plural, mesmo quando eram atribuídas a um foreiro, o que nos permite afirmar que elas englobavam várias dependências: habitação e anexos, nomeadamente, o celeiro, o palheiro e a estrebaria (onde se guardavam os cavalos e os arreios)⁶, aos quais o documento faz referências. Estes anexos apresentavam uma construção mais rudimentar.

Não nos é possível comparar as dimensões destas casas com as das cidades, mas pensamos que é lícito admitir que, ao contrário das cidades, nesta e noutras vilas do século XVI, as casas podiam construir-se onde se quisesse, concentrando-se ou dispersando-se de acordo com as conveniências, sem a preocupação de poupar espaço. Neste contexto, podemos inferir que, nestas povoações do século XVI, as dimensões das casas eram superiores às das cidades.

No que concerne aos materiais usados nas construções da época, de acordo com os dados proporcionados pelo tombo, estamos perante edifícios de pedra, barro⁷ e alvenaria, cobertura de telha vã, assentando as telhas directamente nas ripas e nos barrotes de madeira. Existe, porém, referência a uma casa que tinha o telhado revestido de cortiça. Neste contexto, a madeira assume, naturalmente, um papel importante.

O Quadro n.º 3 fornece-nos informação pormenorizada sobre os materiais mais utilizados nas construções do século XVI.

QUADRO N.º 3 – MATERIAIS UTILIZADOS NA CONSTRUÇÃO

TIPO DE MATERIAL	FREQUÊNCIA DA SUA UTILIZAÇÃO (%) ⁸
Pedra	82
Barro	73
Taipa	45
Alvenaria	45
Telha vã	36
Cal	10

Constata-se rapidamente a importância que adquiria a pedra, o barro, a alvenaria e a taipa nas casas da Ordem da vila de Avis. Contrariamente, a cal apenas é utilizada numa

construção. Como vimos, a cobertura por excelência era a telha vã.

Para além destes materiais, os dados fornecidos pelo documento não nos permitem

⁶ Hipótese já colocada por Ana Maria Rodrigues, *O Domínio rural e urbano da colegiada de S. Pedro de Torres Vedras no final do século XV*, Revista de História Económica e Social, Lisboa, Sá da Costa, 17, Jan. – Jun., 1986, p. 85.

⁷ Cf. com Iria Gonçalves, *O Património do Mosteiro de Alcobaça nos séculos XIV e XV*, Lisboa, Universidade Nova de Lisboa, 1989, p. 114.

⁸ As percentagens aqui indicadas foram obtidas a partir de todas as casas que o tombo proporcionou, num total de 11.

concluir sobre a utilização de outros materiais de construção. Mas, a avaliar pelos tipos de materiais utilizados na construção, estas casas eram muito rudimentares e frágeis devido ao recurso a materiais desgastantes, principalmente a madeira. Com efeito, a infiltração das chuvas, que originava o apodrecimento dos materiais, e o fogo eram responsáveis por grandes estragos. Assim, não é de estranhar que o documento refira a existência de pardieiros, isto é, casas em ruínas ou mesmo totalmente destruídas.

Outro bem urbano a que o documento faz referência são os quintais. Todavia, são muito escassos os dados de que podemos dispor para ajuizar da importância que representavam para a Ordem. Apenas uma certeza: localizavam-se no arrabalde da vila e encostavam-se à residência. Razões que têm a ver com o condicionalismo da fonte não nos permitem afirmar que neles tinham lugar a criação de animais de capoeira ou o cultivo de produtos hortícolas. De produtos para consumo próprio cultivados nestes quintais, apenas dois deles (num total de 7, ou seja, 28,6%) possuíam árvores de fruto, concretamente, figueira, par-

reira, pessegueiros e ameixoeiras. Quanto aos restantes cinco, no que se refere ao cultivo de vários produtos ou à criação de animais de capoeira, a mudez do documento é total.

4.2 Bens Rústicos

A análise do tombo, a que nos temos vindo a referir, confirma que a Ordem de Avis possuía um diversificado conjunto de bens rústicos na vila e termo de Avis, referindo o documento a existência de courelas, vinhas, ferregeais, chãos, olivais, quintas, hortas, herdades e uma coutada.

O tombo nada diz acerca da aptidão dos terrenos sobre os quais assenta Avis e seu termo, sob o ponto de vista agrícola. Seja como for, o seu cultivo era crucial para os moradores daquela época e, por isso, eles vão explorar os campos.

Antes de analisarmos os produtos que se recolhiam das diversas propriedades da Ordem de Avis⁹, tentaremos mostrar, com a ajuda do quadro que se segue, o tipo e a importância das várias denominações dos bens rústicos da Ordem de Avis.

QUADRO N.º 4 – DENOMINAÇÃO DOS BENS RÚSTICOS¹⁰

PROPRIEDADES	NÚMERO	%
Courelas	16	29,0
Vinhas	09	16,3
Chãos	08	14,6
Ferregeais	07	12,7
Olivais	06	10,9
Herdades	04	07,5
Quintas	02	03,6
Hortas	02	03,6
Coutadas	01	01,8

⁹ Todas as terras agrícolas referenciadas no tombo, e que foram objecto do nosso estudo, encontravam-se dentro do termo da vila de Avis.

¹⁰ Os números aqui apresentados foram obtidos a partir do total das propriedades rústicas inventariados no tombo: 55.

O tipo de bem rústico mais referido no tombo é, pois, a courela, seguida da vinha. Seguem-se, a pouca distância desta, os restantes bens, ou seja, os chãos, os ferregeais, os olivais, as herdades, as quintas, as hortas e, por fim, a coutada.

Os camponeses de Avis do século XVI, sem terem necessidade de percorrerem grandes distâncias, trabalhavam as suas terras, onde cultivavam preferencialmente cereais e vinhas, como aliás o tombo confirma¹¹.

Como acontecia um pouco por todo o país, também neste caso os cereais produzidos eram o trigo, a cevada e o centeio, sendo o cultivo dos cereais o mais importante e aquele para o qual mais terras eram reservadas. Courelas, chãos, ferregeais e herdades eram locais onde se cultivavam cereais.

Através da análise dos produtos cultivados nestas propriedades da Ordem de Avis, podemos concluir que o trigo era claramente o cereal mais cultivado, seguido do centeio e de uma reduzida colheita de cevada.

O trigo semeava-se, pois, na maioria das propriedades da Ordem de Avis, produzindo o melhor pão e de consumo mais generalizado. O pão por excelência era feito de trigo. Coziam-se grandes pães, normalmente de forma circular, que cresciam pouco, assumindo um papel essencial na alimentação do século XVI. Mas, comia-se também pão de farinhas compostas, isto é, trigo e centeio, trigo e cevada, etc.¹²

Por seu lado, o centeio era uma planta pouco exigente e adaptava-se com facilidade a solos pobres. Como em relação ao trigo, também não existe no tombo referência a quaisquer variedades de centeio.

No tombo, as referências à cevada são mais escassas do que a qualquer um dos cereais já citados. Alimento por excelência para os animais (o tombo refere a existência de bastante gado, nomeadamente, bois, vacas, mulas, porcos e ovelhas), a cevada tinha na vila e termo de Avis reduzida divulgação e consumo.

Alternando com os cereais, as terras de lavoura recebiam por vezes, em partes da sua extensão, a sementeira de leguminosas, concretamente de favas, referindo o documento a existência de terra que "*serue de faual e de alcacér*"¹³.

Da forma de sementeira ou colheita, bem como da preparação dos campos e das técnicas de trabalhar a terra, nada se sabe. Sabemos que quem utiliza os campos regularmente para cultivo necessita de aplicar à terra técnicas capazes de renovar periodicamente a sua fertilidade, pelo que havia de preparar a terra (lavar, remover, destorroar, cavar e estrumar), trabalhos que, certamente, ocupavam os camponeses por longos períodos.

Sabemos igualmente que, quer em campos abertos, quer em campos murados, a cultura dos cereais desenvolvia-se com outros cultivos, designadamente a vinha. Vários factores contribuíram certamente para o cultivo da vinha, possuindo a Ordem de Avis, na área em estudo, nove vinhas. Nessa época não se conhecia a maior parte das bebidas que hoje consumimos, nomeadamente, o café, o chá e o chocolate.

As bebidas consumidas no período em questão limitavam-se quase exclusivamente ao vinho e à cerveja, sendo o leite pouco utilizado como líquido. Acresce ainda o facto de o

¹¹ Cf. Maria João Violante Branco Marques da Silva, *Esgueira e suas gentes. A vida de uma aldeia do século XV*, Dissertação de mestrado em História Medieval apresentada à Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa, 1990, p. 157 e Iria Gonçalves, *op. cit.*, p. 81.

¹² A. H. de Oliveira Marques, *A Sociedade Medieval Portuguesa*, 5.ª ed., Lisboa, Sá da Costa Editora, 1987, pp. 15–16.

¹³ José Mendes da Cunha Saraiva, *Introdução, Notas, Direitos, Bens e Propriedades da Ordem e Mestrado de Avis nas suas três vilas de Avis, Benavila, Benavente e seus termos*. Tombo feito pelo Ld.º Jorge Lopes, año 1556, Lisboa, Arquivo Histórico do Ministério das Finanças, 1950–1953, "Separata da Revista Ocidente", p. 102.

vinho ser necessário para a liturgia cristã. Outro factor decisivo para o cultivo da vinha prende-se com o facto de Portugal reunir condições favoráveis para o seu cultivo. Para o seu desenvolvimento, a vinha não necessita de bons solos e não é prejudicada pela falta de água. Não é de estranhar, pois, que a plantação da vinha fosse uma actividade importante nesta região, conforme indicam as referências contidas no tomo, como, aliás, o foi um pouco por todo o lado.

A análise do documento indica que a plantação das cepas não era feita ao acaso, antes apresentava uma certa lógica que aponta para locais determinados. É verdade que encontramos vinhas dispersas, principalmente num local chamado Ficagiolho, junto do Resio e acima do poço da Frandina, mas das nove vinhas inventariadas três (33,3%) situavam-se junto do Ribeiro do Galego. O documento em análise é totalmente omissivo quanto aos motivos que estão na base desta preferência. Todavia a proximidade e conexão com a vila poderá explicar esta preferência. Na verdade, as vinhas nunca crescem muito afastadas da casa dos seus cultivadores, encontrando-se todas as vinhas da Ordem exploradas por particulares mediante um contrato de aforamento, na maioria dos casos, ou por carta de vendas.

Trata-se de uma actividade que reclama um trabalho persistente, ocupando grande parte do ano dos seus cultivadores. Por isso, é plausível admitir que os habitantes de Avis e seu termo, que exploravam as vinhas da Ordem, não podiam esquivar-se a estas tarefas das quais dependia o bom êxito da colheita.

Por outro lado, os vinhos desta época estragavam-se com alguma rapidez, sendo, portanto, imperioso conseguir mercados para eles. Assim, é igualmente importante a sua

proximidade de aglomerados populacionais, onde o viticultor podia encontrar escoamento para o seu produto, que seria tanto mais competitivo quanto menor fosse a despesa com o seu transporte¹⁴.

A par das culturas de cereais e vinhas, o tomo refere ainda outros cultivos que cresciam nas terras da Ordem de Avis na área em estudo. Referimo-nos concretamente às hortas, às árvores de fruto e às oliveiras, às quais dedicaremos um tratamento individualizado.

No que se refere às hortas, o tomo apenas refere duas: a Horta da Bica, que se encontrava aforada em três vidas, e a Horta do Chão, arrendada. Uma das características fundamentais destas hortas radica no facto de se situarem nas redondezas da vila de Avis, constituindo complementos muito importantes da exploração agrícola.

Dada a grande necessidade de humidade deste solo destinado ao cultivo de produtos hortícolas, encontramos constantes referências no tomo à exigência de água: "*tem um poço de nora com todos seus aparelhos com que toda se regra, e um chafariz de tanque e um poço começado a abrir grande no cimo dela muita água*"¹⁵. Deste modo, as culturas aí desenvolvidas proporcionavam melhores resultados.

Verificamos através dos dados recolhidos do documento que pomares e hortas não se separavam e nestas nunca deixaram de plantar árvores de fruto que, não prejudicando o desenvolvimento das outras plantas, beneficiavam do cuidado a elas dedicado, quase sem mais esforço para o hortelão. Existia, pois, união ou associação de árvores de fruto e legumes.

É difícil saber quais as hortaliças cultivadas nestas hortas, uma vez que o tomo ape-

¹⁴ Cf. Iria Gonçalves, *op. cit.*, p. 84.

¹⁵ José Mendes da Cunha Saraiva, *op. cit.*, p. 139.

nas refere que “*tem terra em que se semeia muita hortaliça*”¹⁶. Porém, no que se refere às árvores de fruto, o documento é muito mais explícito, referindo concretamente que a Horta do Chão, sem dúvida a mais importante, possuía duas laranjeiras, trinta e três oliveiras, sete nogueiras, duas figueiras, ameixoeiras, pessegueiros, e muitas outras árvores de fruto que não especifica. Esta horta, toda cercada com grandes valados e silvados, com o seu poço, chafariz, nora e com a sua casa térrea, onde vivia o hortelão, devia ser uma propriedade muito importante.

A fruta também desempenhava um papel importante nas dietas alimentares dos habitantes desta área. Com efeito, vamos encontrar árvores de fruto, isoladas ou em pequenos grupos, um pouco por todo o lado, embora, obviamente, a maior concentração ocorra nas hortas.

A atenção que se concede a esta produção é bem traduzida pela grande variedade de árvores de fruto que encontramos referenciadas no documento, embora não possamos detectar facilmente as que têm maior representatividade. Na verdade, conhecemos a existência de laranjeiras, figueiras, ameixoeiras, pessegueiros, pereiros e meloais que povoavam as hortas e as quintas e, em menor número, cresciam nas courelas, nos chãos, nos quintais, nos ferregiais e até nos olivais.

A oliveira constitui um outro cultivo que costuma aparecer nos campos mediterrânicos e tem desempenhado uma importância decisiva, graças ao papel que culturalmente ocupou nas comunidades do sul.

Os seis olivais que a Ordem de Avis possuía nesta região no século XVI constituem uma referência significativa da importância da cultura desta oleaginosa. Aliás, as referências

a oliveiras, agrupadas ou dispersas, mostram que estas se espalhavam por quase toda a área onde a Ordem de Avis possuía as suas terras.

O olival, que podia alcançar dimensões consideráveis (um dos olivais inventariado tinha 921 x 497 varas), associava-se frequentemente com a vinha e o pomar. Contudo, também ocorria a plantação conjunta de árvores de fruto e oliveiras em terras destinadas a outras culturas, desde as courelas aos chãos, ou às hortas, quer em pequenos grupos, quer somente uma ou outra árvore.

Todos estes olivais se situavam perto da vila de Avis, localizando-se o mais distante a cerca de meia légua. Geralmente, as distâncias que separavam as sedes dos concelhos dos limites dos termos eram indicadas em léguas¹⁷. Tal como a vinha, a sua plantação encontrava-se, portanto, bem localizada, desenvolvendo-se à volta do núcleo populacional.

4.3 Infra-estruturas de transformação e armazenamento do produto agrícola

Acompanhando a sua propriedade urbana e rústica e em estreita ligação com uma e outra, a Ordem de Avis possuía infra-estruturas de transformação e armazenamento do produto agrícola. Dentro deste tipo de bens, é possível incluirmos o lagar, os moinhos e o celeiro.

O documento refere a existência de um engenho de azeite, local onde se transformavam as azeitonas em azeite. De resto, este facto estava em perfeita consonância com a região onde as propriedades rústicas da Ordem se localizavam.

Na verdade, como vimos, a oliveira era aqui uma árvore muito plantada, o que confir-

¹⁶ José Mendes da Cunha Saraiva, *op. cit.*, p. 139.

¹⁷ Para maior desenvolvimento sobre as distâncias entre as sedes dos concelhos e os respectivos limites dos terrenos, ver Júlia Galego e Susanne Daveau, *op. cit.*, p. 62.

ma a importância que o azeite assumia no quotidiano da comunidade. O azeite era indispensável na alimentação da população do século XVI, como acompanhante inseparável de muitos pratos e presença insubstituível nas sopas. Este precioso óleo era também largamente utilizado como combustível no momento em que a noite assinalava a sua chegada¹⁸. O lagar era, pois, uma infra-estrutura muito importante.

O lagar situava-se fora da cerca, mas encostado a esta, e "*tem duas varas uma grande e boa, e a outra não tal com seus fusos e pesos e aparelhos gastados*"¹⁹. O tomo conser-va a referência a algumas peças necessárias à sua laboração: a pedra, a caldeira e a fornalha.

Junto do lagar, há um charqueirão e um cabouco, onde se recolhiam as águas da chuva para o serviço do mesmo. Utilizavam-se também as águas do jardim da cisterna, que vazavam por um cano. Se o cano estivesse entupido, a água seria transportada às costas. O silêncio da fonte não nos permite dizer se o lagar era explorado ou não por conta da Ordem de Avis.

O tomo refere, ainda, a existência de dois moinhos e indica que o foral de Avis fazia referência a eles. Trata-se também de outra infra-estrutura importante na vida desta região. Não nos podemos esquecer que a transformação do cereal em farinha era uma necessidade imperiosa, não só destas populações mas também de todas as populações sem distinção. Ambos os moinhos se situavam perto da vila e junto da ribeira para, certamente, aproveitarem a força da sua corrente, tirando-se, deste modo, partido da energia hidráulica. Estes moinhos eram imóveis com paredes de pedra e cal, e abobadados, laborando, um deles, apenas com duas rodas.

O moinho, designado do Porto, tinha dois botaréus (contraforte de suporte) e possuía um aúde comprido de pedra, que passava por debaixo dum pilar da ponte. Para além destes aspectos, não aparecem referidas no documento outras peças necessárias à normal laboração destes moinhos que a Ordem possuía nesta região.

Os dois moinhos estavam aforados em três pessoas, e tinham ambos uma renda de 105 alqueires de trigo, pagos anualmente. Fica assim o problema de saber onde a Ordem ia moer o seu cereal, visto que os dois moinhos especificados na documentação estavam, como vimos, aforados a particulares.

Infelizmente, o documento nada deixa transparecer sobre a obrigatoriedade do uso desta estrutura por parte da Ordem. Assim, para não entrarmos no campo das meras hipóteses sobre este assunto, teremos que nos limitar a estas escassas considerações.

Por seu lado, o celeiro também constituía uma estrutura importante, cuja função principal era arrecadar o cereal. E esta era uma regra muito comum numa época em que a auto-suficiência em cereais constituía a preocupação dominante a alcançar por cada região. Cada qual procurava guardar adequadamente o seu grão, para poder utilizá-lo em anos de crise.

O celeiro da Ordem, na vila de Avis, situava-se junto do Convento e eram casas térreas. Trata-se, pois, de uma localização acertada, quer no aspecto da funcionalidade, quer no aspecto da segurança. De acordo com o tomo, era neste celeiro que se recolhiam os dizimos da vila de Avis e seu termo, pagos à Ordem em géneros. Dois terços destes dizimos pertenciam à Ordem Militar de Avis, enquanto um terço era pertença do Arcebispo e Cabido de Évora.

¹⁸ Cf. Fernanda Paula Sousa Maia, *O Mosteiro de Bustelo: propriedade e produção agrícola no Antigo Regime (1638-1670 e 1710-1821)*, Porto, Universidade Portucalese, 1991, p. 99.

¹⁹ José Mendes da Cunha Saraiva, *op. cit.*, p. 85.

Pelos géneros recolhidos no celeiro, podemos ter uma ideia sólida dos principais produtos agrícolas produzidos na região de Avis. Também, através da análise das dimensões e estrutura do celeiro, podemos tentar obter dados razoáveis sobre a cultura ou culturas predominantes, confirmando as afirmações atrás referidas.

O celeiro era composto por quatro casas. Uma casa grande dividida em cinco compartimentos: um recebedor, que dava acesso às restantes e que ocupava cerca de um quarto da casa; uma dependência para receber o trigo (a dependência que ocupava uma área maior era a casa reservada ao trigo, 14 varas de comprimento x 4 varas de largura, o que revela que a Ordem recebia grandes quantidades deste cereal); os restantes três compartimentos, de menores dimensões, destinavam-se, respectivamente, a receber o centeio, o milho e a cevada, o que parece comprovar a menor importância destes cereais. As outras três casas que compunham o celeiro da Ordem estavam reservadas para arrecadar os dízimos do azeite, da lã e queijos, e para recolha da azeitona.

Esta dimensão do edifício permite, pois, concluir que a Ordem concedia uma grande importância ao celeiro, assim como às suas condições de segurança, encontrando-se *"ha dita casa fechada de boas portas e ferrolho"*²⁰.

A criação de gado, nomeadamente, ovelhas e vacas, devia constituir outra actividade económica importante, visto que o tomo refere que no celeiro se guardava lã e queijos.

Acerca da maneira como os géneros eram acondicionados e dos cuidados observados na sua conservação, pouco ou nada se sabe. O tomo apenas refere *"seis talhas grandes para o azeite"*²¹. Todavia, no celeiro, situado

no Alentejo, a região por excelência em Portugal para a conservação do cereal, nele se podia guardar o trigo ao longo de vários anos sem se deteriorar.

O tomo também não lança muita luz sobre a forma como se faziam os transportes dos dízimos. Apesar de a maioria das rendas serem pagas em dinheiro, este processo não devia ser fácil, e apenas sabemos concretamente que os dízimos eram descarregados das bestas por acarretadores num pátio fechado do celeiro.

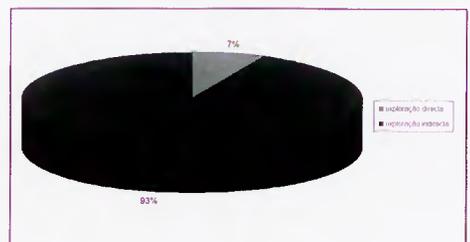
5. EXPLORAÇÃO DA PROPRIEDADE

5.1 O tipo e a duração dos contratos

Antes de mais, convém referir que Avis pertencia à mesa mestral da Ordem de Avis, daí que todos os rendimentos obtidos com a exploração directa ou indirecta dos bens desta, na vila de Avis e seu termo, fossem directamente para a Ordem.

Era em regime de exploração indirecta que se encontrava o grosso dos bens da Ordem de Avis (quer urbanos, quer rústicos), fosse qual fosse o tipo de contrato, arrendamento ou aforamento, em vidas ou mesmo perpetuamente, que estivesse estado na origem desta forma de gestão do património.

GRÁFICO N.º 1 – REGIME DE EXPLORAÇÃO



²⁰ José Mendes da Cunha Saraiva, *op. cit.*, p. 84.

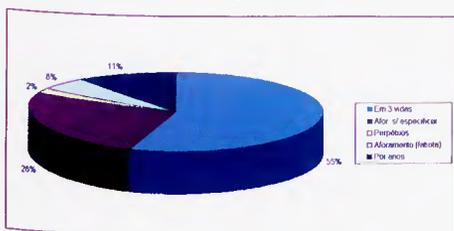
²¹ José Mendes da Cunha Saraiva, *op. cit.*, p. 84.

As percentagens incluídas no Gráfico n.º 1 elucidam-nos sobre a importância que adquiriu o regime de exploração indirecta. Apenas 7% dos bens da Ordem eram explorados directamente.

A Ordem de Avis alienava, assim, o domínio útil dos seus bens a terceiros que, através do pagamento de uma determinada quantia em dinheiro e/ou géneros, os exploravam, conservando porém a Ordem o domínio emite-nente dos mesmos.

É possível que este tipo de organização do património da Ordem acarretasse problemas relacionados com a manutenção e conservação do seu património. Problemas ligados com possíveis usurpações ou apropriações abusivas por parte daqueles a quem estavam aforados ou arrendados os bens da Ordem de Avis, ou mesmo por parte dos proprietários que com eles confrontavam. Isto mesmo está patente no tombo ao indicar *“que estas cinco ou seis oliueiras que Ant^o roiz trazia por suas deuiã ser da Ordem (...) pello que ouue muitos debates e veo a medirse ho dito oliual”*²².

GRÁFICO N.º 2 – DURAÇÃO DOS CONTRATOS



Os bens em regime de exploração indirecta eram concedidos em vidas, por anos ou mesmo perpetuamente (apenas 1 caso). Verifica-se de imediato que domina o contrato em três vidas, com 55%²³.

Neste tipo de contrato, apesar de a Ordem de Avis transferir para o foreiro o domínio útil dos bens, essa transferência não assumia um carácter definitivo, visto que após a duração das três vidas²⁴ os bens objecto do contrato regressavam ao domínio da Ordem de Avis, que certamente aproveitava a oportunidade para celebrar contratos mais vantajosos. Mas, principalmente em períodos de crise, também podia acontecer que a Ordem de Avis não encontrasse facilmente outro foreiro, ou pelo menos não conseguisse celebrar o contrato nem mesmo nas condições do anterior.

No que concerne aos contratos de aforamento sem especificação, eles alcançam um valor considerável, 14 referências, o que equivale a 26%. Porém, o silêncio do documento acerca das suas características impede-nos de maiores considerações. Ainda assim, de acordo com estes resultados, podemos afirmar que, em todas as propriedades da Ordem de Avis, o contrato em três vidas e o aforamento sem especificação alcançavam 81%²⁵ do total dos contratos celebrados, valor bastante importante.

A preferência da Ordem de Avis por contratos por anos é relativamente menor, no que se refere aos tipos de contrato acima indicados, situando-se em 6 referências (11%), valor superior às 3 referências (5,6%) atribuíveis aos aforamentos (fatiota).

A julgar pelo número de contratos celebrados com carácter perpétuo, que o documento em análise nos indicou, eles seguramente não gozavam da preferência da Ordem, visto que o seu valor não ultrapassava os 2,0% (1 referência). Como neste tipo de contrato o domínio útil dos bens objecto de contrato passaria com carácter de perpetuidade para a posse do fo-

²² José Mendes da Cunha Saraiva, *op. cit.*, p. 128.

²³ Cf. Iria Gonçalves, *op. cit.* p. 194, onde também para o caso das propriedades do Mosteiro de Alcobaça, o contrato em três vidas era largamente maioritário.

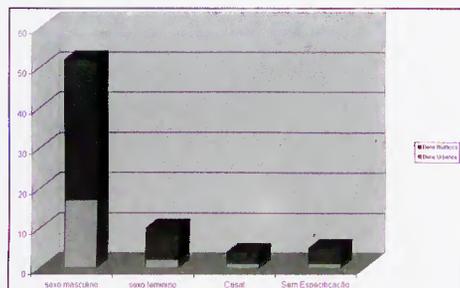
²⁴ Marido, mulher e um filho ou outra pessoa indicada pela segunda pessoa.

²⁵ Cf. com o gráfico n.º 2.

reio, a Ordem privilegiava, como vimos, os contratos de menor duração, onde poderia actualizar as rendas com maior frequência.

No que se refere aos titulares dos contratos celebrados nas propriedades da Ordem de Avis, quer urbanos, quer rústicos, o Gráfico n.º 3 é bastante elucidativo.

GRÁFICO N.º 3 – TITULAR DOS CONTRATOS



Assim, a grande maioria dos detentores dos contratos eram homens, quer nos bens urbanos, quer nos bens rústicos.

5.2 Os foros e as rendas

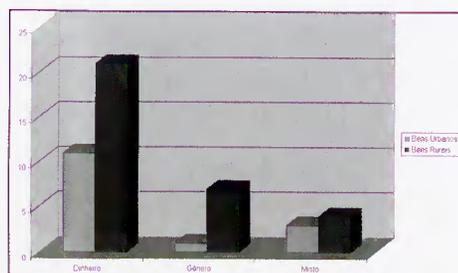
A Ordem de Avis arrendava ou aforava os seus bens a indivíduos que se comprometiam a pagar uma quantia em dinheiro e/ou géneros. Naturalmente que uma das componentes mais salientes do contrato era a renda estipulada a pagar pelo foreiro.

O canôn²⁶ podia ser exigido em dinheiro, em géneros ou misto, isto é, em dinheiro e géneros, prevalecendo, como podemos observar através do gráfico n.º 4, a primeira modalidade.

Uma simples leitura do gráfico acima apresentado faz-nos verificar de imediato que a grande maioria dos contratos impunham o pagamento de rendas em dinheiro, quer para

os bens rústicos, quer para os urbanos. Na verdade, 65% dos contratos estipulavam rendas pagas em dinheiro, contra apenas 21% em géneros.

GRÁFICO N.º 4 – FORMAS DE PAGAMENTO



O terrádigo²⁷ em géneros a pagar pelo foreiro à Ordem recaía sobre os géneros mais importantes produzidos nas terras, nomeadamente, cereais (quase só trigo e muito pouca cevada), azeite e vinho. Esta forma de pagamento efectuada pelos foreiros à Ordem de Avis incluía, ainda, aves de capoeira (principalmente galinhas, mas também frangos e frangões) e porcos. Também se recebia, como renda, manteiga de vaca.

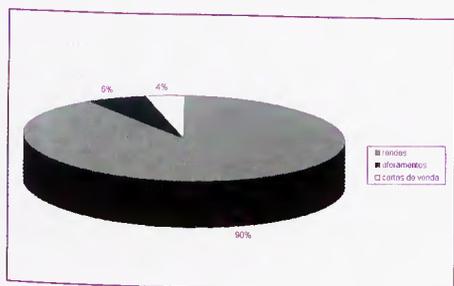
A forma de pagamento misto ocupava um lugar mais modesto, com apenas 7 referências no total do património da Ordem de Avis, o que equivale a 14% dos contratos.

As receitas da Ordem de Avis no século XVI, eram, pois, em grande parte recebidas em dinheiro. Mas, para além das receitas em dinheiro, existiam os ingressos em géneros, dos quais o trigo assumia alguma importância.

O Gráfico n.º 5, elaborado de acordo com os dados fornecidos pelo tombo, mostra-nos que os ingressos proporcionados pelas rendas pagas em dinheiro ascendiam a 90% do montante global das receitas.

²⁶ Cf. Iria Gonçalves, *op. cit.*, p. 201.

²⁷ Era a parte da colheita que correspondia à Ordem de Avis.

GRÁFICO N.º 5 – PROVENIÊNCIA DOS RENDIMENTOS DA ORDEM

Quando existia um contrato de arrendamento (contrato a curto prazo), o arrendatário comprometia-se a pagar o usufruto à Ordem de Avis. Não existem referências no tombo à duração destes contratos, salvo uma ou duas exceções, mas pensamos que não excediam 10 ou 15 anos, no máximo. Apesar de só haver cinco casos de arrendamentos, eles proporcionaram uns ingressos de 162.030 réis, revelando-se altamente proveitosos para a Ordem de Avis.

A Ordem de Avis obtinha maiores rendimentos com o arrendamento dos seus bens, do que com o seu aforamento. Com efeito, os 31 casos de aforamento apenas proporcionavam uns ingressos de 11.448 réis, o que é insignificante, relativamente ao valor das rendas. Os contratos de aforamento revelavam-se, pois, menos vantajosos economicamente para a Ordem, visto que a terra era aforada, normalmente em três vidas. Como a renda a pagar à Ordem pelo detentor do forro era a mesma durante esse período de tempo, com os anos perdia valor.

As rendas chegavam de todas as partes do domínio da Ordem de Avis, mas cada uma dessas partes contribuía de maneira desigual para a totalidade das receitas, sendo de subli-

nhar a diminuta contribuição das cartas de venda que apesar de o documento referir 13, apenas proporcionavam 6.584 réis.

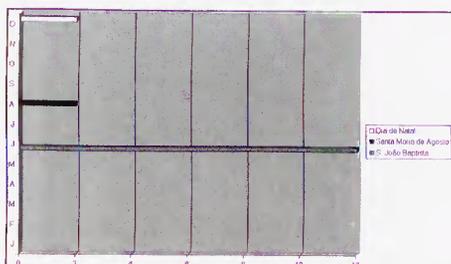
A avaliar pelos valores possíveis de encontrar no tombo, a Ordem de Avis realizaria, aproximadamente, 180.062 réis por ano. A estas receitas em metal havia, ainda, que juntar os ingressos em géneros, especialmente, o trigo.

Através da análise do tombo, verificamos que, por vezes, um foreiro vendia o foro da terra a outro indivíduo, que se convertia em novo foreiro, continuando a pagar à Ordem de Avis.

A renda anual. Também é possível constatar a existência de foreiros que subarrendavam as terras, como sucedeu com o olival da Ordem que *“anda com as rendas e os reдеiros ho arrendão de sua mão”*²⁸.

Face ao que acabámos de dizer, torna-se evidente que quem beneficiava dos lucros que a terra proporcionava não eram apenas os seus verdadeiros proprietários mediante o recebimento da respectiva renda, mas, por vezes, um conjunto de intermediários que, detendo o título legal da exploração, a subarrendavam em troca de altos lucros, muitas vezes superiores aos do verdadeiro proprietário.

Os dados inseridos no gráfico n.º 6 lançam alguma luz sobre as épocas de pagamento dos foros e das rendas.

GRÁFICO N.º 6 – ÉPOCA DE PAGAMENTO DOS FOROS E DAS RENDAS

²⁸ José Mendes da Cunha Saraiva, *op. cit.*, p. 126.

Os foros e as rendas pagavam-se anualmente na vila de Avis em dias fixados pelos contratos, que geralmente coincidiam com datas festivas do calendário litúrgico. Todavia, convém fazer uma distinção entre os pagamentos efectuados em dinheiro e em géneros. Teoricamente, os primeiros podiam ser estabelecidos com bastante liberdade. Por seu lado, os pagamentos em géneros, embora tivessem igualmente datas de pagamento estipuladas, a sua fixação era naturalmente condicionada pelo ciclo vegetativo dos produtos cultivados, ocorrendo quase sempre em dia próximo da colheita²⁹.

O Gráfico n.º 6³⁰ indica as datas escolhidas para o pagamento dos foros e das rendas à Ordem de Avis. Assim, o dia de S. João Baptista (24 de Junho) era, sem dúvida, aquele em que se recebiam mais pagamentos. Segue-se, a grande distância, o dia de Natal e o dia de Santa Maria de Agosto (15 de Agosto), ambos com duas referências

6. CONCLUSÃO

Ao longo das páginas deste trabalho, acumulámos dados e perspectivas que nos permitem obter uma compreensão do património da Ordem de Avis na vila-cabeça da Ordem e respectivo termo, no século XVI, enfatizando o enquadramento no seu contexto temporal e espacial, de forma que este vasto património se pudesse projectar sobre todo o termo de Avis.

Da análise do documento que serviu de base a este trabalho, resultaram algumas considerações que importa realçar.

Encontramo-nos perante um património muito diversificado, mas onde sobressaíam os bens rústicos. Na verdade, de acordo com a

informação disponível, a actividade principal nesta região deve ter sido orientada para o aproveitamento das suas potencialidades naturais, sob o ponto de vista da utilização rural. De resto, era de esperar que assim fosse, numa comunidade onde a base do prestígio e da riqueza coincidiam com a posse da terra. Tal como sucedia em outras regiões do nosso espaço geográfico, as terras de lavoura dispersavam-se por todos os lados em que a Ordem de Avis possuía as suas propriedades.

Em terras de exploração indirecta da Ordem, a cultura do trigo foi de longe a mais importante.

Por outro lado, era sob o tipo de administração indirecta que se encontrava a esmagadora maioria dos bens da Ordem de Avis. Preocupações relacionadas com possíveis usurpações, que este tipo de organização do património acarretava consigo, levaram à elaboração de tombos como, por exemplo, o aqui analisado, que pretendiam inventariar pormenorizadamente todos os bens de um dado senhorio.

Através da análise do documento que tivemos oportunidade de estudar, é possível constatar a existência de foreiros que subarrendavam as terras a terceiros, conseguindo bons lucros nessa actividade de intermediários. Na verdade, alguns foreiros, sem grandes preocupações e despesas, procuravam lucros fáceis e rápidos, que o subarrendamento do título lhes proporcionava. Os subarrendamentos eram, pois, uma realidade nesta época e mostravam que existia um mercado de terras, contrariando a ideia de que nesta época não havia semelhante mercado.

Aproveitamos as últimas linhas deste trabalho para referir algumas dificuldades em analisar e caracterizar o património da Ordem de Avis nas suas múltiplas vertentes. Muitas

²⁹ Cf. Iria Gonçalves, *op. cit.*, p. 298.

³⁰ Por condicionalismo da fonte, estes dados não se referem à totalidade dos casos, mas apenas abrangem alguns, onde detectamos referências aos dias de pagamento.

hipóteses colocadas tiveram de ser abandonadas por impossibilidade de comprovação, relacionada com a escassez de dados contidos na fonte. Para um estudo mais aprofundado e rigoroso, terão forçosamente de se examinar as estruturas e as conjunturas económicas, religiosas, sociais e culturais em que esse património se insere. É, ainda, necessário analisar os movimentos idênticos ou diferentes que o antecederam e que se lhe seguiram com vista a estabelecer as suas relações e abordar outras problemáticas. Por isso, tal como referimos na introdução deste trabalho, privilegiámos uma investigação desprovida de fronteiras estanques entre os vários temas abordados.

Em termos resumidos, podemos afirmar que a Ordem de Avis possuía um património importante na vila e termo de Avis, que nem sequer a passagem dos séculos conseguiu destruir, encontrando-se, ainda hoje, vivo na memória dos documentos.

FONTE

SARAIVA, José Mendes da Cunha, *Introdução, Notas, Direitos, Bens e Propriedades da Ordem e Mestrado de Avis nas suas três vilas de Avis, Benavila, Benavente e seus termos*. Tombo feito pelo Ld.^o Jorge Lopes, año 1556, Lisboa, Arquivo Histórico do Ministério das Finanças, 1950-1953, "Separata da Revista Ocidente", p. 102.

As pestes quinhentistas em Vila Viçosa

Maria Marta Lobo de Araújo

Desde que se mudaram para Vila Viçosa, os duques de Bragança transformaram-se em um dos principais pólos de defesa da saúde dos habitantes da localidade. Desde cedo se mostraram preocupados com a existência de boticários na vila e em todo o seu senhorio, tendo o duque D. Afonso pedido ao rei D. Duarte os privilégios de que gozavam os boticários do reino para os fornecedores de medicamentos do seu ducado. O monarca, sobrinho do duque D Afonso, concedeu esses benefícios aos boticários do senhorio da Casa de Bragança, porque o duque o informou que “pela muito mingua que ouve no tempo da peste de mezinhas e boticas em que padeceram muitas gentes e das que se achavam tam faltas de mestres fizera vir de Ceuta ao mestre Annanias trazendo montas a sua custa e com elle alguns boticarios aptos para este Reyno prometendo-lhe da nossa parte certos privilegios”¹.

Os benefícios eram muitos e estavam directamente associados à condição social dos fornecedores de medicamentos, devendo estes gozar de honras iguais às dos cavaleiros, ter apoio jurídico em caso de prisão, gozar de uso e posse de armas, usar (eles e suas famílias) tecidos de seda e bordados a ouro e prata, não serem constringidos a participarem na defesa da pátria, quer em terra, quer no mar, as suas casas e os seus animais não poderem ser tomadas pelo Exército, estar isentos do pagamento de fintas ou talhas e as casas onde



Foto de Joaquim Sáral

Portal da igreja da Misericórdia de Vila Viçosa

estivessem as suas boticas não poderem ser tomadas para aposentos². Muitas isenções que os beneficiavam, quer em tempo de guerra, quer em tempo de paz.

A preocupação do duque D. Afonso estava associada à necessidade de facultar serviços de saúde aos habitantes da vila, sobretudo quando esta fosse atacada por pestes. A falta

¹ Arquivo da Casa de Bragança (doravante ACB), NNG, 1217, Ms. 1409, fl. 228.

² ACB, NNG, 1217, Ms. 1409, fls. 229-230v.

destes oficiais de saúde tinha-o obrigado a contratar um mestre e boticários fora do reino, o que acarretava maiores custos.

Aos boticários cabia a preparação e o fornecimento de medicamentos, manipulando os fármacos de acordo com as indicações dos médicos³.

Provavelmente, no reinado de D. João III, Vila Viçosa seria servida por um boticário⁴, mas na segunda metade do século XVI, eram pelo menos dois os boticários que preparavam as mezinhas dadas aos doentes que estavam a ser tratados pela Misericórdia da vila.

O século XVI foi marcado por vários anos de peste, desde o seu início até ao ocaso, tendo algumas delas sido sentidas com gravidade em Vila Viçosa. Entre 1504 e 1516, o Alentejo foi fustigado por fomes e pestes que provocaram muitas mortes, particularmente em Évora.

Os períodos de peste eram mais gravosos nas cidades, onde a propagação da doença era mais fácil e rápida, fazendo com que os que podiam as abandonassem e se deslocassem para o campo. Procuravam isolar-se em zonas que ainda não estavam infectadas.

Corpos famélicos e com falta de higiene contraíam mais facilmente a doença e tornavam-se em pólos seus propagadores. Várias vezes a corte deixou Lisboa para fugir da peste. Em 1518, deslocou-se para Sintra, “depois para Colares e mais tarde para Torres Vedras”, em virtude de uma forte epidemia que assolou a capital⁵.

Os anos vinte foram também marcados por falta de alimentos e surtos epidémicos.

Todavia, será na década seguinte que uma forte peste ataca novamente o Alentejo, provocando muitas mortes e destruições.

Na segunda metade do século XVI, os anos de 1569, 1579-81 e 1598 ficaram conhecidos pela grande mortalidade registada em muitas localidades do reino. Porém, outras epidemias foram também conhecidas na década de 80.

A “peste grande” de 1569 terá começado do outro lado da fronteira e passado para Portugal, tendo deixado muitas sequelas em Lisboa. A grande mortalidade aí sentida atesta a virulência da doença⁶, tendo obrigado as autoridades a tomar medidas para sustentar os seus efeitos, criando regras de actuação para todos cumprirem⁷. Todavia, se nas cidades as normas eram mais facilmente aceites e respeitadas, o seu cumprimento e controlo era mais difícil nos espaços maiores, nas aldeias e pequenas localidades⁸.

O clima de instabilidade e a fuga à doença e à fome pôs muitos homens, sobretudo os pobres, em fuga para as grandes cidades, onde aguardavam melhor amparo e mais possibilidade de esmola.

As vagas de pessoas desocupadas que chegavam às cidades tornavam-se preocupantes para as autoridades, por potenciarem desacatos, perigos para a propriedade privada e para a saúde pública. Estes bandos de pobres eram frequentemente associados à transmissão de doenças e à divulgação dos maus costumes. No fundo, punham em causa a organização política, moral e cultural⁹.

³ A propósito das funções dos boticários veja-se Isabel Drumond Braga, “A saúde”, in Joel Serrão; A. H. de Oliveira Marques (dir.), *Nova História de Portugal. Do Renascimento à crise dinástica*, vol. V, Lisboa, Ed. Presença, 1998, p. 647.

⁴ Confira-se Isabel Drumond Braga, *Assistência, Saúde Pública e Prática Médica em Portugal. Séculos XVI-XIX*, Lisboa, Universitária Editora, 2001, p. 51.

⁵ Sobre esta peste e a deslocação da corte confira-se Teresa Ferreira Rodrigues, “As estruturas populacionais”, in José Mattoso (dir.), *História de Portugal*, terceiro volume, Lisboa, Círculo de Leitores, 1993, p. 216.

⁶ Para um melhor estudo desta peste leia-se Mário da Costa Roque, “A “peste grande” de 1569 em Lisboa”, in *Anais da Academia Portuguesa de História*, vol. 28, 1982, pp. 71-90.

⁷ A propósito deste assunto veja-se Fernando da Silva Correia, “De Sanitate in Lusitania Monumenta Historica”, in *Boletim da Assistência Social*, n.º 5 149-150, 1962, pp. 41-68.

⁸ Veja-se Mary Lindemann, *Medicina e Sociedade no início da Europa Moderna*, Lisboa, Editora Replicação Lda., 2002, p. 163.

⁹ Para esta problemática, consulte-se Jutte, Robert, *Poverty and Deviance in Early Modern Europe*, Londres, Cambridge University Press, 1994, p. 165.

Em 1575, D. Sebastião dirigiu-se à Câmara de Lisboa, louvando-a pelo auxílio aos pobres que aí chegavam, vindos da Beira, do Entre-Douro-e-Minho e de Trás-os-Montes. Era um ano de dificuldades, onde “a fome fazia muitas vítimas”, obrigando a população a deslocar-se¹⁰. Na sequência desta tomada de posição e porque o problema se mantinha, o monarca despachou um alvará, em 1579, onde determinava que todos os homens que não tivessem ofício, nem amo, nem se encontrassem em negócios e andassem ociosos e vadios há mais de vinte dias, incorriam em penas de prisão¹¹.

Em finais da década de 70, uma nova peste vinda uma vez mais de fora do reino assolou Portugal¹². A difícil conjuntura associava-se a um clima geral de crise. Na Europa, várias cidades sofreram os efeitos deste mal¹³.

No final do século, Lisboa voltou a encher-se de pobres, que partiam de todo o reino para a capital. A carestia de pão fez-se sentir em todos os locais, causando mal-estar, instabilidade nas populações, que se punham em fuga à procura de trabalho. Quando não o encontravam, impunha-se pedir esmola.

Em Abril de 1598, os vereadores da Câmara de Lisboa escreveram ao monarca dando conta das “grandes companhias de homens, mulheres e mininos” que chegavam à cidade desnutridos e doentes, vindos de todas as partes. Como o hospital de Todos-os-Santos,

já sob a administração da Misericórdia de Lisboa¹⁴, não podia acudir a todos, solicitaram ao rei autorização para lançar um imposto sobre a venda de carne e de vinho (um real por cada arrátel) durante três meses, para desta receita construir um novo hospital para tratar os mendigos enfermos. Os vereadores temiam a chegada de mais gente de fora “que como he muito pobre e mal mantida, em mandadas anda por esta cidade pedindo esmola, entrando em todas as casas della se teme e quasi o temos experimentado que causara contágio”¹⁵. Era a fome generalizada, mas também o flagelo da peste que grassava em muitos lugares do reino e o medo que os pobres provocavam¹⁶.

A criação de hospitais em momentos de epidemias para cuidar os infectados não era nova. Já o príncipe D. João, futuro rei D. João II, tinha, em 1480, mandado erguer um hospital em Évora, ordenado à Câmara que o dotasse de um físico, para nele se tratarem os doentes da peste. Passados cinco anos foram igualmente montados hospitais em Lisboa, para acudir ao flagelo¹⁷.

Os finais do século ficaram uma vez mais associados à peste. Em 1598, foi conhecida uma grave doença que matou muita gente.

Esta peste que dizimou muita população em Portugal, fez-se sentir em diversas outras regiões da Europa, provocando igualmente a elevação das taxas de mortalidade¹⁸.

¹⁰ Consulte-se Oliveira, Eduardo Freire, *Elementos para a História do Município de Lisboa*, tomo I, Lisboa, Typographia Universal, 1887, p. 593.

¹¹ Lião, Duarte Nunes do, *Leis extravagantes e repertório das Ordenações*, Lisboa, Fundação Calouste Gulbenkian, 1987, pp. 157-158.

¹² Leia-se Teresa Ferreira Rodrigues, “As estruturas populacionais”, in José Mattoso (dir.), *História de Portugal*, ..., p. 219.

¹³ Para o Sul da Europa veja-se Fernand Braudel, *O Mediterrâneo e o mundo Mediterrânico no tempo de Filipe II*, vol. I, Lisboa, Publicações Dom Quixote, 1983, pp. 370-371; Anastasio Rojo Vega, *Enfermos y sanadores en la Castilla del siglo XVI*, Valladolid, Universidad de Valladolid, 1993, pp. 51-55.

¹⁴ Para esta matéria, leia-se Joaquim Veríssimo Serrão, *A Misericórdia de Lisboa. Quinhentos Anos de História*, Lisboa, Livros Horizonte, 1998, pp. 81-83.

¹⁵ Veja-se a propósito Eduardo Freire Oliveira, *Elementos para a História do Município de Lisboa*, tomo II, ..., pp. 103-104.

¹⁶ Sobre esta peste de finais do século XVI confira-se Teresa Ferreira Rodrigues, *Crises de mortalidade em Lisboa, séculos XVI e XVII*, Lisboa, Livros Horizonte, 1990, p. 117. Para a peste existente em Évora confira-se Armando Gusmão, *Subsídios para a história da Santa Casa da Misericórdia de Évora*, parte II – tomo I (1567-1667), Évora, Santa Casa da Misericórdia de Évora, 1969, pp. 312-313.

¹⁷ Estes hospitais surgiam quando o sistema de saúde não respondia às necessidades do momento. Veja-se Maria José P. Ferro Tavares, “A política municipal de saúde pública (séculos XIV-XV)”, in *Revista de História Económica e Social*, n.º 19, 1987, p. 24.

¹⁸ Para Espanha, consulte-se Vicente Pérez Moreda, *Las crises de mortalidade en la España interior, siglos XVI-XX*, Madrid, s. n., 1980, pp. 245-293.

Morria-se de fome e de peste e quem podia, abandonava a cidade. Porém, esta rapidamente se “repovoava” de pedintes, que vagueavam pelas ruas¹⁹.

Com a duração da peste e a chegada de mais famintos e doentes a Lisboa, a situação agravou-se. Logo em Janeiro de 1599, o rei ordenou que se recolhesse “toda essa gente em huã rua ou bairro donde não possa sair, e que ali [a Câmara] os faça prover dos mantimentos necessarios a custa de minha fazenda”²⁰. Era uma tentativa de controlar e isolar os mendigos da cidade, confinando-os a um espaço delimitado, tentando impedir a propagação da doença de que muitos eram portadores.

O primeiro surto de peste de que temos notícia em Vila Viçosa ocorreu no ano de 1569. Nesta data, a Misericórdia local enterrou um número muito elevado de defuntos. No entanto, os cronistas da vila não lhe deram ênfase, porque as fontes não são pródigas em informação, ou simplesmente desapareceram, com o é o caso das actas de vereação, cujos livros só existem a partir de 1640.

Ao lado de escravos, criados e de pobres foram também enterrados a filha do Dr. Fernão Vale, o mercador André Cardoso, o filho do cavaleiro João Nunes e o escudeiro João Martins.

Os anos de mortalidade elevada e de doenças graves continuaram, embora sem a mesma acuidade sentida em 1569. Em 1578, o duque de Bragança, D. João I, “adoeceu com febres”, facto que o impediu de seguir com D. Sebastião para África, tendo sido substituído pelo jovem seu filho, D. Teodósio, o

qual, como se sabe, ficou prisioneiro em Alcácer-Quibir.

Todavia, a peste que mais mortes causou na vila foi a de 1580. Nesta data, a Santa Casa enterrou o maior número de defuntos conhecido anualmente entre os séculos XVI e XVIII²¹. Se outras informações não conheçêssemos, só este facto elucida sobre os efeitos nefastos causados na população da vila e a virulência da doença. Em consequência da peste, os duques de Bragança ausentaram-se da vila, tendo-se instalado em Portel²².

A peste que grassou em Vila Viçosa foi sentida igualmente com grande acuidade em outras zonas do Alentejo.

Sabe-se que a epidemia chegou a Vila Viçosa na Primavera, tendo sido no Verão que atingiu os níveis de mortalidade mais assustadores. Porém, no Inverno de 1580 a peste terá cessado²³.

A doença dizimou muita gente, desfalcando a vila de alguns dos seus homens mais importantes. Em consequência dos seus efeitos, Vila Viçosa ficou privada de tabelião, facto que tornou impossível validar temporariamente actos importantes, como eram os testamentos²⁴. Para se entender melhor o alcance desta peste na vila, atente-se nos dados de enterros efectuados pela Santa Casa local. Em 1572, a confraria sepultou 142 pessoas, em 1580, 334 e, em 1582, 104²⁵.

Os defuntos que a Misericórdia enterrou morreram no hospital do Espírito Santo, da vila, o qual era administrado pela confraria, em suas casas e alguns foram encontrados mor-

¹⁹ Os mais afortunados saíam das cidades quando se sabia da existência de peste. Contudo se uns fugiam, outros entravam. Veja-se Teresa Ferreira Rodrigues, “As estruturas populacionais”, in José, Mattoso, (dir.), *História de Portugal*..., pp. 220-221.

²⁰ Eduardo Freire Oliveira, *Elementos para a História do Município de Lisboa*, tomo II..., p. 120.

²¹ Veja-se Maria Marta Lobo de Araújo, *Dar aos pobres e emprestar a Deus: as Misericórdias de Vila Viçosa e Ponte de Lima (séculos XVI-XVIII)*, Barcelos, Santa Casa da Misericórdia de Vila Viçosa; Santa Casa da Misericórdia de Ponte de Lima, 2000, p. 288.

²² Para os efeitos da peste na vida das populações de Vila Viçosa consulte-se Manuel Inácio Pestana, “Movimento demográfico da Matriz de Vila Viçosa no séculos XVI e XVII”, in *A Cidade de Évora*, n.ºs 63-64, 1980-1981, pp. 291-292.

²³ Leia-se José Joaquim da Rocha Espanca, *Compendio de Notícias de Vila Viçosa*, Redondo, Typ. F. Carvalho, 1892, p. 177.

²⁴ Confira-se Joaquim José da Rocha Espanca, *Memórias de Vila Viçosa*, n.º 6, *Vila Viçosa*, Câmara Municipal de Vila Viçosa, 1983, pp. 72-73.

²⁵ Não existe documentação no cartório da Santa Casa que possibilite efectuar um estudo dos enterros para todos os anos. Os livros de registo paroquial da Matriz são igualmente lacunares.

tos. Pertenciam a todos os grupos etários e a vários estratos sociais. Todavia, assinala-se a presença dos escravos e dos criados, pelo volume registado. Constatou-se igualmente o deflagrar da peste em vários grupos sociais: em Maio de 1580, foram enterrados em simultâneo dois surradores; Nuno Álvaro, Diogo Rodrigues e a sua mulher; enquanto no dia 25 do mesmo mês se enterrou Diogo Álvares e Jorge Rodrigues, também surradores. O contágio dentro do mesmo agregado familiar



Foto de Joaquim Salai

Métopa do portal da igreja da Misericórdia de Vila Viçosa, com inscrição indicativa de propriedade

está igualmente presente no enterro de vários membros da mesma família em simultâneo. A nove de Junho, foram sepultadas a mulher de Lourenço Rodrigues, barbeiro, e mais duas filhas, ainda pequenas. No mesmo mês foram ainda enterrados no mesmo dia “dois filhos pequenos da Narcisa” e três filhos de Domingos Vaz²⁶. Depois de instalada a doença, o contágio era rápido e propagava-se por vários membros do agregado familiar.

A debilidade dos corpos, a falta de higiene e a inconsistência do sistema público de saúde facilitavam a propagação da doença. Como o hospital era considerado lugar de tratamento dos pobres, as pessoas, apesar de doentes, preferiam morrer nos seus domicílios. Entre 1560 e 1599, 88, 5% dos óbitos realizados pela Santa Casa reportavam-se a pessoas que faleceram nas suas casas²⁷.

Embora a vila estivesse dotada de estruturas de saúde, elas não foram capazes de sustentar o efeito da peste. Em Vila Viçosa existiam

três hospitais: o hospital do Espírito Santo, administrado pela Misericórdia, o hospital ou enfermaria do duque, que servia apenas para os seus criados, e o hospital das *boubas*, também administrado pela Casa de Bragança. Este último hospital servia somente para tratar doenças venéreas, em particular a sífilis, e tinha sido fundado pelo duque D. Teodósio I²⁸. Posteriormente, em 1611, passou para a administração da Santa Casa, por ordem do duque de Bragança, D. Teodósio II.

Cada uma destas unidades de tratamento possuía médicos, cirurgiões, barbeiros e boticários, para apoiarem os doentes. Segundo Morais Sardinha, o duque era servido pelos melhores médicos do reino. O duque tinha ao seu serviço médicos experientes e sabedores, os quais visitavam duas vezes ao dia os internados no hospital da casa senhorial. Em 1618, o duque tinha cinco médicos, homens experimentados e formados “com grande applauso na universidade de Coimbra”²⁹.

²⁶ Arquivo da Santa Casa da Misericórdia de Vila Viçosa (doravante ASCMVV), *Livro de receita e despeza 1579-1580*, n.º 107, não paginado.

²⁷ Sobre os locais de morte veja-se Maria Marta Lobo de Araújo, *Dar aos pobres e emprestar a Deus...*, p. 291.

²⁸ Confira-se Joaquim José da Rocha Espanca, *Memórias de Vila Viçosa*, n.º 5..., p. 77.

²⁹ Veja-se Francisco de Morais Sardinha, *Antiquíssimo Parnaso novamente achado e descoberto em Villa Viçosa de que he Apollo o Excellentissimo Principe D. Theodosio 2.º deste nome... E assi dos varões illustres que nella nascerão e florescerão em armas em letras e poesia, com outras couzas a proposito no discurso deste livro*, 1618, fl. 70v.

Para disponibilizar melhores serviços e poder atender com mais eficácia os doentes da vila e dos arredores, a Misericórdia de Vila Viçosa contratou, em Julho de 1581, o licenciado André Vaz, para cirurgião do hospital e assistir os doentes a domicílio e dois boticários: Domingos Lopes e Francisco Mendes, os quais deviam fornecer “as mesinhas necessarias muito boas”³⁰.

Como as despesas com o sector da saúde cresceram na Santa Casa, as finanças da instituição não as conseguiram suportar. Por esta razão, em 1582, foi necessário recorrer aos irmãos para pagarem aos boticários, caso contrário, como referiu o escrivão, “seria necesario vender alguma propriedade”³¹.

Para além do internamento, a Misericórdia disponibilizava apoio domiciliário aos doentes, mandando a casa os seus médicos, cirurgiões ou barbeiros, fornecia os medicamentos e apoiava-os ainda com galinhas ou uma esmola em dinheiro. Também a Casa de Bragança distribuía esmolas a doentes para ajuda da cura.

Os efeitos económicos e sociais constituíram mais uma das consequências demográficas do flagelo, facto que faziam com que os poderes públicos implementassem medidas profiláticas e desenvolvessem esforços para sustentar a peste, em função de diversos interesses, onde se incluíam também aspectos políticos³².

Era nos momentos de epidemia que a morte se tornava mais presente e se apoderava um sentimento de dor e de impotência por parte dos homens³³.

Em 1581, a peste instalou-se novamente na vila e por sua causa o duque D. João nomeou um guarda-mor da saúde e solicitou ao

rei poderes excepcionais para este homem poder actuar. O monarca conferiu-lhe a possibilidade de...

“[...] entrando na dita villa alguma pessoa sem licença do dito guarda mor e constando que vem de lugar empedido a posa mandar prender e sendo piam sera condenado athe hum anno de degredo para o couto de Castro Marim com pregão na etudiencia [sic] e dous mil reis para os cativos e sendo pessoa de maior qualidade sera outro sim preso e condenado athe hum anno de degredo para o dito couto de Castro Marim e quatro mil reis para os ditos cativos e na mesma penna podera o dito guarda mor da saude condenar aquellas pessoas que meterem algum fato ou mercaderia que vierem dos ditos lugares empedidos; e as pessoas que vierem dos lugares que não estiverem impedidos e entrarem na dita villa sem licença do dito guarda mor podera condenar athe dous mil reis pagos da cadeya as quaes condenaçoens podera dar execução sem dellas receber apellação nem aggravo porque, pera isso lhe dou todo o poder e alçada com declaração que despache os feitos dos ditos culpados em camara com os vereadores da dita villa”³⁴.

O alvará conferia grandes poderes ao guarda-mor da saúde, principalmente no que se refere à circulação de pessoas e bens. Foi dado em Elvas, a três de Fevereiro de 1581, e mandado trasladar nos livros da Câmara para lhe ser dado inteiro cumprimento.

A oito de Março do mesmo ano, o duque nomeou neste cargo o licenciado Tomé de Mesquita, juiz de fora da vila³⁵.

Passados dois anos a peste regressou, obrigando o duque a nomear novo guarda-mor

³⁰ ASCMVV, Livro n.º 70/EL. 1.º, 2.º.

³¹ ASCMVV, Livro n.º 70/EL. 1.º, 2.º.

³² Veja-se José Losana Méndez, *La sanidad en la Época del Descubrimiento de América*, Madrid, Cátedra, 1994, pp. 151-159.

³³ Para este assunto, confira-se Michel Vovelle, *Ideologias y mentalidades*, Barcelona, Ed. Ariel, 1985, p. 103.

³⁴ ACB, *Livro dos privilégios* n.º 16, fls. 178v.-179v.

³⁵ ACB, *Livro dos privilégios* n.º 16, fls. 180-180v.

da saúde. A três de Agosto de 1583, foi nomeado para este posto o licenciado Lopo de Abreu Castelo Branco, juiz de fora da vila, para actuar de acordo com o alvará expedido em Elvas, em 1581³⁶.

A escolha do juiz de fora e a sua investidura em novas funções prendia-se com a necessidade de o cargo ser exercido por pessoa de reconhecida autoridade, para que as suas decisões, de salvaguarda da saúde pública, fossem respeitadas por toda a população.

Mau grado as preocupações do duque e a diligência tomada, a eficácia parece não ter sido grande. A incapacidade dos serviços de saúde e as medidas tomadas pelos poderes públicos para impedir o alastramento da doença eram frágeis e com resultados insatisfatórios.

As medidas de saúde pública implementadas estavam ainda associadas à restrição de movimentos da população e de bens, ao asseio das ruas, à purificação do ar através de fogueiras acesas e à fiscalização de animais. Mobilizava-se também o pessoal sanitário existente, publicavam-se regimentos da saúde, criavam-se cordões sanitários, levantavam-se hospitais para acolher os mais necessitados, suspendiam-se festas, feiras e tomavam-se medidas para efectuar os enterros dos infectados³⁷. Todavia, os efeitos eram sempre pequenos frente à hecatombe que a peste provocava.

Como esta peste se fez sentir em várias regiões do Alentejo, em Évora houve igualmente necessidade de nomear, em 1580, um guarda-mor da saúde. O próprio monarca, que em Dezembro desse ano se encontrava em Elvas, como verificámos, decidiu enviar o médico da sua casa, o Dr. Ramires, e o licenciado Sebastião Alfano, a Évora para se reunirem

com os médicos da cidade e equacionarem medidas para enfrentar os males da peste³⁸.

Em finais do século XVI, houve uma vez mais peste em Vila Viçosa. Todavia, os seus efeitos, ainda que sentidos em termos de defuntos sepultados pela Misericórdia da vila, principalmente no ano de 1590 e em 1599, as fontes não são pródigas em informações. Neste último ano, deram entrada no hospital da Misericórdia, só no mês de Julho, entre outros doentes, Luísa Dias e mais dois filhos, Antónia Vaz e quatro filhos. No mês de Outubro, Francisco João, homem viúvo, foi internado com um filho pequeno, tendo os dois falecido pouco tempo após. A doença propagava-se com facilidade, atingindo vários familiares em simultâneo.

Foi provavelmente por esta razão que Dom Filipe, filho do duque D. João e da duquesa D. Catarina, não compareceu, em 1599, na tomada de posse dos mesários da Misericórdia, para onde tinha sido eleito provedor. A sua ausência deveu-se ao facto de “estar na cama doente”, tendo, no entanto, mandado avisar que aceitava o cargo³⁹.

Todavia, e com base nos enterros da Santa Casa, os efeitos do flagelo parecem não ter sido tão gravosos como os do surto anterior.

Em pleno crescimento em finais do século XVI e nas primeiras décadas do seguinte, Vila Viçosa foi confrontada, como outras regiões do Alentejo, com as pestes que rapidamente atingiam todos os que encontravam pela frente. Não escolhiam grupos sociais, mas acabavam por ser mais penosas para os corpos mal alimentados, com carências de higiene e sem possibilidades de fugir ao mal. Provocavam mortes, instabilidade na vida económica e social, mas sobretudo impunham sem piedade o terror de ser contagiado e de ser vencido pela morte.

³⁶ ACB, Livro dos privilégios n.º 16, fls. 183-184.

³⁷ Confira-se Teresa Ferreira Rodrigues, “As estruturas populacionais”, in José Mattoso (dir.), *História de Portugal*..., p. 226.

³⁸ A propósito da peste em Évora e das medidas aí equacionadas para a suster leia-se Armando Gusmão, *Subsídios para a história da Santa Casa da Misericórdia de Évora*, parte II – tomo I (1567-1667)...., pp. 304-305.

³⁹ ASCMVV, Livro n.º 71, não paginado.

A Misericórdia de Luanda

Joaquim Francisco Soeiro Torrinha

Pode discutir-se a intenção colonizadora, não exclusiva nem isenta, dos portugueses na sequência da mensagem de civilização que levaram nas caravelas até aos confins do Brasil, da África e da Índia portuguesas.

É legítimo pensar que o risco por eles corrido fosse apenas mesclado e não totalmente puro, algo preenchido por pensamentos de ambições de natureza material, de buscas de riquezas a explorar e a transformar, tendo como finalidade única o engrandecimento da Metrópole, à custa de uma rapacidade de bens alheios, desumana.

É legítimo este pensamento e é possível que entre os homens que se arriscaram nessa aventura, alguns só pensassem nisso mas não teria sido nunca a maior parte deles que assim procedeu.

São inúmeros os casos de profunda devoção à heróica cruzada empreendida e os de exclusiva dedicação à causa que levavam como mensagem a cumprir, a abertura de novos mundos ao Mundo, à evangelização dos infiéis dentro dos cânones da doutrina cristã e do exemplar comportamento dos colonizadores em moldes humanizantes. O calipolense António de Oliveira Cadornega era um deles; Deus, a Pátria e o Rei representavam para ele os valores essenciais a defender.

Algumas vezes, como é próprio dos homens, isto teria sido esquecido e nem sempre punido com a presteza e o rigor devidos e necessários, tal como aconteceu nos nossos dias às últimas fracções ultramarinas que le-

galmente continuaram sob a alçada paternalista-administrativa de Portugal, como foi o caso da alegada corrupção em Macau.

A regra naquele tempo era outra.

Não é fácil encontrar o nome de António de Oliveira de Cadornega ligado aos estudos botânico-farmacêuticos, em livros de História da Farmácia ou mesmo em outras publicações. De momento recorde-me de ver alusões significativas acerca da matéria de facto, em: Pedro José da Silva, *Memórias sobre Farmácia*, 1866; João Rui Pita, *História da Farmácia*, Coimbra, 1998; outras mais leves, em trabalhos de Heitor Gomes Teixeira, in *Garcia d`Orta*, Lisboa, 4 (1-2), 1985-86, 11-14; uma breve referência da dupla de investigadoras do Centro de Antropologia do Instituto Tropical, Maria Emília Castro e Almeida e Maria C. Santos Neto, 1985-86, 11-14; há que salientar ainda as referências importantes, feitas na introdução escrita para a obra maior de Cadornega, pelo Cónego José Matias Salgado, Lisboa, 1972.

Contudo, esta curiosa faceta do extraordinário português que foi Cadornega, merece a todos os títulos uma alusão detalhada, para que a sua figura seja conhecida e tida como precursora, que foi, da Fitofarmácia em Angola, pois conheceu-a de experiência própria e descreveu-a. É verdade que não nos merece o mesmo mérito que atribuímos a Tomé Pires, o boticário leiriense que deu com os costados nos confins da China, o verdadeiro introdutor das drogas orientais, sobretudo indianas, no conspecto medicinal da época, na Metrópole.

Anote-se que a primeira descrição que delas fez, chegou às mãos de D. Manuel I em 1512 e o seu nome perpetuou-se como obra escrita denominada *Suma Orientalis*, ainda o judeu português Garcia d`Orta não sonhava ter de procurar refúgio na capital da Índia, e desenvolver aí a importante actividade botânica que conhecemos hoje através dos *Colóquios dos simples e drogas da Índia*.

Estes dois homens, um Boticário e outro Físico, são produtos do século XVI. Tomé Pires nasceu ainda no século XV e por isso têm para nós um interesse que se sobrepõe ao dado a Cadornega, que só em 1639 chegou a Angola, provindo de Vila Viçosa, onde nascera quinze anos antes.

Tudo nos leva a concluir que nem Tomé Pires, o Boticário, nem Garcia d`Orta, o Físico, influenciaram o Cadornega. Enquanto aqueles se dedicaram às drogas do Oriente, Cadornega ficou-se pela África Ocidental, alargando-se deste modo os conhecimentos sobre Farmacoterapia.

Onde chegámos, sempre intentámos transmitir de início a nossa língua e a nossa religião. Da nossa influência sobre os usos e costumes o tempo se encarregaria. Já o grande sociólogo brasileiro Gilberto Freire dizia que «depois de Cristo ninguém mais do que o português contribuiu para a fraternidade entre os homens».

As mais notáveis instituições de caridade cristã que transportámos para terras estranhas foram as Misericórdias, como associações pias de natureza evangélica, religiosa, com finalidade assistencial. E tão alto significado revelaram e de tal forma se notabilizaram na vida dos povos aborígenes, que grande parte delas atingiu este século e algumas mesmo chegaram até aos nossos dias, como a de Luanda, o que demonstra a elevada espiritualidade de tão terna compreensão no que concerne aos necessitados do Amor e da Carida-

de, ensinadas por Cristo com o seu exemplo e que os Apóstolos e Missionários expandiram através da doutrinação.

A essas Instituições em Angola, a Etiópia Ocidental, como lhe chamava António de Oliveira Cadornega, esteve ligado este corajoso calipolense, notável a muitos títulos, não só pela coragem como também pela nobreza de carácter, a quem os seus patricios estão devendo ainda a perpetuação da sua memória.

Graças a este ilustre varão que escreveu uma excelente e copiosa obra intitulada: *História das Guerras Angolanas* e uma monografia da sua terra natal, Vila Viçosa, que tem a particularidade de descrever muitos factos e locais, vividos ou acontecidos em vida do Autor, podemos, pela primeira vez, acompanhar, a par e passo, a criação e o desenvolvimento das Misericórdias angolanas de Luanda e de Vila da Vitória de Masangano.

A partir de 1576, a data mais provável para o início do funcionamento da Misericórdia de Luanda, embora não seja esta a considerada por Cadornega, ficamos a saber que nem sempre foi modelar a assistência ali praticada, devido a insuficiências financeiras, chegando às vezes a degradar-se até ao limite máximo, o que levou a tropa em 1800 a pedir que se desanexasse o Hospital Militar do da Misericórdia, tornando-o independente, facto que só um pouco mais tarde veio a ocorrer. Graças ao Governador Luís da Mota Fêo, em 1817 conseguiu-se melhorar a situação económica, pagando a tropa, anualmente, quatro contos de réis e com o privilégio da Misericórdia ter uma Botica «dirigida por um hábil boticário» que era a única maneira de haver sobras para consertar os prédios e comprar outros. De facto o funcionamento das unidades hospitalares em 1818 já era modelar, graças em parte ao bom desempenho da função do Boticário.

Na verdade, a acção do Governador Luís da Mota Fêo foi explosiva: reuniu 12.000 rs em

quatro dias, pondo-os à disposição de El-Rei e, em ar de gracejo e louvor, acrescentou que no dia 7 de Abril de 1817, dia da sua aclamação em Angola, pela primeira vez se fez uso do vinho deste País que foi empregado no Santo Sacrifício da Missa.

Em 1850, o mesmo Hospital tinha camas de sobra, quartos particulares, boas espaçosas e abundantes enfermarias, excedendo em tudo o pequeno Hospital Militar – «dava evidentes sinais de excessiva economia». Em 1857 e 1858, a Junta de Fazenda de Angola subsidiou largamente a Misericórdia, suprindo deste modo a sua deficiência de recursos.

Mas foi sol de pouca dura, que não chegou a impedir que os sintomas deletérios de laicização e conseqüente expoliação dos bens materiais das Igrejas, à custa da extinção das Ordens Religiosas, voltassem ao de cima, e tanto assim que em Janeiro de 1862 já o Governador Geral de Angola Sebastião Lopes Calheiros e Meneses dizia «que a Misericórdia de Luanda já não podia chamar-se Irmandade, porque só tinha um Irmão e era administrada há 25 anos por uma Comissão Administrativa que «tinha os seus negócios em mau estado.» Foi então que Calheiros de Meneses encetou negociações entre a Misericórdia e a Fazenda Pública, reconhecendo a notória valia de assistência prestada pela Instituição de Caridade, as quais surtiram o efeito desejado.

Desconhecemos, com pormenor histórico, as vicissitudes por que passou, desde o século XIX até ao abandono de Angola pelos portugueses, após o 25 de Abril de 1974; mas, fossem elas quais fossem, a verdade é que a Instituição da Misericórdia de Luanda excedeu de quatro séculos o seu percurso efectivo, o que prova a sua absoluta necessidade. de existência.

A fundação das Misericórdias nos territórios que descobrimos e onde implantámos Processos de administração, desenvolvimento

e de Cultura específicos e originais, a cujo conjunto se deu o nome de Colonialismo, palavra a que hoje se tenta ligar um sentido depreciativo, foi uma variedade realística e salutar, imbuindo no espírito dos autóctones sensações novas e hábitos sociais diferentes. Nenhum país apelidado de colonialista pode apresentar nada de igual ou de melhor.

Mas não era este o único vínculo distinto que caracterizava o novo tipo colonialista, porque a língua que lhes ensinávamos, a aculturação religiosa cristã, ao cuidado de Missionários de dura vida, com os seus arreigados preconceitos de ordem moral e religiosa, marcaram sociologicamente os naturais da região onde se arvorava a bandeira de Portugal, oferecendo-lhes um *modus vivendi* mais consentâneo com uma verdadeira civilização contemporânea.

As Misericórdias chegaram aos nossos dias e foram as únicas obras institucionais criadas com funções assistenciais múltiplas, desde o simples apoio espiritual às curas do corpo. Sobressaía de entre as catorze obras de misericórdia, constantes do catecismo católico, a edificação das Misericórdias com Hospitais privativos.

E tão enraizado e acreditado se encontrava este uso que, apesar da insensata e demolidora espoliação causada pela extinção das Ordens Religiosas (1834), à qual em nossos dias se somou a dos revolucionários do 25 de Abril, não conseguiram destruir essa importante obra da Fé Católica. Modificações revolucionárias, no duplo sentido de gestão e de laicização, por infrutíferas e perniciosas, não conseguiram abolir de todo a acção das caritativas Instituições, e de tal modo estas se consagraram no âmago da alma das gentes que, passados dois lustros logo assistimos à oferta de restituição, por parte dos mesmos governantes, da absoluta reintegração privada, patrimonial e funcional, dessas Santas Casas.

Como se vê o arrependimento foi rápido, só que as condições agora propostas, pelo irrealismo económico-financeiro que as condicionava, não poderia ser aceite pelas respectivas Provedorias. Não obstante, acreditamos que pode não levar muito tempo que tudo torne à desejada e experimentada primitiva forma, neste País de homens frouxos que se conformam e consolam com tudo, mesmo com aquilo que lhes é arbitrariamente imposto e dá provas de insuficiência e de mau funcionamento.

A Santa Casa da Misericórdia de Luanda que o calipolense António de Oliveira Cadornega, descreveu em 1681, como cidadão de Luanda que era, desde a tenra idade de 14/15 anos, sempre ao serviço de Portugal em Angola, era um modelo vivo de Piedade e Caridade cristã e um milagre de existência!

Recebia da Fazenda Real de Sua Alteza duzentos mil réis e fazia de despesa entre oito e dez mil cruzados! Tamanho descalabro financeiro era saneado à custa de generosas e piadas esmolas dos fiéis cristãos «prezando-se o que lhe toca servir de provedor, que sempre é dos mais possantes e principais cidadãos e moradores, de deixarem a dispensa bem provida de todo o necessário...».

Não se esqueceu Cadornega de citar elementos estatísticos que nos permitem avaliar do movimento hospitalar e, por isso, acrescenta «há anos que vão ao Hospital mais de

600 doentes», contados entre soldados metropolitanos e o gentio aborigene.

NOTAS:

À data da publicação deste trabalho já todas as Misericórdias foram devolvidas a quem de direito.

A pedido dos cidadãos de Masangano, no Estado de Angola fundou-se uma igreja e Hospital da Misericórdia, por provisão de 1 de Março de 1765. Chancelaria de D. Afonso VI, livro 38, folio 112, v^o.

BIBLIOGRAFIA

BRÁSIO, Padre António. C.S.S.P. *As Misericórdias de Angola*, «Studia», n.º 4, Lisboa, 1959.

CADORNEGA, António de Oliveira. *História Geral das Guerras Angolanas*, 1680, Lisboa, 1972.

FÊO, J. C. Cardoso de Castel Branco. *Memórias*, Paris, 1825, pp. 313-314.

MENEZES, Sebastião Lopes Calheiros. *Relatório Geral da Província de Angola referido ao ano de 1861*, Lisboa, 1867, pág. 33.

SERRÃO, Joaquim Veríssimo. *História de Portugal (1640-1750)*, vol. 5, ed. Verbo, 2.^a edição, 1982, pág. 165-167, Lisboa 1982.

Arquivo Histórico de Angola Luanda, "Ofícios para o Reino", 10, fl. 37 v^o.

Historiografia calipolense – António de Oliveira Cadornega

Joaquim Francisco Soeiro Torrinha

I

Já citei, em recentes publicações, o nome dos mais importantes cronistas cuja actividade narrativa se concentrou mais detalhadamente sobre a História da nossa vila ducal, em pleno século XVII. Um deles, que não foi o mais antigo, chamava-se António de Oliveira Cadornega e a sua obra escrita denominada *Descrição de Vila Viçosa* não foi, apesar de tudo, a mais importante da sua actividade de escritor, embora possua um particular interesse para a nossa vila.

Do manuscrito que a contém existem dois exemplares, um que é o original e pertence à Academia das Ciências de Lisboa e o outro uma cópia, à qual o trabalho do copista retirou as notas marginais que tinham certo interesse para o conjunto do mesmo. É pois uma cópia ligeiramente truncada, esta que está na Biblioteca Pública de Évora.

Mas a obra mais notável que acabou de escrever em 1683 é a *História das Guerras Angolanas*, data esta que um dos seus biógrafos, Heitor Gomes Teixeira, fixa como a mais exacta para a sua conclusão e foi escrita pouco antes da *Descrição de Vila Viçosa* de que acima falei.

É tão importante é essa primeira publicação, pela enormidade de factos que nas suas páginas se anotam e se espalham pelo espaço gráfico de três grossos volumes, que é tida hoje como a única História de Angola existente, um monumento literário de elevado preço, igual a tantas outras coisas que o nos-

so período de colonização benfazeja deixou aos angolanos como herança. Ainda por cima, com a vantagem de ter sido escrita no próprio local a que se refere, servindo-se de fontes históricas que se desenrolaram em tempo de vida e na presença do autor.

Outro tanto, podemos dizer, não ocorreu com a *Descrição de Vila Viçosa*, que foi feita à custa da memória visual do autor, o qual por partir de sua terra natal com a idade de 14-15 anos, não a teria já tão fresca e segura para fazer uma incontestável narração dos acontecimentos. Isto nota-se na rememoração de Cadornega em alguns passos desta sua obra. Anota-o o próprio P.^o Joaquim Espanca que conseguiu, enquanto aluno do Seminário de Évora, consultar a cópia truncada dessa obra na Biblioteca Nacional desta cidade.

Da *História das Guerras Angolanas* existem dois exemplares manuscritos: o autógrafo na Biblioteca Nacional de Paris e a cópia do de Lisboa na Academia das Ciências desta mesma cidade. Aqueles que quiserem conhecer mais dados sobre as peripécias que os manuscritos sofreram, aconselho-lhes que consultem o Prólogo do Anotador, Prof. J. Matias Delgado, no volume I e, também a introdução feita por Heitor Gomes Teixeira à própria *Descrição de Vila Viçosa*, os dois investigadores que com mais afinco se debruçaram sobre a vida e a obra do nosso famoso conterrâneo.

Dos três cronistas do século XVII naturais de Vila Viçosa, o primeiro foi Francisco de Moraes Sardinha que escreveu *O Antiquíssimo Parnaso novamente achado e descoberto em*

Vila Viçosa, de que é Apolo o Exmo. Príncipe D. Teodósio, segundo de nome, em 1618. Poderia ter sido lido por Cadornega mas é certo que o não foi, uma vez que a obra ficou manuscrita e Cadornega nunca mais saiu de Angola desde o dia em que lá chegou.

O segundo foi Frei Manuel Calado, cujo nome perdura ainda no ouvido dos anciãos da minha idade que chamavam, como toda a gente, à rua Martim Afonso de Sousa a rua de Frei Manuel, sem que esta designação lhes trouxesse à mente qualquer espécie de lembrança da figura que assinalava. Só muito tardiamente, já por volta dos meus dezassete ou dezoito anos vim a tomar conhecimento que Frei Manuel era o Frei Manuel Calado, historiógrafo da terra que lhe servira de berço, autor do livro *Valeroso Lucideno e Triunfo da Liberdade*, impresso em 1648 – já Cadornega tinha 24 anos –, contendo uma breve descrição sobre Vila Viçosa

Julgam muitos que à Historiografia se dedicam, que essa pequena resenha histórica de Frei Manuel teve o dom de estimular o nosso Cadornega e favorecer-lhe a tarefa de recolha de alguns dados históricos. Contudo, nada o provou de concreto. Mais tarde, já no século XIX, o P.^o Joaquim Espanca escrevia, a propósito do *Valeroso Lucideno* de Frei Manuel que «devia ser editada por apêndice a estas minha *Memórias* com outros documentos. Mas assim como Cadornega escreveu muito e nada publicou por falta de editores e meios próprios, acontecer-me-á a mim o mesmo». Aqui se enganou o bom do P.^o Espanca, porque a sua obra viu a luz da publicidade mais cedo do que a de Frei Manuel Calado.

A do P.^o Espanca foi publicada em resumo, por ele mesmo editado num livro a que chamou *Compêndio de Notícias de Vila Viçosa*, impresso na Tipografia de Francisco de Paula Oliveira Carvalho, na vila de Redondo, em 1892. Mais tarde, em 1986, a Câmara Muni-

cipal de Vila Viçosa fez uma edição completa das *Memórias de Vila Viçosa* em 36 cadernos com pouco mais de cem páginas cada um. Sublinhei a palavra completa, porque ainda falta publicar um volume manuscrito, com dados exclusivamente referentes ao termo da freguesia de Pardais, deste concelho de Vila Viçosa, para além de muitos outros referentes à vida particular do autor que são de enorme interesse para a sua biografia.

Este grosso volume apareceu na sacristia da Igreja de Pardais já depois de terminada a publicação dos anteriores cinco e, em meu entender, parece-me que é indispensável que se adicione às suas restantes publicações já editadas. É mesmo uma imperiosa obrigação.

Também a obra de Frei Manuel Calado continua por entre o pó dos arquivos, de onde brevemente deveria sair para ver a luz da publicação na revista de Cultura *Callipole*, editada pela Câmara Municipal de Vila Viçosa.

Igualmente de Francisco Morais Sardinha, outro cronista com o seu *Parnaso novamente achado e descoberto...*, haveremos de publicar o que escreveu, pois é nossa obrigação como calipolenses dar a conhecer as figuras daqueles que com o seu estro conseguiram elevar Vila Viçosa ao lugar que merecia.

Voltemos ao nosso Cadornega e vamos enumerar as obras literárias que dele conhecemos. Para além das duas de que já tratámos, ainda escreveu *História de todas as coisas que sucederam em Angola, no tempo dos Governadores que assumiram funções depois da guerra até D. João de Lencastre e Compêndio da Expugnação do Reino de Benguela e das terras adjacentes*.

Cadornega escreveu muito. Não porque escrevesse com um estilo puro de modo a satisfazer a sensibilidade dos que gozam ao ler bom português, mas decerto porque sentia ele próprio a necessidade de o fazer, por várias razões. O estilo não é agradável.

Ao sair de Vila Viçosa aos 14-15 anos, a sua cultura era incipiente e passando em Angola o resto da vida, a que lá adquiriu fê-lo, por certo, com esforço próprio. Foi, fora de dúvida, um verdadeiro autodidacta. Ele o compreendeu perfeitamente, a ponto de se assumir como tal, pois que a pág. 9 do Volume I da *História das Guerras Angolanas* desculpa-se perante o leitor escrevendo: «Do hábito de Soldado se não deve esperar curiosidades, pois os que militam não têm tempo para elas. E outras desculpas e noutros locais o fez sempre com natural humildade, às vezes até excessiva».

Não quero deixar de oferecer ao leitor um longo escrito de Cadornega, onde o próprio faz a sua biografia e esboça a árvore de costados até aos bisavós, com os cargos e as comendas e onde se fazem agradecimentos e louvores a muita gente de bem e especialmente à Família dos Braganças. Vejamos então:

O autor dedica por várias razões «esta limitada obra ao Príncipe Nosso Senhor, a primeira por ser Autor da muito sempre leal, e real Vila Viçosa, Corte dos Sereníssimos Duques dos Estados de Bragança e Barcelos, Condestables dos Reinos de Portugal, “secundariamente” por ser Bisneto de Damião Peres de Cadornega, Criado da Casa Real e Neto de Cristóvão Peres de Cadornega, Cavalleiro fidalgo da Casa de Sua Majestade, e executor da propriedade da Comarca de Estremôs, e naquela nobre Vila morador, em cujo officio recebeu sempre da Real Casa de Bragança, honras, e favores assim de sua Alteza a Sereníssima Senhora D. Catarina, bisavó de Sua Alteza que Deus guarde, como do Sereníssimo Senhor Duque D. Theodozio segundo de nome, seu Avô, a respeito das tenças que meu Avô pagava, consignadas naquela Executuria, e Comarca; e também pelo Irmão do meu Avô Padre Francisco de Oliveira haver sido criado, e Capelão do Senhor Duque D. Theodozio, estando com ele cativo em África na perda del

Rey D. Sebastião; e vindo dito Padre daquelle cativo, foi provido por Vigário da Igreja da Vila Olinda de Pernambuco, e Mão-posteiro-Mór dos Cautivos. E entrando nos Ducados de Bragança, e Barcelos o Senhor Duque D. Theodozio, por falecimento de seu Pay o Sereníssimo Senhor Duque Dom João mandou por carta sua chamar ao Padre seu Capellão Tio do Autor para lhe fazer mercê em gratificação dos seus serviços o que ele por já velho e não se pôr outra vez em risco de ser Cativo não pode conseguir agradecendo a honra e lembrança que delle tinha, lhe manifestou como em Portugal tinha Sobrinhos onde podia empregar a mercê que elle lhe queria fazer para o que foi servido de mandar passar um Alvará de lembrança que em nossa pequena casa havia para uma Abbadia na Beira das muitas que aquella Real Casa tem por aquellas partes havendo em algum dos seus Sobrinhos estudo e capacidade para isso e porque seus Sobrinhos se deram mais às armas do que às Letras meu Pay António Cadornega e Oliveira tendo andado em Armadas no serviço da Coroa de Portugal foi provido e occupado pela de Castella em Officios honrosos em Buenos Rio da Prata servindo de Official mayor da Real Fazenda, e vindo daquelle serviço foi roubado do Flamengo na Costa destes Reinos de Angola em tempo do Governo de Fernão de Sousa com que lhe não pareceo mais proseguir no serviço daquelle Coroa querendo-o ocupar com acrescentamento, e dizia que com um pequeno pão da Real Casa de Bragança se havia de contentar, e vendose com filhos e atenuado de fazenda por ter dado, o Officio da Executuria de Estremos a Sua Irmã D. Catarina de Azevedo com que a cazou com António Gonçalves Ferreira, se chegou ao amparo e abas do Sereníssimo Duque D. João Nosso Rey e Senhor passando praça de Cavalheiro fidalgo que era o foro que seu Pay tinha na Casa Real sendo primeiro tomado como Escudeiro Fidalgo, de-

pois ganhado o dito acrescentamento por seu braço alcançado nas guerras de África e Cidade de Ceuta com mil e cem reis de moradia por mês e um Alqueire de Cevada por dia, que eram cincoenta Réis o que tudo consta do seu Alvará. A pouco tempo de sua assistência vagou hum Offício na Vila de Ourém de escrivão das notas o qual pedindo meu Pay lhe disse o Senhor Infante D. Duarte que era seu mais afeiçoado que aquelle Offício não era capaz para elle, que esperasse, que vagasse outra coisa em que tivesse lugar ao que lhe respondeo, que elle o não havia de servir, que o daria de serventia, e que em quanto Comia aquelle pão lhe faria a mercê que dizia o qual Offício foi dado a meu Pay, e elle o dava de serventia e tirado o terço lhe ficava para elle um ano por outro outenta noventa mil réis. Com estas fatias de pão daquella sempre esclarecida Casa de Bragança fui eu sustentado e mais meus Irmãos; e porque eu não ficasse de fora dos seus favores vindo a Lisboa com um Irmão por nome Manuel Cadornega que hoje vive, e é morador na Villa da Vitória de Masangano tendo assentado praça de Soldado nos Almazens daquella Corte contra vontade de nosso Pay que queria seguíssemos os Estudos, vendonos sem nenhum amparo estando o nosso Excellentíssimo Senhor, na era de 639 da banda dalém onde tinha vindo a instancia del Rey Dom Phellipe o quarto sendo governador de Portugal a Infanta Dona Margarida Duqueza de Mantua, Tia do dito Rey a respeito de dizerem vinha uma poderosa Armada do Christianissimo Rey de França contra Portugal, viesse a preparar ou mandar preparar as Fortalezas e de gente de guerra como Condestable que era daquelles Reynos, outros ajuizarão fora outro o fim de que Deus o livrou para nele começar a renascer a Monarquia Lusitana, prometimento que Nosso Senhor havia feito no Campo de Ourique ao nosso primeiro Rey Dom. Affonço Anrriques, que na decima sétima geração se

atinuaria a Linha Real daquelles esclarecidos Reys que assim atinuada poria seus olhos de Mizericórdia em aquelle seu Reyno assim que aquelle parto estava guardado daquelle tronco para nele se cumprir a palavra de Deus como tão gloriosamente se vio cumprida eu e meu Irmão a banda dalém de Almada onde estava aposentado o nosso invicto Senhor lhe pedimos que quisesse favorecer com huma carta de favor para o Governador Pedro Cezar de Menezes com quem vínhamos embarcados para Angola a servir nas guerras da Conquista destes Reinos e nos fez mercê de nola mandar passar, dizendo a Manuel Caldeira de Castro Moço da Guardaroupa levasse recado ao Secretário António Paes Veigas para a fazer, favor singular das suas Reais Mãos que os Sereníssimos Duques de Bragança sempre souberam dar muito e pedir pouco; a qual carta teve sempre em tanta estima, o Governador que sendo aprisionado do Flamengo onde lhe tomaram quanto possuía teve industria para a haver das mãos inimigas, e a levou consigo quando a levou destes Reinos para Portugal fazendilhe tanta veneração como o podia fazer a mais devota Relíquia.

Assim que meu Bisavô Damião Peres de Cadornega foi Criado da Casa Real, meu Avô Cristóvão Peres de Cadornega tomado nella por Escudeiro fidalgo e acrescentado por seus serviços despois de armado Cavalleiro na guerra viva de África a Cavalleiro fidalgo e dando-lhe em dote em tempo do Senhor Rey Dom Sebastião e da Raynha Regente a Sr.^a D. Caterina com minha Avó Violante Gomes de Azevedo o Offício da Executuria de Estremôs de propriedade, recebendo continuados favores da Real Casa de Bragança e seu Irmão e meu Tio foi criado e Capellão meu Pay António Cadornega e Oliveira teve pão com que sustentar seus fillhos, Eu e meu Irmão honras e favores com dita Carta. Estas são as obrigações que me acompanhão para tomar confiança de

fazer a dedicatória desta história das Guerras Angolanas ao Príncipe Nosso Senhor D. Pedro Governador Regente dos Reynos de Portugal e de suas Conquistas, que muitos annos nos viva e guarde Deus.»

Por ter visto e lido que todas as Conquistas que teve a Nação Portuguesa assim em tempo que reinaram os Senhores Reys de Portugal com o que esteve unido ao de Castella, e assim depois da feliz aclamação do Senhor Rey Dom João o Quarto de saudoza memória houve por todas as partes do Mundo em que os Portugueses tiverão tão grandiosas Conquistas e fizeram tão numerosas presas por mandado de seus Reys e exaltação da fé Catholica e seu serviço; em Portugal e em África, conta suas empresas o Doutor Pedro de Maris em a recopilção das Crónicas dos Senhores Reys de Portugal João de Barros e Diogo de Couto e nas décadas que escreverão dos prósperos e adversos sucessos que em tempo dos Governadores e Vis-Reys da Índia houve em seus Governos naquelle Estado e agora novamente recopilado e emendado com tanta elegância e erudição por Manoel Faria de Sousa, onde se dá mais claras noticias pello que o discurso tempo mostrou. E agora escrevendo o General das frotas do Brasil e Governador que foi de Pernambuco Francisco de Brito Freire as Guerras Brasíliaicas com tanta bizzarria e elegância e verdade, só dos Reynos de Angola e suas Conquistas onde havia tanto que escrever, onde não houve menos sucessos prosperos e adversos, depois que foi descoberto e se começou a conquistar até o presente, sem haver quem tomasse esta empresa a sua conta, e por não ficarem cousas de tanta consideração em esquecimento, o que obrarão os Portugueses em o serviço da Coroa de Portugal, e exaltação da Santa Fé Catholica entre tantos bárbaros idólatras inimigos da sua Santa Lei me dispuz a fazer este compendio que assim

se pode chamar pelo muito que se podia escrever, o ser com pouca elegância nasce do meu fraco talento, servirá.

Para avivar a que haja quem com melhor estudo o pondere, lime e escreva, as quais noticias darei por haver quarenta annos que assisto neste Reyno de Angola vindo a ele por Soldado servindo ao Príncipe Nosso senhor na Era de seiscentos e trinta e nove em Companhia do Governador e Capitão Geral Pedro Cezar de Menezes, e das noticias que tomei dos antigos com quem falei e conversei que assistirão nas ditas Conquistas, quando não seja em todo será em parte conforme minha Lembrança, e alguns papeis que vi daquelles tempos em a Vila da Vitória de Masangano, onde assisti na Conquista effectivamente perto de trinta anos, sendo nela soldado Alferes e Capitão, neste direi o que vi, e fiz, e occazions de guerra em que me achei assim nas que se fizeram no Sertão ao Gentio, como no que se obrou no discurso de sete annos que o Flamengo occupou estes Reynos do habito de Soldado se não deve esperar curiosidades pois que os que militam não tem tempo para ellas, o que só se notou no famoso Emperador Júlio Cezar que o que obrava de dia com a espada escrevia de noite com a penna, como se vê nos seus Comentários, e no insigne poeta Luiz de Camoens que juntamente foi Soldado e Escritor, como o mostram as suas deleitosas poesias nos seus lusiadas, servirá só esta minha curiosidade e desvelo de dar noticias ao Mundo e Curiosos na verdade, e se alguma coisa me equivocar não será nos sucessos senão no tempo em que sucederão por não haver hoje nestes Reynos noticias que os destingão porque em o tempo em que se descreve esta historia general das guerras Angolanas, he o autor o mais antigo que nelles hay e começando hirá dicorrendo pellos Governos antigos e modernos parte dos sucessos que nestes Reynos houve.»

Suponho que já deixei bem impressa no espírito do leitor a imagem de um meu conterrâneo que tanto desvelo e coragem teve para nos descrever o que se passou e o que ele também sofreu naquelas inóspitas paragens de Angola, em luta contra a incompreensão das gentes e contra a adversidade do clima e da distância tremenda da família e da Pátria, num ambiente contínuo de guerra quer contra os naturais quer contra o Flamengo, como ele chama à corja de piratas holandeses que enxameavam as plagas costeiras das nossas possessões no Brasil e em África

//

No anterior capítulo falei pela primeira vez de António de Oliveira Cadornega; e agora volto a falar do mesmo ilustre calipolense. Parece tratar-se de uma repetição mas não o é, porque quem escreveu o que acima se contou foi, na sua maior parte, o próprio Cadornega. Eu só desempenhei o papel de coordenador e intérprete do que ele disse de si mesmo, da família donde provinha e dos ilustres varões da Casa de Bragança. Foi, como frisei, a apresentação da árvore genealógica da qual Cadornega era um ramo. Falta agora falar dos frutos que de essa árvore se colheram e da sua influência na sociedade onde eles amadureceram e foram consumidos

O que vou dizer aqui faz ainda parte da biografia desse português, que trocou com razões de sobejo para tal, Portugal por Angola, que era também, nessa altura, um pedaço deste País que soube levar muito longe a civilização que tinha, para ensinar outros povos semi-selvagens, abrindo-lhes um futuro melhor. Se o designio foi conseguido ou não, o leitor decidirá. Eu por mim acho que cumprimos o nosso dever no Ultramar, do qual há pouco tempo nos despedimos definitivamente

com a entrega de Macau ao Império chinês. E digo-o porque num primeiro relance de olhar me parece que esses territórios hoje ainda não progrediram o necessário, à excepção do Brasil que com quase dois séculos de autonomia melhorou consideravelmente.

Em carta de favor passada pelo então Duque de Bragança D. João II, mais tarde Rei de Portugal, dirigida a Pedro Cezar de Meneses, que ia embarcar como Governador de Angola, onde seria o 10.º desse título, tornou-se viável a António de Oliveira Cadornega a viagem até aquela possessão ultramarina: Angola. Aportou a Benguela primeiramente e só desembarcou em Luanda, onde ficou, em 18 de Outubro de 1639.

De 1624, data mais provável para o seu nascimento, a 1639, medeiam escassos 15 anos. Contudo se contarmos o tempo desde a saída de Vila Viçosa para Lisboa com o fim de fazer a preparação do embarque, mais o gasto do tempo da demora no mar até chegar ao destino, Angola, podemos chegar ao extremo de apontar a Cadornega a idade de 14 anos e meio à data da partida. Tenra idade para um adolescente se poder alistar num serviço militar, ainda por cima em clima de características tropicais.

Uma verdadeira e corajosa aventura, podemos considerar, qual foi o início da viagem, e outra ainda maior a de ser o resto da vida militar e civil cumprida nesse território. Não há documento comprovativo do dia do nascimento mas existe o do baptismo em 2 de Março de 1624, e dado que o costume era receber-se esse sacramento pouco depois do nascimento, é possível e até admissível que Cadornega tivesse nascido já dentro de 1624.

De férrea memória e de intuição descritiva precoce se mostrou, não só com a descrição topográfica de Vila Viçosa mas também com a do bombástico cerimonial de toda as festividades e acontecimentos nela realizados du-

rante a sua adolescência, contando-se entre elas a da recepção do seu chefe à chegada a Luanda.

Acometida que era Luanda da banda do mar pelos corsários holandeses e da terra pelos povos aborígenes de difícil submissão, entre os quais se salientou a Rainha Ginga, de nome português D. Ana de Sousa que a Cadornega mereceu palavras de endeusamento, era este o quadro panorâmico em que esse jovem se iria debater.

Acosados assim na capital angolana os portugueses, tiveram de fixar-se em Vila Vitória de Masangano, a alguns quilómetros de Luanda, bastião que lhes serviu de relativo resguardo e protecção, como medida cautelar. E nem a libertação de Luanda que Salvador Correia de Sá e Benevides, em 1648, teve a virtude de consumir, motivou os Cadornega a saírem do reduto que inicialmente os protegera: Masangano. Lá se quedaram, o soldado António Cadornega e o alferes Manuel Correia, seu irmão e companheiro de aventura, desde a primeira hora.

As opiniões dos escritores Barbosa Machado e de Boxer que não se cansaram de immortalizar os memoráveis feitos dos Cadornega, não são todavia coincidentes, pelo menos no que diz respeito à vida militar. Enquanto Barbosa Machado cita Cadornega com notabilidade no campo militar, Boxer diz que não foram de grande monta os seus serviços nesse campo. Mas quer aceitemos uma quer aceitemos outra das opiniões, o certo é que António Cadornega atingiu a patente de capitão a 29 de Janeiro de 1649, aos vinte e cinco anos de idade, e isso, ao tempo, já lhe dava para se incorporar e movimentar, a seu belo talante, no meio social mais elevado da terra onde vivia.

Tendo conhecido em Masangano uma filha de Fernão Rodrigues, português de rija tempera, capitão de navegação do rio Cuanza,

onde possuía uma “ilha” com o seu nome, tomou-a por esposa e aí assentou arraiais por cerca de trinta longos anos. Reformado que foi, o seu labor dirigiu-se mais para os valores da sociedade civil, para os quais se encontrava mais vocacionado, facto que ajuda a compreender a tomada de posição do escritor Boxer, quanto ao valor de António Cadornega como homem de guerra, preferindo exaltá-lo na parte respeitante à vida cívica.

E assim, conduzidos por Boxer, o vamos encontrar como componente do Senado Camarário e ainda Juiz Ordinário de Masangano, terra onde lutou junto do Governador de Luanda pela institucionalização da Misericórdia e do Hospital que lhe era adstrito. Ambas as instituições sem Regimento mas as delongas e as protelações com que eram recebidos os seus insistentes pedidos para as viabilizar e tornar oficiais, encontraram sempre resistência inoperante por parte de D. Luísa de Gusmão e de seu filho Dom Afonso VI. Contudo isso não impediu que fosse Provedor da Misericórdia de Masangano.

Parece-nos ser só depois de 1683 que se deslocou para Luanda, visto que nesta data ainda era «actualmente juiz ordinário», cargo que exerceu em Vila Vitória de Masangano; mas em Dezembro de 1685 vemo-lo a assinar documentos no cargo de Vereador da Câmara de Luanda.

Em 1681 publicou a *História Geral das Guerras Angolanas*, com dedicatória a D. Pedro II e em 1683 publicou a já citada *Descrição de Vila Viçosa*, oferecida ao Conde da Ericeira D. Luís de Meneses. Na opinião de Gomes Teixeira, o seu pendor cristão tê-lo-ia impellido mais para obras de carácter religioso do que civil ou laico, não nos causando isso admiração porque era o costume da época, e assim o demonstrou Cadornega em Masangano, e que quanto ao facto de quando em Luanda não ter sido chamado a concretizar em

obras o fruto desse seu fervor, a explicação encontramos-na nas condições peculiares a que a devassa jesuítica da Inquisição tinha conduzido os processos difamatórios, instaurados a sua mãe e sua irmã.

Não nos pode parecer estranho, portanto, o facto.

À mãe queimando-a em estátua e também os ossos, profanando-lhe miseravelmente a sepultura, ossos que no dizer de Gomes Teixeira ainda estariam cobertos de carne tão precocemente teria sido feita a profanação; à irmã a vituperação perpétua, condenando-a a arrastar o Sanbenito até à hora da redenção e ao degredo para o Brasil por três anos. A este se escapou ela por impetração fundamentada de moça donzela que era, mas não deixou de cumprir, em alternativa, a expatriação fora da comarca de Vila Viçosa. A Inquisição!... O horror da Inquisição!...

Terrível e abominável Inquisição que leva uma mãe a declarar que tem filhos evitando, por fingimento e alegada ignorância, citar exactamente o lugar onde se encontravam, para os não deixar submeter ao vexame da infâmia a que toda a sua família estava votada, por um lado e, pelo outro leva uma filha, ameaçada pelo Santo Ofício, a acusar a própria mãe, já morta e enterrada, como ré dos crimes de heresia e de apostasia! Só para salvar a pele!

É possível que todo este quadro maquiavélico fosse o acicate que impeliu Cadornega a tentar redimir a imagem de uma Família – a sua própria – que o pensamento ditatorial da Inquisição lançara na valeta da ignomínia. É possível que ele com os seus dotes literários na ponta do aparo, esgrimisse com a força do pensamento e das palavras e tentasse deste modo convencer os que com ele conviviam e mais aqueles que o haviam criado – os Braganças a quem servira, de modo a ilibar a memória dos factos que a denegriram. Um

pouco misterioso o fundo do pensamento e até a própria vida de Cadornega. Porque não voltou ele nunca mais à sua pátria, à sua querida e louvada Vila, mais aqueles com quem conviveu?

Talvez o sentimento recalcado, por nenhum desses ter mexido uma palha para mitigar, a força, a rudeza e a brutalidade do processo inquisitorial que atingira e manchara directamente parte da sua família, ressentimento que se prolongava à cobardia dos amigos e conhecidos, que fingiam ignorar o que ele sofria, mostrando um desinteresse e um esquecimento imperdoáveis.

Há duas teses, contraditórias, para a génese da obra de Cadornega:

- a) de Heitor Gomes Teixeira
- b) do P.^o Joaquim Espanca

O certo é que o próprio Cadornega desmente a presunção do P.^o Espanca, quando afirma «só me vali da memória». Mas como pode Cadornega fazer uma afirmação deste teor, se é por demais evidente que teve sempre à mão fontes escritas em abundância, que, ele mesmo afirma ter consultado, citando-as no corpo do seu livro *Descrição de Vila Viçosa*, as quais são pelo menos 23, em grande maioria relativas à História, Crónicas de Ordens Religiosas e dos Reis de Portugal, Viagens, Panegíricos vários, etc.? E à mistura com as leituras de que se serviu, vinham as pessoas em barcos que aportavam a Luanda e traziam notícias mais frescas do Brasil e de Portugal, nas quais relatavam os principais acontecimentos passados na Metrópole.

A expansão e a concomitante defesa da língua é uma atitude que fica bem aos portugueses. É o dilatar da Pátria, é a implementação de um ser sagrado e o elo de ligação entre pessoas que conseguem sobrepor-se à distância, à raça e à Religião, e até às próprias conveniências. Temos exemplos disto em

toda a História do Mundo. Para Portugal o mais recente é o caso de Timor e outros há na Comunidade Palop que a continuam falando.

Portugal levou nos panos das caravelas às cinco partes do Mundo, o seu modo de falar. O uso fez dele Escola, e a instituição da língua criou-se e manteve-se afastada da pureza que poderia ter se os sucessivos governos, durante todos estes séculos, se tivessem debruçado sobre o benefício desses interesses para a Nação Comum, estimulando a motivação para alargar a influência ainda maior que ela poderia ter tido. Vistas curtas, afinal. Mas mal ou bem, arreigou-se, apesar de tudo, o costume de falar português. E os que insistem em não falar, mesmo assim, vão integrando insensivelmente nos seus dialectos palavras ou expressões nossas. Não se deve esquecer, por exemplo, que na Guiné-Bissau «o próprio crioulo foi gerado no vocabulário medieval português.»

O P.^o Espanca nunca viu o original do manuscrito de Cadornega, que fazia parte no seu tempo, da pouco arrumada biblioteca da Academia das Ciências de Lisboa, onde tinha a cota MS.-78-v e estava ao lado de outro original de Cadornega também com a cota Ms.-78-v. *História das Guerras Angolanas*. Apenas conheceu uma cópia da Biblioteca Pública de Évora, com algumas omissões e incorrecções. E tanto valor lhe atribuiu que achava que ela devia ser «editada, por apêndice, a estas minhas Memórias, com outros documentos»

E já arriscava, profeticamente, que poderia suceder aos escritos de Cadornega o mesmo que talvez sucedesse aos seus; ficarem inéditos «por falta de editores e de meios próprios. Mas a profecia, por felicidade nossa não se cumpriu e, embora tardiamente, em 1981, veio a *Descrição* de Cadornega à luz do dia; as *Memórias de Vila Viçosa* vê-la-iam em 1986. Ambas em separado, com a diferença de a de Cadornega ser acompanhada de um

bom estudo introdutório e as *Memórias de Vila Viçosa*, às quais tanta falta ele fazia, não o terem.

Contrariamente ao que o próprio Cadornega afirma, a prevalência da sua obra antiga, de antes dos 15 anos de idade (!), sobre qualquer outro e posterior contacto ou conhecimento de notícias ocorridas em Vila Viçosa, as quais nunca teve durante a sua estadia em Angola, ao serviço da Pátria, incorporado como estava no exército de defesa e ocupação, certamente não aconteceram em absoluto.

As lides bélicas não lhe consentiriam grandes sobras de tempo para literatices, nem os meios de comunicação seriam de molde a receber notícias abundantes, actualizadas e regulares na África Ocidental, tanto mais que esteve muito tempo fora da capital, em Vila da Vitória de Masangano. E só quando veio para Luanda encontraria ocasião própria para as recolher de longe em longe, uma vez que ali chegavam os barcos da Metrópole e a sua vida social era particularmente favorável a contactos com personalidades de toda a espécie.

«Começou a ler muito depois que acabou a guerra» diz o P.^o Espanca e, no seu modo de ver, «o que o levou a compor a sua *Descrição sobre Vila Viçosa* foi o chegar-lhe às mãos o *Valeroso Lucideno* do nosso patricio Frei Manuel Calado, frade graciano, livro impresso em Lisboa em 1648 e achar ali “uma descrição breve da sua pátria” e “porque a achava deficiente” e insuficiente por resumida, meteu mãos à obra e escreveu uma.»

Como se vê destas citações que faço, a hipótese do P.^o Espanca contrapõe-se frontalmente à declaração expressa de Cadornega de que se servira única e exclusivamente da própria memória, como auxílio para compor a sua *Descrição de Vila Viçosa*. Porém, a nós parece-nos que, mesmo com esse afinado “computador” à mercê da sua verve, Cadornega

nega, teria imensa dificuldade em explicar-nos como pode mencionar certas pessoas e certos factos com tanto rigor e precisão nessa sua notável, «obra de História verdadeira», «um vaso de ouro lavado e cravejado de diamantes; uma arca santa para guardar o precioso tesouro e verdade dos factos e das coisas que, sem ele, seriam para nós como se nunca tivessem existido»; com estes epítetos o mimoseava o P.^e Espanca. Nesta aberta e comovente homenagem ao seu antepassado, mestre do mesmo ofício, não se vislumbra da parte do Padre que o seu prestantíssimo patrício, «*alter ego* do seu tempo» – esta expressão também é dele –, tivesse recorrido a outras fontes bibliográficas.

Custa-me divergir dessa sua opinião mas não posso, em boa consciência, aceitá-la como verdadeira, visto que no discurso do arrazoado do Cadornega descobre-se perfeitamente que por ali houve outros apoios, até mesmo porque ele nos dá conhecimento expressamente escrito dessa indicação, na margem do seu original que o P.^e Espanca nunca viu, repito, ou ainda porque a nossa desconfiança nos induz a uma tácita incredibilidade quanto à precisão e concisão da memória de um rapaz com menos de 15 anos, e à atenção que nessa idade já revelava por factos e documentos, nomes, heranças, títulos nobiliárquicos, ofícios, cargos palacianos e públicos e outras coisas que passam desapercibidas ou não são de interesse imediato de uma adolescência nascente, como seria a dele.

O alarde que Cadornega faz da sua memória, chega até ao preciosismo de se lembrar do pouco tempo que D. Pero de Melo de Castro levou a vara do pálio numa procissão «que por ser velho, levou no princípio o seu pouco como aquele que representava o primeiro papel e honra daquela Casa». Não quero de modo algum lançar o descrédito sobre as qualidades da memória que Cadornega possuía, «tão reais e magníficas» como alguém as classificou.

Mas a verdade é que D. Teodosio morreu em Vila Viçosa no ano de 1630, tinha Cadornega apenas seis anitos e quanto aos treze verdes anos que ele tinha no momento da morte de D. Alexandre, havemos de convir que, uma e outra das idades de forma alguma se ajustam ao bom desempenho da descrição de um cenário de exéquias religiosas tão espectaculares como o foram as de D. Alexandre.

No desenvolvimento deste trabalho se verificará que Cadornega chegou a possuir uma pequena e seleccionada biblioteca que lhe permitiu alcançar o fim que desejava. De uma maneira ou de outra a verdade é que os elementos necessários às reportagens apareceram e cumpriram perfeitamente os desejos do autor. Bastava que lêssemos a primeira referência que Cadornega escreveu, na *Descrição de Vila Viçosa*, a página 30, parágrafo 2.^o, à obra literária *Monarquia Lusitana* de Frei Bernardo de Brito, para desmentir redondamente o exclusivo apoio da sua memória para a concepção e execução da *Descrição*. E havemos de observar lá mais para a frente, no terceiro capítulo que ides ler, a imensidão de livros consultados que lhe serviram de base para escrever a *História Geral das Guerras Angolanas*, cuja quantidade impressiona e obriga a admitir que Cadornega era homem de grande cultura da sua época, apesar das condições do lugar onde sempre viveu, longe dos Arquivos e Bibliotecas e com o conhecimento dos factos ocorridos na Metrópole, sempre muito atrasado e dependente dos aleatórios horários das carreiras dos navios e das pessoas que, indo servir para Angola, o poderiam informar seguramente

III

Mostrei como me é difícil acreditar que Cadornega se servisse exclusivamente da memória para descrever com tanta minúcia

os nomes e os próprios factos tal como os apresenta no livro *Descrição de Vila Viçosa*, porque há em tudo o que escreveu menções que sugerem outras fontes possíveis, datas ou particularidades de que se revestem e do preciosismo com que são apresentadas. Cito um exemplo que vem a fls. 23 desse livro: «Caracena», que se refere ao General Marquês de Caracena. Este General, em onze dias de combate com contínuas avançadas... «e puderam gastar muito mais sem o poder render, assim por ter em si a Sr.^a da Conceição em sua defesa como por sua fortaleza e grandeza.» Cadornega lembra-nos, como é evidente, a batalha de Montes Claros e o ataque ao castelo de Vila Viçosa que aconteceram em 1665, ou seja quando ele já tinha 41 anos de idade e 26 de África, donde nunca mais regressou. Portanto ele não poderia ter memória da Batalha nem do ataque ao roqueiro Castelo renascentista, porquanto não estava já no Continente. O conhecimento desses factos colheu-os na literatura que lhe chegou às mãos, a qual ele refere e ia anotando, sempre que se servia dela, nas margens das páginas do manuscrito.

Para Heitor Teixeira, investigador que bem conhece a obra de Cadornega, a causa determinante que o obrigou a escrever a sua *Descrição de Vila Viçosa*, foi o conhecimento que teve do manuscrito de Frei Manuel Calado, publicado em Lisboa em 1648 por Paulo Craesbeeck: *O Valeroso Lucideno e Triunfo da Liberdade*. Eu acredito que esta publicação tivesse alguma influência e despertasse intenções no espírito de Cadornega, intenções mais de alargamento e aprofundamento do noticiário que Frei Manuel Calado condensara num restrito espaço de apenas poucas páginas; não obstante, é difícil prová-lo. E também é verdade que depois da designada publicação do Frei Calado já um outro notável calipolense de nome Francisco Morais Sardinha, havia escrito, em 1618,

um trabalho até agora infelizmente inédito, ao qual o P.^e Joaquim Espanca se refere nas suas *Memórias de Vila Viçosa*, considerado até hoje como «a mais antiga descrição da nossa terra» e que ele próprio tem como «a mais extensa e bem redigida, mas não contém ainda assim aquelas miudezas que tanto aplaudiríamos hoje, ao cabo de mais de dois séculos e meio; além de que ficou apenas um manuscrito que somente pode ser lido na Biblioteca Nacional» Dois séculos e meio, diz o P.^e Espanca, mas isso era em relação ao tempo em que ele escrevia (anos oitenta do século XIX), porque hoje já vai para quase quatro séculos!

Por aqui se deduz que Cadornega nunca chegou a ler o que Morais Sardinha escreveu, que era matéria extensa e capaz de lhe reavivar melhor e mais certamente assinalar factos que a sua memória retivera.

Como não há referências nem influências de Morais Sardinha no que Cadornega escreveu, admitimos que essa fonte de dados históricos não foi aproveitada por este.

Contudo, nem o trabalho de Morais Sardinha nem o de Frei Calado foram capazes de satisfazer o P.^e Espanca que os acusa de não serem suficientemente prolixos, para mostrar a grandeza do século de ouro que Vila Viçosa acabara de viver no século XVI e, ainda, se arrastou para dentro do século XVII. Foi pena, de facto, que isso não tivesse acontecido, porque então a memória escrita dos factos apresentados por pessoas que a eles tinham assistido, e por cujo espírito crítico seria mais fácil interpretar a razão e a consciência deles estaria mais viva.

Este Francisco de Morais Sardinha foi uma figura de grande gabarito em Vila Viçosa, literária e socialmente. «Floresceu em todo o género de erudição, sendo insigne poeta e muito versado na Mitologia e na História. Foi cavaleiro professo da Ordem de Cristo e Comendador de uma Comenda que lhe deu o Duque D. Teo-

dósio, segundo de nome. Serviu em cargos de Governação de Vila Viçosa como Vereador e Juiz pela Ordenação». Sabe-se que escreveu, ele próprio o disse, uma outra obra nomeada: *Do espantoso cavaleiro da Luz* que escapou à busca do P.^o Espanca e às de muitos outros nacionais e estrangeiros que se lhe seguiram. Continuamos no seu rasto actualmente, sem contudo sabermos dela e do seu desconhecido conteúdo.

Esse famoso *Parnaso*, (peço licença para abreviar o título da obra, que é extensíssimo), está dividido em três livros. O primeiro e parte do segundo até ao capítulo 14.^o só trata de mitologia pagã. Do capítulo 15.^o em diante trata de Vila Viçosa com interesse e elevado estilo, «como o dos melhores clássicos do seu tempo».

São poucos os calipolenses que conhecem a História do seu burgo, delícia literária que a muitos apraz. São raros mesmo os que conhecem aquela que foi publicada recentemente, a *Descrição de Vila Viçosa* pelo nosso Cadornega. Mas muito menos são os que leram a obra dos dois restantes e importantes cronistas seiscentistas, Morais Sardinha e Frei Manuel Calado. Do primeiro na íntegra, do segundo reduzida à parte que se refere estritamente a coisas da nossa terra, prestando deste modo, creio eu, um bom serviço à cultura regional.

Estes três calipolenses vivendo todos no século XVI, quase nada se influenciaram mutuamente; todos escreveram sobre Vila Viçosa, é possível mesmo que em Cadornega essa motivação fosse despertada pelo facto de ter conhecido a obra de Frei Calado, mas de tão pouco que este escreveu pouco serviria aquele, se de facto a consultou. No que respeita a Morais Sardinha, como foi o primeiro a escrever, tudo o que escreveu foi original e não consta que os outros dois se servissem dos seus conhecimentos, pois o original de Sardinha manteve-se manuscrito e nunca foi

publicado. Cabe aos Serviços Culturais da Câmara Municipal dar essas providências bem necessárias.

Final, quem teve a sorte de ler aquilo que os três colegas mais velhos escreveram, foi o P.^o Joaquim Espanca e era precisamente aquele que menos precisava de ter conhecimentos dos escritos deles, porque soube bastar-se a si próprio e raras vezes terão sido as fontes bibliográficas e de interesse cardial para as suas *Memórias* que ele não tivesse consultado, para nos oferecer tão monumental obra.

Já falámos de alguns cronistas contemporâneos e de um que muito se lhe aproximou, o P.^o Espanca, Mas não podemos esquecer o nome de escritores mais recentes que com maior ou menor autoridade se referiram à obra dele em trabalhos de análise ao que ele disse, porque o disse e como o disse. Os que com maior amplitude o fizeram eram estudiosos bem conhecidos e tem excepcional interesse tudo o que eles escreveram. O que mais se distinguiu foi já lembrado por mim numa curta menção que precisa de ser mais desenvolvida; foi ele o Prof. Boxer nos seus livros: *Race Relations in Portuguese Colonial Empire*, 1963 e *Portuguese Society in the Tropics*, 1963. Também escreveu o que no *Dicionário da História de Portugal* se diz de Cadornega. Em nota bibliográfica final lembraremos os nomes de alguns escritores que a ele se referiram.

O aproveitamento que os portugueses retiraram do período dos Descobrimentos e da consequente ocupação das terras que descobrimos, tem sido descrito de várias maneiras e empolado sobretudo no que diz respeito às “especiarias”. E quando se fala em “especiarias”, a maior parte das pessoas liga logo o sentido desta palavra ao de produtos condimentares que alegravam a alimentação, conferindo-lhe um sabor ou paladar estranho e agradável. Ainda hoje usamos a pimenta e a canela e outras com o intuito exactamente

de cumprir essa missão específica. Mas outros poderes mais altos as “especiarias” continham, e um deles era o das aplicações terapêuticas, facto que lhes acarretaria uma mais-valia grandiosa, porque, desde que o Mundo é Mundo, o maior bem a que o Homem aspira é a sua saúde.

Daí que nós, navegadores por excelência, tentássemos, por todos os meios explorar e civilizar em todos os espaços que ocupámos no globo terrestre, na metade que nos coube conhecer em primeira-mão e naquela que o Tratado das Tordesilhas posteriormente rectificou e definitivamente nos entregou. É altamente significativo que logo no fim do século XV, quando Vasco da Gama aportou a Calicute, na Índia, ouviu da boca do Moncaide a expressão: «Estais na terra das especiarias». Esse grito alvoroçou o Gama e a tripulação, não só porque a sua missão havia sido cumprida como também porque entre as «especiarias» encontrou uma planta cujas folhas após decocto (palavra cujo conhecimento ficaria mais generalizado por cozimento) com sal-gema, «curava as feridas da boca procedidas do escorbuto, para além de outras aplicações».

Ora a marinhagem do Gama sofrera na viagem da célebre doença chamada escorbuto, provocada por uma deficiência alimentar em vitamina C, que atacava horrivelmente a mucosa bucal e as gengivas. Doença grave que diminuía e até anulava a capacidade física da tripulação. Toda a política que Portugal desenvolveu em redor das Descobertas no tempo de D. Manuel I e de D. João III, foi sempre planeada e exercida com extraordinário secretismo, por razões óbvias. O valor da especiaria como medicamento, tornou-se muito superior ao que ela possuía como medicamento, e tal ele foi que tudo o que viesse da Índia ou do Brasil tinha um valor superlativo para a saúde. O encanto desses medicamentos que aqui chega-

vam era tal que se fazia dele o mais abstruso uso (diria antes abuso).

Por vezes admitia-se que quanto mais ricos e apreciados eram os elementos da fórmula medicamentosa, mais efeito curativo tinham. Para exemplo refiro que na corte de Henrique IV se usava de um composto de âmbar, ouro, pó de pérolas e raspas de marfim. Era, na verdade, uma panaceia só para ricos!

A Europa toda consumia drogas vindas da Índia, desde o século nono ao décimo quinto, antes de nós chegarmos, mas era em pequena quantidade porque vinham por terra. A República de Veneza foi o grande empório depois da queda de Génova. Mas a rota marítima deu-nos a primazia durante mais de um século, até que os holandeses e a seguir os ingleses nos superaram em poder marítimo e nos relegaram comercialmente para um lugar secundário.

Não nos cabe aqui citar todos quantos percorreram espaços que dominámos com o intuito de observar e compreender o interesse que, para a medicina humana poderia ter o uso dessas afamadas “especiarias”; mas foram muitos os usos. Não posso porém deixar no olvido pelo menos dois nomes, cujo conhecimento é parte obrigatória da cultura geral do indivíduo. São eles o Boticário Tomé Pires (1517), o primeiro a noticiar, por escrito, informações sobre as drogas orientais e o Físico Garcia d’Orta que como médico as receitou.

Deixemos a Índia e o Brasil, onde os Jesuítas legaram neste campo uma obra exemplar. O que o nosso tema exige é que se fale do que Cadornega fez em benefício do conhecimento das drogas, agora angolanas, na segunda metade século XVII, porque a tradição vinha de trás. D. Manuel I recomendara já, no Regimento dado a Manuel Pacheco «trazer de tudo o que poderdes e vos pareça necessário amostras».

Cadornega foi um de entre outros que, no seu tempo, à fauna e à flora, de Angola

dedicou desmesurada atenção. Por isso tem direito a uma palavra de especial relevo nesse campo. Ele fez uma observação muito atenta e particularmente dirigida ao pau de Quicongo, Quiseco e outros paus de préstimo, simples que um século depois e no último terço do século XIX (1873) foram novamente referidos pelo naturalista Joaquim José da Silva, enviado a África especialmente para o estudo farmacognóstico da matéria medicamentosa angolana. É este naturalista quem descreve o Quicongueiro, arvora cuja madeira reduzida a pó tem virtudes febrifugas; é também anti-hemorrágico. Topicamente usavam-no na erisipela e nos antrazes, espalhando o pó e cobrindo-o com um emplastro composto de farinha de trigo e de óleo de palma.

Há pois que reconhecer o contributo de Cadornega para o conhecimento da História de Angola e há que louvar nele o homem inovador, valente, corajoso e perscrutador de coisas como esta que se referem à Farmácia e à Medicina, porque todas estas qualidades têm muito de ligação aos tradicionais valores morais humanos, que dizem respeito aos deveres para com os nossos semelhantes.

Para além da sua memória, nem sempre atinada quanto às datas e das informações prestadas por quem assistiu a obras ou factos de relevo passados em Angola antes de Cadornega lá chegar, serviu-se este, logo na primeira parte, primeiro capítulo da *História das Guerras Angolanas*, dos dados narrativos da *Crónica do Sereníssimo Senhor Rei D. Manuel I*, escrita por Damião de Góis, obra cuja recompilação, foi feita pelo escritor Pedro de Maris. Também consultou a obra de Manuel de Faria e Sousa, a *Ásia Portuguesa*, e faz ainda citações do *Epítome de las Histórias Portuguesas* que foi publicado em Madrid no ano de 1628. E não se ficou por aqui, pois foram um rol delas as consultadas, entre as quais lembro *As Crónicas de Espanha*, de Marian e Garivas

e os *Sucessos militares das armas portuguesas en sus fronteras* depois da real aclamação contra Castela, impressa em Lisboa no ano de 1644. Esta última é escrita pelo Doutor João Salgado de Araújo. Cadornega, depois de a ler, perdeu a coragem de falar da Restauração de Portugal e, muito modestamente, profere a seguinte frase: «não relato algumas cláusulas da capitulação pello o haver feito outra pena mais bem aparada e douta do que a do autor, que foi o Abade de Pêra.

Dos livros autóctones angolanos que deviam ser escassos, um consultou o Cadornega, em Vila da Vitória de Masangano, «em o Senado da Câmara», o qual entre outras coisas continha o falecimento do primeiro Governador Paulo Dias Novaes e o nome do que lhe proceder em testamento por Governador e Capitão Mór no Reino Novo de Sebaste, assim se designava, ao tempo, o reino de Angola em homenagem ao Rei D. Sebastião (ano de 1591).

Diz o Professor da Escola Superior Colonial, Cónego José Matias Delgado, que a *História Geral das Guerras Angolanas*, apesar de ter grandes erros, desenvolve muito os factos até 1680. Os principais erros que lhe são apontados, pelo apresentador deste trabalho, referem-se a datas (de morte de pessoas e de outros acontecimentos e de sequência dos nomes das pessoas na lista dos Governadores que elaborou). Serão só grandes ou serão só muitos, os erros? Ou serão uma coisa e outra? São, na verdade muitos nas datas e um ou outro nos factos. Já não é mau; de resto os factos existem. E em boa verdade, não poderia ser melhor, porque os livros da Câmara de Luanda, perderam-se no rio Bengo quando os portugueses fugiram dos holandeses, em 1641, rio acima, e estes lhes viraram as embarcações, mataram sãos e doentes e inutilizaram os livros. É o próprio Cadornega quem nos conta esta terrível história no capítulo sexto da primeira parte.

Mas a sua imprecisão nas datas, ou melhor, a falta delas, manteve-se daí em diante depois da chegada a Masangano e começou logo por ocultar esta data importante, e isso é que Matias Delgado lhe não perdoa, porque em sua opinião o podia e devia ter feito, visto que em Masangano e Luanda, tinha ele os meios para ser exacto nas datas dos acontecimentos desde 1642 até ao fim da sua História. Leva essa sua estultícia ao ponto de não nos deixar a data do começo do segundo Governo de Pedro César de Meneses em Masangano, a pessoa a quem estava mais ligado e sob cujas ordens embarcou como soldado em 1639. Diz-nos Matias Delgado: «Parece que tinha horror às datas». E talvez assim fosse, porque sendo extremamente prolixo no relato dos factos, era parco naquelas. Felizes, estimadas e conspícuas, são as anotações de Delgado. Cadornega lhas agradecerá, como nós lhas agradecemos, como complemento válido que são da frutuosa obra do nosso patricio.

Foi nesta viagem e com gente de muito relevo, com o gosto e o jeito hiperbólico da narrativa de tanto agrado a Cadornega, que o nosso patricio viajou para Angola «no mês de Abril da dita Era com duas Nãos de força Capitania e Almiranta, a Capitania Náo Inglês, chamada Rei David, a Almiranta de Santa Catarina, Náo Portuguesa em que vinha o Senhoria dela chamado Agostinho Freire, e trazia por seu Almirante a Francisco de Figueiroa, pessoa de serviços e merecimentos», colhidos estes na campanha de Pernambuco no Brasil. Dos oficiais que compunham o quadro da Náo um nome se destacava à curiosidade do soldado raso Cadornega. Era o do Capitão de Infantaria Jácome Ferreira, o Renegado por alcunha, epíteto este que uma passagem da sua vida justificava. Entre os cerca de trezentos homens que voluntariamente vieram embarcados, para defender a Coroa Portuguesa nestas paragens africanas, lá estavam o soldado Cadornega e o seu irmão Manuel.

Tinham vindo para uma prestação de serviços de três anos e «o autor desta História – escreve Cadornega – com vir por tempo tão limitado há quarenta e quatro que reside e mora neste Reino de Angola. De mal arrumada que vinha a carga da Almiranta, obrigou a uma aguada na Ilha da Madeira em que gastou alguns dias. Ao partirem daqui se lhes juntou uma Pulharca, de nome Santo Onofre, uma velha embarcação de vela e remo de três mastros, carregada de vinhos. Não foi mansa a retoma da viagem, porque uma tormenta desfeita apanhou as três navas com mares muito grossos que faziam umas serras muito altas daquelas soberbas águas, ficando logo com uns vales profundos que parecia que a cada momento nos subvertiam.»

Finalmente se aplacou a tormenta, não sem que Cadornega atribuisse o facto à intervenção divina como era seu hábito e crença, e preferisse para si próprio o rifão espanhol: «No es la burla pera dos veses». Tamanho foi o susto, que só a recordação dele o teria impedido de jamais regressar à Metrópole, e aguçou o sentido de modo a acautelar-se até ao dia da redenção. Mas teria sido este o motivo da permanência em Angola? Eu quero crer que não; outros haveria.

«Na nossa Náo Almiranta iam três Padres Religiosos da Companhia de Jesus e três da Ordem Terceira do Seráfico Patriarca São Francisco, e por força da oração deles se abançou o mar não persistindo a tormenta mais tempo do que foi desde a meia noite até à hora do jantar do dia seguinte. Tal o valor e alegria da tripulação face ao termo da tenebrosa procela, que já o Almirante Agostinho Freire, homem de tês tsnada pelo Sol e pele curtida pelo sal marinho, perguntava chistosamente e de peito ancho ao Governador Meneses se queria alongar-se até à Índia, ao que este respondeu que não: «a minha missão era Angola». Se a pergunta houvesse sido feita ao nosso Cadornega, a resposta deveria ser negativa também,

por o seu espírito ter ficado traumatizado em face do que sofreu com a tormenta, o que até o levou a escrever, desculpando-se: «releve o curioso leitor em me divertir tanto do assunto desta história que cada um se queixa daquilo que mais lhe dói».

Percorreram a costa angolana até chegarem ao porto da cidade de S. Filipe, Cabeça do Reino de Benguela, onde se aprovisionaram de excelentes carnes e de deliciosas frutas frescas.

Continuando viagem, aportaram a Luanda em 18 de Outubro do mesmo ano – 1639 – no qual, a 18 de Abril tinham içado velas em Lisboa.

A certo ponto da narração Cadornega tem de falar do seu sogro e fá-lo com reбуço. «E porque em o rio Coanza havia revoluções em aquela tão importante navegação causadas de gentes da Quisama, que sempre desinquietão aquela passagem com assaltos, roubos e tomadias, para quietação do que chamou de Masangano onde era morador ao Capitão Fernão Rodrigues, encomendando-lhe de novo a guarda e Comboyos daquela navegação, como o haviam feito os Governadores seus Antecessores...por conhecerem nelle partes e suficiência para o tal cargo».

Este homem, Fernão Rodrigues, era o sogro de António de Oliveira Cadornega, razão pela qual este se escusa de o elogiar dizendo que: «Não me alargo em dizer alabanças deste vigilante Capitão, e antigo Conquistador e o muito que serviu a Sua Alteza que D.os g.de, e vai ao diante servindo». Prefere Cadornega remeter os interessados na vida de Fernão Rodrigues, para a documentação «o que tudo consta de papéis e serviços autênticos e justificados» e assim, evita tornar-se suspeito porque «alabanças na pessoa própria não frizão bem, outro o diga e seus verdadeiros e continuados Patentes, e Certidões de mais de cincoenta anos». A sua isenção como honra-

do historiador é bem notória nesta passagem e faz questão de a acentuar.

Grande foi o contentamento que o invadiu, quando recebeu a notícia trazida por uma caravela do Reino, em 1641, da aclamação de D. João IV como Rei de Portugal e, a propósito fez uma bela descrição das festividades ali feitas na circunstância.

Misturadas de alegria e tristeza vinham sempre as novas trazidas pelo correio, transportado pelas caravelas metropolitanas. Desta vez uma anunciava a morte do pai do, ao tempo Governador, Pedro de Cezar Meneses, o Vasco Fernandes Cezar. Abriram-se de par em par as janelas do Palácio do Governador, já fechadas por um serviçal em sinal de luto, porque a nobreza e a lealdade de Pedro Cezar de Meneses, em favor do Rei e da Pátria que servia, se sobrepuseram ao sentimento de luto que a morte de seu pai lhe causara. O momento era de festa para Portugal e ele era o representante de Portugal naquela possessão ultramarina, catorze vezes maior do que a Metrópole. Ali é que se continuava Portugal, ali é que estava o prolongamento da sua Pátria e não poderia abafar os espasmos de alegria de todos com a dor do sofrimento que só a si dizia respeito. Pedro Cezar de Menezes mandou abrir as janelas da sua residência palacéga, e deixou espriar as manifestações de júbilo dos seus súbditos pela Restauração de Portugal. Cumpriu o seu dever.

A Cadornega não escapou este gesto de nobreza e enaltece-o: «e ele – o Governador – vestia de gala com uma capa de Escarlata toda rendada mandou chamar o Senado da Câmara e dando-lhe parte de como se tinha aclamado em Portugal o Serenissimo Duque de Bragança no dia primeiro de Dezembro... e em 15 do dito mês jurado por Rey de Portugal e dos Algarves e de todos os seus Reinos e Conquistas do Ultramar».

Desfraldou o Guião e Bandeira da Câmara o vereador mais velho, António Ribeiro Pinto, filho daquele famoso e valente espanhol João de Veloria, e aos vivas pela cidade fora arrebatou toda a população. Desde o Governador ao Bispo, ao Senado da Câmara, ao Ouvidor, Clero, Vigário Geral, cidadãos e moradores gritavam Real, Real por El-Rey D. João IV Rey de Portugal.

Os primeiros passos foram dados até à matriz em acção de graças a Deus e à Sua Mãe Santíssima Sr.^a da Conceição, e ali se recitou o *Te Deus Laudamus*, com bela capela de música que então havia». No oitavário que se seguiu, além do Bispo pregou o P.^o Gonçalo de Sousa, Reitor dos Jesuítas, matemático e astrólogo, acerca de cujas considerações filosóficas «não é o juízo do autor capaz de as relatar», assim se exprime humildemente o nosso patrício.

Fez-se a Procissão, «solene e devota Procissão» e não faltaram as corridas de touros «que os há nestes Reinos tão Bons e bravos como os do Ronquão da Real Casa de Bragança e Samusca, nem toureiros de cavalo e a pé e todo o género de festejos a cavalo como Canas, Alcanzias e Argolinhas E de noite luminárias e fogo do ar, disparando as fortalezas e fortes», bem como de dia o faziam na Praça o esquadrão de Infantaria dando muitas cargas.

Em Masagano se fez outro tanto, bem como nas Fortalezas e Presídios e até no Reino de Benguela. E só depois de concluídas as festas de Aclamação o Governador e Capitão Geral fez as exéquias a seu Pai «com toda a pompa fúnebre». Era assim a nobreza e a lealdade dos portugueses mesmo quando longe da Metrópole, nas altura da ocupação holandesa que Angola sofreu durante sete anos.

Numa refrega com tropas desembarcadas, o alferes de nome Manuel Siqueira, natural de Vila Viçosa, filho do Goldres da rua da Cadeia,

morreu com um tiro de bala. Não o esqueceu Cadornega, não tanto pelo seu acto de bravura mas mais, talvez, pelo companheirismo e comum naturalidade.

Uma coisa me parece certa é que toda a narração deste livro não foi feita durante os acontecimentos mas sim depois, segundo nos conta o próprio Cadornega: «conforme as notícias verdadeiras e papéis antigos, que o autor desta história com o seu desvelo poude descobrir e capacitar, até esta entrada da terra pelos belgas holandeses». Esta confusa classificação de belgas holandeses, refere-se aos holandeses do norte da Bélgica, aos Flamengos, claro. Numa nota da página 243, diz-se que «a nova da tomada de Loanda pelos holandeses veio por António da Fonseca Ornelas que chegou de Lisboa em 20 de Dezembro de 1641».

Sempre receoso de ser criticado ou mal compreendido pela forma como escrevia, humildemente reconhecia que não era perfeito na sua maneira de narrar os acontecimentos, o que eu considero modéstia excessiva.

E para se escudar acrescentava: «Se algum Político reparar no modo de escrever do autor dirá a isso, ainda que pobre soldado, o que disse o Mariscal de Biron:

Estos son mios desvarios
Perdonad el desenfado
Que yo, como soi soldado
Gasto mui pocas razones.»

Mas não havia razão para tantas desculpas, e assim o entendeu também o anotador desta sua obra José Matias Delgado ao escrever no Prólogo: «a sua maneira de escrever é tão natural, tão fluente e simples que nos encanta, nos deleita e sobretudo nos comove» embora a sua caligrafia fosse péssima e descuidasse a ortografia. Mas quanto à ortografia havemos de convir que, durante o período do domínio espanhol, as duas línguas ibéricas passaram a interpenetra-se e quase todos os nossos melhores escritores foram influenciados pelo fe-

nómeno político da ocupação de Portugal pela Espanha, nomeadamente Luís de Camões, o nosso maior poeta. Essa mesma influência já se vinha notando anteriormente, no século XVI, pois é bem conhecida a maneira como Gil Vicente escreveu uma parte da sua obra exprimindo-se em castelhano.

Cadornega era profundamente católico e exhibia esse sentimento com muita frequência nos seus escritos, e a tal ponto levaria esse exagero que me faz desconfiar que essa intenção, era exactamente a de mostrar a todo o Mundo, que a sua Profissão de Fé nada tinha que ver com a de sua mãe ou a de sua irmã, às quais a Inquisição castigou de forma inhumana, tal a selvajaria e a ferocidade com que o fez.

Vou contar-vos duas historietas que revelam e reforçam a opinião que temos dele, quanto ao fanatismo das suas crenças religiosas, vendo em todos os acontecimentos a mão milagrosa de Deus ou a intervenção protectora da S.ma Virgem Maria, conforme à sua imaginação convém. Estas duas divindades estão sempre presentes ao serviço das suas narrações e, ao citá-las Cadornega pretende reforçar a credibilidade das descrições.

A historieta que ele conta dos Negros Encantadores, hoje chamar-lhes-íamos Feitiçeiros, que poderiam lançar na cidade «tigres, onças e leões que matassem a muitos holandeses ao que respondeu o virtuoso bispo que não se podia fazer, que não era guerra limpa senão muito suja, pois havia de ser feita arte diabólica que não convinha».

A segunda história reproduzo-a exactamente: «Sucedeu neste tempo que um francês Boticário que havia com os portugueses e sua Botica assistido muitos anos na cidade de Loanda, o qual se ia passando para o flamengo, por estas vigias de Sequeli foi apanhado e trazido ao arraial ao Governador, o qual por este homem haver encorrido no Bando de pena de morte a quem se metesse com o inimigo

mandou nelle para exemplo executar a lei e lhe mandou dar garote, estando posto no Suplício se quebraram algumas cordas sem o poder afogar, até que desabrochado o Gibão que vestido tinha, se lhe achou um bentinho de N.^a Sr.^a do Carmo, tirado fora o afogarão com garote com facilidade, sem mais quebrar a corda o que depois de feita a execução sabido pelo Governador ficou com pezar de não lhe fazerem a saber, que, talvez por aquella maravilha que a Senhora obrava em favor daquele seu devoto lhe outorgara a vida». Para Cadornega, ali, estava o Milagre!

Aproveitando sempre as circunstâncias para exaltar as suas propensões religiosas, exprimiu-se deste modo a propósito do esquemático panegírico que fez do falecido Bispo da Diocese de Loanda que ficou sepultado em Masangano com cheiro de santidade e ao qual Cadornega humildemente se confessa e pede perdão ao Virtuosíssimo prelado que já o não podia ouvir em ser tão curto em louvores em razão do que poderia dizer de uma vida tão singular e de tão maravilhosa virtude. E interrogava-se: «Mas o que se pode esperar de um tão fraco talento como o meu?» E rematava: «outra pena mais bem aparada e com mais elegância o poderá fazer; a vontade me agradecei».

De outra vez que escrevia sobre a Campanha dos Dembos, confessava-se cuidadoso e previdente com o leitor a quem respeitosa e não queria causar enfado com o alongamento das descrições, para que ele benevolmente lhe relevasse as faltas «pois é a primeira vez que me fiz escritor, e sayo à luz com os meus escritos», dizia. Na verdade era difícil a Cadornega, que era por natureza prolixo nas descrições, conter-se e, na circunstância, ser parco na matéria, porque a campanha dos Dembos foi extraordinariamente importante, volumosa e rica de sucessos e insucessos para que dela se pudesse dar conta em curtas palavras.

A falta de precisão assinalada às vezes por Delgado, quanto a datas ou locais, não aos factos em si, seria causada pela dificuldade de retenção na memória de todos eles, como é o caso de assinalar a recepção da notícia da paz celebrada entre nós e os holandeses pelo tratado de 12 de Junho de 1641 no Arrayal de Cazuangango quando afinal, como o mostra, o mesmo Delgado, «o Arrayal já estava mudado para Nambuaquizango». A carta de aviso foi escrita a 25 de Setembro de 1642, mas só foi recebida pelo Governador e Capitão-Mor Meneses em 4 de Outubro de 1642. Estranho porém é o facto de a notícia vir ao conhecimento do Governador Pedro de Meneses pela mão dos holandeses e sendo tudo negociado como se o holandês fosse o dono de Angola e o português um súbdito dele.

Delgado, resume toda a encenação das pazes discutidas, (impostas melhor diria), pelos holandeses da seguinte maneira: «muitas outras vexações e imposições foram postas aos portugueses que tiveram de se apresentar sem o auxílio e que D. João IV não chegou a enviar, embora desse despachos favoráveis, como se vê em documento escrito em Évora a 23 de Outubro de 1643.

Mais lépido e minucioso foi Cadornega em nos contemplar com as notícias de toda a ordem ocorridas na região de Angola, onde viveu, do que naquelas que poderia ter-nos dado acerca da sua terra natal, tão querida, onde viveu até aos 14 anos e donde iria sabendo tudo, mesmo lá nos confins que cercam Loanda e Masangano, notícias por cartas em correio normal e pela boca de soldados que vinham prestar ajuda à defesa de Angola, no angustiante período de ocupação pelos Flamengos. Infelizmente não tomou esta opção.

Não imaginávamos porque o não fez, mas sabemos-lo, porque ele no-lo disse: «Quem se dispôs a escrever uma História e de mais de um Reino ou Reinos como estes de Angola,

entende o autor que lhe ocorre, por obrigação das razões dos sucessos que nelles houve, além do intento do autor, que há-de dar ao Mundo notícias das guerras que houve em Angola e seus Reinos, também lhe cabia relatar os sucessos particulares que sucederam no discurso dos Governos que tem havido nos mesmos Reinos, com que entende que fica desculpado da sua curiosidade de se meter em jurisdição alheia: *habito facultate*.

Fica desculpado desta, mas não da de Vila Viçosa, o nosso bom patricio.

IV

António de Oliveira Cadornega era católico muito do íntimo, praticante e profundamente crente, conhecia de sobra o Livro Santo, a *Bíblia*, de que fez algumas citações sempre que as circunstâncias o exigiam, como daquela vez em que cita Gedeão, a quem Deus enviou para que se tornasse chefe dos judeus, passagem esta pouco conhecida do Livro dos Juizes. De humilde que era nunca exaltou qualquer lugar ou feito onde pessoalmente tivesse ocupado ou tomado parte, quer só ou acompanhado, enquanto foi Capitão-mor ou Provedor da Misericórdia. Como católico sim, não perdeu nem uma única vez a oportunidade de ligar o Milagre a todos os acontecimentos de bom sucesso, quer pessoais quer de grupo, ao sopro divino ou à intercessão de Sua Santíssima Mãe, a imaculada Conceição, a Padroeira de Portugal, com Solar na sua Terra natal,

As relações das guerras das nossas fronteiras do Alentejo, conhecia-as de sobejo, tanto as sucedidas no cerco de Elvas, imposto por D. Luís de Haro como as acontecidas na sua «casa e deleitosa pátria, que estando sitiada por aquelle disformidável poder de Castela, com general de tanta opinião que o governador, tendo entrado nas trincheiras e

fortificações do Arrabalde, rompidas as muralhas da Vila Velha, combatido naquele mimoso Castelo da sempre Real Casa de Bragança, com tantos dias de rigorosos Combates e avançadas, não foi tudo isso bastante nem a grande prevenção que se tinha pelos Cercadores, para que os valerosos Cercados com valor Português, não entrassem uns e cahissem outros, a darem avizo ao General Marquez de Marialva do que passava naquele Cerco, e do aperto em que se achavam, e quanto mais o não poderão o fizerão com fogo de noute como o tinham por ordem».

A falta de datas precisas torna difícil situar a figura de Cadornega como participante nos acontecimentos que relata, pois a maior parte das vezes ficamos sem saber se ele ainda estava no activo ou já reformado, e se estando no activo tinha mais funções civis do que militares. São muito escassas as vezes que me recorde de ele dizer que assistira ao sucesso marcial que descrevia. Imagino, no entanto, que dada a constância da guerra preventiva ou activa ser de natureza diária e da violência e barbárie dos combates que descreve e da sua elevada frequência, bem como do escasso número de portugueses que neles tomavam parte, muita sorte teria tido Cadornega de escapar com vida ou a salvo de ferimentos graves, se tomasse parte em todos ou na maior parte dos que narra. Só por milagre isso poderia acontecer e ele não deixaria passar a oportunidade, como era seu devoto costume, para tecer louvores disso ao seu Venerado Deus e à Virgem Santíssima, Sua Mãe.

Surpreendidos ficamos nós ao ler o relato que Cadornega fez de um autêntico acto de Fé, mandado executar pelo Governador Pedro Cezar de Menezes, na pessoa de «um negro corpulento de cara bem assombrada» e que apresentava gravidade, diz o historiador. No cimo de um morro, ao lado da Igreja de S. Benedito, mandou o Governador alçar «um cadafalso e

muita gente com lenha de que se fez ao derredor uma grande fogueira, e deu por ordem que se reduzisse (o negro) e lhe dessem garrote e o queimassem, e senão fosse queimado vivo». Relapso foi o idólatra cismático, que desse modo sofreu a primeira pena imposta pelo Governador e Capitão-mor: o garrote e o fogo, coisa que bastante contrariava esta alta autoridade, por imperfeita execução das suas ordens. Coisa de pasmar era o direito do Governador dispor de uma Inquisição privada no Ultramar! Oh tempos!

Surpreendidos ficamos, não só tanto por isto mas mais pelo que Cadornega pode dizer do Acto de Fé em si e da justiça sórdida do Governador, que o tinha feito «zelando a honra de Deus e sua Fé Católica» e «que bastava ter sangue tão fidalgo e ser de tão boa maça para produzir semelhantes efeitos». Desta vez a sua tão gabada memória computadorizada, falhou redondamente e não se recordou da que acontecera na Metrópole à sua própria mãe e irmã, para quem o impiedoso Santo Ofício não teve contemplação de qualquer espécie. Confrontado com o que aconteceu a estas duas desgraçadas da sua Família, teria Cadornega feito semelhante elogio fosse a quem fosse?

A distância a que estava e o tempo que decorrerá, abafou certamente o eco do tenebroso acontecimento que envolvera os seus familiares

Em mais do que um passo da sua *História Geral das Guerras Angolanas*, se nota o conhecimento que o autor tinha de livros da antiguidade clássica, como nesta passagem se refere a propósito dos vagares e cautelas, postas no ataque ao reduto da Rainha Ginga: «Pudéramos comparar o nosso Capitão-mor com Lúcio Luculo, famoso Tribuno Romano que com vagares e máximas vencia aos inimigos», (nota marginal do autor).

No antepenúltimo governo de Angola, designado por «Três Governadores», se exerceu

a maior das pressões holandesas sobre o domínio dos portugueses naquele Reino. Por esta razão não tiveram outro remédio senão o de se fortificarem devidamente nos locais ocupados, construindo cada vez melhor e surtir-se de munições e de artilharia à altura das circunstâncias. Só assim poderiam conter a força invasiva do Flamengo que se tornara muito forte e, ainda por cima, reforçada pela traição dos Sobas que não gostavam do domínio português.

E é precisamente neste período, numa acção bélica decisiva, como foi a defesa da fortaleza da Mochima, que nos surge o nome de António de Oliveira Cadornega, já Reformado, integrado nesta missão. Está fora de todas a dúvida a necessidade de sabermos que espécie de sentimento patriótico nutria a quase totalidade dos portugueses que foram servir para Angola, no período em que Cadornega para lá foi e onde se manteve por longos quarenta anos. Esse patriotismo era do mais elevado grau.

Lutando contra dois inimigos, os aborígenes e os flamengos, aqueles mais perigosos, bem armados, municiados e desenvoltos no manejo dos trastes de guerra, os portugueses tiveram de se superar, de fazer das tripas coração, arrostar com a fome, a sede, a guerra e sujeitando-se a aceitar as delongas, que na depauperada Corte de D. João IV, em Lisboa, se tornavam habituais. Os pedidos de socorro, conforme está documentado, eram rapidamente deferidos, todos sem excepção, pelo Rei. Mas do deferimento justo e necessário à execução rápida do mesmo, demorava-se muitos meses e, às vezes, mais do que um ano, lapso de tempo esse capaz de fazer desfalecer o ânimo dos que militavam naqueles sertões, mas não o dos portugueses.

Cadornega viu e sentiu isto e soube louvar esse espírito de sacrifício que a ansiedade tornava lúgubre, referindo, a propósito da or-

dem de retenção da marcha sobre a fortaleza de Machima, contra o holandês, a resposta dada por aquele espírito temeroso e ousado de Diogo Gomes Moralles que, capitaneando «duzentos homens e munições necessárias,» retorquiu: «que eles estavam já naquele empenho postos em marcha que não parecia bem à sua opinião tornarem atrás porque eles mais se prezavam do hábito de Soldados que haviam professado do que agora representavam, e se aquela Fortaleza se assenhoreasse o inimigo dela, que morador ficava em Masanganano seguro? E eles queriam antes morrer em Campanha, do que chegarem a ver as suas Mulheres e Famílias em poder do Flamengo, e delles ultrajados». E foram e venceram eles soldados, porque dos três Governadores que encabeçavam representativamente o Poder da Nação, nenhum lá apareceu. Sempre a vida há-de ser mais fácil e cómoda para uns do que para outros!

É esquisito mas explicável, que Cadornega chame sempre Flamengo ao Holandês ou vice-versa, indistintamente, mas há uma passagem da sua narrativa em que ele exprime a mesma asserção de outro modo, quando se refere à invasão e ocupação da cidade de Loanda pelos holandeses. Escreve assim: «sucedeu a tomada da terra pelo Belga-Holandez». Esta denominação não é de todo incorrecta e filia-se no facto da enorme barafunda de mudanças territoriais que naquela pequena região dos Países-Baixos, ao tempo, acontecia.

Perdendo o fio à meada narrativa acerca da guerra de Angola, ao invocar o nome de cidadãos ilustres vivendo na Metrópole, de que tinha conhecimento pelas suas inumeráveis leituras ou, eventualmente, por outros meios, desculpa-se e reflecte: «Sahí fora da minha história, porque já por o corpo do autor ser velho, não pode ir à Pátria amada, vá lá sequer o pensamento, levando consigo o coração». Pungente dor sofria Cadornega, por não poder

saciar o seu veemente desejo de vir morrer à sua rica e deliciosa Vila Ducal.

E porque não o fez se já era reformado? É um segredo que ninguém descobriu. A velhice impedi-lo-ia de facto, o receio dos perigos do mar o assustavam? Teria constituído fortes raízes familiares indissociáveis e ininterrompíveis em Angola? Ou era influenciado pela lembrança amarga dos acontecimentos relativos a sua mãe e irmã, face à Inquisição, os quais teriam atirado, pelo menos momentaneamente, a imagem dos Cadornegas para o limbo da sociedade civil em que antes viviam?

E ainda bem que Cadornega perdeu o fim à meada porque isso deu azo a que pegasse noutra que nos conduz à solução da dúvida que em nós permanecia, quanto ao poder imenso da sua tão apreçoada memória.

A sua descrição da «história verdadeira» das guerras angolanas – como diz o autor – compreende o período desde 1575 até 1648, e depois de tantos nomes citar não quis deixar no olvido a outros que neste final de discurso relembra: «escrivendo feitos valorosos em Armas que obraram muitos Portugueses nas conquistas destes reinos».

É toda esta gesta heróica, diríamos mesmo homérica, que esse punhado de homens, longe da Metrópole, sem condições de qualquer espécie e apenas iluminados pelo dever e desejo de servir a seu Amo e Senhor e à sua Pátria, gravaram a letras de ouro nas plagas longínquas de África. São esses «feitos valorosos» que Cadornega se sente na necessidade de relatar aos seus concidadãos, aos que nesse tempo viveram e aos que hão-de nascer, a quem é forçoso que se recordem acontecimentos de tão elevada monta. Pena foi que não regressasse a Vila Viçosa, à sua Pátria natalícia, onde muito teria que observar e transmitir, porque se o tem feito, Vila Viçosa teria hoje um caudaloso repositório de tudo o que nessa época cá acontecera.

Para ocorrer ao desenvolvimento da sua obra, Cadornega não se serviu só da sua férrea e pétrea memória; soube socorrer-se sim, das grandes obras dos nossos antigos cronistas, como refere:

Frei Bernardo de Brito, Frei António Brandão, Duarte Nunes Leão, Doutor Pedro de Maris, autores de obras de cultura geral, das quais soube retirar alguns motivos que enriquecem literariamente a sua *História das Guerras Angolanas*.

João de Barros e Diogo de Couto informaram-no do que se passou para as bandas da Índia, do lado de lá da ponta meridional de África.

Fernão de Mendes Pinto trouxe-lhe um forte conhecimento das coisas do levante chinês. Manuel Faria de Sousa com a *Ásia Portuguesa* e o seu *Epítome* abriu-se-lhe com «todas as antiguidades de Portugal e Crónicas dos seus Reis».

António Pais Viegas abriu-lhe o *Livro dos Milagres de Ourique* e Francisco Sá de Miranda, que «deu notícia ao Mundo de tanta fidalguia portuguesa», é quem deve ter sido para Cadornega como que o *Nobiliário* de onde extraiu tantos nomes, tantas descendências e tantos actos meritórios individuais.

Francisco Rodrigues Lobo ajudou-o «dando notícias das Armas e Empresas dos nossos Príncipes e Infantes e de muitas cidades do Reino.

A António Herrera foi buscar elementos da época de Filipe, o Prudente.

O próprio Cadornega refere outros livros seus conhecidos, de onde retirou ensinamentos de cariz histórico acerca de Itália, de Espanha e até de Jerusalém.

Não esquece D. António de Guevara em suas famosas epístolas, nem Lope da Vega Carpio que dá notícias das miudezas de Espanha e também descreveu em verso a Tapada Ducal dos Braganças que Cadornega

reproduz na sua *Descrição Histórica de Vila Viçosa* nem de Pêro Mexia narrador da vida dos Imperadores romanos, nem as Memórias de Júlio César.

Recorda Camões «nas oitavas rimas dos seus *Lusíadas*», como ele diz, e lembra-se de D. Luís de Gôngora e de Firmino Quevedo.

Cita obras de D. Francisco Manuel de Melo e de António de Sousa Macedo «com as suas flores de Espanha e excelências de Portugal.»

Não olvida Simão de Vasconcelos, cronista do Brasil, e a riqueza naturalista da sua obra, nem Francisco de Brito Freire com a sua *Guerras Brasileiras*, nem o Marquez Vergílio Marvezi e as suas obras descritivas da guerra da Flandres e da Itália no tempo de Filipe III e Filipe IV.

E seguem-se Jerónimo de Santa Cruz com o seu *Manifesto* em defesa do bom nome de Portugal e o Bispo do Porto Fernão Correia de La Cerda com a *Vida da Princesa D. Joana*, fundadora do Convento de Aveiro.

Recorda ainda Vasco de Quevedo de Castel Branco que escreveu sobre a vida e a morte da Rainha Santa Isabel.

Tece homenagem à obra de D. António Alvares da Cunha, com a descrição das batalhas ganhas contra Castela «que no decurso de tantos anos constam de vinte e uma», dando ênfase à de Montes Claros, «com a admirável defesa de Vila Viçosa, sendo Governador daquela Praça Cristóvão de Brito Pereira, fidalgo da Casa Real de Bragança e natural da mesma Vila».

E, finalmente, na referência ao escritor D. Luís de Meneses, Conde da Ericeira, a quem dedicou a obra *Descrição de Vila Viçosa*, em 1683, conde que também falou da de Montes Claros e o soube fazer com a autoridade que o seu posto de general de Artilharia lhe emprestava, e a quem Cadornega exalta como principal fator da derrota infligida aos Castelhanos, «governando o Trem de Artilharia no Degebe,

mandando plantar artilharia com tanta diligência e acêrto, que foi a total causa do destroço do inimigo».

E termina informando-nos que «As relações impressas o dizem e apregoam por toda a parte, e até a estas tão remotas da Etiópia (Audusta Etiópia Ocidental, assim se designava Angola), têm chegado junto com as empresas destemidas de tantos e tão insignes e valerosos portugueses que na defesa da sua Pátria e serviço do seu Príncipe obraram tantas maravilhas».

Por tudo isto não me ficam dúvidas de que Cadornega, no remanso da sua vida após a reforma, conseguiu, entre Masangano e Luanda, e mais nesta do que naquela, as fontes orais e especialmente bibliográficas que lhe serviram de apoio às suas maravilhosas descrições e desenvolvimentos históricos do que se ia passando na Metrópole, estando ele pode dizer-se isolado, no sertão angolano, exactamente em Vila da Vitória de Masangano.

E por muito estranho que isso pareça, a lista dos livros não ficou completa, como ele ainda insinua, «só tendo referido os mais alegados nesta minha e desnuda história».

O sentimento mais visível, porque demonstrável, a máxima preocupação no íntimo de Cadornega era, sem dúvida, Deus e a Igreja. A veneração e a obediência cega. Talvez tudo isso fosse o reflexo do traumatismo que lhe ocasionou o suplicio causado pelos actos que a nefanda Inquisição usou para com sua mãe e sua irmã e a afronta e infâmia familiar subsequentes. Ou talvez o receio de um dia vir a ser incomodado e possivelmente daí a necessidade de mostrar, permanentemente, a sua vincada crença, exibindo-a como escudo defensor. Quem o sabe?

A constância da afirmação da sua religiosidade cristã, que aflora ao longo de toda a sua vida, pode ser uma necessidade ou uma defesa mais do que uma convicção. Mas quem se atreve a afirmá-lo?

E termina Cadornega o primeiro tomo da obra de que me venho servindo com a promessa, aliás cumprida, de que se lhe perdoassem as suas faltas tratar «de prosseguir com a História e pôr em limpo os meus borrões das cousas angolanas e empresas de guerras que nesta reinos houve» mas, agora «desde a feliz aclamação até ao Governo de Ayres Saldanha de Menezes e Sousa». E isso constituiria o segundo tomo, que publicou.

A seguir viria, e veio mesmo, o terceiro tomo, que de imediato tem a precaução de se anunciar como menos enfadonho e mais aliciante pela diversidade da matéria que dará «acerca das coisas singulares e de admiração», a que os seus longos anos de vida angolana emprestavam autoridade para os poder relacionar. Aqui, ele vai variar muito a matéria e a leitura será, pelo menos para mim, muito mais sedutora e instrutiva. No entanto, os comentários aos restantes dois tomos já me não atrevo eu a trazê-los perante vós, porque os vossos olhos e a vossa paciência têm direito a descanso.

BIBLIOGRAFIA

ALMEIDA, Maria Emilia de Castro e NETO, Maria Cristina Santos. *Cadornega e a sua obra, uma consequência das Descobertas Portuguesas*, Garcia de Orta, Serviço Antropobiol., Lisboa 4 (1-2), 1985/6.

ARAÚJO, João Salgado de. *Sucessos militares das armas portuguesas em sus fronteiras, depois da real aclamação contra Castela*, Livro V, Lisboa, 1644.

BELO, Costa. *Plantas medicinais de Angola conhecidas dos Portugueses no século XVIII*, *Jornal do Médico*, n.º 219, Lisboa, 1947.

BOXER, Charles. *Dicionário Enciclopédico da História de Portugal*, Editora Alfa, Lisboa, 1985.

BOXER, Charles. *Portuguese Society in the Tropics*, The University of Wisconsin Press, 1963.

BOXER, Charles. *Race Relations in Portuguese Colonial Empire, 1415-1825*, Oxford, Clarendon Press, 1963.

BRITO, Bernardo de. *Monarquia Lusitana*.

CADORNEGA, António de Oliveira. *Descrição de Vila Viçosa*, Biblioteca Pública de Évora.

CADORNEGA, António de Oliveira. *História das Guerras Angolanas*, 1683.

CARPIO, Lope daVega. *La Filomena*.

ESPANCA, P.º Joaquim José da Rocha. *Compêndio de Notícias de Vila Viçosa*, Rondono, 1892.

CASTRO, Fernando Alvia de. *Panegírico*.

GARIVAS, Marin e. *Crónicas de Espanha*.

GOES, Damião de. *Crónica do Rei D. Manuel I*.

HERRERA, António de. *História de El-Rei D. Filipe, o Prudente*.

LOBO, Francisco Rodrigues. *A vida do Condestabre*.

MARCOS, Frei (de Lisboa). *Crónica dos Frades Menores (Franciscanos)*.

MARTINS, António Coimbra. *A História de Cadornega na Biblioteca Nacional de Paris*, Fundação Calouste Gulbenkian, Lisboa, 1982.

MELO, D. Francisco Manuel de. *Epanáforas de Vária História Portuguesa, Epanáfora Política*, Imp. da Universidade de Coimbra, 1931.

ORTA, Garcia de. *Colóquio dos simples e drogas*, Academia das Ciências de Lisboa, 1891.

PINTO, Fernão Mendes, *Peregrinação*.

PIRES, Tomé. *The Suma Orientalis of Tomé Pires*, Volume I e II, editado por Armando Cortesão, Londres, 1944.

RODRIGUES, Graça Almeida. *A visão do "outro" na obra de António de Oliveira Cadornega*. «Diário de Notícias», 17.5.1983.

SOUSA, Manuel Faria e. *Ásia Portuguesa*,
Livraria Civilização, Porto, 1945.

TEIXEIRA, Heitor Gomes. *A visão da Cida-
de no século XVII – Luanda vista por Cador-
nega*, Lisboa.

TEIXEIRA, Heitor Gomes. in *Descrição de
Vila Viçosa* por António de Oliveira Cadornega.

VASCONCELOS, Agostinho Manuel de. *A
vida de Duarte de Meneses*.

Crónica do Condestável de Portugal D.

Nuno Alvares Pereira (adaptação por Jaime
Cortesão, Sá da Costa, Lisboa, 1972).

Epítome das Histórias Portuguesas, Ma-
drid, 1628.

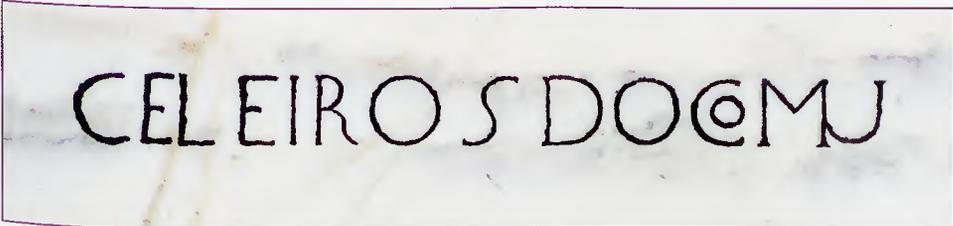
*Relação da Batalha de Montes-Claros e
Defensa de Vila Viçosa*.

*A Vida de El-Rei D. João, Segundo de Seu
Nome*.

*Relação da defesa de Vila Viçosa, sendo
Governador Cristóvão de Brito Pereira*.

O celeiro comum de Évora-Monte entre 1737-87

João Ruas



CELEIROS DO COMU

Ao ser comemorada a presente data como perfazendo sete séculos sobre o início das obras que deram origem ao Castelo de Évora-Monte, escolhemos tratar de uma instituição que existiu no seu seio e durou perto de três séculos. Referimo-nos ao celeiro comum, uma mutual que foi criada por petição do povo desta vila e ficou sob administração da Casa de Bragança.

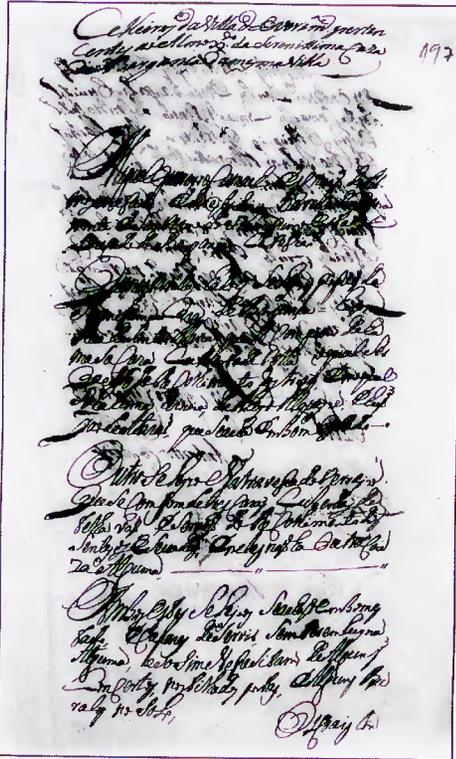
O período sobre o qual recaiu a nossa escolha (1737-87) é notável a três títulos; primeiro porque tem abundante e copiosa documentação; segundo porque nele se assiste a um ciclo que vai da penúria até à abundância e ainda porque no final desse tempo vê-se o custear de uma obra pública, com dinheiros do celeiro, mas fora do concelho, isto é, em Vila Viçosa, para interesse do Reino e para servir a Família Real.

No século XVI já tinham sido criados alguns celeiros comuns, sendo o primeiro o de Évora em 1576; seguiram-se-lhes os de Grândola e de Beja no ano de 1579. Durante o período de dominação filipina não se criaram outros.

O celeiro comum de Évora-Monte é o primeiro da época da Restauração, ou seja, foi

criado por Alvará de D. João IV, datado de Lisboa a 21 de Janeiro de 1642. O documento real vem na sequência de um pedido do povo da vila para que aí fosse instalada tal instituição. O Rei autorizou essa pretensão, pois já havia sido cobrado um quarto do imposto de sisa, que havia sido abolido, pelo que o dinheiro referente a essa colecta podia ser empregue na dita obra e mandou que fossem acrescentados 50.000 réis, das sisas de 1642, para o mesmo efeito. Ainda no diploma régio se explicava qual a função do celeiro – “para no tempo das necessidades se acudir aos lavradores e povo” – qual o seu modo de funcionamento, com os 5% de juros ou acréscimos, bem como os responsáveis pelas três chaves: uma ficaria na posse do juiz do celeiro, outra nas mãos do escrivão da Câmara e a última guardava-a o Procurador do Concelho.

Passados cem anos após a sua fundação, o celeiro conheceu então um período de crise que se situa desde 1737 a 1747, altura em que o Rei D. João V promulga um novo Alvará (1744), quando se faz um novo Regimento (1744) para governo da instituição e é ainda nesse período, em 1743, que se fazem grandes obras.



Voltemos ao início e verifica-se que desde 37 começam a surgir petições, feitas pelo juiz do celeiro, em nome dos lavradores e do povo, para serem perdoadas as dívidas do trigo, mas pagando os acréscimos. Assim, logo no princípio dos anos quarenta, em 1741, dá-se nota da falta de 22 alqueires de trigo, a 28 de Setembro em 1742 e começa a polémica entre o juiz do celeiro, Inácio Francisco Xavier de Oliveira e o Ouvidor da Comarca de Vila Viçosa, o Bacharel João Rodrigues Vacas, sobre os devedores ao celeiro.

Transcreve-se aqui o parecer da Junta da Casa de Bragança, após ter conhecimento da situação, reportada pelo Ouvidor da Comarca, por ser bem significativa:

"...alguns dos devedores ao dito celeiro são os que costumão servir de juizes na dita Vila e os que devem a maior parte do pam há muitos

anos...e pellas não pagarem recorreram a V Mgt em nome do povo de que procedeu alcançarem provisão... e isto desde o ano de 1737".

O próprio Ouvidor resume tudo, numa frase lapidária: "este monte de piedade que hoje é só monte de impiedades" (AHCB, NNG 113, Ms 711, VI – 93 a 96). No ano seguinte, em 1743, o escrivão do celeiro, Henrique Furtado da Silva, regista que andam "devertidos pellas mãos de várias pessoas (trigo que não fora repostado) 4692 alqueires de trigo" (desde 1719). No entanto, o mesmo escrivão dá nota da compra de umas casas por 64.800 réis para se fazer outro celeiro e ainda um auto de arrematações de obras. (AHCB, NNG 913, Ms 711, VI -75 e 76 e VI – 60 – 64).

O auto acima referido foi arrematado por Domingos Ramos, oficial pedreiro de Viana do Caminho, a 18 de Setembro de 1743, pelo lanço mais baixo de 118.000 réis. A obra é descrita em pormenor e permite-nos conhecer melhor o celeiro da Rua de Santa Maria onde hoje está uma oficina e loja de artesanato. A dita obra devia estar pronta até 31 de Janeiro de 1744, caso contrário, ser-lhe-ia aplicada uma multa de 20.000 réis (cerca de 1/6 do valor total). O fiador era o juiz do celeiro, Inácio Francisco Xavier de Oliveira.

Nesse ano de 1744 é estabelecido o novo Regimento com data de 11 de Dezembro e constava de 17 artigos. Este texto foi publicado pelo Dr. Manuel Inácio Pestana nos anos de 1963 a 1973 na revista "O Lavrador", periódico onde o referido historiador escreveu muitos artigos sobre a agricultura do Alentejo e nomeadamente quatro referindo-se ao celeiro comum de Évora-Monte.

No ano de 1747 volta a fazer-se novo pedido de suspensão de pagamento do trigo, mas com a obrigação de satisfazer os acréscimos. Para se aquilatar da saúde económica do celeiro, podemos referir que por Ordem de D. João V datada de Lisboa a 19 de Maio de 1747, foi au-



Aspecto actual do celeiro comum de Évora-Monte

Face às inúmeras obras que deveriam ser feitas, foi declarado em 28 de Novembro de 1781 que o celeiro tinha 71 moios e 27 alqueires de trigo e 31 moios e 37 alqueires de centeio, pelo que se poderia vender, sem prejuízo e pagar as obras. A 3 de Abril de 1783 vem a ordem para serem vendidos 30 moios de trigo com a finalidade já expressa.

Contudo, a venda só se fará no ano seguinte porque o preço era melhor e assim, venderam-se 25 moios de trigo a 490 réis o alqueire e 5 moios de centeio a 360 réis o alqueire, o que rendeu 843.000 réis. Estava encontrada a verba para se poderem fazer as obras tão necessárias.

O Ouvidor da Comarca já fora substituído e era agora o juiz José Peixoto de Brito Mexia que autorizava a venda, mas o juiz do celeiro continuava a ser o mesmo, pois o cargo era vitalício.

Todavia, desta vez, dá-se uma inversão de prioridades e as obras são preteridas por outras em Vila Viçosa, tal como se explica numa Ordem emanada do Paço a 25 de Outubro de 1784. Deste modo, uma grande parte, 700.000 réis, da verba conseguida com a venda do trigo e do centeio, foi desviada para ser entregue em Vila Viçosa à ordem do Visconde da Lourinhã, Governador de Armas do Alentejo, Manuel Bernardo de Melo e Castro (1716-92).

Como pudemos verificar no Arquivo Histórico da Câmara Municipal de Vila Viçosa, no livro de Vereações n.º 73, NG 808, foi recebida uma carta da Rainha pela Junta da Casa de Bragança, em que se estipulava a verba de 700.000 réis para concertos e reparações dos caminhos respectivos a este Termo (Vila Viçosa) e mais se dizia que a quantia devia ser entregue ao Visconde da Lourinhã. Isto deu-se na reunião da vereação que teve lugar na Câmara, num sábado, a 6 de Novembro de 1784, estando presentes o juiz vereador, mais vereadores e o Procurador do Concelho.

Para compreendermos melhor a alteração produzida, devemos notar que no ano de 1784 a Família Real tinha estado em Vila Viçosa, pois foi o ano de troca das Princesas. A Infanta Dona Carlota Joaquina de Bourbon para casar com o Infante D. João, futuro D. João VI, e a Infanta D. Mariana Victória para casar com o Infante de Espanha D. Gabriel.

Nessa altura, o trajecto real vinha de Lisboa, passava o Tejo por Aldeia Galega, Vendas Novas (pernoitava), Estremoz, Borba e Vila Viçosa. Também a vinda de Évora se efectuava por Estremoz e Borba. A estrada de Borba a Vila Viçosa vinha sendo arranjada desde 1780 (AHCB, NNG 1220, Ms 1412, f. 643-650) o que fazia falta era uma saída para Évora passando pela vila de Redondo.

Isto pode depreender-se do que escreve o Ouvidor da Comarca de Vila Viçosa em 5 de Novembro de 1784 que as obras de Évora-

-Monte não são de maior necessidade comparando-as com “a calçada da Portela (depois Bencatel, Redondo) de que há grande necessidade para a passagem de V. Mgde.” (Maço citado, processo VI – 266).

Assim aconteceu em 1785, ano dos casamentos e a Família Real que veio de novo a Vila Viçosa, já pode sair pela nova estrada. Isto também é sugerido pelo Padre Espanca no caderno 13, p. 13 das suas “Memórias”. Este autor refere ainda que nessa visita a Família Real recebeu o Bispo de Beja, D. Frei Manuel do Cenáculo em Vila Viçosa.

Após a inversão de prioridades a que assistimos, vai continuar a Câmara de Évora-Monte a pedir para serem executadas as obras previstas desde 1779. Já em 1786, fazem-se novos orçamentos e o preço para fazer a Cadeia junto com a Câmara ou em separado, tinha uma diferença de 90.000 réis. Nesse ano, a 27 de Abril, o Procurador da Comarca de Évora volta a expor a situação, referindo a alteração de prioridades e justificando o encarecimento, com dois factos determinantes: “Não ter pedreiro nem carpinteiro e os acessos muito difíceis e só haver água (pouca) na cisterna” (AHCB, NNG 913, Ms 711, IV – 168).

Finalmente veio a ordem, a obra fez-se e ainda hoje a Câmara e a Cadeia ostentam as armas reais e a data de 1787, a última vez em que foi feita uma obra de vulto, paga pelo celeiro, na Vila, cujo castelo ora celebramos.

BIBLIOGRAFIA

ESPANCA, Joaquim José da Rocha. *Memórias de Vila Viçosa*, ed. Câmara Municipal de Vila Viçosa, 1983, caderno n.º 13.

GONÇALVES, Paula. *Arquivo Municipal de Estremoz: Inventário de Évora-Monte*, ed. Câmara Municipal de Estremoz, 2006.

MURTEIRA, António Manuel Santos. *O crédito agrícola em Portugal* in Boletim n.º 2, Junta Distrital de Évora, 1961, pp. 203-218.

PESTANA, Manuel Inácio. *Celeiros Comuns da Antiga Casa de Bragança*, ed. Assembleia Distrital de Portalegre, 1982.

PESTANA, Manuel Inácio. In “O Lavrador”, n.º 1188 de 15.Fevereiro.1964 e n.ºs 1349, 1350, 1351 de 15.Novembro, 1.Dezembro, e 15.Dezembro de 1970.

PESTANA, Manuel Inácio. *Arquivos Históricos Municipais de Vila Viçosa*, ed. Câmara Municipal de Vila Viçosa, 1990.

Povoadores açorianos no Alentejo em finais do séc. XVIII

Luís Mendonça

Muitas vezes incorre-se no risco de só se falar ou escrever sobre o que está na moda. Em história, infelizmente, também é vulgar cair-se nessa tentação. O tema que nos traz aqui é bem elucidativo do que acabamos de afirmar.

Em meados do séc. XVIII, alguns milhares de açorianos (cerca de 6000) deixavam o arquipélago para se fixarem nas regiões meridionais do Brasil (St.^a Catarina e Rio Grande do Sul). O assunto tem alimentado largas dezenas de estudos, quer nos Açores, quer no Brasil, suscitando uma frenética actividade historiográfica. Passados pouco mais de 30 anos, ocorreu uma significativa movimentação de casais açorianos para o Alentejo (talvez perto de 3000 pessoas, ou, quiçá, mais) e o fenómeno tem permanecido estranhamente à margem do interesse historiográfico. Até há uma década atrás ele era praticamente ignorado e só muito recentemente é que passou a ser alvo da atenção que merece, dando azo a que se desvende parte do mistério¹.

Para melhor compreender a transmigração que ocorreu em finais do séc. XVIII dos Açores para terras alentejanas, torna-se conveniente contextualizá-la, focando alguns aspectos que consideramos de extrema relevância.

Para começar, essa deslocação de insulares para o interior do Alentejo, contrariando a tendência habitual da emigração açoriana (o

Brasil), surgiu num momento em que aquela extensa província portuguesa já denunciava problemas graves de despovoamento e alguns importantes estudos faziam eco dessa situação.

Um desses estudos, da autoria de António Henriques da Silveira e publicado em 1789 pela Academia Real das Ciências de Lisboa, traçava um cenário bastante preocupante da real situação do Alentejo, em termos demográficos e económicos. O autor era claro: o Alentejo era a província menos povoada do país; pior do que isso, a sua população estava muito mal distribuída e a maior parte dos campos estavam votados ao abandono. Faltavam as aldeias, fundamentais para dinamizar a actividade agrícola. Por isso, o autor preconizava a criação de diversas povoações de 20 fogos cada uma, com gente oriunda de outras regiões do país, nomeadamente do Minho².

Ora, a existência de grandes extensões de terreno sem população e, conseqüentemente, por cultivar, suscitava grandes apreensões ao então Intendente Geral da Polícia, Diogo Inácio de Pina Manique. Nomeado para o cargo em 1780, desde logo ele se revelou um apologista das ideias fisiocratas (que consideravam a agricultura a mais importante das actividades económicas) e um grande entusiasta do repovoamento do Alentejo, como forma de aí revitalizar a agricultura.

¹ Maria Elisa Lopes da Costa foi, até ao momento, a única investigadora a interessar-se realmente pelo assunto, dedicando-lhe alguns trabalhos bastante meritórios, que serão oportunamente referenciados ao longo deste estudo.

² SILVEIRA, António Henriques da. *Racional Discurso sobre a Agricultura e População da Província do Além-Tejo*, Memórias Económicas da Academia Real das Ciências de Lisboa, Tomo I, 1789, p. 50.

Mas Diogo Inácio de Pina Manique pensou logo em colmatar o défice demográfico do Alentejo com gente proveniente dos Açores. E porquê dos Açores?

Bem, já um ano antes de assumir o cargo de Intendente, Pina Manique havia patrocinado a vinda de 15 casais da ilha de S. Miguel, que foram encaminhados para as suas propriedades no Alcoentrinho³.

Também é certo que os Açores se vinham assumindo como uma região de emigração. Se é um facto que o arquipélago fora generosamente contemplado com solos férteis e produtivos, a verdade é que uma profunda desigualdade na distribuição da riqueza (propriedade) relegava para uma situação de miséria uma parte significativa da população, potenciando, desta forma, o fenómeno migratório. Os testemunhos abundam nesse sentido, mas fiquemo-nos por apenas dois ou três, a título de exemplo.

Referindo-se à ilha de S. Miguel, em princípios do séc. XIX, Luís Mouzinho de Albuquerque era bastante peremptório quanto ao nítido contraste então existente entre opulência e pobreza:

«A troco, com efeito, de um pequeno número de famílias, que possuem muito além do necessário, e cómodo rendimento, o Povo de S. Miguel he por extremo miserável (...) Logo que se tem sahido das cidades, ou das vilas pincipaes, as casas grandes, e bem edificadas, as habitações, senão de gosto, ao menos de superabundância, são substituídas por quatro muros baixos, cobertos com um miserável tecto de côlmo; e neste mesquinho, e desgraçado asilo, edificado as mais das vezes em terreno alheio, se aloja uma família de verdadeiros proletários, sem propriedade, e sem industria»⁴.

E fazendo alusão aos camponeses da Terceira, o Governador dos Açores descrevia a sua precária existência nesses termos: *«São huns miseráveis colonos que trabalham unicamente para os seus senhorios..., porque raros são os que sejam senhores das terras que fazem, ou para melhor dizer, nenhum o he, e tudo quanto tirão das mesmas he para pagar aos donos dellas, e são felices se lhes dê para isso»⁵.*

Por fim, em 1807, o Juiz de Fora de Ponta Delgada reconhecia que só uma forte causa compelia as populações insulares à emigração: *«Esta urgente causa hé sem dúvida a fome... Quem poderá retellos n'um paiz, onde o seu trabalho, todas as suas forças não são bastantes para lhes grangear o necessário mantimento para a sua vida? N'um paiz, que sendo abundantíssimo de grão o extrahem tão repentinamente, que se fica alguma pequena porção he a hum preço tão excessivo que o ganho do seu jornal não pode ministrar-lhes o precioso sustento?»⁶.*

Estando, certamente, a par dos problemas crónicos que vinham afectando o arquipélago açoriano, o Intendente Pina Manique entendeu fazer uma primeira abordagem ao Governador dos Açores em 1782, para indagar se este estaria receptivo à saída de umas boas dezenas de casais com destino ao Alentejo:

«Tendo-me Sua Magestade encarregado de fazer povoar alguns Lugares desertos da Província do Alemtejo, e que o estão com grave danno da Agricultura, me lembro de que essas Ilhas são abundantes de gente inclinada á Lavoura, e que se não fizesse prejuizo á desse Paiz, poderião ser transportados a esta Corte, duzentos Cazaes. Só Vossa Excelência, que conhece perfeitamente o estado da Popu-

³ Vide AHU, Açores, Caixa 14, 29.Fevereiro.1780.

⁴ ALBUQUERQUE, Luis da Silva Mouzinho de. *Observações sobre a ilha de S. Miguel*, pp. 34-35.

⁵ AHU, Açores, Caixa 21, doc. 27, 14.Janeiro.1790.

⁶ Offício do Juiz de Fora de Ponta Delgada ao Capitão General dos Açores, in *Arquivo dos Açores*, vol. V, p. 302.

lação das ilhas que governa, pode insinuar-me se será útil a transmigração deste número de cazaes...»⁷.

Parece que nem de propósito, entre 1783 e 1786 os Açores conheceram uma sucessão de maus anos agrícolas, que agravaram as já periclitantes condições de subsistência das populações locais, favorecendo, assim, as pretensões de Pina Manique.

Em 1783, o Governador dos Açores constatava que as intempéries que se abateram sobre as ilhas, sob a forma de ventanias e chuvadas, haviam transformado um cenário promissor, que as «*siaras admiráveis*» faziam antever, numa situação real de grande necessidade, fruto da destruição das novidades⁸.

Em 1785, a situação de escassez cereali-fera repetia-se, sobretudo nalgumas ilhas do grupo central (Faial, Pico, Terceira), mais uma vez motivada por irregularidades climáticas⁹. Referindo-se concretamente às populações do Faial e do Pico, o então Juiz de Fora constatava «... *que pelo sucessivo espaço de cinco annos tem elle (o povo) gemido debaixo do flagelo da fome, e da miséria em razão dos campos não terem correspondido com os mantimentos necessários à sua conservação*»¹⁰.

E o ano que se seguiu não parece ter sido mais auspicioso. Em 17 de Junho de 1786, o Capitão General e Governador dos Açores dava conta de que a ilha Terceira vinha sendo assolada por uma tempestade de chuvas e vento, deitando e quebrando trigos e pressagiando uma colheita nada animadora. E rema-

tava: «Deus queira valler a estes miseráveis Povos, que se sobre a exterilidade passada lhe advem outra de novo, eu nam sey que hade ser. A pobreza he muita; e a terra parece que nam pode com elles»¹¹.

Em síntese, este cenário de fome e miséria que se vinha abatendo sobre o arquipélago era claramente favorável à concretização dos propósitos colonizadores de Pina Manique, quer porque houvesse muita gente predisposta a abandonar as ilhas, quer porque as próprias autoridades locais estivessem convencidas de que essa saída era absolutamente necessária. O próprio governador insular reconhecia, em 1786, que só na ilha Terceira existiria um excedente de 11 a 12 mil pessoas, para as quais a emigração seria, sem dúvida, a melhor solução¹².

Em finais de 1786 o plano de Pina Manique ganhava contornos bem definidos. Em Novembro, ele dava instruções ao Juiz de Fora do Faial e aos Corregedores da Terceira e S. Miguel, com o intuito de serem remetidos para a Metrópole mil habitantes¹³.

Os critérios de selecção eram, nas próprias palavras de Pina Manique, os seguintes: «*que sejam de 15 athe 30 annos, boa idade, figura, altura, robustez, e sem lesão ou disformidade e se forem casados, e com filhos ainda será melhor*»¹⁴. Noutra ocasião, ele manifestava uma clara preferência pelos «... *que habitão no campo e fora da cidade para virem, por serem gentes acostumados ao trabalho da Agricultura, para q' vão destinados, sendo reforçados e capazes daquelles trabalhos rústicos de enxa-*

⁷ Carta do Intendente Geral da Polícia ao Governador dos Açores. Arquivo Nacional da Torre do Tombo (ANTT), Livro 93, f. 562v, cit. por Maria Elisa Lopes da Costa, "Novos Destinos para as gentes açorianas em finais de Setecentos: terras de Além-Tejo, um espaço a povoar?", in *O Faial e a Periferia Açoriana nos séc. XV a XX*, Horta, 1998, p. 418.

⁸ AHU, Açores, Maço 17, doc. 16, 21. Julho.1783.

⁹ AHU, Açores, Maço 19, doc. 7.

¹⁰ AHU, Açores, Maço 19, doc. 26.

¹¹ Ofício do Governador dos Açores, in AHU, Maço 19, doc. 41, 17. Junho.1786.

¹² Ofício do Governador dos Açores, in AHU, Maço 19, doc. 50, 22. Junho.1786.

¹³ Pina Manique efectuou idênticas diligências no sentido de trazer da Madeira outras mil pessoas, mas depois, por falta de voluntários, o processo não teve sequência. Vide ANTT, IGP, Livro 95, ff. 154 e 164.

¹⁴ Carta dirigida ao Corregedor de S. Miguel, 25 de Novembro de 1786, ANTT, Intendência Geral de Polícia, Livro 95, f. 101.

da»¹⁵. Também era fundamental que eles não viessem constrangidos, mas como voluntários, e a insistência nos homens casados também estava relacionada com a sua mais fácil fixação nos locais de destino (os solteiros seriam mais propensos à deserção).

Aliás, para os que vinham na condição de solteiros, Pina Manique propunha o seu rápido casamento, quer com naturais das ilhas, quer com continentais, e para isso contava com a condescendência do Arcebispo de Évora em matéria de burocracia eclesiástica (ao dispensá-los, por exemplo, da apresentação das certidões de baptismo), até porque ele próprio, Pina Manique, lhe garantia que aqueles insulares eram todos cristãos baptizados e Católicos Romanos¹⁶.

O Intendente Geral da Polícia teve em atenção todos os pormenores e não descurou qualquer detalhe: assumiu as despesas de transporte dos ilhéus e efectuou todas as diligências para que eles fossem bem recebidos nas terras de acolhimento; procurou certificar-se de que os caminhos de acesso do litoral (Lisboa, Setúbal) para o interior do Alentejo estariam em boas condições; por sua solicitação, foi elaborado, em 1787, um mapa das casas humildes e herdades que se achavam sem rendeiro na Província do Alentejo, pelas quais se deveria fazer a distribuição dos colonos que fossem chegando dos Açores¹⁷; e apelava para a urgência de se encontrarem no Alentejo lavradores disponíveis para contratar os colonos insulares à medida que eles fossem chegando.

A "transmigração" açoriana para as planícies do interior alentejano decorreu entre os

meses de Maio e Outubro de 1787, foi, como já deu para perceber, superiormente conduzida pelo Intendente Geral da Polícia (Pina Manique) e dispersou-se por diversas localidades do Alto e Baixo Alentejo. Deixemos alguns trechos desse processo.

Em 24 de Maio de 1787 era referenciada a chegada ao Reino de 67 casais de ilhéus, num total de 331 pessoas¹⁸. Foram destinados a Évora e acompanhados no percurso pelo Corregedor de Setúbal. Embora Pina Manique estivesse, a certa altura, persuadido de que muitos dos homens que integravam aquele contingente, pelas suas características físicas, poderiam servir na tropa, ele rectificou posteriormente a sua posição, considerando «*que os mesmos Cazaes são hábeis agricultores e próprios para serem applicados ao serviço da Lavoura*»¹⁹.

Entretanto, Pina Manique enviava instruções às autoridades eborenses, que seriam ciclicamente repetidas aquando da chegada de novos contingentes açorianos a diferentes localidades do Alentejo. Uma delas era a de ver as casas «*modestas mas habitáveis*» que estariam disponíveis para ser distribuídas pelos diversos casais (uma por casal, se possível). Outra seria a de conceder por cada uma das pessoas um crédito diário de dois vinténs em certas tascas e armazéns de mercadorias, até que elas pudessem auferir os seus próprios rendimentos²⁰. E, finalmente, que os casais fossem, o mais rapidamente possível, ocupados em qualquer actividade, de preferência na agricultura, para o que se pedia a estreita colaboração dos lavradores locais. No caso concreto desse primeiro grupo de açoria-

¹⁵ Carta dirigida ao Corregedor de S. Miguel, 14 de Junho de 1787, ANTT, IGP, Livro 95, ff. 153-153v.

¹⁶ COSTA, Maria Elisa Lopes da. "Novos Destinos para as gentes açorianas em finais de Setecentos...", in *O Faial e a Periferia Açoriana nos séc. XV a XX*, p. 412.

¹⁷ COSTA, Maria Elisa Lopes da. *idem*, p. 403.

¹⁸ Arquivo Histórico Ultramarino (AHU), Açores, caixa 20, doc. 17.

¹⁹ Carta dirigida ao Juiz de Fora da Cidade de Évora, ANTT, IGP, Livro 158, f. 191.

²⁰ *Idem*, f. 191-191v.

nos, Pina Manique deixava as seguintes recomendações ao Juiz de Fora de Évora: «E aos Pays de Famílias e os outros que tem idade proporcionada para os trabalhos do Campo, logo V. Mercê os fará distribuir pelos Lavradores segundo a necessidade de cada hum para os empregarem nas suas ceifas, pagando-se-lhe o preço commum que os mais ceifeiros ganharem»²¹.

Sensivelmente pela mesma altura (fins de Maio), um pequeno grupo de micalenses, composto por 16 casais (ao todo seriam 55 pessoas), chegava a Lisboa, seguindo posteriormente para Montemor-o-Novo, onde aguardaria por ordens relativamente ao seu posterior destino²² (seria também Évora?).

Seguiu-se um contingente que partiu da ilha do Faial nos princípios de Junho – era constituído por 54 casais com os respectivos filhos, bem como alguns viúvos e pessoas solteiras, totalizando 313 pessoas²³. O seu destino foi, igualmente, a região de Évora.

Em finais de Junho seguiram 42 famílias da ilha Terceira com destino a Portalegre, mais 52 homens solteiros, que foram destinados ao regimento de Castelo de Vide²⁴. Em 21 de Julho surgia já confirmada a instalação dos mencionados casais. Houve alguns problemas com o seu alojamento, por falta de habitações disponíveis, e muitos acabariam por ser ocupados nas fábricas de fiação de Portalegre²⁵.

Nos princípios de Agosto chegaram ao Reino mais 431 pessoas provenientes de S. Mi-

guel, compostas por 94 casais (20 iam sob prisão) com os respectivos filhos, mais 47 homens solteiros²⁶. Foram encaminhados para Beja, sendo depois distribuídos pela cidade, mas também por Serpa, Moura e Alvito. Embora Pina Manique nunca perdesse de vista que o objectivo central do envio daquelas famílias era o cultivo dos campos, ele dava instruções ao Provedor da Comarca de Beja no sentido de eles serem ocupados nos trabalhos de fiação de linho enquanto não tivessem trabalho no campo em que se empregassem. A intenção era evitar que eles caíssem no ócio e permitir-lhes que fossem obtendo os seus próprios rendimentos, para libertar a fazenda real de encargos.

Em princípios de Setembro chegava a Lisboa mais um grupo de açorianos oriundos de diversas ilhas, constituído por 55 casais, acompanhados de 169 filhos e ainda 47 homens solteiros (331 pessoas). O seu destino era Vila Viçosa e Olivença. Como Vila Viçosa apenas dispunha de 17 habitações vazias, a ela seriam destinados prioritariamente os casais com filhos de menor idade²⁷. Já em Olivença existiam 86 casas vagas, mas muitos foram para aí enviados com o objectivo de integrarem o exército, embora com um desconhecimento total da situação²⁸.

E, já em Outubro, cerca de 504 faialenses ou 436 (as fontes divergem), eram conduzidos para Ourique (Campo de Ourique). Com base no original, nós contabilizámos 487 pessoas²⁹.

²¹ Idem, f. 195.

²² ANTT, IGP, Livro 158, f. 175 v.

²³ Segundo Maria Elisa Lopes da Costa, esse contingente e o que viera anteriormente do Faial (331 pessoas) seriam única e simplesmente o mesmo. Contudo, temos poucas dúvidas de que se trataria de grupos distintos, quer pela disparidade numérica, quer pelo desfazamento temporal (os primeiros eram esperados em Évora em 28 de Maio, enquanto os segundos só chegaram a Setúbal no dia 19 de Junho).

²⁴ COSTA, Maria Elisa Lopes da. *Povoadores Açorianos em terras Transtaganas: chegadas para uma história por contar*, A Cidade, Revista Cultural de Portalegre, n.º 11 (Nova Série), p. 177, 1996.

²⁵ Idem, p. 179.

²⁶ COSTA, Maria Elisa Lopes da. *Mar e Terra, uma subtil proximidade: Açorenses à descoberta de Beja nos derradeiros anos do séc. XVIII?*, Arquivo de Beja, vols. VII/VIII, p. 251, 1998.

²⁷ COSTA, Maria Elisa Lopes da. *Novos destinos para as gentes açorianas...*, p. 412.

²⁸ COSTA, Maria Elisa Lopes da. *Povoadores Açorianos em terras Transtaganas...*, p. 182.

²⁹ ANTT, IGP, Livro 158, ff. 287 à 291.

Entretanto, a meta inicialmente definida por Pina Manique (fazer transportar mil ilhéus para o Alentejo) havia sido largamente superada. Já a 30 de Junho de 1787 a *Gazeta de Lisboa* dava conta de terem chegado à Metrópole «*mais de novecentos casais de ilheos, com as respectivas famílias, para se estabelecerem no exercício da Agricultura, e Artes Mecânicas em a Província do Alentejo*»³⁰. É, to-

davia, um número que nos parece exagerado. Pouco depois, o próprio Bispo de Évora confirmava a chegada de 491 casais açorianos ao Alentejo³¹. O quadro que se segue dá-nos conta das várias levas de açorianos que partiram para o Alentejo, embora estejamos cientes de que ele possa não estar completo e, como tal, com valores absolutos aquém da realidade.

AÇORIANOS QUE FORAM PARA O ALENTEJO ENTRE MAIO E OUTUBRO DE 1787

Partida	Casais	Filhos	Solteiros	Total	Destino
Maio <i>Faial</i>	67 (2)	197	4	331	Évora
Maio <i>S. Miguel</i>	16	23	—	55	Évora?
Junho <i>Faial</i>	54	188	17	313	Évora
Junho <i>Terceira</i>	42	91	52	227	Portalegre
Agosto <i>S. Miguel</i>	94 (3)	186	57	431	Beja
Agosto <i>Terceira</i>	31	102	17	181	(4)
Setembro <i>Terceira</i>	55	179	62	351 (5)	Elvas
Outubro <i>Faial</i>	80	304	23	487 (6)	Ourique
Outubro <i>S. Miguel</i>	14	32	16	76	Alcácer/ Grândola
Total	453	1302	248	2456	Alentejo

(1) Incluímos, para além de solteiros, parentes e viúvos/viúvas.

(2) Contabilizamos 62 casais, mais 5 viúvos/viúvas com filhos.

(3) Vinte iam sob prisão.

(4) Sabe-se que eles passaram por Coruche, mas o seu destino provável terá sido o Alto Alentejo (Portalegre ou Elvas).

(5) O número difere um pouco do que é normalmente apresentado e resulta de uma contagem nossa.

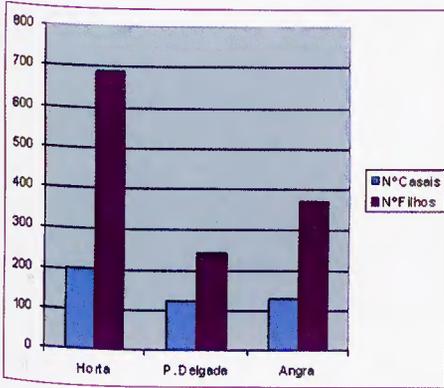
(6) *Idem*, com base no original.

³⁰ *Gazeta de Lisboa*, n.º XXVI, 30 de Junho de 1787.

³¹ AHU, Açores, Maço 20, doc. 27, 19 de Julho de 1787.

No gráfico que se segue, damos conta dos casais e respectivos filhos que saíram das três cidades açorianas, se bem que esse facto não nos diga tudo acerca das ilhas da sua proveniência. Com efeito, nos contingentes que partiram da Terceira existiam famílias de várias ilhas (por exemplo, de S. Jorge); e nos contingentes faialenses estavam, certamente, integrados muitos casais da "ilha montanha" (o Pico).

PESSOAS EMBARCADAS DAS TRÊS CIDADES AÇORIANAS* (Casais e Filhos)



* Para sermos rigorosos, a Horta só seria elevada a cidade no séc. XIX.

Agora vejamos qual foi o itinerário e consequente destino das famílias açorianas no período em causa.

Entretanto, o Governador dos Açores vinha manifestando algumas reservas em relação àquela leva colonizadora, por achar que as populações insulares ficariam melhor servidas se o seu destino fosse o Brasil e não o Alentejo:

«Como estas Ilhas se achão demaziadamente cheyas de gente, não hesitey hum momento em promover este transporte, bem que o lugar do seu destino não me pareça o mais

MAPA COM O ITINERÁRIO E DESTINO DAS FAMÍLIAS AÇORIANAS



próprio, assim por mais sugeito, pela sua situação, a ser abandonado, e estes Povos de génio inconstante, e inclinados á dezerção, como por não ser este o Paiz que mais lizongea a sua cobiça, para se poder esperar que continuem semelhantes tranzportes. O Brasil, segundo já reprezentei a V. Ex^a, he sem contradita o em que esta gente se fixaria com mais estabilidade, e para onde hiria de melhor vontade»³².

Mais tarde, o mesmo Governador acrescentaria que, não obstante as ilhas estarem «sobrecarregadas de gentes», a insistência de Pina Manique nos homens com menos de 30 anos poderia ter reflexos negativos na agricultura insular³³.

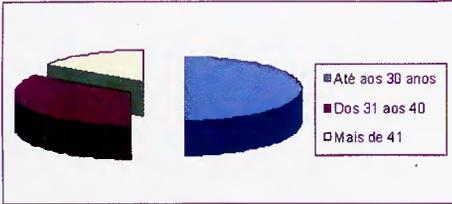
Há que ressaltar, todavia, que foram inúmeros os casais que seguiram para a Metrópole com mais de trinta anos, até mais de

³² Idem, doc. 15, 12 de Junho de 1787.

³³ Idem, doc. 34, 24 de Outubro de 1787.

quarenta, contrariando as indicações de Pina Manique. Segundo os dados a que tivemos acesso, os homens casados com idade superior a 30 anos representavam 50% do total.

HOMENS DO CASAL QUE SEGUIRAM PARA O ALENTEJO (Por idades)



O certo é que, em Outubro de 1787, Pina Manique ordenava a suspensão do envio de povoadores açorianos para a Província do Alentejo, alegando a proximidade do Inverno, mas também a necessidade de «... *ver como se arranjo o grande número que tem vindo para ver então se deve continuar para o anno em virem os mesmos casaes*» (casais que, certamente, já estariam alistados para partir)³⁴.

Seja como for, há que realçar que Pina Manique teve uma atitude incansável em todo esse processo e, até, uma postura bastante paternalista em relação aos diversos contingentes de açorianos destinados ao Alentejo. Mostrou-se sempre muito preocupado com o seu bem-estar, quer na viagem, quer na sua posterior instalação. Chegou a sugerir que os "colonizadores" trouxessem sementes de batata-doce e inhames, para não estranharem em demasia a mudança de hábitos alimentares. E numa carta enviada ao Provedor da Comarca de Beja, aludindo ao facto de os insulares se sujeitarem melhor ao trabalho de jornaleiros (assalariados), recomendava que eles não deveriam ser constrangidos a outro tipo

de serviço³⁵. E regozijava-se, ainda, com o facto de o contingente que seguira para Beja estar bem instalado e de se aproximar a época da apanha da azeitona, onde se poderiam ocupar mulheres, rapazes e até alguns homens³⁶.

Chegados ao fim deste artigo, julgamos ser possível avançar algumas conclusões básicas acerca desse singular fenómeno de povoamento de terras alentejanas com famílias açorianas, em finais do séc. XVIII:

1. Esse movimento migratório ocorreu num momento em que a situação estrutural e conjuntural do arquipélago era propícia à saída de um número bastante significativo de pessoas.

2. Da mesma forma, a província do Alentejo, segundo os relatos da época, estava carenciada de gente que pudesse ocupar-se no trabalho dos campos e, conseqüentemente, necessitada dessa injeção demográfica.

3. O Intendente Pina Manique foi fundamental em todo o processo e foi apenas graças à sua influência, bem como ao seu extraordinário empenho e persistência, que aquela insólita "transmigração" se tornou viável (insólita, porque o normal era os açorianos seguirem para o Brasil).

4. À semelhança do que sucedia na época, estamos perante uma emigração de casais (não de pessoas individuais), pois era a que melhor satisfazia os propósitos colonizadores do Estado.

5. Embora o objectivo primordial desse movimento colonizador fosse o de fomentar a agricultura alentejana e combater o despovoamento daquela província portuguesa, parte desses colonos acabariam por ser canalizados, ou para os trabalhos de fiação (sobretudo as mulheres), ou para o serviço militar (particularmente os que vinham na condição de solteiros).

³⁴ ANTT, IGP, Carta dirigida ao Governador dos Açores a 19 de Outubro de 1787, livro 95, f. 214.

³⁵ COSTA, Maria Elisa Lopes da. *Mar e Terra, uma subtil proximidade...*, p. 265.

³⁶ COSTA, Maria Elisa Lopes da. *Ibidem*.

Entretanto, um conjunto de questões continua por esclarecer. Retomando as palavras de Maria Elisa Lopes da Costa, «*como se poderia compaginar com a vida nas planícies aquém e além taganas a condição insular destes migrantes, cuja relação com o mar lhes*

era intrínseca?»³⁷ E o que dizer acerca das possíveis influências deixadas pelos açorianos na gastronomia, na cultura, ou na linguagem autóctones? Ter-se-ão dissipado com o tempo? Só futuras pesquisas o poderão precisar com mais rigor.

³⁷ COSTA, Maria Elisa Lopes da. *A Planície Alentejana, um destino migratório de famílias açorianas em finais do séc. XVIII*, in *Arquipélago, História*, 2.ª série, n.º 2, (2000), p. 197.

Memória da anexação do Estado Português da Índia pela União Indiana e reacção do Estado Novo

Rui Miguel da Costa Pinto

Como resultado de conversa com o meu amigo calipolense Joaquim Frade, decidimos recolher os nomes de alguns militares que, tal como ele, vivenciaram este período importante da História portuguesa contemporânea – do qual aqui se redige a presente súmula dos acontecimentos que se dedica a todos os que atravessaram os últimos e dramáticos dias do Estado Português da Índia.

No ano de 1961, de entre um conjunto de militares do Regimento de Lanceiros N.º 1, em Elvas, estacionados na antiga Índia Portuguesa, gostaríamos de destacar:

Joaquim Frade – Vila Viçosa
Fortunato António Spanas – Estremoz
Valentim Rodrigues Luís – Altura (Algarve)
Custódio Rodrigues Luís – Cano (Sousel);
Casa-Branca Chalaça – Barbacena (Elvas);
Isidoro Sarouco – Vila Boim (Elvas);
Francisco Madeira – Montoito (Redondo);
Redondo Caeiro – Montoito (Redondo);
Chambel – Montoito (Redondo);
Painho – Estremoz;
Antonio Mexia – Santo Aleixo (faleceu num atentado entre Canácona e a fronteira com a Índia)

1961, ANO DE TODOS OS PERIGOS

O serviço de informações indiano há muito que recolhia dados do lado português. Tanto assim é que após a invasão, um sargento da Repartição de Informações do Quartel-General acabou por reconhecer ser oficial infiltrado. Outros haveria, mas muitos passeavam livre-

mente com o pretexto, ainda que fundamentado, de visitarem as suas famílias nos territórios portugueses, tornando possível que o comando das forças inimigas já possuísse uma completa noção do terreno e da colocação das nossas tropas no mesmo.

Quando questionado sobre quais os conhecimentos que se teriam da preparação da invasão, o comandante-chefe refere:

Para quem estava em Goa, portanto para o comandante-chefe, para os serviços militares, que se orientavam pelas informações directas, e por agentes que procuravam colher essas informações, só se verificou o conhecimento quando se começou a dar a concentração de forças na fronteira. Essa concentração era realmente aguçada por arranjos de campos de trabalho para a aviação e até pela deslocação ruidosa de carros de combate.

Em todo o caso, eu devo lembrar, e isto é realmente lamentável, principalmente para mim, que tendo o dr. Franco Nogueira publicado no seu livro «Os Homens e as Crises» que já em Agosto o Governo português estava ao facto das intenções e dos preparativos da União Indiana, até mim o reflexo dessas informações nunca chegou. E, antes pelo contrário, mantiveram sempre um programa de redução de efectivos cada vez mais acentuada, os quais chegaram a ser assim menos do que um quinto do que eram na altura dos «satyagrahis» em Dadrá.

Houve uma altura em que os «satyagrahis» dominaram. E foi nessa altura que houve realmente um reforço substancial de tropas. Embora a União Indiana pudesse mobilizar tantas

vezes quantas quisesse o equivalente aos nossos efectivos.

(...) Essa noção (de que as tropas portuguesas não estavam aptas a enfrentar as da União Indiana) foi-se gradualmente acentuando à medida que se iam desenvolvendo os meus conhecimentos locais.

(...) Acho que a redução se deve, em primeiro lugar, ao tal erro de supor que Nehru nunca atacaria. E, talvez ainda como consequência desse facto, as ordens terminantes do Presidente do Conselho para a redução desses efectivos. Numa linguagem de tropa, «quando o lençol é curto, os pés ficam de fora». Na altura, até é de admitir que Nehru tenha aproveitado o caso de Angola para lançar o seu ataque¹.

A 18. Dezembro. 1961, a já esperada invasão dos territórios de Goa, Damão e Diu dá-se com o nome de código «Operação Vijaya». Cerca de 45 mil soldados regulares e 26 mil reservistas da União Indiana, apoiados por blindados, artilharia, meios aéreos (aviões de combate Camberra) e navais (1 porta-aviões) ocupam militarmente os mesmos.

Entraram por três frentes no território de Goa, em Damão entraram por duas e em Diu também por duas frentes: uma pelo canal de Chassi, junto ao posto de Passo Covo e outra por Gogolá.

Os 3500 militares portugueses e indo-portugueses (3000 homens – 2086 recrutados no continente e de várias dezenas recrutados no território – com mais uns 500 homens da Polícia e Guarda Fiscal) não eram suficientes para conter tal força inimiga.

Sem meios aéreos portugueses, a aviação indiana por volta das 07h00 destrói a torre de telecomunicações em Bambolim, em Goa e a base militar em Dabolim. Em Damão, a força aérea inimiga executou 14 missões de bombar-

deamento. Em Diu, o número de missões chegou a 21. Neste último território, a defesa terrestre anti-aérea era inexistente, com apenas uma metralhadora pesada de 20mm, vinda de Goa dias antes da invasão e onde ninguém possuía conhecimentos para proceder à sua utilização.

Entraram de seguida por via terrestre onde, ao inverso do que se esperava, ainda depararam com a reacção de alguns militares portugueses, nomeadamente em Vasco da Gama, onde 500 militares obrigaram as forças indianas a combater.

A prévia destruição de pontes ordenada pelo General Vassalo e Silva obrigou a um prolongamento de 48 horas das operações de ocupação, nomeadamente na travessia de Mandovi (à frente de Pangim), e Zuari (a sul de Pondá). Como tal, os indianos tiveram de esperar para poder avançar em condições. Tal estratégia foi delineada pelo Plano Sentinela² – que mais não era que uma tentativa de contenção temporária das tropas indianas em que a defesa de Goa devia ser feita em Pangim e na península de Mormugão, onde se deviam reunir respectivamente 1/3 e 2/3 dos efectivos militares e policiais presentes no território até que chegassem reforços do continente.

O Plano de Operações está bem explicado pelo General Carlos Azeredo em artigo elaborado e publicado aquando dos 40 anos da invasão e ocupação de Goa.

Final não era já Goa manifestamente “militarmente indefensável” pelo que bastava apenas garantir a presença de um dispositivo de ordem policial e anti-terrorista.

O CASO DA MARINHA

A Marinha portuguesa reage por intermédio do aviso de 1.^a classe *Afonso de Albuquerque*

¹ Silva, Manuel António Vassalo e, «*Dossier- Goa: A recusa do sacrifício inútil*», Coord. Botelho da Silva, Lisboa, 1975, p. 56-58.

² Plano aprovado pelo Ministério da Defesa Nacional.

Foto de coleção de Joaquim Salzal



O aviso *Afonso de Albuquerque*, fundeado em Moçambique, em 1948.

construído em 1934, ancorado próximo do cais de D. Paula, na margem norte do estuário do Rio Zuari e comandado pelo capitão-de-mar-e-guerra António da Cunha Aragão, que em frente da barra de Mormugão tem um desempenho surpreendente, pese o facto da inferioridade de meios, nomeadamente a tripulação incompleta³ que obrigou a um esforço sobre-humano para acudir, em simultâneo, aos postos de combate de superfície e antiaéreo. A coragem em combate criou novos heróis.

A embarcação foi atacada por três fragatas indianas (*Beas*, *Betwa* e *Cauvery*) que reiteradamente a atingiram, acabando por ser afundada e abandonada pela sua tripulação frente à praia de Bambolim.

O combate redundou na morte do 1.º grumete telegrafista Rosário da Piedade, no ferimento do comandante António da Cunha Aragão, e em cerca de cinquenta elementos da tripulação, entre oficiais, sargentos e praças que ficaram ligeiramente feridos, dos quais apenas dez receberam tratamento hospitalar.

Existiam três lanchas de aproximadamente 15-17 metros, a *Sirius*, em Goa, que terá sido

abandonada depois de ter encalhado (cuja tripulação procurou abrigo a bordo de um navio da marinha mercante), *Antares*, em Damão, que não foi atacada, tendo o seu comandante segundo-tenente Brito e Abreu ordenado a retirada da tripulação para Carachi, depois de se ter apercebido da ocupação e a *Vega*, em Diu. É desta que iremos falar em particular.

Comandada pelo segundo-tenente Jorge Manuel Catalão de Oliveira e Carmo, tentou defender a fortaleza dos ataques constantes quer da marinha Indiana quer da sua aviação, combates desiguais que terminariam em tragédia, já minuciosamente descrita pelo comandante Seixas Serra.

Ferido juntamente com o marinheiro artilheiro António Ferreira, acabariam por tombar perante o fogo inimigo que feriu mais três dos seis marinheiros – Cardoso da Silva; Bagoim; Freitas; Nobre; grumete Ramos; marinheiro artilheiro Anibal Jardim – este último viria também a falecer⁴.

A 11. Dezembro.1961, o Comando Naval de Goa deliberava para as forças estacionárias da marinha portuguesa o seguinte:

«Se União Indiana atacar em força os nossos territórios, os navios deverão combater até ao último cartucho, afundando-se quando totalmente, repito, totalmente impossibilitados de continuar a luta.»

A 16 de Dezembro voltava a formular um novo comunicado, recebido na passagem para 17:

“1. Acção naval combatendo contra forças navais da União Indiana desde que não se verifique grande desproporção de forças.

³ A crença do Governo Português de que a União Indiana não iria invadir o território era tal que aquando do envio do aviso *Afonso de Albuquerque*, este levava a bordo um curso de cadetes instruídos da Escola Naval.

⁴ O 1.º sargento escriturário Santa Rita é morto na Praia de Pangim.

2. Encalhar no local assinalado quando, por motivo de avarias, correr o risco de se afundar.
3. Utilizar a artilharia, como bateria costeira, defendendo o acesso ao porto de Mormugão.
4. Destruição do navio quando:
 - a) Se esgotarem as munições;
 - b) A artilharia não estiver em condições de ser utilizada;
 - c) As forças invasoras ameaçarem Pangim.
5. Incorporação da sua guarnição no núcleo da defesa concentrado na península de Mormugão.”

Diz o Sr. Vice-Almirante, José Manuel Correia Mendes Rebelo:

Primeiro – Existia contradição entre a mensagem de 11 de Dezembro e a Ordem de operações no que respeitava ao destino do navio quando impossibilitado de continuar a luta: encalhar o navio impedia o seu afundamento;

Segundo – Era inexequível no respeitante à destruição do navio visto não existirem a bordo cargas de demolição indispensáveis para o efeito;

Terceiro – A Ordem de operações só foi recebida a bordo na véspera do combate⁵.

A fragata *Diogo Gomes*, fundeada em Angola, chegou a receber ordens para se deslocar rapidamente para a Índia, no mês anterior à invasão. Contudo, tal não foi possível, pese os esforços da tripulação, uma vez que a 18 de Dezembro ainda se encontrava a norte de Madagáscar, pelo que colheu ordem para retornar a Moçambique.

DEFESA DO TERRITÓRIO

Porquê tão poucas tropas no território? No seguimento de uma visita de fiscalização efec-

tuada em Novembro-Dezembro de 1960 pelo então Subsecretário de Estado do Exército, tenente-coronel Francisco da Costa Gomes, este reduziu os 10.000 efectivos no terreno (em 1954 eram 12000) para cerca de 3500 em favor de Angola e Timor, inclusive material bélico, garantindo apenas o aviso em comissão *Afonso de Albuquerque*, ainda que durante 1954 estivessem em serviço os avisos *Pedro Nunes* e *Bartolomeu Dias* a que vieram então juntar-se o *Gonçalo Velho* e o *João de Lisboa*, passando também a existir duas lanchas de fiscalização.

Do seu relatório, consta o seguinte:

(...) logo no primeiro contacto com as unidades houve a impressão de que as tropas estavam pouco ocupadas e que disso se ressentia a sua eficiência operacional e o moral do pessoal (...) a forma como se ministra presentemente a instrução nas unidades não contribui para a sua eficiência – por monótona e improdutiva – e acaba por ser julgada inútil pelos instruendos (...) sobre os reconhecimentos do terreno e do meio humano, nos aspectos de presença e de segurança, pouco se tem feito (...) necessidade de tomar medidas para o atavio das praças. Estas apresentam-se, em grande número, com cabelos mal cuidados e com uniforme com pouco aspecto militar. Fardas de cores diferentes, calções muito curtos, meias de cores variadas e sapatos de tons amarelos os mais diversos e de todos os modelos⁶.

O chefe de serviço de material na Índia, major João Luís Pimentel de Oliveira, em relatório elaborado após a ocupação refere que a *Metrópole* conhecia o problema.

Entre fins de Agosto e 15 de Outubro do ano seguinte, o Comandante Militar do Estado da Índia, brigadeiro António José Martins Lei-

⁵ Rebelo, José Manuel Correia Mendes “A Última Missão do NRP *Afonso de Albuquerque*. O Combate Naval em Goa em 18 de Dezembro de 1961”, in *Últimos Combates Navais da Índia*, Academia da Marinha, Lisboa, 2001.

⁶ In Arquivo Histórico Militar, *Fundo 27*, citei, caixas 339, 340 e 341.

tão, que veio de licença a Lisboa, solicitava com urgência mais material de guerra (armas, munições, viaturas, e aumento de número de efectivos). Contudo tal foi-lhe negado a pretexto de que “na Índia não haveria guerra”. Quatro meses depois estava num campo de prisioneiros de guerra de Alparqueiros, onde viria a ser redigido a maior parte do seu relatório sobre os acontecimentos⁷.

No seu depoimento, aquando chegada ao continente, diria o seguinte:

«(...) manifestando eu, em Lisboa, a s. Ex.^a o subsecretário de estado do exército [tenente-coronel Jaime da Fonseca], a s. Ex.^a o General Chefe do Estado-Maior-General das forças armadas [General Gomes de Araújo] (...) e a outros oficiais gerais a opinião de que união indiana iria atacar-nos antes das eleições⁸, estas altas entidades não foram da minha opinião, declarando que Nehru não queria perder a fama de pacifista de que se vangloriava internacionalmente. S. Exa. O General Chefe do Estado-Maior das Forças Armadas acrescentou que a opinião pública internacional estava a compreender-nos e a pôr-se do nosso lado. Acrescentei mesmo que s. Ex.^a [o mesmo] me informou de que altas individualidades da Inglaterra e da América estavam a compreender-nos melhor, falando-me S. Ex.^a da acção desenvolvida pelo sr. general Pina em certas reuniões internacionais.⁹

Diz-nos a este propósito o próprio Costa Gomes, em entrevista [já no posto de Marechal]:

Na altura, tinha já uma opinião bem formada sobre o Ultramar, constituído por dois blocos muito diferenciados: o africano e o asiático. Sobre o bloco asiático, considerava que a nossa acção se deveria orientar o mais rapi-

damente possível no sentido da descolonização, porque, além de não os podermos apoiar na defesa, a manutenção desses três territórios não justificava um esforço muito grande.

(...) Naquela altura, A Nação estava demasiadamente dispersa e essa dispersão, além de tornar pouco compensador um esforço suplementar no sentido da sua manutenção, prejudicava, naturalmente, a matéria-prima humana e o potencial económico nacionais, já então relativamente escassos. Na minha opinião, devíamos antes concentrar a atenção e investimento nas colónias que estavam mais próximas – as africanas –, onde realmente tínhamos tido uma acção mais eficaz e duradoura.

Quando lhe perguntam se teria pressentido uma possível invasão ao território, responde que:

(...) tinham começado a ser reforçadas as guarnições sobretudo à volta de Goa. Quem, como eu, conhecia a situação calma que, até então, se vivia em Goa, Damão e Diu, onde tínhamos mais segurança para andar a qualquer hora do dia ou da noite do que hoje em Lisboa, concluiria facilmente que o adensar das guarnições só poderia significar a preparação para a invasão. Esta situação significava também que existiam condições prévias necessárias à realização das tais consultas e a consequente evolução para a autodeterminação. Achava, de facto, que era altura óptima para se avançar como o plebiscito.

E ainda a propósito da possibilidade de reforços diz:

Eu achava, de facto, todos os reforços inúteis, dada a desproporção da situação. O envio de mais forças significava apenas mais sacrifício de vidas sem qualquer significado, tanto nacional como internacional.

⁷ Idem, *Ibidem*.

⁸ Tão amplamente divulgado pela Imprensa Britânica e do conhecimento das autoridades portuguesas que tão expeditamente tomam conhecimento das mesmas pelo embaixador português em Pretória, a 5 de Novembro de 1961.

⁹ In Arquivo Histórico Militar, *Op. Cit.*

No começo das divergências com a União Indiana chegou-se a pensar no envio de dois submarinos, dois contratorpedeiros e um navio de apoio para o Índico. Mas recebeu-se que tal fosse interpretado por parte da União Indiana como uma provocação e assim isso ficou no campo das ideias.

Na eminência de um possível ataque da União Indiana, o General Vassalo e Silva tinha solicitado armas e munições antitanque e anti-aéreas. Uma vez que o teatro militar exigia linguagem codificada pediram “chouriços”. Qual não foi o espanto do general e restantes oficiais ao verificarem que efectivamente tinham enviado chouriços. Não fosse a gravidade da situação, pereceria tratar-se de um episódio carnavalesco¹⁰.

Já após o 25 de Abril, o general diria a este propósito:

Nós insistimos sempre pelo complemento dos elementos que nos faltavam. Nós não tínhamos aviação, a artilharia anti-aérea havia sido reduzida a nada, e nós voltámos a insistir no pedido tanto de transportes como de material de transmissões, e veio até o comandante militar a Lisboa para tratar do assunto, mas não conseguiu nada.

Pelo contrário, houve uma crise em Timor, e nós até mandámos os nossos aviões, num esforço quase sobre-humano, através do Índico e do Pacífico, até chegar a Timor, podendo quase só utilizar bases mais do que suspeitas, inimigas. Foi, realmente, um «tour de force» que se deveu à forma valente como os nossos aviadores dos TAIIP fizeram os transportes. E ficámos com uma companhia a menos.

Os reforços eram cada vez menores e por isso cada vez menores os efectivos. E devo também dizer a esse respeito que o Presidente do Conselho tinha feito uma determinação que é importante acentuar de que se fizesse

uma redução nas despesas, contando com os efectivos em Goa. Palavra de ordem que bastante me impressionou¹¹.

A ESPOLETA DA GRANADA

Entre Janeiro e Junho de 1955 contam-se dezoito incursões nas nossas fronteiras. Entre 18 de Maio e Agosto do mesmo ano, o Comité de Satyagraha, envia treze grupos para Goa.

A 17 de Fevereiro, a presidente do Congresso Nacional Sudhabai Joshi (Goa) passa a fronteira para se manifestar contra a prisão do nacionalista Dr. Gaitondó. Acaba por ser presa e julgada por violação do território e entrada sem documentos.

A 15. Agosto. 1955 os mesmos satyagrahis penetram no território (1700 em Goa e 1250 em Damão). A manifestação terminou com 15 mortos e 38 feridos.

Tais entradas prolongar-se-iam até Setembro, data em que Nehru se opôs às mesmas e fechou a fronteira terrestre, o que terá provocado reacções adversas junto do Parlamento Indiano.

Portugal negava quaisquer agressões em carta ao Presidente do Conselho de Segurança da ONU¹².

Contudo a 18. Setembro. 1957, o posto fiscal de Anconém junto à fronteira de Goa é atacado tendo sido mortos os onze guardas presentes. Os militares que se encontravam no posto vizinho de Doro-Marogo retaliam e é morto o tenente Jean Raymond, filho de pais de origem francesa, mas nascido em Setúbal, miliciano que se oferecera para a Índia portuguesa em 1954 e 1957.

A 17. Novembro. 1961, uma sentinela alveja a tiro uma embarcação de passageiros in-

¹⁰ Chegaram via Carachi, num voo dos Transportes Aéreos da Índia Portuguesa.

¹¹ Silva, Manuel António Vassalo e, «Dossier» Goa: A recusa do sacrifício inútil, Coord. Botelho da Silva, Lisboa, 1975, p. 57.

¹² Datada de 5.9.1961.

diana *Sabarmati* que navegava próximo da ilha de Angediva, ocasionando a morte de um dos tripulantes (versão indiana)¹³.

Teria sido uma violação das águas territoriais portuguesas, o certo é que o militar em causa não participou a ocorrência, só tendo sido conhecida depois da União Indiana ter lavrado o seu protesto.

Foram várias as denúncias das autoridades indianas, as quais acusavam a guarnição militar da Ilha de Angediva de provocar a morte de um pescador bem como de atirar sobre várias embarcações de pesca indianas que se aproximavam da costa para além da violação do nosso espaço aéreo, esta sem desculpa até pela inexistência de Força Aérea Portuguesa no local.

O próprio general referiria mais tarde:

Em primeiro lugar, eu tinha recebido uma recomendação muito especial por causa das provocações, que devíamos evitar. E a minha posição a este respeito foi muito difícil, pois custava evitar a reacção das nossas tropas contra as provocações dos indianos, que se fizeram sentir em especial no ar e no mar. O «Afonso de Albuquerque», por exemplo, foi interceptado uma ou duas vezes por forma que, dentro das normas da Marinha, já se podia considerar como provocação. E, no ar, a questão foi a de sobrevoarem o nosso território, o que se acentuou no mês de Dezembro, de uma forma particularmente difícil para os nossos soldados, dada a exiguidade dos nossos efectivos¹⁴.

Bem se pediu apoio ao Governo Chinês e ao Governo Paquistanês prometendo-se a este último o pagamento total das despesas de mobilização de tropas para a fronteira com a Índia¹⁵. Contudo já era tarde demais para adiar

o inevitável. Nem a procissão do dia 16 de Dezembro de Pangim ao túmulo de São Francisco Xavier, em Velha Goa, foi o suficiente para impedir a invasão.

NOS BASTIDORES

O facto é que a 22 de Fevereiro o engenheiro Jorge Jardim aparece junto ao Quartel de Pondá (perto do Campo de Prisioneiros), acabando assim por permitir a libertação dos três jornalistas da RTP.

Indagado sobre a situação, Costa Gomes responderia:

Não tenho conhecimento dessas diligências. Se existiram, foram secretas. Sei, no entanto, que Jorge Jardim esteve na China numa missão muito particular, além de que tinha o privilégio de falar directamente, sempre que queria, com o presidente do Conselho.

Desde Agosto de 1961 que o governo português tinha pleno conhecimento das fortes possibilidades de invasão do território português por parte da União Indiana, a confiar nas palavras do encarregado de negócios de Portugal em Carachi, que em correspondência ao ministro dos Negócios Estrangeiros alertava para os fortes indícios¹⁶.

A correspondência diplomática já não deixava dúvidas a ninguém. O Embaixador português em Londres transmitia ao Ministro Franco Nogueira o seguinte:

Acabo de receber [14.Novembro.1961] um aerograma dum residente em Bombaim contendo um aviso, baseado na declaração de Menon, e outras informações de uma acção agressiva indiana contra Goa projectada para o fim do corrente mês, com o pretexto de vio-

¹³ José Manuel Correia Mendes Rebelo

¹⁴ Silva, Manuel António Vassalo e, «Dossier» Goa: A recusa do sacrifício inútil, Coord. Botelho da Silva, Lisboa, 1975, p. 60.

¹⁵ Ribeiro, A. Silva, Silva, J. Moreira, "A Manobra Estratégica, Diplomática e Naval" in *Revista da Armada*, n.º 348, Dezembro, Lisboa, 2001.

¹⁶ 24.8.1961

lação do espaço aéreo da União por um avião português. O ataque seria desferido em Sanquém, precedido de bombardeamento da rádio de Bambolim e do porto de Mormugão – Manuel Rocheta.

Um informador telefonou hoje [27. Novembro.1961] à Embaixada dizendo que, em recente reunião da Associação de Estudantes Indianos em, Londres, foi anunciado o início do recrutamento de voluntários na União Indiana, a fim de ocupar Goa. Ficou de dar mais indicações logo que as obtenha – Manuel Rocheta.

E poderíamos continuar a enumerar a quantidade de informações que povoavam os canais diplomáticos, todos de uma ou de outra forma divulgando indícios do que já não poderiam ser consideradas meras suspeitas.

Em Maio de 1960, o presidente da União Indiana J. M. D'Souza escreveu ao Primeiro-Ministro Britânico, Harold Macmillan e ao Presidente dos EUA, Eisenhower, para que aconselhassem Salazar a cuidar do tema com a Índia de forma afável. Contudo, nem a Inglaterra nem os EUA pretendiam envolver-se na questão.

Coagido pelo parlamento indiano, o Vice-Presidente da Índia, Radha Krishnan, questiona o alto-comissário inglês, Sir Paul Gore, em Janeiro de 1961, das possibilidades de influenciarem o Governo Português para a retirada de Goa. Mas a Inglaterra mais uma vez recusou o seu envolvimento.

A Inglaterra estava convencida de que a União Indiana poderia ocupar inicialmente Damão e Diu, acabando Goa por capitular sem resistência.

Da parte portuguesa, as pressões sobre o governo inglês também eram por demais evidentes. Daí que tivesse declarado ao enviado britânico (Sir Archibald Ross) que este comu-

nicasse o seu desacordo pelo uso da força, em Goa.

O Governo londrino informou que não tinha “Locus standi” relativamente às estratégias futuras para os territórios portugueses e não se queria imiscuir em questões colonialistas.

Em relação aos EUA, a 8. Dezembro.1961, o secretário assistente do Governo norte-americano, Philips Talbott indicou a Nehru a apreensão do seu governo relativamente a uma possível invasão militar de Goa. O enviado dos EUA em Delhi, John Galbraith solicitou “paciência e moderação sobre Goa”. Simultaneamente era referido ao Governo português para prosseguir com os “planos de auto determinação para Goa”.

Em Nova Delhi, Sir Gore-Both¹⁷ manifestou a inquietação da Inglaterra relativamente à eventualidade duma reacção militar sobre Goa, por parte da União Indiana. Inglaterra terá solicitado aos E.U.A. que exercesse influência sobre os canais diplomáticos indianos. E Kennedy escreve a Nerhu advertindo-o para a eventualidade de um confronto militar e para que desse um compasso de espera de, pelo menos, seis meses para que a Inglaterra pudesse viabilizar uma solução por forma a solucionar a crise que se vivia em Goa.

O primeiro-ministro britânico ainda efectuou uma derradeira tentativa, despachando uma mensagem pessoal a Nehru, a 15 de Dezembro, informando-o que devia evitar a todo o custo a violência. Dois dias depois Macmillan recebeu uma resposta negativa de Nehru.

A 18 de Dezembro, Londres destacou T. N. Kaul à Índia para expor a sua desaprovação aos actos tomados pelo governo da União Indiana.

Portugal pede uma reunião de emergência do Conselho de Segurança das Nações Unidas

¹⁷ Alto-Comissário para a Índia.

onde o representante da União Indiana, C. S. Jha, diz a frase sobejamente conhecida: "Com Carta das Nações Unidas ou sem Carta da Nações Unidas, com Conselho de Segurança ou sem Conselho de Segurança a invasão prosseguirá". Em reunião da NATO, Portugal solicita o seu apoio. Toda a NATO, excepto a Islândia, confirmou o apoio e lamentou o sucedido.

O Governo Inglês instruiu o seu enviado das Nações Unidas, Sir Patrick Dean, para que votasse favoravelmente qualquer petição para a retirada das tropas indianas, bem como "qualquer frase deplorando ou mostrando a sua tristeza pela acção indiana". Contudo também foi instruído para não aceitar certos comentários.

*A Inglaterra não podia apoiar a palavra "a condenação" e onde ocorresse devia ser substituída por "deplorável". Mas o enviado não devia permitir que os portugueses soubessem das reservas britânicas acerca da aceitação da palavra "condenação"*¹⁸.

PÓS INVASÃO

Sobre o percurso dos prisioneiros de guerra, aconselhamos a leitura da comunicação proferida na Academia da Marinha pelo vice-almirante José Manuel Correia Mendes Rebelo.

Contudo, um dado simples de reter: mais de três mil homens foram feitos prisioneiros em Alparqueiros, Navelim, Pondá e Forte da Aguada. A pressão psicológica de que eram vítimas deve-se também à ansiedade causada pelos programas da Emissora Nacional de Lisboa, nomeadamente o programa do Estado-Maior do Exército conhecido então por "É

Portugal que Manda", onde se culpabilizavam os oficiais prisioneiros pelo desaire.

Chegou-se mesmo a proibir qualquer tentativa de largar os campos. A este propósito leia-se o que diz Cunha Leal¹⁹:

(...) em relação ao problema dos 3500 prisioneiros, que a nossa derrota entregou nas mãos de Nehru. Era ele a querer-se libertar da sua presença na Índia, como quem alija uma carga incómoda. Era o nosso Governo quem, obstinadamente, opunha dificuldades, como se fora um altivo vencedor. Durante nada menos que quatro meses deixou este arrastar o problema, porquanto queria obrigar, concomitantemente, o Estado indiano a retirar do território das nossas possessões ultramarinas os seus súbditos, que, no pleno uso dos nossos direitos, tínhamos internado em campos de concentração (refere-se aos indianos cativos em Moçambique cujo Ministério do Ultramar logo após a invasão emitira uma ordem de prisão pretendendo transformá-los assim em moeda de troca) depois da invasão dos nossos enclaves. Foi necessário que do lado contrário nos fizessem ver que era da nossa exclusiva competência recusar-lhes licença de residência, quando finalizasse o prazo das actuais concessões desta natureza. Felizmente que a União Indiana se alheou desse problema para não surgirem novas fontes de dificuldades.

*Lá se resolveu por fim o caso dos prisioneiros. E o caso dos enclaves resolveu-se também... por força de um decreto votado ad hoc, que incrusta em Lisboa um governo nominal desses enclaves. É o que se chama consolar-se a Situação com bem pouca coisa: Que tristeza!*²⁰

A 23.Março.1962, é divulgado no campo de Pondá o seguinte comunicado:

¹⁸ Noronha, Frederick, "Goa: Britain, U.S. Differed on stands over Portugal" in <http://www.goacom.com/news/news97/dec/goa.html>.

¹⁹ Membro do Partido Nacionalista, fundou a União Liberal Republicana em 1923. Em 1950 participa no Directório Democrato-Social, criado por António Sérgio, Jaime Cortesão e Mário Azevedo Gomes.

²⁰ Leal, Francisco Pinto da Cunha, *Op. Cit.*, Lisboa, Livraria Petrony, 1961.

O Governo da União Indiana, dada a intransigência do Governo de Portugal em resolver o repatriamento dos prisioneiros de guerra, tem a honra de lhes oferecer a liberdade desde que a viagem de regresso seja suportada pelos prisioneiros de guerra. Esta oferta tem a validade de três semanas findas as quais, se ainda existirem prisioneiros em Goa, serão distribuídos por diversos locais no interior da União Indiana.

Estes seriam de imediato transferidos para campos fora de Goa, sublinhando que o caso dos prisioneiros portugueses e os indianos detidos em Moçambique e Angola eram assuntos distintos.

Em virtude do abandono a que estavam a ser sujeitos os militares portugueses, as autoridades indianas concedem a faculdade dos mesmos deixarem os campos, assim que dispusessem de verbas para as respectivas viagens.

Só que se havia de esperar pela decisão do governo português e a embarcação que os havia de resgatar chega a Lisboa por volta das 04.00 horas. O desembarque só foi efectuado por volta das 14.00 horas.

Esperava-os uma comitiva da Polícia Militar que lhes direccionava pistolas metralhadoras. Diz Carlos Azeredo:

Quando perguntámos para que era todo aquele aparato, responderam: 'Para vos defender da ira popular, que vos considera cobardes. E continua: Posteriormente, houve até notas confidenciais enviadas para os quartéis proibindo que entre os oficiais que chegavam e os que se encontravam na Metrópole houvesse conversas sobre o que se tinha passado em Goa.

A 16.Mai.1962, aquando do regresso do próprio General Nuno Vassalo e Silva, ao aterrar no Aeroporto da Portela, as luzes apagaram-se e o mesmo foi informado de que não

havia qualquer escada disponível para acoplar ao avião, pelo que teria de fazer uso dos degraus salientes da fuselagem, *voltou-se para quem lhe dava tal indicação e declarou que se recusava a entrar de costas na capital.*

A este propósito Vassalo e Silva diria:

Fui o último prisioneiro (felizmente para mim, para a minha posição pessoal) a sair de Goa, num avião só comigo, um ajudante e um enfermeiro. Isto para mim sensibilizou-me muito, porque eles podiam ter-me mandado embora, deixando-me numa situação difícil. Cheguei cá primeiro do que os barcos, pois vim por via aérea.

E também devo dizer que, no regresso dos prisioneiros, me chocou a forma como eles foram recebidos, a ponto de eu, mesmo amargurado e sentindo bem a minha posição, ter feito sentir isso aos oficiais que lá estavam. Na primeira chegada, os soldados, de metralhadora, dentro do próprio barco, pareciam estar a guardar gente perigosa.

*Foi uma recepção não fria, mas contundente*²¹.

Algumas pessoas deslocaram-se a Karachi, pelos seus próprios meios, com a finalidade de embarcarem no navio *Índia* enviado por Salazar, para recolher os refugiados. Quanto aos brâmanes e os chardós católicos que constituíam a classe dirigente do Estado Português da Índia viriam mais tarde a perder regalias e propriedades (quintas e várzeas de arroz) que seriam então distribuídas pelos camponeses. A pena de morte é novamente implementada no território e proibiu-se o envio de divisas para o continente, da parte dos indo-portugueses.

Em Conferência, em Santarém, a 14 de Dezembro de 1967, Fernando Virgílio d'Ayalla e Costa, Secretário-Geral da Comissão Central do «Dia de Goa», escreve sobre as incertezas

²¹ Silva, Manuel António Vassalo e, «Dossier» Goa: A recusa do sacrifício inútil, Coord. Botelho da Silva, Lisboa, 1975, p.101.

que mantinha relativamente ao futuro da Índia, uma das quais era a emigração goesa, seguida de instabilidade no território gerada por falta de segurança e conflitos entre castas, o que não acontecera durante a administração portuguesa, salientando o caso do jornalista e deputado Santa Rita Vaz, intimidado quer pela Polícia quer pela Administração Indiana.

Acusava ainda o governo indiano de corrupção, censura e de contribuir para o desemprego, tendo os operários do porto de Mormugão entrado em greve²².

OFENSIVA DIPLOMÁTICA

As consequências da segunda-guerra mundial e o afastamento da Coroa Real Britânica das suas colónias indianas, seguido do mesmo abandono por parte dos franceses vai precipitar os acontecimentos.

Com a criação, em 1946, do Goa Congress Committee pelo católico goês Tristão de Bragança-Cunha (1891-1958)²³, a oposição à presença dos portugueses na Índia Portuguesa ganha adeptos por todo o território indiano e Nehru enquanto representante dos Negócios Estrangeiros manifesta a sua intenção de dar solução à situação. Salazar, perante tais eventos, dá instruções para que Marcello Gaetano, enquanto ministro das Colónias, escolha uma comissão com vista à elaboração de dados de «*toda a ordem – históricos, jurídicos, estatísticos, etc. – para nos defendermos numa instância internacional qualquer ou mesmo perante o Mundo*²⁴.»

Ainda se pensou em algumas cedências, nomeadamente quando se diminuíram as prer-

rogativas que o Padroado Português dispunha na nomeação do clero da União Indiana.

A 7 de Dezembro do ano seguinte, o Alto-Comissário da União Indiana em Londres, Krisna Menon afirma ao embaixador de Portugal:

(...) todos os estrangeiros têm de sair da Índia, a bem como a Inglaterra ou a mal se assim o preferirem. Era simplesmente uma questão de tempo. O mesmo se dará em toda a Ásia. O que se passara na Indonésia era bem sintomático. A Índia não deseja usar a força. A Índia entende que as populações dos territórios estrangeiros têm o direito de pronunciar-se sobre se desejam ou não incorporar-se na União Indiana, embora, se assim o manifestarem, continuando a manter relações económicas, culturais e religiosas com os países de que faziam parte. Tudo menos relações políticas, estas têm de cessar no futuro.

A 6.Janeiro.1948 Nehru esclarecia o conteúdo-geral de Portugal em Bombaim:

(...) uma vez que a Inglaterra abandonara a Índia, não via como os territórios portugueses e franceses na Índia pudessem continuar os laços políticos com as metrópoles.

Porém, a 12.Agosto.1948 são estabelecidas relações diplomáticas e a 25.Janeiro. 1949, Nehru ao receber o ministro português, indica:

*A existência de enclaves estrangeiros na Índia bem como noutros territórios da Ásia seria uma fonte de complicações e possíveis conflitos de ordem política e económica. Era inevitável que o futuro dos territórios portugueses e franceses seja a sua integração na Índia, embora respeitando-se a cultura, a religião e as características especiais da população*²⁵.

Em 24.Fevereiro.1950, o governo da União Indiana remete ao governo português um memorando onde solicita o “início imediato de

²² In Costa, Fernando Virgílio de Ayala e, *Goa, a Roma do Oriente, antes e depois da ocupação das Forças Armadas Indianas*, Lisboa, Gráfica Santelmo, 1967.

²³ Preso e deportado para Peniche durante cerca de cinco anos em virtude de ter participado numa marcha considerada como desobediência civil em Goa em Julho de 1946. Autor do panfleto denominado *A desnacionalização dos goeses*. Viu a sua liberdade restringida.

²⁴ Ribeiro, A. Silva, Silva, J. Moreira, “A Manobra Estratégica, Diplomática e Naval” in *Revista da Armada*, n.º 348, Dezembro, Lisboa, 2001.

²⁵ O Diferendo Luso-Indiano, Instituto de Estudos Estratégicos e Internacionais, <http://www.ieei.pt/index.php?article=498&visual=5>.

negociações a respeito do futuro das colónias portuguesas na Índia”. A resposta veio a 15. Junho. 1950 e inviabilizava qualquer anexação por parte dos territórios portugueses, conhecidos como Estado português da Índia.

A 2. Setembro. 1951 houve perseguições frente ao Instituto Indo-Português em Bombaim, onde se preparava a recepção ao Governador-Geral Português. Mais tarde o Instituto voltará a ser atacado e o seu secretário preso.

A 14. Janeiro. 1953, o Encarregado de Negócios da União Indiana em Lisboa persiste para a «*abertura imediata de negociações para transferência directa dos territórios portugueses para a União*»²⁶.

Portugal mantém a sua recusa à transferência dos territórios. A 21 de Maio a delegação da União Indiana em Lisboa é fechada, de acordo com instruções de Nova Deli.

Aquando da entrada de Portugal para a NATO, a 25. Junho. 1949, escrevia Salazar:

«A Aliança Luso-Britânica tem sido a base constante duma política que se inspira na necessidade de segurança das rotas marítimas, fundamental para a Inglaterra, tanto na parte continental como nos mais pedaços da Nação espalhados pelo mundo. Essa mesma aliança caracteriza-se, na sua longa duração, pela fidelidade das duas partes ao espírito dos tratados e por uma flexibilidade que lhe tem permitido adaptar-se às variações dos tempos.

Ela foi concebida e tem sido aplicada na base de cada qual decidir da atitude de neutralidade ou beligerância a manter nas lutas em que o outro intervenha, bem como da importância e natureza do auxílio a prestar.»

Ora nas palavras do próprio Salazar, ainda que críticas em relação ao incumprimento da aliança, estavam implícitas a neutralidade, que tanto tinha convidado a Portugal durante a Se-

gunda Guerra Mundial, como então convencer a Grã-Bretanha a entrar em conflito com outro membro da Commonwealth.

A diplomacia inglesa ainda terá hesitado sobre se deveria ou não pronunciar-se, já que não viam qualquer incumprimento da Aliança e com efeito preferiram o silêncio. A própria embaixada britânica no seu relatório anual para 1961 (PRO FO 391 160725) diz:

*As demonstrações em frente desta embaixada [a britânica] e da americana, e o coro de insultos e ameaças para a denúncia da Aliança anglo-portuguesa e de todos os compromissos internacionais, excepto os mantidos com a Espanha e com o Brasil (que igualmente se afastou das posições portuguesas) têm como objectivo calar as críticas dos que defendem que o verdadeiro mau da fita no filme de Goa e a causa de todos os problemas de Portugal é o próprio Dr. Salazar, bem como daqueles que, embora apoiando o Primeiro-Ministro, pensam que ele falhou ao não dar ao Exército os meios com que defender a honra da Nação, mesmo por poucos dias*²⁷.

Instalara-se assim um clima de deterioração das relações entre os dois países, pelo que o embaixador britânico Sir Archibald Ross considerava, à laia de conclusão, que a crise de Goa não só não facilitou o reatar de boas relações, como agravou as mesmas que já andavam tensas desde o problema do pacote Santa Maria.

A 8. Dezembro. 1961 é enviado um telegrama pelo ministro Franco Nogueira a todas as missões diplomáticas portuguesas, cujo teor é o seguinte:

URGENTISSIMO – Em Agosto último, o Governo da União Indiana declarou repetidas vezes que não excluía o uso do exército indiano para anexar Goa. Informações chegadas nos últimos dias ao conhecimento do Gover-

²⁶ Nas palavras de Nehru “a transferência directa que assegure a fusão daqueles territórios com a União Indiana”.

²⁷ Telo, António José, “A Queda da Índia Como Inversão de Alianças” in *Revista da Armada*, n.º 348, Dezembro, Lisboa, 2001.

no português confirmam aquela orientação. Com efeito, têm-se verificado importantes movimentos de navios da esquadra indiana junto das águas territoriais de Goa. Por outro lado, têm sido concentrados meios militares como o ministro da Defesa indiano declarou no dia 7 do corrente, em discurso no Parlamento, que determinara que a força aérea fosse alertada com vista a desenvolvimento em Goa, tendo para o efeito sido concentrados cinco esquadrões aéreos...

...Rogo levar os factos que precedem ao imediato conhecimento desse Governo, realizando a diligência em nível que considere apropriado. Na sua diligência, referirá ainda V. Ex.^a, os factos, demonstrando a absoluta integração de Goa na Nação Portuguesa e a situação dos habitantes daquela província sob os pontos de vista político, social, económico, cultural, racial, etc. — Franco Nogueira²⁸.

Salazar lamentava-se ao embaixador português no Vaticano de que o *L'Osservatore Romano* não tinha à data publicado nada referente à inquietude pelos destinos da Igreja Católica, em Goa, enquanto Franco Nogueira tentava sensibilizar os órgãos de comunicação social internacionais (brasileiros, franceses e norte-americanos) para a situação, considerando que as potências ocidentais estavam desinteressadas em se oporem à agressão de que o território tinha sido vítima.

Era mesmo sua convicção de que não pretendiam entrar em litígio com a União Indiana, pela simples razão que contariam com a sua ajuda na oposição à China comunista e não estariam aptos a corresponder às necessidades de ordem económica e financeira que Nehru colocava como moeda de troca da sua renúncia à ocupação de Goa, estando numa situação desvantajosa perante as contestadas colónias portuguesas em África²⁹.

Manuel José Homem de Mello desafiava em 1962 o governo a adoptar uma estratégia de aproximação à Grã-Bretanha, sob pena de uma "anexação" à Espanha. Responsabilizava o Governo, mas:

(...) para que os Portugueses compreendam que os desastres irreparáveis acontecem mesmo que ao leme do Estado se encontre um homem que há três dezenas de anos nos habituámos a considerar excepcional³⁰.

A opinião pública devidamente manietada manifestava a sua insatisfação pelo incumprimento do tratado anglo-luso de Windsor de 1899 e pela escassez de auxílio, por parte dos Estados Unidos, o que levou à aproximação do actual eixo franco-alemão, sobretudo no contexto da política nacional de armamento, já que houve que reconverter parte das instalações da Armada, pois estavam apetrechadas para receber material anglo-saxónico.

Como refere António José Telo:

O caso de Goa foi um incidente decisivo no processo de inversão de alianças, com um forte impacto nas mentalidades nacionais. Na década de 1960, a França e a RFA passaram a ser a grande referência externa portuguesa, tanto em termos políticos, como comerciais, financeiros, de fluxos humanos e militares. Era uma evolução curiosa, pois Portugal recusava-se a participar no movimento de integração europeia tal como entendido pela CEE e tinha recentemente aderido à EFTA, animada pela Inglaterra. A partir de 1961, porém, as suas duas grandes referências externas a todos os níveis passaram a ser os países que formavam a eixo à volta do qual a CEE se estruturava. O efeito prático era que, apesar da posição política, as principais ligações económicas e financeiras de Portugal se estabeleciam com a CEE, e não com a EFTA ou com

²⁸ Silva, Manuel António Vassalo e, «Dossier» Goa: A recusa do sacrifício inútil, Coord. Botelho da Silva, Lisboa, 1975, p. 73.

²⁹ Nogueira, Alberto Marciano Gorjão Franco, Lisboa, 1 de Agosto de 1968.

³⁰ Mello, Manuel José Homem de, *Portugal, o Ultramar e o futuro: oportunidade de um debate*, Edição do Autor, 1962.

África. A perda do Estado da Índia apressou esta evolução e foi, em certo sentido, como um movimento premonitório da viragem de longo prazo que se esboçava, inclusive pelo carácter traumático que revestiu, nomeadamente nas relações entre o poder político e os militares. O abalo irreparável provocado nas relações com a Inglaterra em 1961 pode, pois, ser encarado como um acto simbólico de uma transição de longo prazo entre uma visão estratégica ultramarina e outra de participação na integração europeia.

Ainda hoje alguns preconizam a mesma posição³¹.

Cunha Leal refere a justificação para que a Comunidade Internacional não compreenda a posição de Portugal face à União Indiana deve-se ao facto de se verificarem cedências territoriais, por parte de outros Países.

A melhor solução, a seu ver, seria a de criar

(...) uma Confederação, composta de Estados independentes, com Poderes Públicos Centrais – um Chefe do Império, um Governo e um Parlamento – encarregados de dirigir a política internacional e estratégica do agregado e de compatibilizar e entrelaçar os seus sistemas económicos. A sede desta Organização Central seria ora a capital da Metrópole, ora a de Angola, ora a de Moçambique, estabelecendo-se esta transferência por um sistema automático de rotação plurianual³².

Acabando mesmo por defender um estatuto de independência com laços ao território nacional (lembrando as actuais regiões autónomas), criando assim danos irreparáveis na imagem de Nehru. Tal estratégia diplomática implicaria o aconselhamento junto dos governos britânico e norte-americano. Considerando, face à urgente necessidade, os preceitos

constitucionais uma questão secundária, já que faria fé nos juristas portugueses para encontrar uma solução.

Após as ocupações de Dadrá e Nagar-Aveli, o Brasil passou a representar os interesses nacionais nos territórios, tendo mesmo o seu embaixador em Nova Deli, Melo Franco, declarado a Nehru que "(...) qualquer medida violenta contra Goa provocaria um movimento geral de indignação no Brasil e que este tinha uma posição suficientemente forte no continente americano para levantar a seu lado o protesto das repúblicas americanas contra a Índia em condições internacionais tão sérias que a Índia andaria avisada se considerasse que a questão de Goa não é apenas um pequeno problema territorial euro-hindu".

DOCUMENTOS

Do Presidente do Conselho ao Governador-Geral e Comandante-Chefe do Estado Português da Índia

Rádio 816/A

Lisboa, 14. Dezembro. 1961

V. Ex.^a compreenderá a amargura com que redijo esta mensagem. É-nos impossível prever se a União Indiana atacará ou não dentro de pouco territórios desse Estado. Ameaças aliás muitas vezes repetidas não têm de ser tomadas à letra, mas desta vez o Governo indiano foi tão longe nos seus preparativos bélicos que não sabemos como possa desviá-los sem efectuar o ataque. Porventura tentará, por meio de agentes subversivos, alterações da ordem e vida do Estado para dispersar e anular o valor das nossas forças de defesa do território e evitar a conquista que internacionalmente

³¹ Magalhães, Maria Inês Macias de Mello, "Goa: Uma Introdução", in *O Caso de Goa: 40 anos depois, recordando a história*, Universidade Nova de Lisboa, Lisboa, 2002.

³² Leal, Francisco Pinto da Cunha, *O colonialismo dos anticolonialistas*, Lisboa, Livraria Petrony, 1961.

receia. Por isso é de aconselhar a máxima paciência ante as provocações. Tem-se desenvolvido intensa acção diplomática com o fim de mobilizar todas as amizades internacionais e influência de numerosos Estados no sentido de dissuadir a União Indiana de ataque que projectasse. Estamos seguros de que grandes potências, como os Estados Unidos, Inglaterra, e Estados amigos, como Brasil e outros sul-americanos, com assíduo auxílio da Espanha, fizeram sentir junto do governo de Nova Delhi ou representantes naqueles países a sua reprovação a um ataque militar ao território português. Posição tomada espontaneamente por categorizada imprensa mundial e geralmente afecta à União Indiana mostra como a agressão a Goa repugna à consciência das nações e é interpretada como desmentido da política pacifista do Primeiro-Ministro, que a isso é muito sensível. Sejam quais forem os resultados destas acções combinadas, há que esperar o pior. Todos temos consciência da modéstia das nossas forças, mas, podendo o Estado vizinho multiplicar, por factor arbitrário, as forças de ataque, revelar-se-ia sempre no final grande desproporção. A política do Governo foi sempre, na impossibilidade de assegurar a defesa plenamente eficaz, manter em Goa forças que obrigassem, a União a montar, como se vê agora, operação militar em força, com escândalo mundial, que a dissuadisse e não projectar simples operações policiais. Isto significa que a primeira missão das nossas forças foi cumprida. A segunda consiste em não se dispersar contra agentes terroristas supostos libertadores, mas organizar a defesa pela forma que melhor possa fazer realçar o valor dos portugueses, segundo velha tradição na Índia – horrível pensar que isso pode significar o sacrifício total, mas recomendo e espero esse sacrifício como única

forma de nos mantermos à altura das nossas tradições e prestarmos o maior serviço ao futuro da Nação. Não prevejo possibilidade de tréguas nem prisioneiros portugueses, como não haverá navios rendidos, pois sinto que apenas pode haver soldados e marinheiros vitoriosos ou mortos. Ataque que venha a ser desferido contra Goa deve pretender, pela sua extrema violência, reduzir ao mínimo a duração da luta. Convém, politicamente, que esta se mantenha ao menos oito dias, período necessário para o Governo mobilizar, em último recurso, instâncias internacionais. Estas palavras não podiam, pela sua gravidade, ser dirigidas senão ao militar cónscio dos mais altos deveres e inteiramente disposto a cumprilos. Deus não há-de permitir que este militar seja o último Governador do Estado da Índia.

Oliveira Salazar

Comunicado à Imprensa

22.Março.1963³³

1 - O Conselho de Ministros, reunido em S. Bento, tomou conhecimento, em exposição do ministro da Defesa Nacional, do parecer elaborado em sessão conjunta pelos Conselhos Superiores do Exército e da Armada, relativo ao grau de eficiência e ao, comportamento das Forças em serviço no Estado Português da Índia, bem como à conduta e ao resultado das operações aquando da invasão, em Dezembro de 1961, pelas Forças Armadas da União Indiana. Estes Conselhos, constituídos, respectivamente, por oito generais e cinco almirantes, haviam sido encarregados, por despacho do Presidente de Conselho de Ministros, na qualidade de Presidente do Conselho Superior de Defesa Nacional e nos termos da Base VI da Lei 2051 e para os efeitos do disposto no artigo 17.º da Lei 1960 e na Carta de Comando do comandante-chefe, da elaboração

³³ Silva, Manuel António Vassalo e, «Dossier» Goa: A recusa do sacrifício inútil, Coord. Botelho da Silva, Lisboa, 1975, 114-116.

daquele parecer para apreciação e decisão do Governo.

2 - O Conselho de Ministros aprovou as conclusões do parecer e tomou conhecimento das sanções aplicadas ao abrigo do Regulamento de Disciplina Militar com base naquelas conclusões e correspondentes processos disciplinares, pelos ministros respectivos, aos principais e directos responsáveis pelo comportamento militar das Forças e pela conduta das operações e resultado das mesmas, bem como das recompensas conferidas pelos actos mais salientes.

3 - Punições aplicadas:

a) DEMITIDOS:

Exército

General Manuel António Vassalo e Silva; brigadeiro António José Martins Leitão; tenente-coronel do CEM Mário Marques de Andrade; major de Cavalaria Acácio Nunes da Cruz Tenreiro; major de Cavalaria José Moreira da Silva Rangel de Almeida; major do CEM Fernando Alberto da Cunha Baptista de Lucena de Almeida Vasconcelos; capitão de Cavalaria Joaquim Pinto Brás; capitão de Artilharia Carlos Alberto de Carvalho Felgueiras e Sousa.

Armada

Segundo-tenente Manuel José Marques da Silva; primeiro-sargento Carlos São Marcos da Piedade.

b) REFORMADOS COMPULSIVAMENTE:

Exército

Major de Artilharia Manuel Marques Peralta; major do Q.S.M. João Luís Pimentel de Oliveira; major de Cavalaria Francisco José de Moraes; capitão de Cavalaria Ruben Marques de Andrade.

Armada

Comodoro Raul Viegas Ventura.

c) INACTIVIDADE (SEIS MESES):

Exército

Capitão de Infantaria António da Graça Borda-d'Água; capitão de Infantaria Orlando Couto Leite; capitão de Cavalaria Marcelo Vítor

Lopes César Monteiro; capitão-médico Ângelo Augusto Soares Fernandes Gonçalves Guimarães; capitão de Infantaria António Xavier Lopes Pereira de Meneses; tenente miliciano do SAM João Alberto Rodrigues Dias; tenente do QSM Octávio Diúlio Leal Gomes Leite; alferes miliciano de Cavalaria Diogo Pessanha Sobral.

Armada

Capitão-tenente engenheiro maquinista naval João Valentim Soares Felner.

4 - Os restantes militares que serviam no Estado da Índia aquando da invasão foram ilibados, para todos os efeitos legais, de quaisquer responsabilidades.

Parecer do Coronel Francisco Rafael Alves

a) Com excepção de casos isolados, a generalidade das tropas de Goa não estava conscientemente preparada nem disposta a opor-se às Forças Armadas da União Indiana, ao menos com a "finalidade de salvar a face". Parece até que foram desmoralizadas nesse sentido e influenciadas por uma dissolvença que lhes criou a predisposição de não se empenharem, por não valer a pena, dada a desproporção de forças, e assim evitarem sacrifícios inúteis;

b) a tendência das nossas Forças participarem activamente nas benfeitorias da acção governativa para o progresso da terra e melhoria da população, aliada ao aumento de proventos pessoais e de facilidades que lhes eram concedidas para se deslocarem à metrópole, pode ter originado um afrouxamento no espírito militar e estimulado desejos materialistas e de bem-estar que não se coadunavam com a ideia de os alterar nem predispunham o ânimo a suportar os árduos efeitos do combate;

c) em consequência, o conjunto desconectou-se a tal ponto de enfraquecimento moral que até levou elementos responsáveis à perda do sentimento de subordinação, não cumprindo as missões recebidas e confirmadas por quem de direito. Haja em vista o que se pas-

sou com as rendições dos agrupamentos e fugas para locais que davam a possibilidade de não combater, colocando o comandante-chefe perante factos consumados e diminuindo-lhe a capacidade de oferecer resistência. Desta forma, parece que se trata de uma completa falência de comandos;

d) o comandante-chefe, aceitando factos consumados de rendições sem combate, pois que elas foram efectuadas fora do contacto com o inimigo, foi traído na sua própria acção, mas desconhece-se a eficácia da sua reacção para com os responsáveis que parece terem continuado na impunidade. Em face do desabar das frentes e na iminência da aproximação do inimigo resolveu pedir o cessar-fogo, atento a que a resistência a prolongar-se teria uma duração de minutos ou no máximo duas horas, com «sacrifícios inúteis» e «sem significado patriótico»;

e) o comandante-chefe parece não ter cumprido ou não ter podido cumprir a missão (...). Da nota que enviou ao Comandante das Forças Indianas pedindo a suspensão do fogo, resultou o cessar do mesmo em definitivo, o final das hostilidades, e portanto a rendição total;

f) uma das razões invocadas é a falta de meios, mas verifica-se que não empregaram os que tinham e que primou a preocupação de os destruir, antes de serem usados em combate, e de os abandonar para que não houvesse quaisquer dificuldades nos preliminares das rendições...

22.Agosto.1962³⁴.

Transcrição do comunicado oficial do general comandante-chefe das forças armadas do Estado da Índia

Tendo a defesa da Península de Mormugão – reduto final da defesa – como base a ocupação pelas nossas forças de posições que pusessem a cidade de Vasco da Gama a

coberto dos fogos aéreos, terrestres e marítimos do inimigo e das consequências inevitáveis da luta próxima e tendo ainda em atenção a desproporção das forças e meios em presença, o que não me permite continuar a luta sem grande sacrifício de vidas de habitantes da cidade de Vasco da Gama, decidi, com o espírito bem constrangido e o sentimento pátrio bem presente, entrar em contacto com o inimigo, na altura em que a sua aproximação faz perigar a população daquela cidade, que desejo poupar, para se conseguir tréguas de acordo com a competência que me é conferida pela Carta de Comando.

Nesta conformidade determino a todas as forças sob o meu Comando a suspensão de fogo.

É oportuno salientar a forma calma e ordeira como toda a população da Província se tem mantido desde que se iniciou a invasão como continuidade daquela que sempre patenteou anteriormente.

Neste momento presto homenagem aos que já tomaram no Campo da Honra.

Quartel-General em Vasco da Gama, às 14h00 do dia 19.Dezembro.1961

O GENERAL COMANDANTE-CHEFE
Manuel António Vassallo e Silva
General

Parecer da Sessão conjunta de 11.

Janeiro.1963 do Conselho Superior da Arma e do Conselho Superior do Exército

AHM, Caixa n.º 341, Divisão 27, Secção 3, n.º 17

DO EXÉRCITO

• General Manuel António Vassallo e Silva, Comandante-Chefe

Não fiscalizou convenientemente a preparação das Forças Armadas, sobretudo no que se refere ao grau de eficiência moral e psicológica.

³⁴ Lemos, Mário Matos e, "Há 41 anos, a queda de Goa" in *Diário de Notícias* de 28/12/2002 e 29.12.2002.

Desrespeitou a disciplina intelectual não se integrando na ideia do seu chefe directo. Embora se possa dizer, e com verdade, que pela preparação das Forças Terrestres era directamente responsável o Comandante Militar, é ao comandante-chefe que tem de ser imputada a responsabilidade de tudo quanto se fez ou deixou de se fazer. Não reprimiu, como devia, faltas graves dos seus subordinados. Não conduziu as operações com proficiência, dinamismo e determinação. Rendeu-se sem ter empenhado em combate forças de que ainda dispunha. Não cumpriu a missão.

- Brigadeiro António José Martins Leitão, Comandante Militar

Não cuidou convenientemente da preparação das Forças Terrestres pela qual era directamente responsável, sobretudo no seu aspecto táctico moral e psicológico. Revelou a maior passividade ausência de espírito de iniciativa e de sentimento da responsabilidade, acompanhando quase sempre o comandante-chefe, sem chamar a si o exercício activo das funções que lhe competiam.

Não cumpriu a missão.

- Tenente-coronel do CEM Mário Marques de Andrade, Chefe de Estado-Maior

Não foi um colaborador eficaz dos seus chefes. Não provocou as directivas, ordens ou instruções necessárias. Demonstrou o maior comodismo e desinteresse como o prova o facto de, na madrugada de 19 de Dezembro, não ter orientado convenientemente oficiais que o foram procurar, atitude que pode ter tido influência na decisão que estes tomaram de voltar para a Ilha de Goa (Agaçaim) onde foram feitos prisioneiros.

Não desempenhou, como lhe competia, as suas funções de Chefe do Estado-Maior.

- Major de Cavalaria Acácio Nunes Tenreiro, Comandante do Agrupamento D. João de Castro

Na Ilha do Goa não exerceu efectivamente o comando das suas forças, deixando subor-

dinados seus sem ordens. Convocou pelo menos uma reunião para discutir a rendição. Não reprimiu como devia a atitude do comandante da Polícia e da Guarda Fiscal quando depuseram as armas. Rendeu-se ao inimigo sem combate. Não cumpriu a missão.

- Major de Cavalaria José Maria da Silva Rangel de Almeida, Comandante do Agrupamento Afonso de Albuquerque

Rendeu-se à aviação inimiga sem combate e sem contacto com as forças terrestres inimigas. Não informou com verdade o comandante-chefe quando, pela 1.^a vez, o foi procurar na Península de Mormugão, sobre a situação real do seu Agrupamento já rendido ao inimigo.

Não cumpriu a missão.

- Major do CEM Fernando Alberto da Cunha Baptista de Lucena de Almeida Vasconcelos, Comandante do Agrupamento António da Silveira

Não empenhou forças disponíveis para o combate. Rendeu-se prematuramente sem que as forças inimigas tivessem penetrado na ilha de Diu. Abandonou a Fortaleza de Diu, último reduto da defesa. Não cumpriu a missão.

- Capitão de Cavalaria Joaquim Pinto Braz, Comandante da Polícia do Estado Português da Índia

Contribuiu de forma decisiva para a deposição de armas da Polícia e da Guarda Fiscal em Pangim, antes da rendição do Agrupamento D. João de Castro, no qual estas forças estavam integradas. Contribuiu para o clima de desagregação moral que, a certa altura, se desenhou na cidade do Goa. As suas actividades contrárias à continuação da luta. Foram notórias até mesmo junto do comandante-chefe

- Capitão de Artilharia Carlos Alberto de Carvalho Felgueiras e Sousa, Comandante da Bateria de Damão

Revelou ausência de coragem e brio militar o de qualidades do comando. Não cumpriu as ordens do seu comandante do Agrupamento

durante a acção, relativas ao desencadeamento de tiros do apoio. Rendeu-se por iniciativa própria e sem conhecimento do seu comandante.

DAS FORÇAS NAVAIS

- Comodoro Raul Viegas Ventura, Comandante Naval de Goa

Não esclareceu devidamente a missão a desempenhar pela Marinha, por falta de reuniões prévias dos comandos subordinados com o Comando Naval. Não colaborou ordem de operações para a Lancha de Fiscalização *Sírius* nem instruiu o comandante acerca da missão. Revelou falta de coordenação no exercício do Comando e a sua actuação durante a acção foi apagada.

- Capitão-tenente engenheiro maquinista naval João Valentim Soares Felner, Chefe do Serviço de Máquinas do aviso *Afonso de Albuquerque*

Provocou a avaria prematura das máquinas principais do aviso *Afonso de Albuquerque* sem ordem expressa do Comando, impedindo deste modo a efectivação do encalhe no local que fora fixado e obstando ao efeito que, nessa altura só poderia obter da velocidade para destruição do navio.

- Segundo-tenente Manuel José Marques da Silva, comandante da Lancha de Fiscalização *Sírius*

Encalhou e inutilizou para combate a Lancha de Fiscalização *Sírius* sem ter sofrido qualquer pressão do inimigo. Abandonou-a sem destruição completa. Afastou-se do grupo de embarcações em que seguia sob as ordens do Comandante Naval, acabando por acolher-se, com um núcleo de sargentos e praças que se encontravam sob sua autoridade, a um navio estrangeiro fundeado no porto do Mormugão. Decidiu não se reunir do novo ao Comando Naval, quando lhe foi, para tanto, oferecida oportunidade.

Neste descabro das operações militares, e para que nem tudo felizmente, se tingisse de

negras coros e antes fosse ilumine pelo matiz vivo o quente da esperança e da fé na sobrevivência dos nossos princípios e das nossas virtudes intrínsecas, houve acções de militares e civis dignas de especial apreço, algumas das quais, não obstante as limitações impostas pelas circunstâncias, se enquadram perfeitamente nas honrosas tradições das nossas Forças Armadas.

Em consequência, os Conselhos são de parecer de que os militares e civis a galardoar o sejam pelos ministérios competentes que para ressalva do indispensável equilíbrio e equidade, deverão estabelecer previamente os contactos e entendimentos julgados convenientes, contactos e entendimentos que são igualmente de recomendar na hipótese possível de aplicação de sanções.

Não se lhes afigura necessário levar mais longe a investigação estudo realizado permitiu elaborar uma lista de orientação, junta em Anexo I, para a recompensa dos actos mais salientes, sem prejuízo de outros que porventura venham a ser reconhecidos dignos de consideração pelos ministros das pastas respectivas.

Os Conselhos julgam ter satisfeito às determinações do despacho de Sua Excelência o Presidente do Conselho e Ministro da Defesa Nacional e em sua consciência têm a afirmar que na dolorosa elaboração deste Parecer, que tanto afecta camaradas seus, seguiram sempre, como norma e guia constante, os altos princípios da Ética Militar.

O Parecer vai assinado por todos os Almirantes e Generais que fazem parte dos Conselhos, e foi aprovado por unanimidade

Lisboa 12. Janeiro. 1963

OS CONCELHOS SUPERIORES DO EXÉRCITO E DA MARINHA

Luís Maria da Câmara Pina, general
António Augusto Valadares Tavares, general
Armando Júlio de Roboredo e Silva, vice-almirante

António de Matos Maia, general
Vasco Lopes Alves, contra-almirante
Aníbal Frederico da Silveira Machado, general
Rui Isaías Newton da Fonseca, contra-almirante
David dos Santos, general
Henrique Ernesto Serra dos Santos Tenreiro, contra-almirante
Alberto Andrade e Silva, general
Joaquim dos Santos Oliveira Júnior, contra-almirante
João Máximo Tassara Machado, general
Amadeu Buceta Martins, general
Está conforme

Cada uma das páginas do presente parecer foi rubricada por todos os membros que constituem os respectivos Conselhos Superiores do Exército e da Armada e foram anteriormente discriminados.

Lisboa, 17. Janeiro. 1963

SECRETÁRIO ADJUNTO DA DEFESA NACIONAL

*Luís Noronha de Andrade
C/Almirante*

Relatório do comandante-chefe General Manuel António Vassalo e Silva

Invasão dos Territórios do Estado Português da Índia em Dezembro de 1961, AHM, Caixa 339, Vol. I, Exemplar n.º 1 (Extracto)

(...) “Troquei ainda impressões com Sua Ex.^a numa segunda reunião, acerca das perspectivas do ataque por parte da União Indiana. Manifestei-lhe o meu pessimismo, afirmando-lhe que era muito provável eu vir a ser o Último Comandante Militar do Estado Português da Índia. (Manifeste esta minha impressão a Sua Ex.^a o Subsecretário do Estado do Exército, Tenente-Coronel Jaime da Fonseca, ao Ex-mos. Generais Pina, Matos Maia, Costa Lopes, Pereira do Val, etc.). E isto não só porque NEHRU e MENON aumentavam as suas ameaças em declarações públicas – até na ONU –

mas ainda porque estando eu já em Lisboa se receberam informações dignas do maior crédito, de que os oficiais do Exército Indiana das Unidades fronteiriças estavam efectuando o estudo e reconhecimento do nosso território.

Sua Ex.^a disse-me que não lhe parecia assim e que a situação e atitude Portugal começava a ser compreendida por pessoas altamente cotadas nos meios internacionais dos Estados Unidos e da Inglaterra. Além disso parecia-lhe que NEHRU não queria sujeitar-se a perder o prestígio – fama de pacifista de que tanto se vangloriava em todas as Assembleias Internacionais, fazendo-nos uma guerra clássica em grande estilo.

Os factos, infelizmente, vieram dar-me razão.

Ainda só a título de esclarecimento, como meu antigo professor no Curso do Estado-Maior – as questões referentes às Operações e Informações eram tratadas com a DN por Sua Ex.^a o comandante-chefe – troquei umas impressões sobre a luta anti-terrorista e sobre o Plano de Defesa, na hipótese dum ataque em força por parte da União Indiana. Sua Ex.^a concordou que, nesta última hipótese, não havia dúvidas quanto ao resultado. Era só uma questão de mais ou menos dias de duração da resistência.

Foquei que tendo os efectivos sido reduzidos em mais de 50% só em relação a Março de 1961, a duração que se pedia e que era da ordem dos 15 dias, teria de ser revista e, em consequência, os níveis e créditos operacionais. A redução dos efectivos em relação aos máximos que estiveram na Índia era ainda maior.”

Presidência da República, Lei Constitucional N.º 9/74, de 15 de Outubro

Tendo em vista a, declaração conjunta dos Ministros dos Negócios Estrangeiros de Portugal e da União Indiana, feita em Nova Iorque

em 24. Setembro. 1974 durante a XXIX Sessão da Assembleia-Geral da Organização das Nações Unidas, pela qual as duas partes manifestaram a intenção de restabelecer as relações diplomáticas e consulares entre os dois países e concordaram em cooperar entre si na divulgação da língua e da cultura portuguesas e na preservação dos monumentos histórico-religiosos em Goa, Damão, Diu, Dadrá e Nagar-Aveli.

Visto o disposto no n.º 1, 1.º, do artigo 13.º da Lei Constitucional n.º 3/74 de 14 de Maio, o Conselho de Estado decreta e eu promulgo para valer como Lei Constitucional, o seguinte:

Artigo Único: É autorizado o Presidente da República, ouvidos a Junta de Salvação Nacional, o Conselho de Estado e o Governo Provisório, a concluir um acordo entre Portugal e a União Indiana pelo qual Portugal reconhece a plena soberania da União Indiana sobre os territórios de Goa, Damão, Diu, Dadrá e Nagar-Aveli, implicando esse reconhecimento a derrogação da parte correspondente do artigo 1.º da Constituição Política de 1933.

Vista e aprovada em Conselho de Estado
Promulgada em 15. Outubro. 1974

Publique-se. O Presidente da República,
Francisco da Costa Gomes.

Ministério dos Negócios Estrangeiros, Direcção-Geral dos Negócios Políticos

Decreto n.º 206/75 de 17. Abril

Usando da faculdade conferida pelo artigo 16.º n.º 1, 3.º, da Lei Constitucional n.º 3/74 de 14 de Maio, o Governo decreta o seguinte:

Artigo Único: É aprovado para ratificação o Tratado entre a Índia e Portugal relativo ao reconhecimento da soberania da Índia sobre Goa, Damão, Diu, Dadrá e Nagar-Aveli e Assuntos Correlativos, assinado em 31. Dezembro. 1974 em Nova Delhi, cujos textos nas línguas portuguesa e inglesa vão anexos ao pre-

sente decreto, assim como os textos das notas trocadas entre os Governos da Índia e de Portugal, relativas ao artigo V daquele Tratado.

Visto e aprovado em Conselho de Ministros. Vasco dos Santos Gonçalves – Mário Soares

Assinado em 5. Abril. 1975.

Publique-se. O Presidente da República,
Francisco da Costa Gomes.

Tratado entre a Índia e Portugal Relativo ao Reconhecimento da Soberania da Índia sobre Goa, Damão, Diu, Dadrá e Nagar-Aveli e Assuntos Correlativos.

O Presidente da República da Índia e o Presidente da República Portuguesa.

Reportando-se ao comunicado conjunto assinado em Nova Iorque, em 24. Setembro. 1974, pelo Ministro dos Assuntos Exteriores do Governo da Índia e pelo Ministro dos Negócios Estrangeiros do Governo de Portugal, no qual se declarava, entre outras coisas, que o Governo Português estava pronto a reconhecer a plena soberania da Índia sobre os antigos territórios portugueses de Goa, Damão, Diu, Dadrá e Nagar-Aveli, que se tornaram partes integrantes do território da Índia;

Tomando nota que a Lei Constitucional n.º 9/74, de 15. Outubro. 1974, publicada no Diário do Governo de Portugal, autoriza o Presidente da República Portuguesa a concluir um acordo entre Portugal e a Índia pelo qual

Portugal reconhece a plena soberania da Índia sobre os territórios de Goa, Damão, Diu, Dadrá e Nagar-Aveli e que este reconhecimento implicaria a derrogação da parte correspondente do artigo 1.º da Constituição Portuguesa de 1933;

Tendo em mente os desejos dos povos da Índia e de Portugal de iniciarem uma nova era de amizade e cooperação:

Decidiram concluir um tratado entre ambos os países para dar execução ao entendi-

mento expresso no referido comunicado conjunto e tomar medidas para o restabelecimento de relações normais entre ambos os países, com base na igualdade de soberania e reciprocidade de benefícios, e designaram para este efeito como plenipotenciários:

O Presidente da República da Índia, S. Ex.^a o Senhor Y. B. Chavan, ministro dos Assuntos Exteriores;

O Presidente da República Portuguesa, S. Ex.^a o Dr. Mário Soares, ministro dos Negócios Estrangeiros; os quais acordaram no seguinte:

ARTIGO I

Portugal reconhece que os territórios de Goa, Damão, Diu, Dadrá e Nagar-Aveli se tornaram já parte da Índia e reconhece por este meio a plena soberania da Índia sobre estes territórios com efeito a partir das datas em que se tornaram partes da Índia, nos termos da Constituição da Índia.

ARTIGO II

As relações diplomáticas entre a Índia e Portugal serão imediatamente restabelecidas.

ARTIGO III

Ambas as Partes Contratantes acordam em resolver por meio de negociações bilaterais todas as questões entre elas, incluindo as respeitantes à propriedade, bens ou reclamações dos cidadãos dos respectivos países, bem como as questões relativas à propriedade estadual e aos bens de cada um dos Estados nos territórios do outro Estado.

Ambas as partes acordam também em resolver por meio de negociações bilaterais os direitos e as reclamações dos cidadãos indianos e outros indivíduos que tiveram que regressar à Índia de territórios sob administração portuguesa, no que respeita à propriedade e bens.

ARTIGO IV

Será concluído o mais brevemente possível um acordo cultural entre Portugal e a Índia. As Partes Contratantes acordam em tomar medidas para desenvolver contactos no campo cultural e, em particular, na promoção da

língua e cultura portuguesas e na conservação de monumentos históricos e religiosos em Goa, Damão, Diu, Dadrá e Nagar-Aveli.

ARTIGO V

Portugal concorda, em princípio, na entrega à Índia de todos os arquivos, registos, papéis, documentos e outros materiais que digam respeito aos territórios mencionados no artigo 1, incluindo aqueles que possam ter sido transferidos para qualquer lugar fora destes territórios. De igual modo, a Índia concorda, em princípio, na transferência para Portugal de todos os arquivos, registos, papéis, documentos e outros materiais que se possam encontrar nos territórios mencionados no artigo I e que não digam respeito principalmente a esses territórios.

As modalidades da sua entrega, acesso, passagem de certidões e consulta mútuas serão estabelecidas pelas vias diplomáticas.

ARTIGO VI

Qualquer questão de interpretação ou aplicação deste Tratado será solucionada entre ambos os países por meio de negociações bilaterais.

ARTIGO VII

O presente Tratado será sujeito a ratificação e entrará em vigor na data da troca dos instrumentos de ratificação, a qual terá lugar em Lisboa. Em fé do que os respectivos plenipotenciários assinaram este Tratado e nele apuseram os respectivos selos.

Feito em duplicado em Nova Delhi, aos 31 dias do mês de Dezembro de 1974, nas línguas hindi, portuguesa e inglesa, sendo todos os textos igualmente autênticos.

Pela República da Índia: J. B. Chavan
Pela República Portuguesa: Mário Soares

**Presidência do Conselho de Ministros,
Gabinete do Primeiro-Ministro,
Secretaria Geral**

Não tendo sido publicadas no "Diário do Governo" 1.^a Série n.º 90, de 17 de Abril, as

notas anexas ao Decreto n.º 206/75 respeitantes ao artigo V do tratado entre a Índia e Portugal aprovado pelo referido decreto, determino que se proceda à sua publicação.

Presidência do Conselho de Ministros,
22.Abril.1975. – O Primeiro-Ministro, Vasco dos Santos Gonçalves.

A S. Exa. o Sr. Y. B. Chavan, Ministro dos Negócios Estrangeiros da República da Índia – Nova Delhi, Índia:

(Documento traduzido do indiano)

Lisboa, 14.Março.1975

Excelência:

Tenho a honra de acusar a recepção da sua carta de hoje, cujo conteúdo é o seguinte:

Excelência:

Tenho a honra de me referir ao artigo V do Tratado entre a Índia e Portugal acerca do Reconhecimento da soberania da Índia sobre Goa, Damão, Diu, Dadrá e Nagar-Aveli e Matérias Relacionadas, assinado em Nova Delhi a 31.Dezembro.1974.

No que respeita aos arquivos, registos, papéis, documentos e outros materiais originários dos territórios mencionados no artigo I do Tratado e outros territórios na Índia, poderão ser retidos na Índia mesmo que se refiram a outros territórios portugueses. Reciprocamente, os arquivos, registos, papéis, documentos e outros materiais originários de Portugal poderão ser retidos por Portugal mesmo que se refiram aos territórios mencionados no artigo I do Tratado e a outros territórios da Índia.

Este princípio permitirá tanto à Índia como a Portugal manter a unidade orgânica dos seus respectivos arquivos, assim como proteger os interesses da investigação e ciência históricas.

Muito agradeceria se confirmasse que o que precede exprime correctamente o entendi-

mento atingido pelos nossos dois Governos e que o artigo V do Tratado fica, deste modo, alterado na medida daquele entendimento.

Queira aceitar, Excelência, os protestos da minha mais alta consideração.

Desejo confirmar que a nota acima mencionada exprime correctamente o entendimento atingido pelos nossos dois Governos e que o Artigo V do Tratado fica modificado em conformidade.

Queira aceitar, Excelência, os protestos da minha mais elevada consideração.

Ministro dos Negócios Estrangeiros de
Portugal

Ernesto Melo Antunes

AVISO

“Diário do Governo” 1.ª Série, n.º 139, de 1977

Por ordem superior se toma público que, em 3.Junho.1973, foram trocados os instrumentos de ratificação do Tratado entre Portugal e a Índia Relativo ao Reconhecimento da Soberania da Índia sobre Goa, Damão, Diu, Dadrá e Nagar-Aveli e Assuntos Correlativos, nos termos do seu artigo 7.º pelo que entrou em vigor naquela data.

Direcção-Geral dos Negócios Políticos,
27.Maio.1977 – O Director-Geral, Fernando Magalhães Cruz [nota do autor: o erro na indicação da data da entrada em vigor do tratado como 3.Junho.1973, e que eu saiba nunca corrigido, faz com que o Tratado tenha sido dado como entrado em vigor numa data anterior à sua celebração e até à revolução do 25 de Abril].

A cerimónia da troca dos instrumentos de ratificação teve lugar em 3.Junho.1975 no Ministério dos Negócios Estrangeiros, em Lisboa. Interveio por Portugal, o Ministro dos Negócios Estrangeiros Melo Antunes.

Tempo de Artes & Letras



Os morábitos na arquitectura religiosa do sul. Origem, simbologia e usos

Luís Filipe Maçarico

1. INTRODUÇÃO

1.1 *Do Conhecimento Empírico à Interrogação Académica. Metodologia.*

A percepção sensorial e em particular o olhar é determinante na apreensão da realidade, no conhecimento empírico.

A observação que conduziu à “descoberta” dos morábitos pelo autor, realizou-se em viagens à Tunísia, ao longo de contactos que proporcionaram a recolha de informações e a reprodução fotográfica de alguns edifícios, complementados por uma pesquisa bibliográfica local.

Posteriormente, a coincidência arquitectónica evidenciada em construções religiosas do sul de Portugal despoletou no espírito do antropólogo a procura de uma explicação.

Durante um largo período temporal procurou-se recolher a informação exequível, no sentido de enriquecer este projecto, que integra contributos interdisciplinares, nomeadamente da História e da Arqueologia.

O aprofundamento da recolha documental acerca desta temática realçou as escassas abordagens produzidas por investigadores portugueses. Estes, ou referem o assunto em breves linhas nos seus livros, ou elaboram textos de enfoque circunscrito, que deixam em aberto a vastidão da problemática não desenvolvida, nomeadamente a necessidade de um

estudo comparativo sobre o fenómeno do surgimento das ermidas dedicadas a santos, no sul de Portugal e o movimento, que apresenta algumas semelhanças, no entender de Cláudio Torres¹, ocorrido no Magreb. Em suma: há um deficit no que concerne a abordagens sistematizadas deste assunto, enquadradas na coerência de uma metodologia consequente.

O presente artigo estrutura-se em torno de duas perguntas fulcrais, para as quais procura encontrar resposta:

– Qual o contexto em que surgiram e o que são morábitos?

– Serão morábitos todos os edifícios religiosos com semelhanças arquitectónicas aos do Magreb, aqueles que encontramos em território nacional?

Tal como sucedeu em anterior investigação acerca das Aldrabas, a temática dos Morábitos é perseguida há cerca de meia década pelo autor, com a recolha frequente de informações, seja ela sob a forma de observação, depoimento oral ou escrito, livro, artigo de jornal ou revista, imagem e também através da actualização e impressão de páginas da Internet. Pode-se afirmar com justeza que este artigo resulta de muitas andanças e de um considerável número de horas em indagação.

O assunto tem sido abordado pelos investigadores recenseados, na sua maioria sob a forma de artigos ou comunicações, sobres-

¹ O professor Cláudio Torres, numa conversa informal, ocorrida em Mértola, em Maio 2006, sublinhou a necessidade de um estudo aprofundado acerca desta matéria, relacionado com formas de religiosidade popular, considerando que seria interessante verificar as semelhanças das construções religiosas deste jaez, entre o litoral algarvio e o litoral magrebino, supostamente explicadas por crenças atribuídas aos pescadores dos dois lados do Mediterrâneo.

saindo o intento de Correia de Campos, que há quarenta anos, inaugurou esta questão, aduzindo uma confusão de épocas e dados arqueológicos e ostentando afirmações peremptórias para validar as suas alegações, ilustradas com um testemunho fotográfico relevante.

O ensaio de Artur Goulart de Melo Borges sobre “As *Kubbas* Alentejanas” e o capítulo a propósito das “Arquitecturas Sagradas” no 2.º volume da obra “Enigmas. Lugares Mágicos de Portugal” de Paulo Pereira, merecem realce. De referir ainda a tese de Manuel dos Santos da Cerveira Pinto Ferreira sobre “O Douro no Garb Al-Ándalus: A região de Lamego durante a presença árabe”, pela pertinência de algumas questões, nomeadamente a suposta existência de morábitos num espaço geográfico pouco estudado a este nível.

Pretendeu-se proporcionar o máximo de informação sobre esta temática, a partir da recolha organizada de todos os dados disponíveis.

O objectivo primordial visa contribuir, com as limitações que as fontes facultam, para a criação de uma *Rota de Construções tipo-Morábito*, que poderá estabelecer um novo destino de qualidade, especialmente no Sul do País, em termos do turismo cultural, enriquecendo-se o conhecimento existente acerca deste tema.

1.2. Identificação e Contextualização. Utilização Actual no Magreb e em Portugal.

As palavras Marabuto (do ár. Murábit) e morábito constituem para José Pedro Machado sinónimos e significam “guarda de fronteira, eremita, religioso”.²

Morábito é, ao mesmo tempo, o asceta e a ermida onde este rezava e vigiava³.

A construção, definida por Artur Goulart de Melo Borges como um “todo arquitectónico – um corpo cúbico com uma cobertura cupular hemisférica” tornar-se-á por vezes no mausoléu desse homem impoluto e virtuoso que ali viveu, em retiro espiritual.

Outro texto de referência para a identificação destas construções está incluído em “A Herança Árabe em Portugal”, de Adalberto Alves. Este autor afirma que “Para além das mesquitas, havia, no âmbito da construção ligada a aspectos religiosos, as arrábidas, as azóias e os morábitos”.

Apenas se conservam em número significativo exemplares de morábitos, que eram ermitérios, encimados por uma cúpula, onde os ascetas sufis⁵ tinham a sua morada ou eram enterrados.

São conhecidos desde o Norte do Tejo até ao Algarve⁶.”

O início do século XII, época em que se reacendem conflitos entre cristãos e muçulmanos, ampliados pela fragilização e fragmentação dos reinos árabes na península, é identificado por diversos autores, nomeadamente por Helena Catarino, como o período histórico em “que se acentua o papel religioso-militar dos morabitum”.⁷

Segundo esta autora, “os topónimos Azóia, tal como zavial (...) devem corresponder a lugares onde havia pequenas ermidas (oratórios de retiro místico) e, ao mesmo tempo podiam ser locais de atalaia”.⁸

² “Vocabulário Português de Origem Árabe”, pp. 106 e 110.

³ “As “Kubbas” Alentejanas”, p. 198.

⁴ Segundo Yves Thoraval, a partir do século XIX, por metonímia, a palavra marabuto (que também se pode designar por marabito, morabita e a mais conhecida morábito), aplica-se igualmente ao pequeno santuário local onde repousa o marabuto (personagem santa do mundo islâmico – em particular do Magreb, que se venera na esperança de vir a beneficiar das suas graças (baraka) e poderes taumaturgicos. In “ABCedário do Islão”, p. 78.

⁵ Corrente mística da religião islâmica.

⁶ Op. Cit. p. 103.

⁷ “Fortificações do Período Islâmico”, in “O Mediterrâneo Ocidental”, p. 121.

⁸ Idem, p. 122.

Foto de Luís Filipe Maçarico



Messejana - Aljustrel

Entretanto, o surgimento destas construções no território tunisino acompanhou de perto o fenómeno análogo ocorrido na península ibérica.

Malek Saied, investigador na área da arquitectura, garante que as azóias “marcam a paisagem urbana e rural da Tunísia, a partir do século XI, organizando-se como uma reserva hierárquica difusora dos ensinamentos dos santos através de confrarias e marabutos⁹.”

Em meados do século XX, no período pós-independência, estas instituições foram acusadas pela elite intelectual tunisina, de terem incentivado a submissão dos seus adeptos ao colonialismo.

Em consequência, zaouïas como as de Sidi-al-Béehir e Sidi al-Bayli, apesar da sua intensa actividade, foram demolidas, despertando superstições populares. Um largo número de exemplares deste património foi reconvertido para sedes partidárias e associativas, ou afectado a organismos sociais.

Ao invés, outros foram poupados à destruição ou desvirtuação, face à sua importância histórica e simbólica, vendo as suas tradições salvaguardadas e apoiadas pelo Estado.

É o caso de Sidi Bel Hassen que durante sete sábados consecutivos, a seguir à primeira semana do Verão, recebe muitos fiéis carregados de oferendas, que ali chegam para implorar a intercessão do Santo junto de Deus, no sentido de os aliviar dos males do Mundo.

Entre nós, enquanto uma parte destes monumentos¹⁰ está em ruína, outra parte foi resacralizada e adaptada aos usos da religião cristã¹¹. Verificam-se algumas excepções como no caso de Murfacém, em que o espaço terá chegado a funcionar como Museu Árabe ou no caso da Quinta da Torrinha em Montemor-o-Novo, que serve há gerações de habitação.

Quanto à localização e características, estes monumentos, em termos de uma tipologia patrimonial podem ser associados à preservação de um sítio paisagístico, como acontece em Évora-Monte (Santa Margarida), Mértola (Senhora das Neves), Cabo Espichel, Penamacor.

Também se encontram “morábitos” reforçando um conjunto arquitectónico de interesse patrimonial, como é o caso do que está



Montemor

Foto de Mário Sousa

⁹ “Qantara” n.º 58 “Les zaouias de Tunis”, p. 32, tradução de LFM.

¹⁰ Em “Portugal e o Islão Escritos do Crescente”, Adalberto Alves assevera que “temos centenas de morábitos e cubas.” Op. Cit. p. 89.

¹¹ António Borges Coelho, no seu livro “Questionar a História”, corroborando Correia de Campos concorda que “por trás de muitos monumentos do chamado gótico alentejano – quase todo referido à época manuelina e por vezes designado como estilo luso-mourisco – se ocultam e disfarçam monumentos da antiguidade árabe em Portugal.” Op. Cit. pp. 95-96.

perto da porta de Alcoba em Monsaraz, nos castelos de Montemor-o-Novo e Alcácer do Sal e do edifício parecido com um morábito ao lado da mesquita de Mértola.

Valorizando uma propriedade (Quinta da Torrinha, Quinta entre Vale de Santarém e Setil), assimilados pelo património religioso (Aljustrel, Messejana, S. Sebastião dos Carros, Santana do Mato), integrados em núcleos urbanos (Murfacém), ameaçados por um crescimento urbano desordenado (Peniche e Periscope) ou em estado de degradação ou perigo de ruína, apesar de classificado como imóvel de interesse público (como é o caso do morábito de Beliche ou do Cercal/Cadaval), os morábitos e as construções similares, nomeadamente mudéjares, justificam este olhar antropológico.

2. OS MARABUTOS, MEDIADORES DO DIVINO. OS CASOS MARROQUINO E TUNISINO

2.1. Ascetas e Santos Homens do Islão. O Sufismo.

Autores diversos (Silva:1999; Jeriri:1992; Calabre:1988) colocam especial ênfase no facto dos santos do Magreb – *murabit* – serem bastante venerados, motivando peregrinações, pois supõe-se que intercedem junto de Alá, consubstanciando a possibilidade de através do seu culto aceder à libertação dos males do corpo e alma, doenças, dores, infelicidades.

Dotados de poderes sobrenaturais, como Sidi Satouri, que numa colina de Mahboubine (ilha de Djerba) transformava água em gelo e prevaricadores em estátuas de pedra, os marabutos despojavam-se dos bens materiais, adoptando uma postura de humildade e generosidade.

Personagens envolvidos em superstição, lenda e mistério, capazes de realizar os mais



Aljustrel

espantosos milagres, os *murabit* encontram em Sidi Bou Saïd um dos maiores expoentes da transcendência. Segundo a lenda, o sábio senhor que originou o nome da bela cidade situada perto de Tunis, terá sido Luís IX, São Luís, rei de França, convertido ao Islão que terá falecido já num desempenho que o transformava em santo muçulmano.

O sufismo – corrente do Islão inspiradora destes comportamentos – é a prática da “interioridade, essencialidade, primordialidade, universalidade e discernimento” (Azevedo:2000: 50) A oração permanente, o retiro espiritual (meditação e jejum) a oração conjunta e o rosário (pedindo perdão a Deus, bênçãos para o Profeta e testemunho místico) totalizam os fundamentos de uma atitude de afastamento dos prazeres térreos que distinguiu os adeptos mais consequentes, com a eternidade e o louvor do seu exemplo.

2.2. O Santo e o Túmulo. O Mausoléu, Lugar Sagrado. Peregrinações, Crenças e Rituais.

O mausoléu de um Sidi é um lugar intocável, sagrado. A própria construção contém ele-



Foto de Luís Filipe Maçarico

Peniche

mentos simbólicos fortes, como a "Koubba", que segundo os autores de um guia sobre Marrocos remete para a cúpula, forma de representação da abóbada celeste, da ordem cósmica e do equilíbrio perfeito e matemático da criação (Guardione:1996:66).

Curioso é, porém constatar que, não obstante a rejeição do culto dos santos na religião muçulmana, os túmulos dos sábios e virtuosos da Fé, congregam desde os tempos mais remotos manifestações de veneração popular (AAVV:1988:8).

Alguns autores indicam o lémen do Norte e o Uzbequistão como os lugares do Mundo onde existem as mais antigas estruturas funerárias do mundo islâmico oriental¹².

Na Tunísia e em Marrocos o local onde o Sidi viveu e foi sepultado é palco de peregrinações e visita obrigatória de crentes.

Conceição Baleizão testemunhou uma dessas visitas, em Nefta:

"A seguir ao almoço, por volta do meio-dia, como iria numa romagem a Fátima, fomos num "louage"¹³ em que a tia do Salem tinha feito uma promessa. Ela tinha vindo no dia anterior de Tunis, para casa da irmã, precisamente para ir a esse Sidi agradecer as bênçãos concedidas. Ela foi lá para dentro sozinha, aquilo era um espaço muito pequenino. Emocionou-se, mas tudo em silêncio. Penso que ela levou dinheiro para dar a pessoas necessitadas daquela zona, entregou depois ao senhor que estava no Marabout. Esteve lá meia hora, três quartos de hora...¹⁴"

Efectivamente, se uma criança adoce, os familiares levam-na ao morábito, pois crê-se que ao tocar na terra daquele local recupera o vigor. Também viajantes e pastores confiam no Sidi para terem protecção nos caminhos e a fecundidade dos rebanhos. Do mesmo modo aqueles que possuem parentes com padecimentos do foro mental dirigem-se até ao mausoléu de um santo nos arredores de Tozeur e durante três dias consagram-lhe as suas orações e oferendas. (Zamitti:1990)

Em Marrocos, anualmente, é exaltada a figura do santo local e sucedem-se nas aldeias os rituais, as preces, os cânticos, o ofertório à volta dos santuários profusamente iluminados (Guardione:1996:251).

Traz-se um fio de incenso, fragmentos de vestuário, uma vela acesa, como se cada crente quisesse deixar um pedaço de si.

Marrakech é um dos lugares de peregrinação. Multidões cumprem a tradição de visitar sete santos¹⁵.

Zine El Abidine Ben Ali, segundo presidente da República da Tunísia, durante uma visita a Ariana deslocou-se ao mausoléu de Sidi Amar El Maârroufi¹⁶.

¹² Curatole: 2006:216 e AAVV: 1989:8.

¹³ Táxi colectivo.

¹⁴ Depoimento em Odeixe, 23 Junho.2006. Em contacto telefónico posterior com Salem Omrani, apurou-se que o mausoléu seria de Sidi Bou Ali.

¹⁵ Sidi Ben Ali, Caddi Ayyad, Sidi Bel Abbas, Sidi Ben Sliman, Siddi Abdellah el Ghezouani, Sidi Ben Youssef, imâ Souheilli.

¹⁶ "Il a récit  la Fatiha   la m moire de ce saint homme qui b n ficie d'une grande notori t  aupr s des habitants et qui repr sente une grande figure historique de la r gion." In «La Presse», de 3.Novembro.2002. <http://www.lapresse.tn./archives/archives031102/actualites/lechef.html>. (consultado na Internet em 8.Novembro.2002.



Sidi Salem - Ilha de Djerba

Não admira então que o poeta nacional tunisino Aboul Kacem Chebbi e o primeiro presidente da Tunísia, Habib Bourguiba, respectivamente sepultados em Tozeur e Monastir, sejam alvo de visitas propícias à reflexão e exaltação do seu exemplo...

Dentro da hierarquia da santidade e do misticismo Saida Manoubia, santa do século XIII é uma excepção.

O contexto das devotas, excluídas dos lugares reservados para os homens, é bastante numeroso e talvez explique a revalorização do culto e a apropriação deste espaço.

Transformado pela lei de 1956, primeiro em célula do partido "Destour" que levou a Tunísia à independência e depois em dispensário da Saúde Pública, o mausoléu de Saída Manoubia, como muitos outros, diminuiu por essa altura e nos anos subsequentes as actividades e a importância na vida social.

Todavia, nos tempos mais recentes, estes locais onde o profano e o sagrado se confundem, recebem constantes visitas a pretexto do

casamento, do exame, da circuncisão, do crescimento... (Karamti:2002).

Santa Manoubia alimenta um imaginário popular que a considera protectora dos fracos e oprimidos (Delenda e Largueche:1992). E tal como em inúmeros casos, os recitativos, as danças e os cânticos evidenciam a faceta espectacular das peregrinações.

3. UMA ARQUITECTURA SIMBÓLICA QUE MARCA PAISAGENS E MENTALIDADES

3.1 Morábitos, Azóias e Cubas no Imaginário Popular e na Toponímia em Portugal

Em Abril.2002, ao percorrer Santo Aleixo da Restauração, freguesia do concelho de Moura, surpreendeu-me a visão de uma pequena construção "descontextualizada", cuja forma aparentava ser a de um morábito... Para o professor e escritor João Mário Caldeira trata-se de "um silo construído pelo proprietário de então" e que "várias vezes falaram da excentricidade desse proprietário¹⁷".

No Baixo Alentejo, sobretudo em Mértola e Odemira constatei a presença de construções semelhantes a uma "kubba", embora circulares. Utilizadas como fornos comunitários, em Moreanes, Alves, Amendoeira da Serra (Mértola), estas construções apresentam metade da altura de um morábito, com um diâmetro cinco vezes superior às de Odemira, vistas na estrada entre esta vila e a freguesia de São Luís, concebidas para funcionar como pequenos fornos privados¹⁸. Também entre Odeceixe e Aljezur, numa estrada interior, foi possível ver dois fornos com cúpula, e de estrutura diminuta¹⁹.

Ou seja, tal como Borges Coelho patenteou, estão enraizados na nossa cultura for-

¹⁷ Depoimento em 21.Abril.2002.

¹⁸ Estas construções foram observadas em Maio de 2004, 2005 e 2006 e Outubro.2004, na freguesia de Santana de Cambas e em 25.Junho.2006, na estrada aludida, do concelho de Odemira, inventariaram-se quatro forninhos, circulares, com cúpula. Esta arquitectura popular está patente em algumas páginas de "Mértola no Alengarve".

¹⁹ Observação efectuada em 21.Junho.2006.

mas ancestrais de saber fazer, que os mestres artesãos árabes, submetidos ao domínio cristão, ensinaram aos seus discípulos e descendentes.

É neste contexto que em Estremoz, no Monte Velho do Castanheiro²⁰, um casamento, em 15. Outubro. 1950 posa para a posterioridade, tendo por cenário uma construção tipomorábito, de linha circular e tal como no caso dos fornos comunitários de Mértola, mais baixo. Conceição Baleizão, filha desse casal²¹, que gentilmente nos cedeu a curiosa fotografia, explica:

“Aquilo à volta, havia um chamado alegrete²² onde a minha avó tinha as flores mais bonitas: rosas de chá, roseiras de Santa Helena, buganvilias... O “marabout”²³ era onde os porcos dormiam, durante a noite²⁴. Lá para a frente tinham um quadrado de paredes altas de alvenaria onde estavam durante o dia. O “marabout” ainda existe, é das poucas coisas que restam. Hoje nem sei o que é que eles têm dentro (a quinta foi vendida²⁵), eles não comem carne... A minha mãe brincava ali dentro, quando aquilo não tinha porcos, era a casa das bonecas onde a minha mãe brincava... Para ela é sempre uma pocilga, mas diz que brincava ali... Eu é que achei sempre piada àquilo. Porque é que havia aquela forma? Porque é que tinham construído aquilo assim, redondo? Fez-me sempre espécie... Isso é que eu não sei explicar (...) São coisas ancestrais, são coisas de sangue... Porque é que eu me sinto mais próxima da sensibilidade de Al-Mutamid em vez da de D. Dinis? (...) Tenho a



Foto de Luís Filipe Maçarico

Torrinha - Montemor-o-Novo

ideia que toda essa gente pela sua fisionomia era tudo descendente de árabes, tanto ele (o avô) como a minha avó. Morenos, cabelos escuros (...) Os árabes foram para os campos... Quando fui à Tunísia fiquei mais consciente disso, toda a cozinha da minha avó naquela época fui encontrá-la quarenta anos depois... os rituais são os mesmos!”²⁶

A pintora e professora Isabel Aldinhas, natural de Montemor-o-Novo, residiu no monte da Quinta da Torrinhã²⁷, acedendo a relatar-nos lembranças que guardou desse espaço:

“Aquela abóbada por dentro, aquela meia laranja, quando foi descalfçada, recorde-me de ela ter pinceladas brancas e de estar pintada de azul... e depois, mais tarde, acho que a minha mãe e a minha avó diziam que os homens subiam com uma escada e uma cana (para pintar)... Só me lembro que aquela porta, aquilo era quadrado, tinha quatro vãos de

²⁰ Freguesia de Santa Maria.

²¹ Francisco Parreira e Júlia Baleizão.

²² Canteiro de terra.

²³ Palavra francesa para designar morábito.

²⁴ “O porco tinha uma casa feita pelo meu avô (Joaquim Baleizão) que era pedreiro. Era uma construção espectacular...”

²⁵ A quinta foi comprada pelo dr. Jorge Branco, da Fundação Calouste Gulbenkian.

²⁶ Depoimento em Odeceixe, 23. Junho. 2006.

²⁷ “A cerca de 2 km de Montemor-o-Novo, no lado direito da estrada para Vendas Novas, podemos observar um interessante testemunho da presença islâmica (...) Poderá tratar-se de morábito ou cuba muçulmana, ou de um oratório cristão de época manuelina construído dentro da tradição mudéjar” in “Vamos descobrir Quinta da Torrinhã”, in recorte da Agenda Cultural, Câmara Municipal de Montemor-o-Novo, sem data, cedido por Isabel Aldinhas.

porta, uma dava para uma dispensa, a outra para o exterior, só com uma nesga aberta a que dava para a cozinha pintada com pinturas que já não se entendiam... era toda pintada, pinturas que já não se entendiam... era toda pintada, antiga era, mas se a pintura era quase da época da construção, não sei... O chão também era, embora já muito gasto, era de formigão, tinha traçado de corda em linhas geométricas. Aquilo era feito... aquele género de formigão, punham um cordel em cima daquilo, fresco, e faziam linha a direito e arredondados com a corda... A espessura das paredes era de um metro e tal. É um cubo mas cada parede tem um arco, tem um friso por cima. (...) Junto à porta da cavaliçã, quando as minhas tias varriam, ao varrerem a rua do monte, foram roçando a terra e às tantas apareceu um bordo arredondado e retiraram duas tijelas. Suponho que por baixo dessas tijelas possa haver ossadas. Toda a gente sabe que se enterravam as pessoas com os seus objec-

tos pessoais... As tijelas eram de barro. Uma era redonda e a outra sei que fazia o fundo pequeno, mas como se fosse três dedos inclinados e depois três dedos direitos... não sei se seriam vidradas, quem sabe se seriam feitas à mão? Mais tarde apercebi-me que certamente tinha morrido alguém e tinha sido enterrado ali..."²⁸

Instada a partilhar algumas particularidades relacionadas com o imaginário popular, Isabel Aldinhas revelou: "Sabe que chamavam à minha avó, a Maria da Cuba? Agora não sei se era por morar ali... chamavam-lhe muitas vezes, ela nasceu ali!" e com uma risada em fundo, acrescentou: "Os pais dela também vieram da Cuba alentejana!"²⁹

Em termos do imaginário popular, podemos ainda mencionar as denominações azóia (al-zawiya) e atalaia, constantes na toponímia portuguesa, e são vocábulos de origem árabe que designam as ermidas dos sábios sufis, associadas ao sistema defensivo instalado em colinas e ao longo da costa, com suficiente visibilidade, para através de fogueiras avisar de movimentações suspeitas, de eventuais grupos rivais ou de inimigos (Borges:1985)

Em Santarém, Loures, Sesimbra e Silves as azóias estão presentes na toponímia local. Alcoba ou alcube vem da palavra árabe Kubba e encontra-se igualmente em topónimos dos distritos de Aveiro (freguesia de Macieira de Alcoba, Águeda) e Setúbal (aldeia, ribeira e quinta de Alcube, na Arrábida).

Finalmente, registe-se que em Silves, Maria João Ramos, Janica³⁰, reproduz no barro, para vender em feiras e aos clientes fiéis, entre outras representações da construção tradicional algarvia, os morábitos do Alvor que o Estado classificou de utilidade pública.



Foto de Ana Fonseca

Torrinha - Montemor-o-Novo

²⁸ Entrevista por telefone em 12.Junho.2006.

²⁹ Idem.

³⁰ Mulher do cantor Eduardo Ramos, alaudista e estudioso do passado árabe em Portugal, cujos poemas canta em temas musicais de sua autoria.

3.2. Subsídios para uma Rota (Incompleta)³¹ de Construções tipo-Morábito³²

O autor ponderou se deveria ou não arriscar divulgar este “inventário”, em função daquilo que leu e escutou sobre as lacunas de um dos “informantes”, considerado por diversos investigadores como pouco admissível³³. Efectivamente, o compromisso do investigador não se compadece com informações erróneas, imprecisões, efabulações. Contudo, se toda a indagação segue no encaço de indícios, que carecem de ser testados, memória e esquecimento, apesar de situadas em campos antagónicos, complementam-se, numa equação de interdependência (Augé:2000). Independentemente das lacunas quanto a datas e classificações arqueológicas, supõe-se que, se foi detectado um edifício em forma de cubo com uma cúpula, ele deve ser mencionado para posterior averiguação acerca da sua origem, simbologia e usos.

Além das eventuais imprecisões e falhas das fontes, retenha-se um dado importante, fornecido pelos textos consultados e pela prudência. Nem todos estes monumentos são originariamente de construção realizada em época de governo árabe, para se destinarem à função de oratório e ou postos de vigília de eremitas muçulmanos, posteriormente alvo de uma re-sacralização. Uma porção destas construções segundo informações dos investigadores terá sido erigida em época posterior e com o objectivo primordial de reforçar as estruturas existentes da religião católica.

A Rota (Incompleta) de Construções tipo-Morábito, que o presente artigo pretende fran-

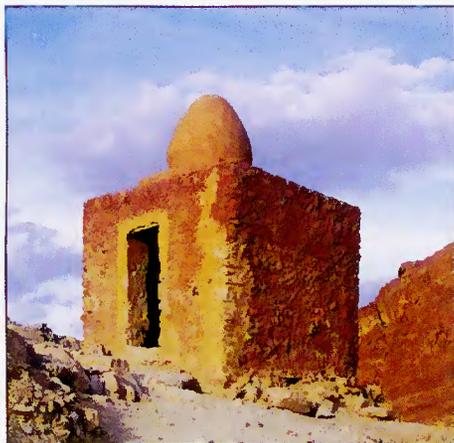


Foto de Luís Filipe Maçarico

Tunísia - Chebikka

quear, como hipótese de trabalho, eventualmente útil para autarquias e regiões de turismo, centra-se nos distritos de Évora (95 “morábitos” inventariados) e Beja (38), ou seja, $\frac{3}{4}$ da existência destes monumentos detectada em todo o território português: 133, num total de 177.

Contudo, não sendo o autor especialista em Arqueologia e História, ressalva a possibilidade de uma fracção deste arrolamento poder ser questionada, enquanto testemunho genuíno de um desígnio, esclarecimento que uma investigação complementar deverá rectificar, com o estudo e inventariação destas edificações e análogas, servindo o presente aprofundamento, em forma de artigo, para propiciar o processo de aprofundamento do tema.

Partindo do princípio que a investigação de Artur Goulart de Melo Borges (Borges:1985) é fidedigna, uma vez que este autor produziu

³¹ Adalberto Alves escreve em “O Meu Coração é Árabe”, p. 25: “Quanta mesquita disfarçada de igreja, quanto morábito vestido de ermida!” E noutra obra, “Portugal e o Islão Escritos do Crescente” afirma “Temos centenas de morábitos e cubas”, p. 89. Na sua tese “O Douro no Garb Al-Ándalus”, Manuel Cerveira P. Ferreira assegura que a transformação de morábitos em “capelas de Casas senhoriais, ou mesmo igrejas, foi bastante frequente, sobretudo no Alentejo e sul de Portugal”. Op. Cit. p. 74. José Luis Gonçalves em “As “Arrábidas” de Mértola e Juromenha” informa que “a entidade de tipo misto, religioso e militar” conhecida por mosteiro-fortaleza (ribat, rábida de Arrábida) “implica a existência, no mesmo local de um oratório ou Santuário votado às práticas rituais muçulmanas.” Op.Cit. p. 18.

³² Optou-se, face à incerteza quanto à classificação histórica e arqueológica de numerosos edifícios, por os designar de “morábitos” entre aspas e de introduzir o conceito de Construções tipo-Morábito, nesta fase de pré-conhecimento, em que uma parte dos dados é controversa.

³³ Opinião transmitida também por Santiago Macias, em 4. Julho.2006.

obras de investigação, editadas em publicações do Campo Arqueológico de Mértola, os concelhos alentejanos de Montemor-o-Novo, Estremoz, Portel e Reguengos de Monsaraz são os que mais “morábitos” possuem, respectivamente com 14 (os dois primeiros) 12 e 11.

Note-se contudo que a eventual presença deste tipo de ermidas noutros distritos e concelhos do país, coloca a pertinência de alargar o âmbito geográfico desta rota³⁴.

Através do cruzamento de diversos materiais informativos³⁵ inventariaram-se 177 construções tipo-morábito, incluindo duas construções, que apenas Moisés Espírito Santo refere, revelando que a sua origem não está associada a um santo do Islão mas à evocação de um indivíduo que desejou ser lembrado com esta marca arquitectónica³⁶.

Sabe-se que existirão mais ermidas destas, em propriedades privadas, opinião partilhada pela poetisa Conceição Baleizão, Adalberto Alves que utiliza a palavra centena no plural e Manuel Cerveira P. Ferreira³⁷.

No seu inventário discutível, Correia de Campos, é omissivo, quanto a parte significativa dos distritos de Leiria, Santarém, Lisboa, Évora e Faro.

Importa esclarecer que o bom senso e a precisão académica, face à dificuldade de encontrar documentação abundante e conclusiva sobre este assunto, aconselham a citar as escassas fontes com algumas ressalvas.

Efectivamente, Correia de Campos, que propalou supostos vestígios, de Norte a Sul, atribuídos à passagem dos árabes pelo nosso

país, é considerado por Paulo Pereira uma contribuição a ler com espírito crítico, devido ao facto de lhe ser imputada a confusão de épocas e dados arqueológicos (Pereira:2004).

No entanto, surpreendentemente, em “Questionar a História”, António Borges Coelho insere o mesmo Correia de Campos nas referências bibliográficas³⁸. Igualmente Manuel dos Santos da Cerveira Pinto Ferreira defende a possível existência em tempos remotos de mais de um morábito na região duriense, citando abundantemente Correia de Campos, no qual se apoia em mais de uma dezena de notas.

Por seu turno, Artur Goulart Borges, embora tenha intitulado o seu trabalho com um ambicioso e promissor “As *Kubbas* Alentejanas” circunscreveu a abordagem a 14 conce-



Tunísia - Houm-Souk - Djerba

Foto de Luís Filipe Maçarico

³⁴ Consideraremos suplementamente dois conjuntos de distritos que distinguiremos enquanto possuidores de um eventual número interessante ou residual destas construções. No primeiro caso saliente-se Faro com 10 (onde se destacam os concelhos de Portimão com 4 e Vila do Bispo com 2), Setúbal com 8 (Alcácer do Sal sobressai com 4), Portalegre com 6 e Lisboa com 5. No segundo caso mencione-se Viseu e Santarém, ambos com 4 e Leiria com 5.

³⁵ Fontes: leituras, observação, Internet / site do IPPAR, além dos autores Artur Goulart de Melo Borges, Correia de Campos, Frederico Mendes Paula, Helena Catarino, José Luís Gonçalves, Manuel dos Santos da Cerveira Pinto Ferreira, Moisés Espírito Santo, Paulo Pereira e Rosa e Mário Varela Gomes.

³⁶ “Origens Orientais da Religião Popular Portuguesa”.

³⁷ A primeira falou na Quinta do Mouro. O autor seguinte di-lo na sua obra e o terceiro afirma-o na sua tese.

³⁸ Op. Cit. p. 119.



Tunísia - Kerkennah

lhos do distrito de Évora. Na sua breve comunicação ao I Congresso do Alentejo, não explica como chegou ao inventário de 97 morábitos, identificando 83.

Artur Goulart esclarece que todas as construções que catalogou, à excepção da Quinta da Torrinhã são ermidas ou igrejas cristãs, e quando estão inseridas num todo arquitectónico funcionam na sua maioria como capela-mor.

Outros autores são mais cautelosos, limitando-se a referir apenas 1 ou 2 morábitos de indiscutível origem, em capítulos, artigos ou livros escritos com o propósito de um enfoque restrito.

Pensamos que com a listagem que coligimos, será possível dinamizar um Roteiro necessariamente imperfeito de espécimes marabúticos.

Regiões de turismo e autarquias locais poderão integrar nos seus programas de divulgação da herança monumental, com a supervisão de técnicos superiores em História e Arqueologia, a nova vertente do património "re-inventado", porque os processos de patrimonialização são efectivamente a consequência da apropriação e revitalização de patrimó-

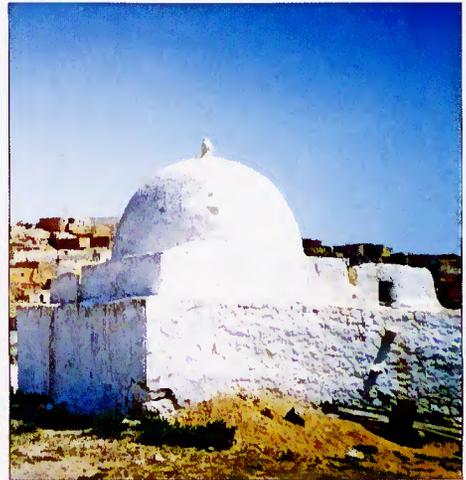
nios esvaziados da sua função originária (Chevallier: 2002).

Talvez uma parte substancial destes novos destinos turísticos careça de acessos mais adequados. Mas a beleza dos panoramas atingida nos sítios elevados onde os presumíveis "morábitos" se situam merecerá certamente o empenho dos responsáveis.

Neste rol de insuficiências acrescente-se a necessidade de recuperação de parte considerável daqueles edifícios abandonados ou à beira da ruína...

Enquanto pequenos memoriais do passado islâmico, mudéjar, ou até imitando esses modelos, idealizo-os a ser de novo utilizados, de uma maneira digna, consumando o aproveitamento de um património relativamente abundante, cuja existência é referida na Bíblia, enquanto lugares sagrados de celebrações pagãs, absorvidas e integradas pelas práticas islâmicas no território marroquino (Taïgui, Seva, Román e R'Ha:2005).

Numa altura em que por todo o país se produzem eventos de evocação medieval e islâmica, porque não aproveitar mais um moti-



Tunísia - Tamzret



Tunísia - Tozeur

vo, que poderia ser até um bom cartaz dessas festas engendradas como seguindo modelos presumidamente verosímeis?

Se esta sugestão tiver viabilidade, na sua concretização prática, a antropologia do turismo ganhará certamente mais um terreno de observação.

Distrito de Évora

*Alandroal*³⁹ (Santo Amaro e Santo António, em Terena, Santa Clara, Santiago Maior, Senhora da Consolação ou Senhor do Calvário, Nossa Senhora do Loreto, Juromenha).

*Arraiolos*⁴⁰ (São Gens, S. Gregório, e no Vimieiro, Santo Mártir Castor, S. João Baptista e Santo António, sendo esta última circular).

*Borba*⁴¹ (S. Lourenço, S. Cláudio – circular – e S. Gregório em Rio de Moinhos).

*Estremoz*⁴² (Nossa Senhora da Conceição, S. Lourenço de Pedra Alta, Santa Margarida, Santa Vitória do Ameixial, em Évora-Monte Santa Vitória e São Marcos, S. Gens na serra de Ossa, S. Bento em Veiros, Nossa Senhora das Relíquias do Canal, Capela da Quinta do Maduro – circular – S. Bento de Ana Loura, São Bento do Cortiço, S. Lourenço de Mamporção, S. Lázaro).

*Évora*⁴³ (S. Bento de Pomares, 2 oratórios, S. Jordão, S. Miguel de Machede, S. Brás do Regedouro, S. Vicente do Pigeiro).

*Mora*⁴⁴ (Nossa Senhora da Purificação e Salvador do Mundo, no Cabeção e Brotas).

*Montemor-o-Novo*⁴⁵ (S. Sebastião e S. Miguel, no Lavre, N. Sr.^a do Livramento, em S. Brissos, Capela do Anjo, S. Cristóvão, S. Matias, S. João Baptista, S. Romão, S. Vicente, S. Brissos, Santa Sofia, Quinta da Torrinhã e Santiago e S. Matias do Escoural).

*Mourão*⁴⁶ (N.^a Sr.^a do Alcance e N.^a Sr.^a da Luz⁴⁷).

*Portel*⁴⁸ (S. Pedro, N.^a Sr.^a da Saúde, S. Bartolomeu do Outeiro, Santana, Santo António do Alqueva, São Lourenço do Alqueva, Santo António, de Vera Cruz, São Lourenço de Oriola, São Brás e três circulares: S. Pedro da Gruta, S. Lourenço dos Olivais e N.^a Sr.^a da Giesteira).

*Redondo*⁴⁹ (Santo Aleixo, N.^a Sr.^a Monte da Virgem, S. Pedro, S. Bento do Zambujal, N.^a Sr.^a Freixo, S. Miguel de Aadal – Freixo e S. Bartolomeu).

³⁹ Fonte: Artur Goulart de Melo Borges.

⁴⁰ Idem e Correia de Campos, p. 92.

⁴¹ Fonte: Artur Goulart de Melo Borges.

⁴² Idem, e observação, no caso de uma das capelas de Évora-Monte. "Monumentos da Antiguidade Árabe", p. 91.

⁴³ Fonte: Artur Goulart de Melo Borges e Correia de Campos, Op. Cit. p. 90.

⁴⁴ Idem.

⁴⁵ Ibidem. Correia de Campos (S. Matias do Escoural, Op. Cit. p. 91) O morábito da Quinta da Torrinhã foi motivo de conversa com a pintora Isabel Aladinhas e fotografado.

⁴⁶ Fonte: Artur Goulart de Melo Borges.

⁴⁷ Se o autor se refere à antiga aldeia da Luz, trata-se de um monumento demolido e reconstruído na nova aldeia.

⁴⁸ Fonte: Artur Goulart de Melo Borges.

⁴⁹ Idem.

*Reguengos de Monsaraz*⁵⁰ (Igreja matriz: 3 morábitos, S. João Baptista, S. Sebastião, N.^a Sr.^a da Caridade, São Pedro e Santo Ildefonso em S. Pedro do Corval, Santiago Maior e Igreja da aldeia do Mato: 2 morábitos⁵¹).

*Vendas Novas*⁵² (capela de Santo António na Herdade de Santo António, antiga freguesia).

*Viana do Alentejo*⁵³ (N.^a Sr.^a Assunção e Igreja Matriz em Aguiar⁵⁴, S. Vicente, S. Pedro, S. Sebastião, S. André).

*Vila Viçosa*⁵⁵ (S. Domingos, Santa Maria das Ciladas, S. Tiago e duas circulares: Santo Estáquio e S. Jerónimo).

Distrito de Beja

*Aljustre*⁵⁶ (Senhora do Castelo, Igrejas matrizes de Aljustrel, Messejana e Ervidel e capela de S. Pedro nesta última localidade).

*Almodôvar*⁵⁷ (Santo Amaro).

*Alvito*⁵⁸ (Santa Águeda: antiga igreja nos arredores de Vila Nova da Baronia, ermida de Santa Luzia e ermida de S. Pedro em Vila Nova da Baronia).

*Beja*⁵⁹ Antiga igreja de S. Sebastião: 2 morábitos.

*Cuba*⁶⁰ (capela de S. Pedro, Senhora da Conceição da Rocha, altar da igreja matriz e solar da Quinta da Esperança).

*Ferreira do Alentejo*⁶¹ (Igreja paroquial de Vilas Boas, S. Vicente e S. Sebastião).

*Mértola*⁶² (Corte Pinto: 2 morábitos; Espírito Santo; capela ao pé da mesquita em Mértola, Senhora das Neves, São Sebastião dos Carros).

*Moura*⁶³ (Santo Aleixo da Restauração, Safara, Sobral da Adiça, Póvoa de S. Miguel, Santo Amador, Amareleja e ermida de S. Cristóvão).

*Ourique*⁶⁴ (sacristia da igreja matriz).

Santiago do Cacém⁶⁵ S. Brás, S. Pedro, S. Sebastião).

*Serpa*⁶⁶ (Santa Luzia e Santa Margarida).

*Vidigueira*⁶⁷ (ermida de Santa Luzia – Pedrógão do Alentejo e Vera Cruz de Marmelar).

Distrito de Faro

*Aljezur*⁶⁸ (Arrifana).

*Lagos*⁶⁹ (o nome da terra segundo o autor consultado terá a ver com uma antiga Azóia).

*Portimão*⁷⁰ (Quinta do Bispo – Senhora do

⁵⁰ Fontes: Artur Goulart de Melo Borges e Correia de Campos. Este assegura que há vários, "um dos quais servindo de cuba, a actual capela de S. João Baptista, revelado no importante trabalho "Monsaraz e seu termo", do distinto arqueólogo Dr. José Pires Gonçalves" (in "Monumentos da Antiguidade Árabe em Portugal", p. 91).

⁵¹ Capa de "A Arquitectura Árabe do País e o II Congresso Nacional de Arqueologia" – "antigo morábito servindo de altar-mor" p. 215.

⁵² Correia de Campos, "Monumentos da Antiguidade Árabe" p. 92.

⁵³ Fonte: Artur Goulart de Melo Borges.

⁵⁴ A Igreja matriz de Aguiar é referida em Correia de Campos como pertencendo à freguesia (inexistente) de Aguiar, no concelho de Évora. Op cit., p. 90.

⁵⁵ Fonte: Artur Goulart de Melo Borges.

⁵⁶ As igrejas de Aljustrel e Messejana foram observadas (a segunda, também no interior) durante iniciativas da Associação do Espaço e Património Popular "Aldraba". O restante inventário pertence a Correia de Campos, "Monumentos da Antiguidade Árabe", pp. 90-91.

⁵⁷ Correia de Campos, Op. Cit.

⁵⁸ Santa Águeda: Correia de Campos, Op. Cit. pp. 91-92. Restante património: recolhido na Internet.

⁵⁹ Correia de Campos, Op. Cit.

⁶⁰ Idem, p. 108.

⁶¹ Correia de Campos e observação, durante várias viagens.

⁶² Idem.

⁶³ Correia de Campos e observação.

⁶⁴ Op. Cit.

⁶⁵ Idem, p. 95.

⁶⁶ O autor referido afirma que "há vários, nos arredores e povoado", Op. Cit. p. 93 e observação.

⁶⁷ Idem, p. 92. Da leitura de Correia de Campos, que como já foi referido é uma fonte de fiabilidade sofrível, e de alguma observação complementar, resulta o inventário de cerca de 40 monumentos, que carecem do parecer de um arqueólogo.

⁶⁸ Fontes: Rosa e Mário Varela Gomes e António Rei. Estamos perante um lugar arqueológico. Não há construção mas as ruínas de um ribat (mosteiro/atalaia), onde supostamente haveria um ou mais oratórios/azóias.

⁶⁹ Fonte: Frederico Mendes Paula.

⁷⁰ Fontes: site do IPPAR e outras informações (turísticas e municipais) consultadas na Internet. Correia de Campos é o único a afirmar que existe também 1 morábito na Quinta do Bispo (Senhora do Amparo).

Amparo e as capelas de S. João, S. Pedro e Anexo à igreja matriz do Alvor).

*Faro*⁷¹ (Estói).

*Castro Marim*⁷² (capela do baluarte de Santo António).

*Vila do Bispo*⁷³ (Cabo S. Vicente e Beliche)

Distrito de Setúbal

*Almada*⁷⁴ (Murfacém).

*Alcácer do Sal*⁷⁵ (convento Araceli no castelo, igreja de Santo António, e no Torrão S. Faus-to e Vale do Gaio).

*Montijo*⁷⁶ (Santo António da Ussa).

*Moita*⁷⁷ (Alhos Vedros).

*Sesimbra*⁷⁸ (Cabo Espichel).

Distrito de Portalegre

*Ponte de Sor*⁷⁹ (Galveias, dois morábitos).

*Castelo de Vide*⁸⁰ S. Silvestre e N.^a Sr.^a da Penha, ambos em Póvoa e Meadas.

*Monforte*⁸¹ (S. Pedro de Algalé).

*Fronteira*⁸² (Senhora da Vila Velha).

Distrito de Lisboa

*Vila Franca de Xira*⁸³ (Povos).

*Cadaval*⁸⁴ (Cercal: Nossa Senhora da Ajuda).

*Loures*⁸⁵ (Periscoxe).

*Sintra*⁸⁶ (Quinta da Penha Longa).

*Torres Vedras*⁸⁷ (Dois Portos: Igreja de S. Pedro).

Distrito do Porto

*Vila do Conde*⁸⁸ (capela do Socorro).

Distrito de Viseu

*Lamego*⁸⁹ (Cárquere e Miomães).

*Mangualde*⁹⁰ (Santo António de Cabeços, na serra do Caramulo – dois edifícios).

Distrito de Coimbra

Dentro de uma quinta na estrada entre Castelo Branco e Coimbra⁹¹.

Distrito de Castelo Branco

*Penamacor*⁹²

⁷¹ Idem.

⁷² Ibidem; p. 91.

⁷³ Fontes: S. Vicente: Correia de Campos, Op. Cit.; Beliche: Maria José Ferro Tavares, Internet.

⁷⁴ Fontes: observação, Internet e Correia de Campos que diz ter sido "revelado pelo ilustre arqueólogo Dr. Mário Pires Bento", in "Monumentos da Antiguidade Árabe" p. 91.

⁷⁵ Observação (castelo) Paulo Pereira (Torrão) e Correia de Campos, Op. Cit., pp. 96 e 99-100 que assegura "vários no povoado e arredores."

⁷⁶ "Comunicação em 1966 do Dr. Mário Pires Bento". Fonte: Correia de Campos, "Monumentos da Antiguidade Árabe", p. 91.

⁷⁷ Fonte: AAVV "Arquitectura Popular em Portugal", p. 224.

⁷⁸ Fontes: Observação e Paulo Pereira, o qual afirma que, quando os morábitos apresentam um lanternim sobre a cúpula são do séc. XVI e XVII e que quando têm cúpulas simples são efectivamente antigos.

⁷⁹ Fonte: Correia de Campos: "o de S. Pedro à entrada do povoado e o de Santo António".

⁸⁰ Idem.

⁸¹ O autor dos "Monumentos da Antiguidade Árabe", p. 91, afirma que na herdade da Torre de Onofre, existe um morábito, e corrobora a afirmação com a referência ao assunto proferida em "comunicação do distinto arqueólogo e etnólogo Dr. José Martins Barata.

⁸² Op. Cit.

⁸³ Idem, p. 91.

⁸⁴ A antropóloga Helena Galante, autora de uma monografia sobre o Cadaval, informou que está "vazio, abandonado, está em muito mau estado" e que "foi comprado por uma pessoa particular que eventualmente cederia o espaço por um preço – dez vezes acima do real valor – que a Câmara não pretende pagar" (depoimento em 28.Junho.2006).

⁸⁵ Observação durante algumas viagens.

⁸⁶ Fonte: "Monumentos da Antiguidade Árabe", p. 92.

⁸⁷ Idem.

⁸⁸ Invocação de Nossa Senhora da Boa Viagem. Segundo Correia de Campos, a autorização de construção foi concedida em 19.Março.1599 e o edifício construído em 1603.

⁸⁹ Fonte: tese de mestrado de Manuel Cerveira Pinto Ferreira.

⁹⁰ Fonte: Moisés Espírito Santo. Trata-se de capelas, em memória da alma da pessoa que as mandou edificar.

⁹¹ Observado pelo autor em Outubro.2004, aquando de uma viagem Alpedrinha (Coimbra). As formas eram muito semelhantes às de um morábito. Contudo nenhuma das fontes alude a esta construção.

⁹² Observado pelo autor quando viajava para o Sabugal em 16.Junho.2006.

Distrito de Leiria

*Peniche*⁹³ (Santa Ana e Baleal)

*Nazaré*⁹⁴

Distrito de Santarém

Santarém (Pernes: igreja do povoado⁹⁵,
Linha do Norte, em quinta particular entre vale
de Santarém e Setil⁹⁶).

Coruche (Santana do Mato⁹⁷).

Chamusca (Tancos⁹⁸).

4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os morábitos e construções afins con-
substanciam uma parcela do nosso patrimó-
nio histórico-cultural, que se encontra olvidado
e quase imperceptível.

Todavia, como pode ser constatado, são
detentores de um passado esplêndido que urge
resgatar do esquecimento, numa reutilização
que evoque as funções anteriores e dignifique a
sua presença sóbria e despercebida.

A incorporação destes monumentos numa
Rota Nacional dos Morábitos e das constru-
ções tipo-morábito, ou em circuitos do patri-
mónio regional, pode ser um dos caminhos
exequíveis para essa reabilitação.

A intervenção concertada do Governo, au-
tarquias, autoridades eclesiásticas e particula-
res no sentido de salvaguardar as utilizações

futuras destas construções seria um bom si-
nal para a Comunidade, pois quando os exem-
plos vêm de cima, o cidadão toma consciência
de estar perante um valor que ao invés de ser
desprezado e até nalguns casos vandalizado,
merecerá preservação e atrairá visitantes e um
saber que serão motivo de orgulho.

As identidades e a memória, reformulam-
se, reconstroem-se em tempo de globalização.

A questão dos morábitos é modelar. E o
presente artigo um ponto de partida para um
estudo mais aprofundado⁹⁹.

BIBLIOGRAFIA

AAVV – *Guide du Routard Tunisie*, Hache-
te, Paris, 2002.

AAVV – *Ifriqiya Trece Siglos de Arte y Ar-
quitectura em Tunes*, Electa-Deméter, Madrid,
Tunis, 2000.

AAVV – *Como Reconhecer a Arte Islâmi-
ca*, Edições 70, Lisboa, 1989.

AAVV – *Arquitectura Popular em Portugal*,
Associação dos Arquitectos Portugueses, 3.ª
ed., 2.º volume, Lisboa, 1988.

AAVV – *Tunisie*, pp. 31, 141-142, 154,
Larousse, Paris, 1988.

AAVV – *Maroc*, Guide de Tourisme Miche-
lin, 6.ª ed., Paris, 1988.

ABDALLAH, Chadly Ben. *Fêtes Religieuses et
Rythmes de Tunisie*, JPS Editions, Tunis, 1988.

⁹³ Fontes: Santa Ana em Correia de Campos citado na tese de mestrado de Manuel Cerveira Ferreira; Baleal: "Arquitectura Popular em Portugal", pp. 230-231.

⁹⁴ "Arquitectura Popular em Portugal", pp. 230-231.

⁹⁵ Correia de Campos. Op. Cit.

⁹⁶ Observado e fotografado num comboio que vinha da Beira Alta em 18.Junho.2006.

⁹⁷ Observado e fotografado durante a preparação de um encontro da Aldraba-Associação do Espaço e Património Popular, no concelho de Coruche.

⁹⁸ Fonte: Correia de Campos. Refere-se à capela do cemitério, p. 92.

⁹⁹ Em 27. Maio.2003, interpelado sobre morábitos num intervalo das sessões do colóquio "Identidades - Entre o Local e Global" realizado no Instituto Su-
perior de Educação de Beja, o professor Cláudio Torres lembrou que entre nós há um culto aos santos, em meados do século XV, ainda masculino.

A crescentou que depois é que se verifica a marianização e assegurou que a questão dos morábitos aparece ao mesmo tempo no Norte de África e
aqui, embora não sendo exactamente a mesma coisa, chegando a acontecer uma re-sacralização, em relação a alguns sítios.

Decorridos dois anos, em Mértola, o professor desenvolveu um pouco mais a sua tese acerca deste assunto, referindo que se supõe ter existido um
culto Mudéjar levado para o Magreb, culto antigo, muito forte, dos pescadores.

A expansão dessas construções (cubas, morábitos) data, mais ou menos, dos séculos XV e XVI e apanha os dois lados do Mediterrâneo. Há também
uma expansão no Norte de África, um culto aos santos na costa.

Esses "Sidis" da costa africana/Marrocos teriam funções parecidas. Aqui são santos oficializados pela Igreja, lá são personalizados.

Só se compreenderá este estudo analisando Espanha e Marrocos.

Cláudio Torres acentuou que estes cultos populares estão ainda mal estudados...

- ALVES, Adalberto. *A Herança Árabe em Portugal*, CTT-Correios de Portugal, Lisboa, 2001.
- *Portugal e o Islão Escritos do Crescente*, Teorema, 1991.
- *Portugal Ecos de um Passado Árabe*, Instituto Camões, 1999.
- *O Meu Coração é Árabe*, 2.^a ed., As-sírio & Alvim, Lisboa, 1991.
- AZEVEDO, Mateus Soares de. *Iniciação ao Islã e Sufismo*, 3.^a ed., Nova Era, Rio de Janeiro, 2000.
- BORGES, Artur Goulart de Melo. *Ibn Qasi, Rei de Mértola e Mahdi Luso-Muçulmano*, ed. da Câmara Municipal de Mértola e do Campo Arqueológico de Mértola, Santa Maria da Feira, 2003.
- *As Kubbas Alentejanas*, comunicação apresentada no I Congresso sobre o Alentejo, Évora, Outubro 1985.
- BOSSCHÈRE, Guy de. *Sidi Bou Saïd Coline des poètes et des Saints*, Cérès Editions, Tunis, 2001.
- CALABRE, Isabelle. *Encyclopédie*, in AAVV, *Tunisie*, Larousse, Paris, 1988.
- CAMPOS, Correia de. *A Arquitectura Árabe do País e o II Congresso Nacional de Arqueologia*, 1972.
- *Monumentos da Antiguidade Árabe em Portugal*, ed. de autor, Lisboa, 1970.
- *Arqueologia Árabe em Portugal*, ed. de autor, Lisboa, 1965.
- CATARINO, Helena. *Fortificações do Período Islâmico e a Defesa Marítima e Fluvial no Algarve Oriental*, in "O Mediterrâneo Ocidental: Identidades e Fronteira", pp. 119-141, ed. Colibri, Lisboa, 2002.
- COELHO, António Borges. *Portugal na Espanha Árabe*, 2.^a ed., volumes 1 e 2, Lisboa, Caminho, Lisboa, 1989.
- *Questionar a História*, 2.^a ed., Caminho, Lisboa, 1986.
- COSTA, Paulo Ferreira da, e GALANTE, Helena Sanches. *Cadaval – Contributos para o Estudo da Memória de Um Concelho*, INCM, Lisboa, 2000. (1.^a ed. 1995).
- COURTIN, Caroline. *L'île de Djerba un regard de l'intérieur*, Editions Piment Saint-Barthélemy d'Anjou, 2001.
- CURATOLE, Giovanni. *Arte Islâmica*, "Público", 2006.
- DELENDIA e LARGUECHE, Abdelhamid. *Marginales en Terre d'Islam* ("La Saïda Manoubia: de l'errance à la transcendance", pp.113-135), Cérès, Tunis, 1992.
- ELIAS, Jamal J. *Islamismo*, Edições 70, Lisboa, 2002.
- FERREIRA, Manuel dos Santos da Cerveira Pinto. *O Douro no Garb Al-Ándalus: A Região de Lamego durante a presença árabe*, tese de mestrado, Universidade do Minho, 2004.
- GOMES, Rosa Varela e GOMES, Mário Varela. *O Ribat de Arrifana (Aljezur-Algarve)*, Separata da "Revista Portuguesa de Arqueologia", volume VII – n.º 1, Município de Aljezur, 2004.
- *O Ribat de Arrifana (século XII) Resultado de três campanhas de escavações*, in "Al-Rihana", n.º 1, revista cultural do Município de Aljezur, pp.41-71, 2005.
- GOMES, Rosa Varela. *Silves Islâmica*, in "O Mediterrâneo Ocidental: Identidades e Fronteira", pp. 93-118, ed. Colibri, Lisboa, 2002.
- GONÇALVES, José Pires. *As "Arrábidas" de Mértola e Juromenha*, in Separata dos "Anais", II série, volume 27, Academia Portuguesa de História, 1982.
- GUARDIONE, Yolanda. *Tierra del sol poniente. Marruecos. Gentes, Tradiciones y Creencias*, Alianza Editorial, Madrid, 1996.
- JERIRI, Lotfi. *Djerba Familier*, Les Guides Carthacom, 1992.
- JOUAD, Hassan. *Une médecine de l'âme*, in "Qantara" n.º 21, Institut du Monde Arabe, Paris, 1996.

KARAMTI, Yassine. *La ville, les saints et le "sultan": étude sur le changement social dans la région de Nefta (Tunisie) aux XIXe et XXe siècles*, Correspondances, bulletin scientifique de l'IRMC, Paris, 2002.

KAROUÏ, Ahmed. *Guide de Sidi Bou Saïd*, ed. A. Ben Abdellah, Tunis.

MACHADO, José Pedro. *Vocabulário Português de Origem Árabe*, Editorial Notícias, Lisboa, 1991.

----- *Dicionário Etimológico da Língua Portuguesa*, Lisboa, Livros Horizonte, 1977.

MACIAS, Santiago. *Mértola Islâmica*, Campo Arqueológico de Mértola, 1996.

MOUNIRA, Saad. *La pérennité des pratiques maraboutiques*, conferência, 25. Maio. 2000, in <http://www.unine.ch/ethno/evenements/msaad.html> (página consultada em 5. Novembro.2002).

OUIDAD, Tebbaa. *Les sept saints de marakech*, in "Muséart", n.º 34, pp.62-63, 1993.

PAULA, Frederico Mendes. *Lagos no Período Árabe*, Câmara Municipal de Lagos, 1997.

PEREIRA, Paulo. *Enigmas. Lugares Mágicos de Portugal*, 2.º Volume, Círculo de Leitores, Lisboa, 2004.

QUARESMA, Martins. *Ermidas e Atalaias: Atracção pelas alturas*, in "CENAS 5", Primavera/Verão, Vila Nova de Santo André, pp.6-7, 2005.

REI, António. *Azóias/Arrábidas no Gharb Al-Ândalus e o Movimento dos Muridîn – subsídios para a sua identificação espacial*, "Xarajib", n.º 2, pp. 53-62, Silves, 2002.

REVEZ, Idálio. *Convento-fortaleza muçulmano desenterrado em Aljezur. Caso Único em Portugal*, "Público", p. 50, 5.Outubro. 2002.

SANTO, Moisés Espírito. *Origens Orientais da Religião Popular Portuguesa*, Assírio & Alvim, Lisboa, 1988.

SANTOS, Doris Joana. *Património Artísti-*

co Religioso do Concelho do Cadaval, Câmara Municipal do Cadaval, 2005.

SOBRAL, Carlos Manuel. *Capelas, Atalaias e outros topónimos que tais*, "CENAS 5", Primavera/Verão, Vila Nova de Santo André, pp. 6-7, 2005.

SILVA, Maria Cardeira da. *Um Islão Prático*, Celta, Oeiras, 1999.

TAÏQUI L., SEVA E., ROMÁN J.L.; R'há A. *Los bosquetes de los Khaloa (morabitos) del Rif, Atlas Medio y región des Sus de Marruecos*, "Ecosistemas", 2005/3.

TAVARES, Maria José Ferro. *Aljezur – A Terra e os Homens*, in "Al-Rihana", revista cultural do município de Aljezur, n.º 1, pp. 73-124, ed. Câmara Municipal de Aljezur, 2005.

TOMKINSON, Michael. *Tunisia*, Presença, Lisboa, 1995.

TORRES, Cláudio e MACIAS, Santiago. *Apogeu da Civilização Islâmica no Ocidente Ibérico* in "Memória de Portugal, O Milénio Português", coordenação de Roberto Carneiro, Círculo de Leitores, Lisboa, 2001.

----- *O Legado Islâmico em Portugal*, Círculo de Leitores, Lisboa, 1998.

----- *O Islão entre o Tejo e Odiana*, Campo Arqueológico de Mértola, Associação de Defesa do Património de Mértola e Comissão de Coordenação da Região Alentejo, s/d.

----- *O Garb Al-Andaluz*, in "História de Portugal 1 – Antes de Portugal", coordenação de José Mattoso, Estampa, 1993.

THORAVAL, Yves. *ABCedário do Islão*, Público/Flamarion Paris, Lisboa, 2000.

VARANDA, Fernando. *Mértola no Alençarve Tradição e Mudança no Espaço Construído*, Assírio & Alvim, 2002.

VENTURA, Maria da Graça A. Mateus. *O Mediterrâneo Ocidental: Identidades e Fronteira*, Colibri, Lisboa, 2002.

ZAMITI, Khalil. *Sociologie de la Folie*, 2.ª ed., Alif, Tunis, 1990.

ZANNAD, Traki. *Symboliques Corporelles et Espaces Musulmans*, Cérés Productions, Tunis, 1984.

LOCAIS DE PESQUISA BIBLIOGRÁFICA

Biblioteca do Arquivo Histórico de Loulé, Janeiro.2006.

Biblioteca Nacional de Lisboa, Junho. 2006

Odeceixe, Quiosque Turístico da Câmara Municipal de Aljezur, Junho.2006

INTERNET

Livrarias de Tunis

AGRADECIMENTOS

Ana Fonseca

Conceição Baleizão

Professor Doutor Cláudio Torres

Eduardo Ramos

Engenheiro Francisco da Palma Colaço

Doutora Helena Galante

Professora Isabel Aldinhas

Professor Mestre Joaquim Saial

Doutora Maria Elisa Santos

Nuno Martins

Professor Doutor Santiago Macias

A colecção de faiança italiana da Família Real

Maria de Jesus Monge

D. Fernando II de Saxe Coburgh Gotha faleceu em 1885. O conhecimento público das suas disposições testamentárias levantou grande celeuma porque, sendo conhecida a importância das colecções que reuniu em vida, expressava o desejo de que parte significativa desse espólio ficasse na posse de sua segunda mulher, a Condessa de Edla. Esta situação explica a aquisição pelo Estado português do Palácio e Parque da Pena e a venda em leilão de muitos dos bens móveis que haviam pertencido a D. Fernando.

O *Catálogo dos Bens Mobiliários existentes no Real Palácio das Necessidades pertencentes à herança de Sua Magestade El-Rei o Sr. D. Fernando e que hão-de ser vendidos em leilão* foi impresso na Typographia Belenense, em Lisboa, em 1892, realizando-se o referido leilão “no dia 3 de Janeiro e seguintes, até ao fim de Fevereiro, às 12 horas da manhã, no Real Palácio das Necessidades, com entrada pelo Pateo das Cortes”.

Durante o período que medeia entre a morte de D. Fernando e a realização do leilão, 1885-92, morre o rei D. Luís e sobe ao trono D. Carlos. D. Luís residia no Palácio da Ajuda, onde a rainha viúva, D. Maria Pia, continua a morar até à implantação da República, em 1910. D. Carlos havia-se instalado no Palácio de Belém, após o casamento com

D. Amélia de Orleans, mas este edifício revelava-se pequeno para residência régia. Assim, D. Carlos decide mudar-se para o Palácio das Necessidades, que havia recebido significativas obras de adaptação após o casamento de D. Maria II com o príncipe alemão D. Fernando de Saxe Coburgh Gotha. Residência dos monarcas nos reinados de D. Maria II e de seu filho D. Pedro V, as circunstâncias que rodearam a morte deste e dos seus irmãos, justificaram o seu abandono por D. Luís. Entretanto, D. Fernando e seu filho D. Augusto continuam a habitá-lo. Os objectos que vão a leilão faziam, portanto, parte do quotidiano da Família Real e não é surpreendente que D. Carlos haja decidido reservar para si um número significativo.



Sala de Jantar do Real Paço das Necessidades, c. 1880

O referido catálogo tem por base uma numeração que apresenta sucessivas lacunas, por exemplo os n.ºs 5 a 8, 29 a 31, 66 a 82



Sala de Medusa do Paço Ducal de Vila Viçosa, c. 1945

e, sobretudo, 997 a 1766 e 1769 a 1949. Os números em falta coincidem, na maioria, com os constantes de uma listagem manuscrita, não datada, existente no Arquivo da Casa de Bragança¹, sob o título *Licitações de Sua Magestade El Rei O Senhor Dom Carlos*.

A lista manuscrita, para além de seguir a mesma sequência numérica, indica o local onde se encontram as peças: 1.º, 2.º e 3.º corredores (n.ºs 5 a 382), Sala de Armas (n.ºs 390 a 468), Sala Amarella (n.ºs 472 a 533), Quarto de cama (n.ºs 534 a 554), Toilette (n.ºs 555 a 580), Sala de Saxe (n.ºs 627 a 699), Sala dos Vidros (n.ºs 701 a 855), Sala do Fogão (n.ºs 858 a 934), Bibliotheca (n.ºs 939 a 1194), Sala do Bilhar (n.ºs 1197 a 1555), Sala de Jantar (n.ºs 1557 a 2003), Corredor e sala em cima (n.ºs 2004 a 2161), Gabinete (n.ºs 2162 a 2430), Quarto de cama (n.ºs 2559 a 2599) e Guarda-roupa (n.ºs 2600 a 2632). A maioria dos objectos é de cerâmica, constando alguma pintura na rubrica Quadros – uma relação

final que inclui apenas 14 entradas, sem referência a autores. A colecção de pintura foi alvo de um catálogo por parte².

Esta escolha demonstra um interesse deliberado pela cerâmica, conhecido de todos os que se têm interessado pela figura do Rei Artista, mas menos associada à figura de seu neto, autor de bem mais vasta e reconhecida obra artística, D. Carlos. António Arroyo³, no texto que introduz o catálogo da exposição de cerâmica que dará origem ao

Museu de Viana do Castelo, refere a “grande colecção que D. Fernando havia reunido no Paço das Necessidades” e lamenta a dispersão da “mais abundante e variada colecção de loiças do sul do país, formas raras do Rato e outras fábricas...”. Refere ainda “uma enorme quantidade de admiráveis majólicas, que não estão hoje em Portugal⁴.” José Queirós, na primeira edição da sua *Cerâmica Portuguesa*, datada de 1907, contabiliza 450 peças nas colecções da Casa de Bragança.

O estudo do Catálogo dos bens mobiliários... e do manuscrito das Licitações... comprova o grande número de peças cerâmicas que integravam as colecções régias, mas desmente as afirmações de dispersão e transferência para o estrangeiro. D. Carlos reserva antes do leilão a significativa maioria das peças em cerâmica, nomeadamente um grande número de obras referenciadas como sendo de porcelana da China e da Índia, faiança portuguesa, hispano-mourisca, espanhola, holandesa, ita-

¹ Arquivo Histórico da Casa de Bragança (AHCB), Núcleo D. Fernando II, MS 3090. NNG.1740, 167 / AH.

² *Catálogo dos Quadros existentes no Real Palácio das Necessidades pertencentes à herança de Sua Magestade El-Rei o Sr. D. Fernando e que hão de ser vendidos em leilão*. Typ. E Lith. a vapor da Papelaria Progresso, Lisboa, 1892.

³ in OLIVEIRA, Luiz Augusto de. *Exposição Retrospectiva de Cerâmica Nacional em Vianna do Castello no anno de 1915*. Oficinas de O Commercio do Porto, Porto, 1920, p. VIII e IX.

⁴ É curiosa esta afirmação se tivermos em conta que António Arroyo (1856-1934) terá integrado a Comissão de Arrolamento dos palácios reais.

liana. A prática comum de envio de bens móveis para os diferentes Paços quando de deslocações da Família Real poderá ter provocado alguma dispersão, mas de forma geral essas transferências do Real Tesouro implicavam sobretudo mobiliário e revestimentos têxteis, pelo que estas colecções permaneceram provavelmente no Real Paço das Necessidades.

Após a proclamação da República e subsequente Arrolamento dos Bens que se encontravam nos Paços Reais, foi feita a separação entre o que constituía bens da Coroa, que passavam a bens do Estado republicano, e bens propriedade da Família Real⁵. Os dados referidos acima não deixam dúvida quanto ao carácter privado das colecções de cerâmica. No entanto, estas dispersaram-se entre os vários palácios e museus nacionais⁶. Por indicação de D. Manuel II, exilado em Londres, os bens móveis que foram devolvidos à Família Real, seguem para o Paço de Vila Viçosa, propriedade privada dos Duques de

Bragança⁷. Para Londres e Paris, respectivamente para Fulwell Park, Twickenham, residência de D. Manuel, e para o Château de Bellevue em Versalhes, residência da Rainha viúva D. Amélia, seguiram objectos pessoais e outros expressamente reclamados. Após a morte de D. Manuel II, dando cumprimento ao testamento, regressam a Portugal e são integrados nas colecções do recém-criado Museu-Biblioteca da Casa de Bragança os bens artísticos do último monarca português.

Este conjunto de circunstâncias explica a existência nas colecções do Museu de um número apreciável das peças descritas, designadamente a colecção de majólicas italianas.

A história da sequência de decisões e acontecimentos que implicaram a divisão desta colecção e a sua actual distribuição por três instituições museológicas (o Museu Nacional de Arte Antiga, o Palácio Nacional da Ajuda e o Museu-Biblioteca da Casa de Bragança) é narrada por José dos Santos Simões⁸ em relatório enviado ao Conselho Administra-



Ânfora e salva trilobada, Paço
Ducal de Vila Viçosa (794 e 947)

⁵ MONGE, Maria de Jesus. *Museu-Biblioteca da Casa de Bragança: de Paço a Museu*. Dissertação de Mestrado apresentada na Universidade de Évora, 2003. Sobre a forma como foi decidida esta 'redistribuição' leia-se SEQUEIRA, Gustavo de Matos. *O Palácio Nacional da Ajuda*. Direcção-Geral da Fazenda Pública, Lisboa, 1961, p. 39-40.

⁷ MONGE, Maria de Jesus. "Colecções Reais no Museu-Biblioteca da Casa de Bragança", in *Boletim da Rede Portuguesa de Museus*, n.º 9, Setembro 2003.

⁸ Engenheiro têxtil, José Miguel dos Santos Simões (1907-72), interessou-se pela Arqueologia e protecção do património arquitectónico e dedicou-se ao estudo das colecções cerâmicas designadamente azulejo. Conservador-adjunto do MNA, organizador do Museu do Azulejo, foi autor do *Corpus da Azulejaria em Portugal*, editado pela Fundação Calouste Gulbenkian em 1970. De entre numerosas publicações destacamos as obras *Os Azulejos do Paço Ducal de Vila Viçosa* (1945) e *Majólica Italiana do Paço Ducal de Vila Viçosa* (1960) editadas pela Fundação da Casa de Bragança.



Fruteiro em concha, Paço Ducal de Vila Viçosa (1339)

tivo da Fundação em 1957. Por aí ficamos a saber que estas peças foram reclamadas pelo rei D. Manuel II mas, por razões que não foi possível apurar, nunca foram enviadas para Londres, tendo algumas seguido para Vila Viçosa em 1920. Santos Simões refere que dez destas peças não foram remetidas para o Alentejo, tendo seguido para o Museu Nacional de Arte Antiga, para onde transitaram nessa data⁹ as peças que ainda se encontravam na Casa-Forte do Palácio das Necessidades. No Palácio Nacional da Ajuda encontram-se algumas dezenas de peças que, esperamos, sejam objecto de um próximo artigo.

Em 1960, na sua monografia *Majóllica italiana do Paço de Vila Viçosa*, Santos Simões analisa quarenta e seis peças. Destas, quatro foram entretanto atribuídas à manufactura de Holics na República Checa. Às restantes quarenta e duas podemos somar quatro de que Santos Simões não terá tido conhecimento.

As peças consideradas para este estudo da colecção do Museu Nacional de Arte Antiga não incluem o Gomil e Lavanda dos Médici e

Tipologia	Licitações...	MBCB	MNA ¹⁰
Prato	43	30**	4
Fruteiro / Taça	9	7	4
Boião/Garrafa/Pote	3 *	3	-
Canudo de farmácia	6	2	-
Travessa	4	3	2
Jarro / Gomil	3	1	-
Açucareiro	1	-	-
Total	69	46	10

* A que acresceria outra peça actualmente identificada como sendo francesa.

** A que acresceriam os quatro pratos entretanto identificados como checos.

os cinco Tondos Della Robbia – n.º 1185 das Licitações – também provenientes das Colecções Reais.

A totalidade das peças das duas instituições perfazem 56, que somadas às 5 entretanto reclassificadas, contabilizam um total de 61, número significativamente próximo da relação das peças enumeradas nas Licitações... como sendo faiança italiana. Assim também, a quantidade de peças e respectiva distribuição por tipologias permite-nos considerar o conjunto exposto no Museu da Casa de Bragança como representativo deste vector específico da colecção reunida por D Fernando II no Paço das Necessidades.

A distribuição cronológica das peças faz-se da seguinte forma:

Séculos	Número de peças
XVI	25
XVII	5
XVIII	16

⁹ Em 1990 ainda se encontravam algumas peças deste conjunto na referida Casa-Forte, designadamente figuras de faiança branca da Fábrica do Rato. Vide catálogo da exposição realizada no Museu Nacional do Azulejo em 2003, *Real Fábrica de Loíça, ao Rato*, catálogo n.º 73 a 75 e extra-catálogo.

¹⁰ Informações gentilmente facultadas pela Conservadora de Cerâmica do Museu Nacional de Arte Antiga, Maria Antónia Pinto de Matos.

A supremacia das peças quinhentistas é evidente em número e qualidade. Este aspeto coloca a questão da utilização adequada do termo majólica.

Segundo os especialistas, este termo só deverá ser aplicável a peças italianas dos séculos XVI e XVII, de temática historiada, remetendo a diferenciação para aspectos mais decorativos que morfológicos¹¹. Assim sendo, muita da cerâmica de vidro estanífero, mesmo com terceira cozedura e inclusive atmosfera de redução, que tem merecido esta designação, deverá ser chamada apenas faiança.

À luz destas considerações, poder-se-ia explicar a não inclusão de três das quatro peças 'desconhecidas' do Eng Santos Simões por se tratarem de peças de Savona e/ou do século XVIII. No entanto, aquele especialista não faz esta distinção e aplica o termo de forma alargada no tempo, espaço e temáticas. Deveremos assim classificar as 16 peças



Prato com *putto* (...), Paço Ducal de Vila Viçosa (1335)

setecentistas do conjunto do Museu-Biblioteca da Casa de Bragança simplesmente como faiança italiana. Infelizmente não possuímos informação suficiente para datar as peças constantes das Licitações... mas, curiosamente, nessa relação o termo majólico só é aplicado a três peças: o Gomitil e Lavanda (PDVV 964 e 2540) e um outro prato. As restantes peças são referidas como faiança italiana.

O núcleo setecentista inclui um número significativo de peças de manufacturas de Savona (6 no MBCB, 4 no MNAA), muito diferentes em termos decorativos das peças quinhentistas mas de boa qualidade e representativas de um gosto que voltou a estar em voga nos finais do século XIX.

A quarta peça não incluída na publicação do Eng. Santos Simões, uma Taça (PDVV 1322), entretanto identificada como sendo de Faenza, datada de c. 1540-70¹², foi inicialmente classificada como de fabrico das Caldas da



Prato moldado, Savona, séc. XVIII, Paço Ducal de Vila Viçosa (945)

¹¹ Agradeço as informações facultadas por Graça Lima, do Museu Nacional de Arte Antiga e Alexandre Pais, do Instituto Português de Conservação e Restauro.

¹² Identificação e datação confirmadas por Timothy Wilson, do Ashmolean Museum de Oxford. Ver também *Revista Faenza*, ano XLIX, 1963, fascículo I-VI, p. 33 (tavola 27), RAVANELLI GUIDOTTI, Cármen. *La Donazione Angiolo Fanfani ceramiche dal Medioevo al XX secolo*. Museo Internazionale delle Ceramiche, Faenza, 1990, p. 11.

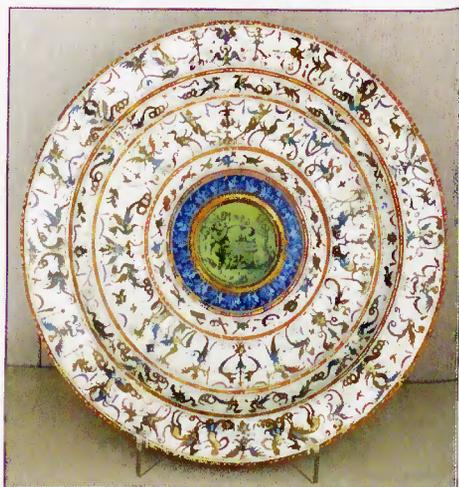


Taça com pé, Paço Ducal de Vila Viçosa (1322)

Rainha¹³. A mesma atribuição errónea foi dada a outras peças do acervo, designadamente uma Terrina em forma de couve (PDVV 1320) em porcelana chinesa da dinastia Qianlong ou um Prato de Enganos (PDVV 1323) de Alcora. O Eng. Santos Simões provavelmente nunca viu esta peça, única no seu género nas colecções conhecidas em Portugal, e pouco frequente mesmo nas colecções dos maiores museus do mundo.

A Taça tem pé, é moldada e com bordo ondulado; contém frutos, legumes e bivalves. O tardo está decorado com faixas horizontais azuis, amarelas e brancas, idêntico à Taça (PDVV 764), n.º 18 da obra *Majólica Italiana do Paço Ducal de Vila Viçosa*, igualmente atribuída a oficinas de Faenza, c. 1540. A moda das reproduções cerâmicas de animais e plantas nos meados do século XVI é sobretudo associada a Bernard de Palissy (c. 1510-c. 1590) que no entanto reproduziu essencialmente répteis e peixes, usando uma paleta mais escura e conferindo um tom rústico às suas peças. Em Itália, na mesma época, encontramos peças como a Taça com frutos e bivalves da colecção do museu, que revelam inspiração na natureza. Durante o século XVIII, a moda do 'trompe l'oeil' faz reviver estas representações naturalistas, designadamente em Espanha na manufactura de Alcora, fazem-se pratos com

frutos conhecidos por pratos de enganos, que aparecem representados na pintura de Goya¹⁴. Na primeira metade do século XIX, Charles-Jean Avisseau (1796-1861) realiza em Tours



Gomil e lavanda, Paço Ducal de Vila Viçosa (964 e 2540)

¹³ TEIXEIRA, José. *O Paço Ducal de Vila Viçosa*, Fundação da Casa de Bragança, Lisboa, 1983, p. 275, cat. 769.

¹⁴ CASANOVAS, M. Antónia. "Cerâmica de Alcora" in catálogo *Museo de Cerâmica, Palácio de Pedralbes*, Barcelona, 1993, p. 79.

PAVILLON DE HANOVRE.		
Au coin du Boulevard des Italiens & rue Louis-le-Grand, 32.		
A. BEURDELEY		
Objets d'Art, De Curiosités et d'Amusement.		
Paris, le 11 Juin 1863		
Pour Sa Majesté Le Roy Ferdinand de Portugal		
1 ^o	une très grande cafetière en fer, forme babilon, dont le couvercle vaillè à 5 pans dont celui de l'abaque, est décoré de 17 promesses en feu rouge d'arabes que d'écars d'écars, séparés un peu par des dangles de corde, base de métal nickel et travail figuré de forme d'abaque. Sur le couvercle enroulé et central sont des armes de l'empereur du Chagan de Cardinal Collection d'Art. n ^o 348	8000
2 ^o	une aiguière avec bassin, de forme antique, décoré de profanes et de cannes très finement peints en couleur sur fond blanc; l'aiguière très élégante, repose sur un socle d'alun en relief, o le bassin d'épave circulaire présente au centre un motif semblable par un campane représentant d'écars de la Samaritaine. Le reste du bassin est décoré comme l'aiguière. fabrique d'Urbino, milieu du XVIII ^e siècle la meilleure époque de ce genre de décor. Collection Debuge n ^o 1137 n ^o 688	5.500
3 ^o	une coupe verre d'Alsace à couvercle à fillets blancs	400
4 ^o	2 coupes sur piedonche à fillets blancs (verre d'Alsace) Collection Louis Fonta	250
5 ^o	un beau vase marbré verre d'Alsace sur la grande font des marbrures en relief d'écars sur la mur	350
6 ^o	un grand vase en verre de terre de Vetro d'écars Collection G. employé	250
		14.850

Factura relativa à aquisição do gomil e lavanda, Paço Ducal de Vila Viçosa (964 e 2540)

da nas grandes colecções europeias dos exemplares mais significativos de majólica: para o Museu do Louvre são adquiridas peças das antigas colecções Durand (em 1825, Taça com frutos, M.R. 2285), Piot (em 1848, Vaso com tampa, N11); Campana (em 1863, Salva trilobada OA 1467). Em Junho de 1863 comprava em Paris o Gomil e Lavanda (PDVV 964 e 2540) produtos da oficina de Orazio Fontana de Urbino, peças de ilustre procedência, que vem referida na factura¹⁵. Igualmente de realçar o facto de D. Fernando possuir peças de todas as tipologias e motivos mais significativos da produção majólica, o que pressupõe um interesse esclarecido e uma compra direccionada. Sabemos¹⁶ que o rei comprava estas peças durante as viagens que efectuou pela Europa, mas

peças inspiradas nas de Palissy. O conhecimento das peças que integravam a colecção de D. Fernando II, onde aparece com frequência a referência a Palissy, poderá ter sido determinante para a familiarização dos ceramistas das Caldas da Rainha com as produções naturalistas.

O gosto de quem constituiu a colecção é patente no acervo que se conserva no Museu-Biblioteca da Casa de Bragança. O interesse do rei português é contemporâneo de entra-

a qualidade e lógica que implicou a reunião deste conjunto de peças sugere a existência de agentes, a quem provavelmente daria indicações sobre o tipo de peças que pretendia.

O estudo da proveniência das colecções que integram os acervos dos museus é um caminho ainda pouco trilhado pelos conservadores e investigadores. O conhecimento da forma como se constituíram os conjuntos fornece dados fundamentais para a história do coleccionismo, do gosto e da História da Arte. Pela

¹⁵ Arquivo Histórico da Casa de Bragança, Núcleo D. Fernando II 1863/4/5, factura da firma A. Beurdeley, Paris.

¹⁶ TEIXEIRA, José, *D. Fernando II Rei Artista, Artista Rei*. Fundação da Casa de Bragança, Lisboa, 1987, p. 240.

posição que ocupava, a cuidada educação, relacionamentos familiares e institucionais, e contactos com o mundo artístico nacional e internacional, a Família Real representa um paradigma do coleccionismo na época. Conhecer as colecções da Casa de Bragança, a sua constituição e composição, são dados fundamentais para o estudo da Arte em Portugal.

BIBLIOGRAFIA

Manuscritos

Licitações de Sua Magestade El Rei O Senhor Dom Carlos, s/autor e s/data. AHCB, Núcleo D. Fernando II, MS 3090. NNG.1740, 167 / AH.

Impressos

CASANOVAS, M Antónia. "Cerâmica de Alcora" in catálogo Museu de Cerâmica, Palácio de Pedralbes, Barcelona, 1993, p. 79.

Catálogo dos Bens Mobiliários existentes no Real Palácio das Necessidades pertencentes à herança de Sua Magestade El-Rei o Sr. D. Fernando e que hão-de ser vendidos em leilão, Typographia Belenense, Lisboa, 1892.

Catálogo dos Quadros existentes no Real Palácio das Necessidades pertencentes à herança de Sua Magestade El-Rei o Sr. D. Fernando e que hão-de ser vendidos em leilão, Typ. E Lith. A vapor da Papelaria Progresso, Lisboa, 1892.

Catálogo Rafael Bordalo Pinheiro e a Fábrica de Faianças das Caldas da Rainha (1884-1905). Caldas da Rainha, Museu de Cerâmica/IPM, 2005.

Catálogo Real Fábrica de Loiça, ao Rato, Museu Nacional do Azulejo/Instituto Português

de Museus, Lisboa, 2003 (catálogo n.º 73 a 75 e extra-catálogo).

DIAS, Ana Sousa e MACHADO, Rogério. *A Cerâmica de Rafael Bordalo Pinheiro*, Lello & Irmão Editores, Porto, 1987.

FLEMING, John e HONOUR, Hugh. *The Penguin Dictionary of Decorative Arts*, Penguin Books, Londres, 1989.

MONGE, Maria de Jesus. *Museu-Biblioteca da Casa de Bragança: de Paço a Museu*, Dissertação de Mestrado apresentada na Universidade de Évora, 2003.

MONGE, Maria de Jesus. "Colecções Reais no Museu-Biblioteca da Casa de Bragança", in Boletim da Rede Portuguesa de Museus, n.º 9, Setembro.2003.

OLIVEIRA, Luiz Augusto de. *Exposição Retrospectiva de Cerâmica Nacional em Vianna do Castello no anno de 1915*, Oficinas de O Commercio do Porto, Porto, 1920, pp. VIII e IX.

QUEIRÓS, José. *Cerâmica Portuguesa*, Typographia do Annuario Commercial, Lisboa, 1907.

RAVANELLI GUIDOTTI, Cármen. *La Donazione Angiolo Fanfani ceramiche dal Medioevo al XX secolo*, Museo Internazionale delle Ceramiche, Faenza, 1990, p. 11.

Revista Faenza, ano XLIX, 1963, fascículo I-VI, p. 33 (tavola 27).

SEQUEIRA, Gustavo de Matos. *O Palácio Nacional da Ajuda*, Direcção-Geral da Fazenda Pública, 1961, pp. 39-40.

SIMÕES, J. M. Santos. *Majólica Italiana do Paço Ducal de Vila Viçosa*, Fundação da Casa de Bragança, Lisboa, 1960.

TEIXEIRA, José. *O Paço Ducal de Vila Viçosa*, Fundação da Casa de Bragança, Lisboa, 1983, p. 275, cat. 769.

TEIXEIRA, José. *D. Fernando II Rei Artista, Artista Rei*, Fundação da Casa de Bragança, Lisboa, 1987, p. 240.

Os seguintes cinco trabalhos sobre o Impressionismo constituem o material entregue a *Callipole* presente no conjunto de conferências “Pousão e o Impressionismo”, que teve lugar no Cine-Teatro Florbela Espanca, Vila Viçosa, em Novembro.2006. Contudo, nenhum deles refere as supostas e muito contestadas relações do pintor naturalista calipolense com o movimento artístico francês. O único texto previsto em que o assunto seria abordado, não foi enviado à revista.

O espectro do Café Guerbois – Manet para com o Impressionismo

José Quaresma

No dealbar da década de sessenta do séc. XIX, a partir do lugar acima referido, discutiu-se a necessidade de promover uma sociedade de carácter artístico – a expressão é dos próprios –, que apresentava como principal motivo para o seu aparecimento a vontade de superar toda a arte produzida até então, procurando para tal um espaço expositivo refractário aos critérios dos salões oficiais para apresentação e discussão de obras de arte.

Voluntariamente destacado deste grupo e dos respectivos desideratos como movimento urdido de diversas perspectivas sobre o que seja o Impressionismo, encontra-se Manet, que partilhando algumas ideias dos autores que compõem esta pré-vanguarda, considera como indispensável a “afirmação do novo” no seio das instituições existentes.

O texto que vos propomos faz-se moldar sob a forma de diálogo de maneira a que a discussão sobre as mutações da arte – no caso vertente, a questão de considerar favorável ou desfavoravelmente o movimento impressionista como revolução estético-artística –, se volte a situar no terreno da apresentação efectiva de argumentos discursivos, para que assim se possa justificar a diversidade dos juízos de gosto sobre obras concretas e comuns ao olhar de quem sobre as mesmas pretende discernir algo, apoiado em tomadas de posição estéticas, que como é sabido, nunca andam desligadas duma ética discursiva e duma posição teórica global sobre a totalidade do que nos rodeia.

O desenvolvimento deste diálogo tensional parte do pressuposto de que os dois interlocutores são competentes no urdimento da argu-

mentação, assim como no uso da linguagem que dá sentido e expressão aos seus posicionamentos. Admitimos ainda que para além do gosto diferenciado que ambos ostentam, a tarefa crítica desenvolvida, ora com assentimento, ora com dissenção, visa a procura de um entendimento mútuo, e se possível, o estabelecimento de um acordo sobre o tema focalizado.

Fernando – Voltei a visitar o Museu Marmottan Monet em Paris, no qual, como sabes, está *Impression, soleil levant*, e mais uma vez, deixei-me arrebatado pela visão inovadora da realidade e pela originalidade da expressão plástica que a sustém. A meu ver, o Monet pelo que representa em relação à inquietação do movimento impressionista e os impressionistas em geral, são tão revolucionários como as vanguardas do princípio do séc. XX. Aliás, penso até que o Impressionismo terá sido mais ousado do que qualquer vanguarda, pois constitui o momento de charneira por excelência de toda a pintura produzida nos últimos 130 anos.

Humberto – Achas, Fernando?!

Fernando – Se não achasse não falava tão abertamente do meu apreço pela atitude e pelas obras daqueles pintores. O significado para a arte do *Soleil levant* está bem patente na totalidade da obra produzida por Monet – assim como de todos os outros impressionistas –, que não querendo reconduzir, nem por mais um instante, a pintura pré-existente, se rebelam contra a arte pretérita, sobretudo as obras produzidas à luz do paradigma renascentista da representação.

[Veja-se a este propósito a referência que Gáetan Picon faz à praxis de Monet enquanto

este esteve sob os auspícios do mestre Gleyre: “A nova pintura recusa a penumbra do atelier no qual os modelos, escolhidos para uma conformidade à estatuária grega e pela sua expressividade, posam numa luz que não é a natural. Quando o modelo não está conforme ao cânone antigo, é conveniente corrigi-lo. É aí que reside o conflito entre Monet e o seu professor na Escola de Belas Artes, Gleyre, fiel à maneira de Ingres: «Não está mal, mas está muito marcado pelo carácter do modelo. Você tem um homenzinho atarracado; pinta-o atarracado. Ele tem uns pés enormes: você pinta-os exactamente como são. Tudo isto é muito feio. Quando executamos uma linha é necessário pensar na Antiguidade»¹.]

Humberto – Consideras então que algumas obras de Delacroix e de Goya, ou então o arrojo desmedido de Courbet, são devedores dos pressupostos renascentistas da representação! Olha que no que diz respeito a atitudes de limite e a obras radicais, Courbet terá ariscado muito mais no seu desafio e na sua performatividade do que aqueles a que te referes². O *Atelier*, a *Origem do mundo* e a montagem do célebre “Pavilhão do Realismo” em 1855, por exemplo! Até o Manet, que na minha opinião não é um impressionista pleno, foi mais contundente do que eles...

Fernando – O Romantismo e o Realismo, embora muito distintos, exibem a característica comum de ser anti-canónicos e nisso há um risco assumido de rejeição de todos os juízos artísticos tendencialmente monolíticos e objectivantes. Contudo, não estando subordi-

nados aos cânones clássicos de representação artística e ostentando nas suas produções uma liberdade temática e expressiva não verificáveis anteriormente, ainda assim, veiculam uma ordem superior que as regula, seja esta metafísica, religiosa, ou mítico-poética no caso do Romantismo; ou social, pedagógica e política no caso do Realismo.

O Impressionismo, pelo contrário, não se deixa submeter mais a conteúdos extra-artísticos e impõe de uma vez por todas o problema da espessura da linguagem que é própria ao domínio da pintura. A partir do *Soleil levant* é a gramática da pintura que submete os conteúdos extra-artísticos e não o contrário. Conheces bem, por exemplo, a total desvalorização da questão do “tema” naqueles pintores. Um campo de papoilas, um comboio, meia dúzia de telhados, uma catedral, um acervo de fardos de palha ou uma brisa marítima, tanto lhes faz, na medida em que o tema é a própria luz que tudo liquefaz, e o espectro cromático que se refracta em todas as massas objectuais que se lhes apresentam.

A hierarquia de temas a representar, anteriormente sujeita a valorizações supra-sensíveis, é inteiramente posta de parte, arruinada se quiseres, e mesmo os assuntos agora hierarquicamente indiferenciados são submetidos a uma desmaterialização da substância que permite a sua plena identificação. Olha para o caso da série das catedrais de Rouen e do *Parlamento inglês* de Monet!

Humberto – Acabaste de referir obras que têm um precursor que foi muito mais longe na

¹ PICON, Gaëtan. 1863. *Naissance de la peinture moderne*, s.l, Gallimard, Paris, 1988, p. 107.

² Leia-se esta narração do que terá sucedido em 1855, aquando da organização da Exposição Universal de Paris, na sequência da recusa de uma parte das obras submetidas por Courbet ao júri designado para a selecção do que se considerava ser digno de exposição ao público. Mencione-se que entre as obras de Courbet recusadas, encontram-se duas das mais emblemáticas e incómodas de toda a sua produção, nomeadamente: *Un enterrement à Ornans* (que já havia sido objecto de enorme hilariedade no Salão de 1850-1851 pelo escândalo provocado), e a “tela-manifesto” *Atelier*. “Ele pega nas suas duas telas e decide organizar uma exposição individual com cerca de cinquenta obras. Assume as despesas dum edifício cuja execução é confiada ao arquitecto Léon Isabey. Obtém autorização para o instalar perto do Palais des Beaux-arts, construção revolucionária desenhada pelo arquitecto Lefuel. De forma que, no dia 28 de Junho de 1855, os transeuntes podem ler a seguinte grande inscrição: «O Realismo. Exposição e venda de 40 quadros e 4 desenhos de M. Courbet. Preço de entrada, 1 Franco.»” LEMAIRE, Gérard-Georges. *Histoire du Salon de peinture*, Klincksieck, Paris, 2004, p. 140.

desmaterialização da fisicalidade dos edifícios e das formas, e da respectiva identificação, como foi Turner.

Fernando – Aí tens razão. Foi de facto um grande precursor. Mas é um caso isolado que não tem força suficiente enquanto percurso solitário para romper com a ordem vigente. A este argumento acresce a fixação no problema do entrecruzamento dos quatro elementos – terra, ar, água e fogo – propostos pelos gregos para a formação da natureza que, embora simbolizem o devir incessante da realidade, dão-nos sempre a sensação de que paira no ar uma dívida metafísica e extra-quotidiana nas telas realizadas a partir desse desígnio.

Os impressionistas deixaram por terra todo o edifício da arte instituída, assim como todas as cauções meta-quotidianas. E no seu instituir do novo, qual aurora estético-pictural, denotam uma atitude niilista que caracteriza acontecimentos artísticos, estéticos e literários que lhes são coevos. Atitude niilista no sentido em que suprimem uma estética prevalecte, instalando outra no seu lugar. Como diria Lyotard, “a arte é nova porque o niilismo é velho.”

Humberto – Vejo que gostas mesmo da voragem impressionista pelo instante fugaz.

Fernando – Não é instantaneidade e fugacidade da torrente fenoménica *tout-court*. É o esforço para a captação do instante irrepitível, que justamente por isso, por exigir de nós um intenso envolvimento estético com o que “vem à luz do dia” permite entrever o curso ininterrupto da natureza e da vida no seu devir e presentificação. O instante absoluto, se quiseres.

Humberto – O Impressionismo dá-te isso tudo?

Fernando – Não ironizes.

Humberto – Para mim, o Impressionismo no seu afã de tudo transformar em atmosferas fluidificadas e luminosas...

Fernando (interrompe) – Não desdenhes as atmosferas fluidificadas. Estás precisamente a

referir aquilo que melhor caracteriza do ponto de vista da materialidade e da exteriorização expressiva o Impressionismo: eterificar a realidade e concomitantemente torná-la oscilante e imprecisa. Seja na pintura, na música, ou noutra expressão artística qualquer. Lembras-te do que ouvimos na Gulbenkian há dois anos?! A *Catedral submersa* de Debussy...

Humberto – Continuo a dizer que tens um particular apreço por éter, fluidos e pólen. Posso continuar o meu ponto?

Fernando – Claro. Mas essa do pólen faz todo o sentido. Olha lá para os quadros deles e repara se, para além da conquista da iridescência e da luminosidade derramada em todos os recantos do visível, não se tem a impressão de que as pinceladas soltas que compõem as formas – e por vezes as formas que derivam directamente do próprio gesto impresso nas pinceladas – não aludem a uma espécie de pólen que tudo vivifica, pleno de errância na composição. Como se, onde recaísse, vivificasse em crescendo numa lógica de espalhamento cada vez mais alargado, como vemos em Renoir, Monet ou Pissarro!

Humberto – Gostava de falar.

Fernando – Desculpa o entusiasmo.

Humberto – Já me fizeste perder parte daquilo em que estava a pensar. Bom. Estava eu a dizer que esse excesso fluidificante leva às últimas consequências o problema da pintura como imagem que se quer auto-suficiente na sua fundamentação, não se deixando colonizar por saberes que lhe são exteriores. Isso corresponde, de facto, a uma grande mutação no que concerne ao problema geral da linguagem, que já não é tomada como um corpo de dispositivos transparentes para expressar ideias, regras, intuições e outras coisas, assim como dá conta de uma atenção particular ao mundo sensível, à imanência, ao devir e àquilo que tu quiseres.

Mas consiste sobretudo, tal como assistimos em outros domínios – na estética filosófi-

ca por exemplo –, a uma confluência feliz de muitos contributos artísticos e estéticos que precederam o Impressionismo, tendo surgido simplesmente como momento oportuno, uma espécie de *Kairos*, para a reunião de um conjunto forte de autores que já vinham a desenvolver as suas pesquisas há mais de uma década. Até o químico Chevreul, que tantos anos antes investigou o problema dos “contrastes simultâneos” e da complementaridade das cores, está “presente” em 1874 no *Boulevard des Capucines!*

Sabes bem, por exemplo, que no seio deste grupo mas destacado – pelo duplo facto de preceder temporalmente o “Impressionismo pleno” e de nunca ter assumido uma relação totalmente solidária com o mesmo –, temos Eduard Manet: *Olympia, Le Bain, ...*

Fernando – O Manet lá teve as suas razões para não estar totalmente inserido no grupo. O mérito de ele ter sido a vanguarda do Impressionismo em 1863, na exposição do *Salon des Refusés*, ninguém lhe retira. *Le bain*, ou melhor *Le déjeuner sur l'herbe*, é uma obra absolutamente prodigiosa que nos traz de novo um “sentimento fresco da natureza” e que se impõe como “imagem nua”. Não no sentido de representar uma mulher desnudada na erva fresca, mas sim, por contrariar com a sua lógica interna toda a expectativa sobre o que ressalta do *Concerto campestre* e do *Julgamento de Páris*, tomados de empréstimo a Giorgione e a Rafael, respectivamente.

Mas parte desta “força de desregulação” advém da encenação pictural de um escândalo dentro da própria composição (“Manet terá talento no dia em que aprender desenho e perspectiva; ele terá gosto no dia em que renunciar aos temas que escolhe visando o escândalo.”³).

[Repáre-se em outros epítetos expressos por críticos e estetas para designar pejorativamente a «Exposição dos recusados» em 1863: “«Salão dos vencidos» (Chesneau), «Salão dos proscritos» (Pelloquet), «Salão dos reprovados» (Thoré-Bürger), «Salão dos párias» (Louis Leroy), «Salão dos restos» (Pharés), «Contra-exposição» (Marquis de Laqueville).⁴]

Humberto – Então e o Monet com a *Impression, soleil levant* não quis escandalizar?! Ele sabia muito bem a carga de insolência que estava a imprimir a este título. Aquela *pochade* tem um alvo oficial concreto, para além do prazer absoluto que terá tido a pintar aquilo lá no porto de Le Havre⁵.

Fernando – Muito bem. Mas a conflitualidade, ou se quiseres, a vontade em nadificar os arquétipos do passado da pintura, embora reflectindo afectação, esta já não é objecto de representação dentro da própria pintura, o que significa que essa “guerra” já havia sido travada e que agora, o que interessa, é o momento positivo por excelência dum acto de *tabula rasa*, ou seja, a constituição duma nova lin-

³ Ernest Cheneau citado por Gaetan Picon, *op. cit.*, pp. 48/49.

⁴ Gérard-Georges Lemaire, *op. cit.*, p. 167.

⁵ “Oh, foi realmente um dia exigente quando pensei na aventura de visitar a primeira exposição, no Boulevard des Capucines, na companhia de M. Joseph Vincent, pintor de paisagem, discípulo de Bertin, recipiente de medalhas e condecorações na vigência de diversos governos! O imprevidente homem veio até lá sem suspeitar de nada; pensou que iria ver o género de pintura que se vê em qualquer lugar, boa ou má, mais má do que boa, mas não hostil aos bons procedimentos artísticos, a devoção à forma, e ao respeito pelos mestres. Oh, forma! Oh, mestres! Não os desejamos mais, meu caro! Tudo mudou. Assim que entrámos na primeira sala, Joseph Vincent recebeu o primeiro choque em frente da *Bailarina* do senhor Renoir. «que pena», disse-me ele, «que o pintor, que até tem um certo entendimento da cor, não desenhe melhor; as pernas da sua bailarina são tão felpidas como o gaze da sua saia.» (...) Uma catástrofe estava eminente, e estava reservada ao Senhor Monet, o cúmulo desta experiência. «Ah, ali está ele, ali está ele!» exclamou com o N.º 98 à vista. «Reconheço-o, o meu favorito! O que é que esta tela representa? Olhe para o catálogo. *Impressão, sol nascente*. Impressão – Eu tinha a certeza. Estava mesmo a dizer para comigo que se estou impressionado tinha de existir nele uma impressão... e que liberdade, que execução! O papel de parede no seu estado embrionário tem um ar mais acabado que esta marinha.” Excerto da reacção do pintor Louis Leroy, conhecido pelas suas presenças nos Salões oficiais de pintura entre 1835 e 1861, publicada no diário Charivari no dia 25.Abril.1874, dez dias após a inauguração da exposição no estúdio do fotógrafo Nadar no Boulevard des Capucines. A versão deste extracto foi publicada originalmente na obra de John Rewald, *The History of Impressionism*, Nova Iorque, Museum of Modern Art, 1946.

guagem que albergue em si uma nova mundivisão, sem quaisquer concessões a etapas da pintura pretérita.

Aquilo que foi mostrado no estúdio do fotógrafo Nadar assume-se inteiramente como

forma autónoma e inovadora de pintura que já não necessita de estar voltada para o passado, projectando a partir do seu próprio interior modelos de representação que se pretendem esvaziar de sentido.

A escultura e o Impressionismo (Rodin, Rosso, Degas)

Fernando Paulo Rosa Dias

«Nunca representei o repouso completo. Tentei sempre exprimir os sentimentos interiores pela mobilidade dos músculos (...). A Arte não existe sem Vida.»

Auguste Rodin¹

O escultor que mais marcou os tempos impressionistas e pós-impressionistas, numa contemporaneidade, tanto histórica como estética, foi Auguste Rodin (1840-1917). A sua obra emergiu entre o fascínio por nomes como Pollaiuolo, Miguel Ângelo, Bernini ou Carpeaux, como também do interesse pela noção de fragmento das peças arqueológicas da estatuação da antiguidade clássica. Foi entre o *inacabado* de Miguel Ângelo e o *fragmento* arqueológico que concebeu e apresentou *O Homem do Nariz Partido* no *Salon* de 1864, que seria recusada por o júri, com despropositada propriedade, a considerar inacabada².

O *fragmento* assinalava a primeira provocação pública da escultura de Rodin. Através dele, o escultor exprimia na falta, na violência do vazio actuante sobre a forma ou o bloco. O «sentido do fragmento» é expressão da matéria bruta, da sua resistência à forma que lhe é imposta. A matéria apresenta-se como «mais um participante activo da realização da forma pela sua resistência»³.

Rodin teria nova polémica com a obra apresentada no *Salon* de 1877, hoje conheci-

da como *L'Âge d'Atratin* [A Idade do Bronze], inicialmente apresentada na Bélgica como *O Vencido* ou *O Soldado Ferido* (1875-76)⁴. Apreciada como expressão da derrota francesa contra a Prússia em 1870, seria acusada de ter sido modelada a partir de um corpo original, o que ia contra os princípios éticos da escultura. O caso exigiria provas com fotografias do modelo original e das suas diferenças. Rodin seria libado da acusação, mas conseguia sucesso com a polémica⁵. A figura explora o esboço ou o despertar de um movimento, pelo que se ergue assente num equilíbrio em transição que anuncia a necessidade de outro. Esse segundo equilíbrio, manifestado enquanto transição de um primeiro também presente, era concretizado em estátuas seguintes como *O Homem do Pescoço Cortado* (1864), *O Homem que Caminha* (1877), *São João Baptista Pregando* (1877) ou ainda em primeiros estudos do monumento a Balzac (nas versões de corpo nu). A figura já não assentava apenas em um, mas em dois equilíbrios, o que a fazia avançar numa dinâmica transitória. Um dos aspectos mais marcantes da pesquisa escultórica de Rodin era em torno dessa relação da massa com o espaço em função de uma figura que não se encerra sobre si, mas que se estende com um gesto que abarca diferentes fases de uma acção, a que Rodin chamou «de-

¹ RODIN, Auguste. *L'Art. Entretiens réunis par Paul Gsell*, Éditions Bernard Grasset, Paris, 2005 (1911, edição original), pp. 45-46.

² Cf. CHAMPIGNEULLE, Bernard. *Rodin*, Éditions Aimerly Somogy, Paris, 1967, p. 31.

³ DAIX, Pierre. *Pour une histoire culturelle de l'art moderne. Le XXe Siècle*, Éditions Olibe Jacob, Paris, 2000, pp. 26-27.

⁴ Quando apresentada na Bélgica a escultura incluía um dardo que seria retirado na apresentação francesa, deixando de se apresentar como soldado. Foi então que Rodin pensou em vários títulos como *L'Eveil du Printemps*, *L'Eveil de l'Humanité* ou *L'Homme des Premiers âges*, acabando por optar por *L'Âge d'Atratin*. Cf. CHAMPIGNEULLE, Bernard. *Op.cit.*, p. 47.

⁵ Cf. *Ibidem*, pp. 41-50.

envolvimento progressivo do gesto»⁶, e conseqüente desdobramento de equilíbrios.

Pouco depois, Rodin iria envolver-se com a sua obra mais ambiciosa, *A Porta do Inferno*, inspirado em *A Divina Comédia* de Dante no conteúdo temático, e na *Porta do Paraíso* de Ghiberti, enquanto projecto escultórico. Rodin estaria em torno deste projecto desde 1880 até ao final da sua vida. Ficaria inacabada na sua ambição, tal como ficara o *Túmulo de Júlio II* (do qual saíram obras como o *Moisés* e as séries de *Escravos* e *Prisioneiros*) para Miguel Ângelo, com o qual estabelece algum paralelismo. Contudo, tal como aconteceu no *Túmulo de Júlio II*, de Miguel Ângelo, se a obra ficaria inacabada, dela saíram vários projectos que adquiriam autonomia, tais como os famosos *O Pensador* ou *O Beijo* (1886). Nesta última, as figuras entrelaçam-se rodopiando em torno de um eixo vertical. A estrutura em torção helicoidal fornece uma temporalidade em movimento estrutural. Não há um ponto de vista frontal único. O observador rodeia a escultura procurando a sua frente e nessa intenção inútil só circula em torno da mesma. A peça não tem fachada e fecha-se sobre si mesma, fazendo desse fechamento (intimidade) a sua própria estrutura.

Sou Bela ou *Amor Louco* (1822), inspirada por um poema de Baudelaire, é uma síntese exemplar do esforço da escultura enquanto monumento que leva ao limite físico as poses das figuras. Escultoricamente apresenta analogias com o *Hércules e Anteu* (c.1475) de António Pollaiuolo, nos desafios físicos à estabilidade dos equilíbrios ou à fusão de massas e contornos. Nesta obra escultórica de Rodin é explícita a força do *erguer* exercida pelo corpo masculino, e da ocupação e invasão da massa esculpida no espaço vazio, que a concentrada figura feminina

erguida apresenta no seu fechamento sobre si até ao limite figurativo (do corpo) e físico (da massa). Entre o esforço de *erguer* da figura masculina e o esforço de *fechamento* como massa da figura feminina, estão duas das grandes questões da escultura. Esta peça procurava superar os seus limites agredindo o espaço e impondo a massa plástica ao espaço envolvente, numa relação entre a estrutura interna e a forma externa⁷. A superfície vibrante, cujo tratamento nervoso, no amolgamento e na texturalidade, multiplicava as zonas de contraste do claro-escuro, acentuando deste modo a invasão das massas no espaço no seu desafio à gravidade.

Certamente as obras de Rodin que tiveram o seu corolário e que perturbaram a noção de escultura monumental e pública foram *Les Burgeois de Calais* e *O Balzac Enroupado*. *Les Burgeois de Calais* (1884-95) seria inaugurada em 1895 em Calais em cima de um pedestal, contra a vontade do escultor que queria as figuras ao nível do chão, numa atitude submissa que era a da sua história lendária. Rodin subvertia a tradição monumental para pensar as necessidades do monumento, portanto, para a colocar em função das suas especificidades comemorativas. Sem pedestal, as figuras esculpidas ficam à altura do observador, retiradas da monumentalidade épica. Movendo-se num ritmo processional circular, as figuras sublinham a sua humilhação e entrega submissa. O grupo escultórico teria o seu triunfo ao ser colocado nos Jardins do Parlamento de Londres em 1913 segundo as orientações de Rodin.

O Balzac Enroupado, de 1897, tinha sido encomenda da Sociedade de Escritores em 1883, que recusaria a encomenda sob protesto, visto «não ter nada de uma estátua»⁸. A obra teria ainda polémicas no *Salon* de 1898⁹,

⁶ Cf. RODIN, Auguste. *Op.cit.*, pp. 51-53.

⁷ Cf. KRAUSS, Rosalind E. *Caminhos da Escultura Moderna*, Martins Fontes, S. Paulo, 1998, pp. 29-32.

⁸ «Le comité de la Société des gens de lettres fait défense à M. Rodin de couler en bronze le plâtre de la statue exposée au Palais des Machines, attendu que lui ayant commandé une statue, il se refuse à recevoir un travail qui n'a rien de la statue». Acerca desta querela, Cf. CHAMPIGNEULLE, Bernard. *Op.cit.*, p. 190.

⁹ A obra era considerada segundo expressões como «saco de carvão», «pinguim», «monstro obeso», «larva informe» ou «feto colossal». Cf. CHAMPIGNEULLE, Bernard. *Op.cit.*, p. 184; ou ainda, NÉRET, Gilles. *Auguste Rodin. Esculturas e desenhos*, Tashen, Colónia, 1997, p. 69.

levando a que Rodin a retirasse da exposição, comprando de novo a estátua. Após vários estudos de um Balzac imponente, que avançava com o corpo nu sobre o espaço, o escultor culminou com uma proposta de simplificação e síntese, que o levaria a afirmar que nenhuma obra o satisfizera tanto e que nada resumia tão profundamente a «lei secreta» da sua arte¹⁰.

A habitual agressão e tensão para fora da escultura monumental invertiam-se para dentro, numa tensa *massa-corpo* resultante da busca abstracta do escultor. Através do envolvimento do corpo pelo *robe*, Balzac ergue-se como um bloco compacto, uma espécie de *menir* (*corpo-menir*) que, em contraste, valoriza o rosto enquanto projecção do olhar. O olhar de Balzac é um eixo invisível que invade o espaço, que projecta a massa compacta e fechada para fora de si. Se a massa tem que se inclinar um pouco, para fazer recuar a cabeça, é para as leis da física compensarem as decisões espirituais projectadas nesse olhar. A inclinação do *corpo-pilar-menir* reforça o eixo do olhar, porque obriga esse eixo a preencher o sentido e equilíbrio dessa inclinação, denunciando-o da sua invisibilidade. O olhar de Balzac é o mesmo da «terribilità» do *David* ou do *Moisés* de Miguel Ângelo. Erguido do bloco monolítico de massa impressiva é o eixo invisível do olhar que invade e age no espaço. Apesar da textura das superfícies, pouco polidas, como que apenas esboçadas tal como já antes fizera Miguel Ângelo, não é fácil enquadrar Rodin no impressionismo. Para além da ausência da questão da cor, essencial na pintura impressionista e ausente nas preocupações do escultor, ou do tema, importante para Rodin e descurado pelos impressionistas, a relação com a luz de tais superfícies esboçadas não se adequa de modo directo aos pro-

blemas impressionistas. Rodin explorou esse momento em que o bloco se ergue em que ocupa o espaço físico, esse momento de irrupção da forma, de tensão entre a saída do bloco e a invasão do espaço. Se a texturação das superfícies abre estas ao espaço, o impacto das massas invade e agride o espaço. A textura não fecha e delimita o bloco para o fazer aparecer enquanto massa pura e para expressar o impacto do seu *erguer*. A textura afirma a materialidade, na sequência do sentido do fragmento e do contraste com as formas nítidas e polidas. Não há diluição de um todo, como numa superfície pictórica impressionista, mas contraste entre diferentes tratamento de partes. Tanto o irromper da forma do bloco, na linha do inacabamento de Miguel Ângelo, como a afirmação dos volumes no espaço, adquirem maior expressão com tais texturas, enquanto continuidade desse inacabamento e expressão do material em estado bruto. As texturas não dissolvem as formas. Pelo contrário, contribuem para a sua expressão no espaço. «Rodin supera o equilíbrio clássico com uma monumentalidade exaltada (...); o núcleo plástico aplica ao espaço circundante um efeito de golpes e dissoluções de luz ao longo dos planos deslizantes, fragmentados. A superação do limite faz-se sublimação; e mais do que remeter ao impressionismo, acentua o *non-finito* de Miguel Ângelo»¹¹. Se a sua obra ainda podia ser impressionista na superfície, densificava-se imediatamente com uma dimensão simbólica no conteúdo e outra pré-expressionista nas massas. Foi deste modo, sustentando a densidade da massa escultórica que, em vários dos seus trabalhos, Rodin procurou ligar a escultura moderna ao espaço público¹², reformulando a escultura monumental. Entre a escultura e o espaço, a

¹⁰ «Nada do que fiz até hoje me satisfez tanto, pois nada me custou tanto, nada resume tão profundamente o que penso ser a lei secreta da minha arte». RODIN, Auguste. Cit. in NÉRET, Gilles. *Op.cit.*, pp. 68-69.

¹¹ ARGAN, Giulio Carlo. *El Arte Moderno. Del Iluminismo a los movimientos contemporáneos*, Akal, Madrid, 1991 (1988, edição original), p. 175.

¹² DAIX, Pierre. *Op.cit.*, p. 34.

figura surgia já não numa pose certa e definitiva, mas numa «metamorfose» épica, como «figura de passagem de uma pose a outra»¹³.

«Não há limites na natureza. Não podemos fazê-los numa obra. Assim se obterá a atmosfera que circunda a figura»

Medardo Rosso¹⁴

Se Rodin reinventava o conceito de monumento, o italiano Medardo Rosso (1858-1928) pesquisava um anti-monumento¹⁵. Para tal produziu numa escala intimista. Se Rodin afirmava as massas no espaço, Rosso deixava o espaço circular por este e este pelas massas. A figura não se afirmava como bloco e, ao mesmo tempo, obrigava o espaço a aproximar-se, a lidar com a superfície para nela definir o volume. Tais aspectos foram explorados em peças como *Impressão de menino perante as cozinhas económicas* (1892), *A risonha* (1882) ou *O «Bookmaker»* (1894). Em *Ecce Puer!* (1906-07), o rosto de uma criança avança do informe, mas este avanço dá-se uma lisura que dissolve a figura na luz. A figura dá-se entre a saída do informe e o seu desaparecimento na luz no próprio instante que se torna forma. Enquanto em Rodin a suavidade polida contrastava com a não polida como dois modos distintos de manifestação de um mesmo corpo explorado em contrastes de luz e sombra, em Rosso tudo começava e acabava na superfície¹⁶, deixando as formas manifestarem-se sem intromissão da massa corpórea.

Em Rosso não se acentua o contraste da luz e da sombra, mas uma trepidação luminosa regular que descobre as figuras num limite,

exactamente porque estas não se impõem no espaço, antes fundem-se com ele. Nesta orientação, Rosso parece também explorar o fragmento de modo diferente de Rodin. No escultor francês, o fragmento apresenta verdadeira expressão, porque se manifesta directamente da massa e da figura dilacerada, remetendo para a falha aberta. Em Rosso trata-se antes da incompletude da figura, que ainda emerge do informe, pelo que, em vez de abrir um vazio, adere a um espaço. Em Rosso, a figura ainda procura a sua massa e o seu lugar. O vazio não é o que se perdeu, como em Rodin, mas o que ainda lhe falta.

Rosso anuncia, por vias diferentes, a interpenetração da figura com o espaço que interessará aos futuristas italiano, sobretudo a Umberto Boccioni (1882-1916)¹⁷. Porém, Medardo Rosso explorou uma relação com o espaço vazio e atmosférico, enquanto Boccioni explorou um espaço com outros corpos, numa interpenetração figurativa e corporal que concebia uma massa única (*Antigracioso*, 1913), ou então explorou o dinamismo da *figura-corpo* que avançava e chocava com o vazio (*Desenvolvimento de uma garrafa no espaço*, 1912; *Formas únicas na continuidade do espaço*, 1913), deformando-se nesse choque. Em Rosso não há choque nem movimento, mas apenas *corpo* e *atmosfera* espacial.

Os seus temas são triviais, sem grandes narrativas e simbologias, ao contrário de Rodin e, neste sentido, mais perto de Degas, que adiante analisaremos. As suas peças só são enigmáticas na sua banalidade, na coloquialidade com que se tornam próximas, em peque-

¹³ RODIN, Auguste. *Op. cit.*, p. 7

¹⁴ ROSSO, Medardo. «De L'impressionisme en Sculpture, Auguste Rodin et Medardo Rosso», Paris, 1902, cit. In catálogo da exposição *Memória del futuro. Arte Italiano desde las primeras vanguardias a la posguerra*, Centro de Arte Reina Sofia, Madrid, 1990, p. 496.

¹⁵ ARGAN, Giulio Carlo. *Op. cit.*, p. 175.

¹⁶ Cf. KRAUSS, Rosalind E. *Op. cit.*, 1998, pp. 32-41.

¹⁷ Contudo, perante marcantes obras de Boccioni, é em produções de Rodin que encontramos as maiores referências. Compare-se a famosa *Formas Únicas de Dinâmica no Espaço* (1914), de Boccioni, com *O Homem do Pescoço Cortado* (1864), *O Homem que Caminha* (1877), ou *São João Baptista Pregando* (1877) de Rodin.

nos gestos e expressões como bocejos ou sorrisos, como aliás é possível observar em alguma pesquisa pictórica de Degas.

Se Rodin, mais versátil e completo, experimentava diferentes materiais e técnicas de escultor, da pedra ao bronze, do gesso à argila, Rosso preferiu a fragilidade transitória da cera. Ao contrário de Rodin, que fixava o próprio inacabamento, a matéria escolhida por Rosso revelava um inacabamento em aberto, uma instabilidade da própria interrupção. Nas obras de Rosso, a matéria parece mais esgotada e vítima de indecisões, ao contrário dos golpes decididos de Rodin, como também se deixa mais suspensa do que interrompida. Não propriamente num estado de cansaço de metamorfoses, mas como um modo de não impor formas definitivas e decididas à matéria: «O que importa para mim na arte é fazer esquecer a matéria»¹⁸. Em Rosso, e lembrando as matérias de Fautrier, meio século depois, no âmbito da pintura *informalista*, a matéria revela a fragilidade de uma memória e de um destino. Contudo, Fautrier centrava-se no desgaste desses extremos (memória do passado da matéria e impossibilidade do futuro formal); em Rosso, a matéria, ainda recente, deixa-se num momento de indefinida mudança, perdida na transição entre o passado e o futuro. Rosso não só não assumia decidir um anterior processo metamórfico de que as suas peças resultassem, como não queria determinar a perenidade de formas definitivas. Também por esta razão, a escultura de Rosso era *anti-monumental*. Não tinha a decisão das esculturas de Rodin nem a densidade de uma massa para agredir o espaço e nele se impor. Era uma massa pastosa, indecisa e transitória.

Rosso não pensava como um escultor tradicional, nem no sentido de erguer uma massa nem da sua ocupação por oposição ao

espaço. Interessa-lhe não o lugar da massa escultórica nem a sua vitória física sobre a lei da gravidade. Antes, preferia explorar a relação transitória das superfícies com o espaço que gravitava à sua volta. Neste sentido, pode-se considerar que esteve mais próximo do impressionismo que Rodin. De tal modo as superfícies fundiam a massa à atmosfera que fragilizavam a sua corporalidade. Por isso, não as podia impor como monumento. Eram *esculturas anti-monumentais*, na pequena escala e na leve densidade.

«O bronze está bem para os que trabalham para a eternidade. O meu prazer consiste em começar uma e outra vez.»

Degas

Famoso como pintor envolvido com os impressionistas, Degas deixou, à sua morte, 74 obras de escultura no atelier, que seriam depois fundidas por Herbrard entre 1919 e 1921. Os originais tinham sido concebidos em cera, tal como os trabalhos de Rosso, e foi neste suporte que pela primeira vez apresentou as suas experiências escultóricas, na 6.ª exposição impressionista em 1881.

Se Rosso explorou a instabilidade das *formas* nos seus limites de *superfície e massa*, Degas explorou a das *figuras* na sua *pose e acção*. Na continuidade das suas pesquisas na pintura e na fotografia, interessa-lhe captar esses instante em que uma figura se suspende sem poder sustentar a pose, captada numa estabilidade precária, um instante de equilíbrio impossível que anuncia que se vai desfazer. Este registo do contingente, que Degas transportava das suas pesquisas bidimensionais da fotografia e da pintura para uma massa no espaço, passava a jogar com as leis físicas da gravidade, num entendimento que não só her-

¹⁸ ROSSO, Medardo. *Op.cit.*, p. 496.

dava a experiência dos trabalhos bidimensionais como os enriquecia.

Tal como Rosso, Degas não explorou a escultura enquanto monumento, mas como pesquisa pessoal. Porém, se o escultor italiano fazia disso o centro de uma pesquisa escultórica, no caso de Degas ela deve entender-se por uma adaptação a um estúdio de pintor. Ao contrário de Rosso, Degas não se centrava nas superfícies, para pensar as estruturas e os desafios da gravidade. Não, como Rodin, a gravidade devida ao erguer de uma peça escultórica, mas a da própria figura e dos desafios e dificuldades que esta colocava. A estrutura da pose da figura tornava-se decisiva para pensar a escultura. As bailarinas e as mulheres na intimidade, com os seus movimentos e posturas, que já trabalhara na pintura, experimentavam-se em 3 dimensões, transferindo-se de um problema de composição e enquadramento pictórico e bidimensional, entre as várias figuras e o espaço da pintura, para um equilíbrio físico e tridimensional de cada figura num espaço real.

Para esta pesquisa os momentos das figuras eram devidamente escolhidos. Não se encontram em total transição nem, muito menos, em estabilidade. Estão sim num *equilíbrio precário* da pose que obriga e anuncia a saída da mesma. Não se tratava do desdobramento de um equilíbrio ou esse *entre equilíbrios* de Rodin, mas um momento de *equilíbrio sem*

duração. Tratava-se de um momento em que um movimento terminava e outro contrário se iniciava, que se pode verificar na posição de bailado *Grande Arabesco*, escultura de 1892-96, ou na instabilidade do equilíbrio da *Bailarina a olhar para a planta do pé direito*, de 1895-1910.

Degas aproximava-se do impressionismo na sua escultura por via de afinidades com a sua pintura. Mas esta era já por si uma fraca mediação, porque o impressionismo em Degas sempre foi falso ou, pelos menos, marginal. Não só lhe interessava o desenho e a linha, como também os conteúdos centrados na ação e condição humana, aspectos menosprezados por Pissarro, Sisley ou, sobretudo, Monet.

Rodin, Rosso e Degas, cada qual à sua maneira, exploraram a texturalidade rugosa das superfícies que as ligava e abria ao espaço. Rodin, porque pensou o *fragmentado* e o impacto da massa no espaço em monumental transição. Degas, porque se interessou pelo instante de determinadas posturas de equilíbrio de uma figura, onde a fugacidade produz a massa como estrutura física. Rosso, porque quis captar esse momento em que massa e espaço se ligavam, onde participavam numa atmosfera, pelo que, no seu caso, foi a atmosfera que venceu a massa através da imprecisão das superfícies, desfazendo-lhe a estrutura e a corporalidade.

Algumas (muito breves) considerações sobre o “Impressionismo na Música” – Texto de apoio à intervenção oral do autor feita com acompanhamento ao piano

Sérgio Azevedo

Qualquer analogia que se tente fazer entre diferentes formas de expressão artística, formas que usam diferentes meios e códigos e têm objectivos e estratégias diversas, está, em princípio, votada ao fracasso. Mesmo as formas mais próximas de expressão artística como o cinema e a música, ambos realizados num *continuum* temporal, devem ser analisadas através dos seus próprios códigos e não em função de universos próximos mas claramente distintos. Se nos afastarmos ainda mais de formas próximas e tentarmos comparações entre pintura e música – aquela uma expressão visual, estática, realizada num plano e abarcada em poucos segundos através do olhar, muitas vezes com o recurso à figuração, com o seu estendal de significações universais, e esta uma expressão diáfana, percebida através da audição e desenrolada no tempo, sem existência física a não ser aquela que lhe é “emprestada” pelos intérpretes enquanto dura a execução – então estamos perante um desafio quase impossível, utópico e até enganador.

No entanto, tudo é possível se mantivermos uma certa objectividade e distância, não pretendendo extrair do assunto mais do que aquilo que ele permite. Considerações cronológicas, associações entre meios, técnicas, assuntos, objectivos e códigos, entre outras, permitem-nos mesmo assim construir alguns argumentos de interacção entre as diversas artes. E tanto assim é que uma corrente como,

por exemplo, o Expressionismo, pode facilmente ser detectada no Cinema, na Pintura, na Literatura e na Música com equidade, embora em cada uma destas artes assumam contornos próprios e intransmissíveis. Alguns arquétipos mantêm-se porém, e são esses que, no caso do assunto que aqui se trata, o Impressionismo na Música, gostaria de apontar.

A primeira tarefa consistirá talvez em tentar isolar algumas das características e novidades trazidas pelo movimento dito “Impressionista” (como se sabe, um termo injurioso no início, ao ser usado por um crítico a propósito do quadro *Impression – Soleil Levant*, de Claude Monet), e perceber até que ponto, através de meios que lhe são próprios, a música de Claude Debussy (arquetípica – para o melhor e para o pior, do também popularizado “Impressionismo” musical) lhe foi ou não próxima (uma observação: se uso as figuras de Monet e Debussy quase em exclusividade aqui, faço-o apenas por uma questão prática – são apenas dois nomes – e porque ambos dominaram, quer o movimento impressionista na pintura, quer a revolução musical que influenciará toda a música moderna na primeira metade do século XX).

Vejamos então quais foram, no meu entender, as contribuições fundamentais de Monet para a arte pictórica:

1. Uso da luz natural e do ar livre. O pintor deixa o atelier e vai em busca da natureza.

2. Como consequência desta liberdade, os assuntos escolhidos são em grande parte ligados à vida do dia-a-dia, e os quadros são, em grande parte, paisagens. A mitologia e a alegoria neoclássicos desaparecem por completo.

3. Ainda como consequência da luz natural, a visão da realidade deixa de ser estática e passa a ser dinâmica. A luz muda ao longo do dia, mudando com ela a percepção dos objectos, e a noção de cor.

4. A busca da nova verdade pictórica induz ao uso de cores puras, directamente saídas dos tubos de óleo, e menos às misturas complexas e indefinidas dos antigos. Nesse aspecto, Vermeer foi um pioneiro séculos antes de o impressionismo aparecer (o quadro *A Rendeira*, com aspectos ópticos inéditos e o uso de cores puras...). Para tal contribuiu também o orientalismo então em voga, nomeadamente as estampas japonesas coloridas de Hokusai e Hiroshige, que Monet idolatrava.

5. O aspecto de "vagueza", de "impressão" tantas vezes censurado aos quadros de Monet pelos críticos iniciais e pelos detractores do movimento dever-se-á a estes novos princípios de percepção visual, que vão completamente contra a pintura oficial, nomeadamente contra os quadros neoclássicos – quase "fotográficos" – de Ingres, e o academismo do *Salon*, simbolizado por artistas como Bouguerau. Um célebre efeito da pintura impressionista consiste precisamente em esta necessitar de uma certa distância óptica entre observador e objecto para que os mecanismos de percepção visual possam funcionar e dar um sentido ao quadro. Outro aspecto visível a um primeiro olhar é a profusão de cores e a aparente "inaturalidade" do uso da cor, como no – também – célebre caso das sombras verdes de Monet. O preto praticamente desaparece da paleta...

Se pensarmos agora na música de Debussy e estabelecermos uma relação com o que foi dito atrás, temos que:

1. O compositor, nas palavras de Debussy (versão livre), deve "deixar de estar manietado pelas regras do Conservatório e deve antes escutar o que lhe diz a natureza, o sopro do vento nas árvores, a música da água que corre por entre a folhagem, etc."

2. Embora a mitologia não desapareça e até, com Debussy, seja associada ao aspecto simbólico (pois Debussy é tanto simbolista como impressionista, se insistirmos em usar este termo no seu caso), não há dúvida que o tema mitológico e o uso simbólico de certos processos musicais redundam, neste caso, não em academismo, mas numa nova frescura de processos de composição.

3. A harmonia e o timbre ganham uma flexibilidade que não conheciam antes, a tirania do baixo desaparece quase por completo e a música passa a estar pensada em camadas móveis, por vezes a velocidades diferentes, que "imitam" de certo modo os perpétuos cambiantes da luz.

4. O equivalente mais próximo à noção de "cor pura" na música terá necessariamente que ver com a noção de "timbre", ou "cor do som" (*klangfarben*). O uso de cores puras na orquestra consiste pois em usar com grande originalidade o som não misturado dos diversos instrumentos, como demonstra o início do *Prélude à L'Après-Midi d'un Faune*: flauta, harpa, trompas, oboé, clarinete, etc. Tal como na pintura, a influência da música asiática (o gamelão javanês) foi essencial, não só para este como para muitos outros aspectos da nova música.

5. A "vagueza" censurada ao impressionismo pictórico foi também censurada a Debussy e a outros compositores, nomeadamente no célebre episódio de Satie, a quem um crítico atacou a música por esta "não ter forma". A resposta do compositor foi escrever as conhecidas *Três Peças em Forma de Pêra*, resposta dadaísta ao crítico...; a forma pós-Beethoven,

misturada com o cromatismo wagneriano, ou a música de salão de Massenet e Saint-Saëns dominavam o panorama da música francesa da época, e eram os equivalentes musicais do *Salon* oficial. A forma em Debussy torna-se qualquer coisa de orgânico e imprevisível, sendo influenciada não só por fenómenos naturais (não necessariamente descritivos) – como a ressonância harmónica – mas também por uma noção de proporcionalidade que não era estranha à pintura e arquitectura europeias, nomeadamente durante a Renascença: a "Regra de Ouro", definida pela série aritmética dita de Fibonacci: 1, 2, 3, 5, 8, 13...; este sentido da proporção matemática é também notável uma das maiores influências de Monet: a arte da gravura colorida em madeira, levada a um ponto de perfeição por Hiroshige e Hokusai. Deste último, a célebre *A Grande Onda de Kanagawa* (das *36 Vistas do Monte Fuji*, 1826-33) foi escolhida por Debussy para ilustrar a capa da primeira edição da partitura de orquestra de *La Mer*, e não por acaso: a proporcionalidade entre as espirais da onda de Hokusai encaixa-se perfeitamente nas proporções musicais da obra musical, a um ponto tal que *La Mer*, mais que uma mera ilustração poética de Hokusai, é antes uma ilustração musical da proporcionalidade demonstrada na *Grande Onda*.

6. Também a textura e forma ditas "em mosaico", patentes em obras como *Iberia*, na sua multiplicidade de pontos de vista e de "pequenas pinceladas" de fragmentos de sons de diversas origens unem-se para formar um todo que, de certo modo, só "à distância" pode ser percebido na sua coerência. Como a noção espacial na música é transformada em noção temporal, a analogia é, evidentemente, falsa, porém, ainda assim é a mais próxima da verdade que conseguimos enunciar.

7. O hábito de Monet (e não só) de pintar diversas vistas do mesmo objecto em mo-

mentos de luz diferentes (séries da Catedral de Rouen e da Gare Saint-Lazaire, entre outras) é único, pois a tomada de vista e o enquadramento são sempre iguais, mudando apenas a luz. Nesse aspecto, as diversas vistas do Fuji de Hokusai, não são análogas, mas demonstram, no caso de Hokusai, uma vontade de observar as mudanças subtis não só da luz mas também das estações do ano, e das suas consequências na paisagem. Em música, a técnica da variação aproxima-se deste ponto de vista, ao variar uma melodia e uma harmonia de modo a, sendo estas ainda reconhecíveis (embora nem sempre), podermos apreciar mudanças, por vezes brutais, no seu aspecto exterior (a estrutura profunda mantém-se). Uma analogia entre a Catedral de Rouen ao sol do meio-dia e a mesma catedral num dia mais "cinzento" poderá ser feita com a mesma melodia harmonizada em tom maior ou menor, porém, como já dissemos, estas são analogias superficiais. A um nível mais complexo, as subtis variações e transformações do tema em *Jeux*, de Debussy, tema que nunca é recorrente, avançando sempre, presta-se talvez mais a uma correlação entre os dois fenómenos, musical e pictórico...

O sentido hedonista da pintura impressionista e da música de Debussy é também um factor importante a considerar. Pintar por puro prazer de misturar cores e sensações visuais, de ir para o campo com uma tela e um cavalete, tintas e pincéis, encontra o seu equivalente no prazer que Debussy tinha a imaginar novas sonoridades. Sabe-se que o compositor, seguindo de certo modo o exemplo dos impressionistas, durante a composição do poema sinfónico *La Mer*, talvez a sua obra-prima orquestral, se fez hospedar num hotel da Bretanha, junto ao mar, esse mar que encontra a sua maior representação fictícia nesta obra. E, como o próprio Debussy afirmou numa carta a um amigo, escrita enquanto terminava a orquestração iridescente de *La Mer*: "Termino agora a orquestração, esta orquestra fugidia e volátil como o próprio mar...".

Depois do Impressionismo

Fernando Paulo Rosa Dias

O impacto do impressionismo na década de 1870, sobretudo no espaço cultural francês, foi de tal ordem que os projectos de pinturas que se seguiram tiveram que se decidir e encontrar a sua relevância em função dessa herança. Pode-se assim efectuar um olhar para a pintura das décadas seguintes em função de um esforço de integração e superação do impressionismo. Daí esse tempo imediatamente ulterior ter ficado entre projectos agregados num neo-impressionismo ou num pós-impressionismo, cujo sentido histórico e estético se justifica perante essa herança. Confrontar o impressionismo com a pintura seguinte pode apresenta-se assim como um meio decisivo para uma hermenêutica sobre projectos de pintura tão diferenciados, tais como os de Seurat e Signac, Cézanne, Van Gogh, Gauguin ou Toulouse-Lautrec.

Os estudos do processo cultural pós-impressionista, evidentemente com maior sentido no espaço francês, descortinam 1886 como o ano de charneira¹. Era o ano em que Van Gogh chegava a Paris, onde iria contactar com Toulouse-Lautrec, Pissaro, Émile Bernard ou Gauguin. O ano em que Seurat concluía e apresentava *Um Domingo à Tarde na Ilha da Grande Jatte*. O ano em que Zola editava *A Obra*, sobre um pintor genial e obsessivo em conflito consigo e com o mundo com quem Cézanne se

identificaria, novela esta que, juntamente com a morte do pai de Cézanne também no mesmo ano, carregavam o isolamento de Cézanne, em ruptura com Zola e com o centro parisiense. Era ainda o ano em que Gauguin partia pela primeira vez para Pont-Aven na Bretanha francesa onde encontraria Émile Bernard, iniciando um processo de afastamento civilizacional que culminaria no Taiti².

O NEO-IMPRESSIONISMO

Seurat: o «impressionismo científico»

«A arte é harmonia. A harmonia, por sua vez, é uma unidade de contrastes e de sementes na tom, na cor, na linha.»

Georges Seurat, 1890

«A técnica dos impressionistas é tão instintiva e negligente, quanto a dos neo-impressionistas é reflectida e segura.»

Paul Signac³

George Seurat (1855-91) foi o principal pintor do neo-impressionismo, também conhecido por «pontilhismo» ou «divisionismo». A sua pintura procurou radicalizar a instintiva e lírica divisão de tons do impressionismo inte-

¹ Cf. REWALD, John. *El Postimpressionismo. De Van Gogh a Gauguin*, Alianza Editorial, Madrid, 1988; ou ainda DENVIR, Benard. *Post-Impressionism*, Thames and Hudson, Londres, 1992.

² Ainda em 1886, Gauguin retornaria a Paris, onde conheceria Theo e Vincent Van Gogh. Regressaria à Bretanha em 1888, 1889 e 1990. Entretanto, em 1887, passaria pelo Panamá e por Martinica onde adoecería. Em 1891 partiria para o Taiti de onde regressaria dois anos depois. Em 1895 partiria de novo e definitivamente para o Taiti, onde faleceria em 1903.

³ Cf. in HESS, Water. *Documentos para a Compreensão da Pintura Moderna*, Edições «Livros do Brasil», s.d., Lisboa, p. 40.

grando-a numa dimensão teórica e científica. O que no impressionismo dominava de improvisação e lirismo, Seurat substituiu por teorias aplicadas da luz-cor e de harmonia. Ordenando a justaposição da pincelada impressionista, fornecia-lhe um *método* e uma teoria.

Apesar da maior popularidade do «pontilhismo», Seurat preferia a expressão «divisionismo», que justificava melhor a decomposição das cores nas suas constituintes básicas, aplicadas em estado puro ou primário (em pequenos pontos), que depois a percepção, à distância, sintetizava numa «mistura óptica» de variações tonais. Para Seurat, mantinha-se a pureza da cor e a possibilidade de a ordenar. Esta aplicação da cor apresentava ainda relações com o impressionismo, sendo uma espécie de teoria e aplicação mais científica e metódica que integrava a lírica improvisação impressionista num sentido de composição e harmonia. Porém, esta era uma das mais fortes razões que o distanciava dos impressionistas. Numa pintura de Monet, a diluição dos elementos fazia esvanecer a estabilidade das figuras, pelo que estas não impunham uma estrutura formal. A superfície adquiria toda ela a mesma importância, não havendo segregações na sua extensão, pelo que não se colocavam problemas prementes de composição. Na sua fugacidade, a figuração não permitia nem requeria um tempo estável de composição. Em Seurat, o rigor e precisão que arrumava os pontos de cor, também recuperava e estabilizava a figuração, o que lhe exigia e permitia, como desejava, pensar a composição com toda a clareza. Uma restrita gama de cor viva vibrava no interior de um rigor formal, de uma passagem polarizada do mais pequeno ao maior que permitia esse «mistério da passagem ao ser»⁴ perante o próprio olhar.

Seurat estabeleceu um fundamento científico e classicista no rigor com que separou os tons principais na superfície da pintura segundo uma eficaz síntese retiniana. Entre as teorias do «contraste simultâneo das cores» do químico francês Eugène Chevreul (1786-1889) e da «síntese aditiva» ou «mistura óptica» do físico americano Odgen Nicholas Rood (1832-1902), e ainda apoiado na *Grammaire des Arts e do Dessin* de Charles Blanc (1813-82), Seurat definiu um projecto de pintura que retomava uma estabilidade classicista do desenho ao mesmo tempo que integrava uma disposição ordenada da cor. Já não era uma pintura *ar livre*, como era e consagrava o impressionismo, mas de estúdio. Se Seurat ainda fazia apontamentos ao ar livre de um mesmo lugar, de cor, luz e desenho, sendo esse um modo de captar esse real referencial, era na calma do *atelier* que os vários estudos se reuniam numa vasta composição⁵. Esta não só era mais metódica e pensada, como se assumia como síntese dos vários apontamentos, integrando-os numa composição global. O quadro final era assim a síntese de vários estudos, de vários momentos que manifestaria a essência cromática e formal de um lugar. Se em Monet cada quadro é esboço e fim de si próprio, coincidente com o instante da luz, não fazendo qualquer sentido existirem estudos prévios, em Seurat o quadro é síntese de vários estudos e de vários instantes, que o desejo de harmonia e composição exige. Daí ser possível repartimentar noutros enquadramentos internos certos quadros de Seurat, descobrindo vários quadros dentro de um quadro⁶.

O divisionismo é um trabalho metódico que ordena um pressuposto sensorial na extensão da superfície. Se o impressionismo, e sobretudo Monet, procurou evitar que as cores se

⁴ SCHAPIRO, Meyer. «Seurat», in *Style, artiste et société*, Éditions Gallimard, Paris, 1982, p. 362.

⁵ DÜCHTING, Hajo. *Georges Seurat. 1859-1891. O Mestre do pontilhismo*, Benedikt Taschen Verlag, Colónia, 2000, p. 22.

⁶ SCHAPIRO, Meyer. «Seurat», in *Op.cit.*, p. 367.

misturassem, de modo a não se dessaturarem na subtração aditiva dos pigmentos, mantendo a sua frescura de luz e tom cromático, tal era efectuado sem teoria⁷ numa espontaneidade proporcional à frescura cromática desejada e ao instante de luz real captado. Por seu lado, Seurat separava para ordenar e compor. Já não havia instante de luz-cor para captar, mas uma harmonia de vários instantes, um sentido de totalidade composta do real.

Na pintura *Banhistas de Asnières* (1883-84), apresentado em finais de 1884 na exposição da recente *Société des Artists Indépendants*, após recusa do júri do *Salon* oficial, Seurat ensaiava o classicismo com que pesquisava a pintura. A imobilidade e solenidade de cada figura, seguindo eixos ortogonais, ritmavam uma severa ordem compositiva. Seurat preparava o divisionismo, mas ainda não era a sua aplicação rigorosa. Surgindo na concepção final desta pintura, seria sistematizada na grande pintura seguinte.

Esta pintura foi *Um Domingo à Tarde na Ilha da Grande Jatte* (1884-86), exposta em 1886, na oitava e última exposição impressionista, onde se apresentava como um «manifesto pictórico» de Seurat⁸. Completando o que a pintura *Banhistas em Asnières* apenas anunciou, estabelecia um duplo diálogo com este quadro: era o *outro lado da margem do Sena*, relativo à ilha em forma de «grande tigela» (*Grand Jatte*), e era também *outro lado social*, que contrapunha com a sua burguesia rica aos operários de *Asnières*. Uma dimensão social não muito clara de intenções, mas que faz pensar em anteriores fascínios de Seurat, como Courbet ou Millet. De novo, eixos verticais e horizontais ritmavam uma rigorosa composição de espírito clássico de figuras

solenes e estáticas, mas agora através de um *pontilhismo* metódico de cores puras que à distância o olhar sintetizava em diferentes matizes.

Se o impressionismo já tendia a separar as manchas de cor, a sua pincelada ainda era corrente e espontânea. Em Seurat a pincelada já não era gesto espontâneo, mas aplicação meticulosa em pequenas formas circulares ou pontos, consoante a distância perceptiva. A linha impõe o rigor do desenho, sendo prévia aos pontos de cor, realçando e sendo realçada por esses mesmos pontos. No interior, a luz e a cor ordenam-se sublinhando os limites. A ordenação da luz e da cor, nos seus contrastes, seguindo explorações de desenhos a giz *Conte* feitos directamente nos lugares, efectuava auréolas artificiais («auralização») que destacavam o desenho e a figura, demarcando-a do fundo. Em Seurat há esferas de cor, mas não atmosfera. Tratava-se de compor a cor como uma polifonia cromática. A síntese aditiva na retina permitia que não se perdesse a intensidade de cor e da luminosidade.

O branco, tal como nos círculos cromáticos científicos de organização da cor, encontra-se no centro, representado na figura de uma menina, a única que nos olha frontalmente sinalizando a pureza e imaculação do branco. Contraponto a este centro, o movimento de olhar faz-se do lado esquerdo, segundo os eixos horizontais fornecidos pelos olhares das figuras, para se encerrar no lado direito em imponentes duas figuras, que fecham o espaço como contrapostas barreiras verticais. A figura feminina de negro parece absorver a luminosidade cromática, espécie de despedida da cor que o branco central abre. O branco central e o preto lateral direito (final), respectivamente

⁷ Pintores ligados ao divisionismo e interessados pela teoria da cor, tais como Signac ou Louis Anquetin, contactaram Monet na esperança que este os iniciasse no processo, mas ficaram decepcionados porque este pouco sabia do processo que tão facilmente aplicava. Cf. REWALD, John. *Op. cit.*, pp. 30-31.

⁸ Signac descreveu o quadro como o «manifesto pictórico» de um *novo movimento*. Cf. DENVIR, Bernard. *Op. Cit.*, p. 23.

nas figuras de menina e mulher, são os parâmetros ou limites no interior dos quais a cor existe e a pintura acontece. Esta era também a organização da paleta divisionista de Seurat. A paleta de trabalho que nos deixou à sua morte, hoje peça de museu⁹, apresenta as cores principais com escalas tonais entre um preto superior e um branco interior, lembrando escalas ordenadas de um piano.

Seurat pintou uma versão pequena sem figuras (apresentada na primeira exposição da *Sociedade dos Artistas Independentes* de 1884) que era um estudo sem figuras da topologia que faria de fundo à pintura. As figuras, registadas em diferentes momentos no próprio lugar, foram depois colocadas na versão grande, diríamos mesmo *arrumadas*, como elementos de uma composição numa estratégia comparável à colocação de peças num tabuleiro de xadrez. O efeito era de calma e serenidade, um «efeito irreal de rigidez hierática»¹⁰ que transmitia uma harmonia solene de espírito classicista.

São visíveis as semelhanças entre *Banhistas de Asnières* (1883-84) e *Um Domingo à Tarde na Ilha da Grande Jatte* (1884-86) de Seurat, respectivamente com *Doux pays (Pastoral)* (1883-84) e *Colonie Grecque* (1869) de Puvis de Chavannes¹¹. Seurat trabalha do mesmo modo um mundo idealizado, mas como um *visionário do visível*¹² que nos refere uma serenidade idílica sem mito nem alegoria instalada através do seu próprio contrário: a *contemporaneidade quotidiana*. É uma análoga busca do paraíso original, que encontramos na história da pintura através do *Mito da Arcádia* de uma Grécia clássica idealizada, explorada no século XIX em exemplos, que adiante apreciaremos, tais como na

intemporalidade das *Banhistas* de Cézanne (que inspirará Matisse) ou no *primitivismo* de Gauguin (que inspirará os expressionistas alemães). Seurat não efectuava nenhum refúgio nostálgico, nem na Grécia Arcádica, nem no primitivismo, nem num não tempo supra-histórico, para antes reflectir a Arcádia no aprazamento domingueiro do seu próprio tempo. A harmonia de Seurat não é mito nem alegoria, nem é questão histórica nem ética, mas uma construção pictórica e contemplativa que se pode colocar no seio de um repouso dos ritmos da sua própria contemporaneidade. Neste sentido a sua idealização deve mais aos impressionistas, e ao respectivo descomprometimento dos conteúdos, do que a qualquer tradição e desenvolvimento do *Mito da Arcádia*. Não se trata de *pintar o Mito da Arcádia*, mas de *levar o espírito de harmonia deste para o interior da pintura*.

O quadro *Os Modelos* (com uma grande e uma pequena versão) fornece continuidade ao projecto. Com um tema de modelos em estúdio e uma visão quotidiana das mitológicas três graças pintava-se o quadro dentro do quadro. No interior desta Seurat pintava *Um Domingo à Tarde na Ilha da Grande Jatte* destacado na figura feminina negra que fechava, como vimos, o anterior quadro, para se transferir, na charneira de uma vertical em aresta, para um espaço interior. Esta transferência era processual em Seurat, ou seja (e ao contrário de Monet que fazia coincidir toda a concepção do quadro com o ar livre), a pintura era terminada em estúdio sendo pleno domínio do pintor. A novidade deste quadro foi o trabalho de pintura sobre a moldura que Seurat iria trabalhar daí em diante, sobretudo nos quadros maiores. Se em *Um Domingo à Tarde na Ilha*

⁹ Cf. DÜCHTING, Hajo. *Op.cit.*, p. 30.

¹⁰ PEVSNER, Nikolaus. *Os Pioneiros do Desenho Moderno*, Editora Ulisseia, Rio de Janeiro, s.d., p. 76.

¹¹ SCHAPIRO, Meyer. «Seurat», in *Op.cit.*, pp. 368-376.

¹² *Ibidem.*, p. 367.

da *Grande Jatte*, à maneira dos impressionistas, adoptara a moldura branca (em rejeição das tradicionais molduras douradas de *Salon*), em diálogo com a figura branca central¹³, agora a moldura era também pintada numa continuidade formal e compositiva desenvolvendo uma oposição de cor luz, através do cálculo de complementaridade. Continuação e limitação forneciam-se simultaneamente, com uma lógica análoga às auréolas que relacionavam figuras e fundo.

Em *O Circo* (1890-91), a última grande pintura de Seurat que ficaria inacabada, a linha curva, serpenteada em arabesco, animava o interior do rigor das ortogonais, definindo outro ritmo que iria enquadrar-se na seguinte emergência da linha dinâmica da arte nova. Este quadro, que assinalava nova mudança, não seria terminado, embora fosse apresentado inacabado no *Salon des Indépendants* em Março de 1891. Seurat falecia nesse mesmo mês, vítima de uma angina infecciosa, com apenas 31 anos.

Em vez do instinto e do instantâneo impressionista, Seurat preferiu o estável e o constante. Através de um equilíbrio das massas de cor e de luz procurou um novo classicismo que reconciliava Piero della Francesca, Poussin e Ingres com Delacroix e o Impressionismo, e que incluía ainda as referências à bidimensionalidade das estampas japonesas ou de Puvis de Chavannes. Meyer Shapiro sublinhou-a como uma arte saída de dois contrários, a improvisação impressionista e o imaginário idealizado de Puvis de Chavannes, transportando a solenidade deste, como vimos, para um tempo moderno de sintonia impressionista¹⁴.

Paul Signac (1863-1914) foi um divisionista mais intuitivo e lírico, com uma divisão de tons mais largos que afirmavam mais cada

mancha de cor, preparando a alegria da cor do *fauvismo*. Se o método de Seurat surgia demasiado frio e calculado e nos pressupostos uma aparente tirania à criação, em Signac recuperava-se o instinto do método divisionista. A cor era mais ampla e mais vibrante e os seus contrastes mais vivos. Menos interessado nas teorias da forma e da harmonia de Seurat, Signac cedo ampliou a mancha. Foi, por isso, um dos mais directos influenciadores do *fauvismo*.

A apresentação em 1886 de *Um Domingo à Tarde na Ilha da Grande Jatte* de Seurat, fazia surgir não tanto uma escola, mas adeptos fascinados com a nova técnica e os novos princípios, de que se destacaram o impressionista Camille Pissarro (embora provisoriamente), o filho mais velho deste, também pintor, Lucien Pissarro (1863-1944), Charles Angrand (1854-1926), E. G. Cavallo-Peduzzi (1851-1918), Albert Dubois-Pillet (1846-90), Maximilien Luce (1858-1941) ou Louis Hayet (1864-1940), quase todos eles «dissidentes do impressionismo». O poeta belga Émile Verhaeren levava fascinado a referência para o seu país, onde marcaria sobretudo o pintor Theo van Rysselberghe (1862-1926). No mesmo ano, o crítico e poeta simbolista Félix Fénéon, escrevia uma série de artigos sobre os impressionistas onde afirmava que o anterior «impressionismo naturalista» dava lugar a outro: um «impressionismo científico»¹⁵.

O PÓS-IMPRESSIONISMO

Outros pintores procuraram superar a herança impressionista, sobretudo recuperando aspectos por esta negligenciados, tais como

¹³ Cf. DÜCHTING, Hajo. *Op. cit.*, p. 52.

¹⁴ SCHAPIRO, Meyer. «Seurat», in *Op. cit.*, p. 368.

¹⁵ Cf. REWALD, John. *Op. cit.*, p. 17.

a linha (Toulouse-Lautrec, Van Gogh), a extensão da cor no plano (Gauguin) ou a densidade estrutural do quadro (Cézanne).

Cézanne: o «impressionismo integral»

«O impressionismo é a mistura óptica das cores, mas nós temos que ir mais além.»

«Do impressionismo, eu quis fazer algo de tão sólido e duradouro como a arte dos museus.»

«Pintar significa registar e organizar sensações de cor.»

(Paul Cézanne, entrevistas)¹⁶

Paul Cézanne (1839-1906) desenvolveu uma pintura que procurava ultrapassar a superficialidade e a efemeridade da sensação impressionista. Influenciado pelo «virgulismo» de Pissarro, utilizou a separação deste da mancha da cor, mas desenvolveu-a para a afirmar simultaneamente como modeladora das coisas representadas e como construtora do quadro. Relativamente ao impressionismo, Cézanne procurou conservar a sensação num processo de busca estrutural e substancialização do espaço pictórico, ou a clareza de uma razão estrutural em cada «pequena sensação»: «Mas Cézanne queria excluir essa superfície tremulante e ambígua das coisas e penetrar a realidade que não muda, que está presente por baixo do brilhante porém enganoso quadro apresentado pelo caleidoscópio dos sentidos»¹⁷. Neste sentido, Cézanne decidiu em 1879 não expor mais com os impressionistas, após ter estado presente na primeira (1874) e na terceira (1877) das exposições independentes do grupo.

Dar ordem à confusão sensorial era conceber um classicismo assente na captação sensorial do mundo exterior, afirmando o seu desejo de «refazer Poussin a partir da natureza», ou seja, «pintar um Poussin vivo ao ar livre, com cor e luz, em vez de uma daquelas obras criadas em estúdio, onde tudo tem a coloração castanha de uma luz natural esmaecida, sem reflexos do céu»¹⁸. Cézanne queria conservar a sensação num processo de questionamento ontológico do mundo e de busca estrutural da pintura, procurando «elevar a sensação ao nível da consciência», a um «impressionismo integral»¹⁹. O próprio pintor afirmou que «tudo o que nós vemos se dispersa e desaparece. A natureza é sempre a mesma, mas dela nada resta, nada daquilo que vemos. A nossa arte devia dar à natureza a excitação de continuar juntamente com a aparência de todas as suas mudanças. Devíamos habilitar-nos a sentir a natureza como coisa eterna»²⁰. Se a natureza é fugaz e efémera enquanto fenómeno perceptivo, tal como constataram os impressionistas, para Cézanne o esforço do pintor devia saber estabilizar na pintura esse «mesmo» da natureza.

Cézanne não trabalhava *reproduzindo* a sensação (como Monet), antes a *produzindo* e ordenando. Para tal não surgiu com uma teoria prévia à prática da pintura (como Seurat), implicando antes uma teorização só possível (e necessária) depois da obra produzida e resultante da sua experiência, portanto, uma teoria que carregasse o espanto do mundo e a *dúvida* da prática pictórica²¹. A pintura propunha-se como um exercício de reflexão e investigação, de pensamento concreto vivo.

¹⁶ Cit. in HESS, Walter. *Op.cit.*, p. 33.

¹⁷ READ, Herbert. *Uma História da Pintura Moderna*, Martins Fontes, São Paulo, 2001, p. 13.

¹⁸ Cézanne, cit. READ, Herbert. *A Filosofia da Arte Moderna*, Editora Ulisseia, Lisboa, s.d. (1952, edição original), p. 17.

¹⁹ ARGAN, Giulio Carlo. *El Arte Moderno. Del Iluminismo a los movimientos contemporáneos*, Akal, Madrid, 1991 (1988, edição original), p. 105.

²⁰ Cézanne em conversa com Joachim Gasquet. Cit. READ, Herbert. *O Significado da Arte*, Editora Ulisseia, Lisboa, s.d. p. 131.

²¹ O filósofo Merleau-Ponty falou da «dúvida de Cézanne». MERLEAU-PONTY, Maurice. «La doute de Cézanne», in *Sens et non Sens*, Ver edição parcial in catálogo da exposição *Cézanne dans les Musées Nationaux*, Orangerie des Tuileries, 19.Julho a 14.Outubro.1974, pp. 5-20.

A prática da pintura não podia nem excluir a realidade nem a consciência do sujeito, porque não existe realidade sem consciência nem consciência sem realidade²². Não se tratava de posseção da realidade, mas de relação entre a realização da consciência e a realização da realidade, entre interior e exterior. O corpo do pintor *está aí* no solo presente do mundo sensível, oferecendo-se como intermediário, com as suas intuições, onde razão e sentimento se fundem na «técnica do corpo»²³, onde o gesto do pintor contém a captação sensorial da natureza que o pintor observa, que ordena na percepção e que reordena ao conceber a pintura, de modo que o gesto corporal que faz a pintura contém e projecta o espírito do pintor.

Em Monet cada *petit sensation* dilui-se no todo atmosférico. Por seu lado, Cézanne quis manter o papel estruturante de cada sensação, pelo que esta não se dilui no esfumamento global, para se afirmar enquanto parte que participa na estrutura da pintura. Se a justaposição das manchas de cor impressionistas deixavam uma respiração entre si, diluindo atmosféricamente o mundo, as de Cézanne encostavam-se umas às outras, fazendo coincidir a modelação sólida das coisas com uma modulação densa dos tons, num tenso efeito prismático de expansão e contracção da cor. A cor torna-se opaca, sublinhada como mancha, concebendo uma superfície de massa pesada. Tudo se aproxima, tornando-se denso e sem atmosfera. As manchas cromáticas, afirmando-se em cada toque de pincelada, parecem empurrar-se umas às outras num movimento simultâneo de expansão e contracção da cor. Cézanne assumia a sensação da natureza, mas esta tinha que atravessar a sensibilidade do pintor para se tornar cons-

trução da pintura²⁴. A sensação, transitória e fugidia entre os impressionistas, procurava tornar-se elemento estável de construção do quadro. Por outro lado, Cézanne efectuava uma destruição do acabado, deixando a pintura em processo, em devir. Deste modo, a sensação estabiliza-se no interior de um processo em devir que é o da concepção da pintura. O transitório não pertence ao mundo sensorial captado no interior de cada quadro, como entre os impressionistas, mas ao que cada quadro significa na pesquisa e dúvida do projecto pictórico de Cézanne.

Não se trata da cor local nem da luz atmosférica que se recebe das coisas, mas a que se estabiliza como substância do espaço pictórico, concebendo o quadro como um *tecido de notas de cor* que definem e estruturam a superfície. O claro-escuro dos valores luminosos das coisas não é feito de transições, mas dessas manchas estruturantes. Modelar as coisas representadas é acto de estruturação da pintura. A modelação dos objectos dá-se no tecido ritmado da superfície de cor. Daí a ausência de vazio espacial em redor das coisas. O espaço densifica-se na estrutura da matéria de cor. A luz não é mero reflexo e impressão global das coisas, mas uma modalidade dos volumes. Não se substitui à forma, porque a constitui. Não há perspectivas que se estendem para lá da superfície, mas uma unidade de espaço pictural reveladora do acto de pintura como construção. O espaço é essa unidade tensa da mancha pictórica e não uma distância entre espaços e vazios. Tratar «a natureza pelo cilindro, a esfera, o cone, pondo tudo em perspectiva», tal como o desejava Cézanne, era torná-la construção pictórica, em que «a pincelada torna-se constituinte da

²² «Não se pode pensar na realidade sem esta ser recolhida por uma consciência e não se pode pensar na consciência se esta não está cheia de realidade», ARGAN, Giulio Carlo. *Op. cit.*, p. 104.

²³ Pensamos na postura corporal do pintor de que fala Merleau Ponty relativamente a Cézanne. Cf. MERLEAU-PONTY, Maurice. *O Olho e o Espírito*, Vega, Lisboa, 1992, p. 31.

²⁴ Cf. VENTURI, Lionello. *Para Compreender a Pintura. De Giotto a Chagall*, Editorial Estúdios Cor, Lisboa, 1968, p. 186-187.

estrutura da imagem: é a revelação de uma estrutura intrínseca própria ao gesto e à matéria empregue»²⁵.

A solidez estrutural (mais que o volume) das coisas é dada pela justaposição densa das manchas de cor, processo a que o próprio Cézanne chamou de «modulação» em oposição à tradicional «modelação» que concebia os volumes por transições do claro-escuro²⁶. A mancha de cor, que enquanto fenómeno luminoso e sensorial os impressionistas tinham desvalorizado como solidez formal e estrutural, era trabalhada em Cézanne como «módulo», tornando-se meio para recuperar a estrutura e a consistência formal das coisas. Esta estrutura da imagem é solicitada mas não dependente da representação imitativa, porque a transfere e transmuta para um modelo próprio e interno à pintura. Cézanne não diluía o desenho como Monet, nem reduzia a cor a uma ordenação num desenho prévio como em Seurat ou Gauguin. Na sua pintura, o desenho dá-se com a construção do tecido pictórico, como sua estrutura interna. Segundo Cézanne, «o desenho e a cor não são distintos, e à medida que pintamos, também desenhamos»²⁷. Não pode haver indistinção nem precedências na relação entre a cor e o desenho. Nem a cor deve ser encurralada pelo desenho²⁸, nem o desenho deve desvanecer-se em palpitações ou diluições cromáticas e luminosas.

Sabendo, como os impressionistas, que a cor local não existe e que há transferências tonais entre os objectos, Cézanne transportou essa interferência cromática para uma composição tonal da superfície²⁹. A superfície do quadro constrói-se não simulando as superfícies

das coisas representadas, mas apreendendo esta interferência tonal. O efeito lembra muitas vezes um mosaico denso, marcante sobretudo nas naturezas-mortas e em várias paisagens. Mas, se tais superfícies da pintura de Cézanne podem fazer lembrar os mosaicos romanos e bizantinos na técnica da pintura, como em Seurat, em Cézanne esse processo é transmutado para um lógica puramente pictórica. E se os pontos de Seurat se dispõem como tesselas, deixam vazio e respiração entre si, as manchas de Cézanne empurram-se umas às outras numa tensão que constrói a superfície pictórica. Daí que a exploração de Cézanne desta aparência de mosaico se desenvolva para uma espécie de facetação prismática das manchas de cor, lembrando cristais cintilantes de cor, visível nas últimas paisagens da Montanha de *Saint Victoire*. Em Cézanne, esse era o resultado do mesmo esforço de *estruturar simultaneamente a superfície e as formas a partir da própria cor*.

O esforço de transferência da imitação em *trompe l'œil* para a construção interna do quadro, não implicava desinteresse pelo mundo exterior. Mais do que os impressionistas, mais atentos ao reflexo instantâneo de luz fornecido pelo mundo do que à profundidade ontológica desse mesmo mundo, Cézanne trabalhava a partir de uma estabilidade do mundo, procurando entendê-lo enquanto problema pictórico. As suas maçãs não querem deixar de ser maçãs enquanto são pedaços de pintura, de formas e cores. Tratava-se de problematizar e procurar reinventar a representação, assente numa proximidade e cumplicidade entre a construção do quadro e a representação do mundo, fundidos

²⁵ SCHAPIRO, Meyer. *Cézanne*, 1952, p. 10, cit. DAIX, Pierre. *Pour une histoire culturelle de l'art moderne. De David à Cézanne*, Éditions Olide Jacob, Paris, 1998, p. 263.

²⁶ Cf. READ, Herbert. *A Filosofia da Arte Moderna*, Editora Ulisseia, Lisboa, s.d. (1952, edição original), p. 28.

²⁷ *Conversations avec Cézanne*, p. 63, cit. DAIX, Pierre. *Op.cit.*, p. 269.

²⁸ Cf. *Paul Cézanne. 1839-1906. Da Natureza à Arte*, Benedikt Taschen Verlag, Colónia, 1993, p. 165.

²⁹ Uma forma «mosaic of muted tones» de que falou REWALD, John, «Introduction», in catálogo da exposição *Cézanne. Na Exhibition in Honor of the Fiftieth Anniversary of The Phillips Collection*, Washington: The Phillips Collection, 27.Fevereiro a 28.Março.1971; Chicago: The Art Institute of Chicago, 17.Abril a 16.Maio.1971; Boston: Museum of Fine Arts, 1.Junho a 3.Julho.1971, p. 17.

num processo simultâneo, de modo que os elementos da pintura não estivessem servís da ilusão, mas presentes na construção. Cada objecto representado era «protagonista do conflito entre a superfície e o espaço», uma espécie de «angústia do espaço»³⁰ que preparava o *cubismo*.

Nas três versões de *As Grande Banhistas*, correspondendo às suas maiores dimensões de tela (portanto, inadequados para a pintura ao ar livre), que Cézanne trabalhou entre 1898 e o final da sua vida, deixando inacabadas, é possível ver o corolário de uma pesquisa sobre a figura humana na natureza, onde Cézanne sintetizava os grandes motivos da sua obra: a figura humana (retrato), a paisagem natural e a natureza morta. Curiosamente, é também o ciclo de obras em que Cézanne, tímido perante o modelo nu, não trabalhou directamente pelo natural, usando a esposa como modelo ou, de preferência, antigos estudos³¹. Também se acentuava o desajeitamento da representação. Sem um referente exterior directamente visível, a construção da pintura impunha-se mais prementemente. Os ritmos de figura deixavam de ser naturais e tornavam-se ritmos de pintura, na estranheza da acção e pose. Era uma síntese moderna entre a *Arcádia* do classicismo de Poussin³² e o primitivismo de Gauguin. Tal como era a síntese entre a intemporalidade da arte do Museu e a temporalidade da natureza, tensão essencial da pintura de Cézanne, confrontada entre a estabilidade da pintura e o fluxo do mundo. Era esta vontade de síntese superior que reencontraremos em Matisse, que adquiria a tela *As três Banhistas* (1879-82) de Cézanne e cujas influências deste pesquisaria, entre outras, em pinturas tão

aparentemente diferentes como *Luxo, Calma e Volúpia* (1905) ou *A Dança* (1910).

Van Gogh: o impressionismo desesperado

«O pintor do futuro será um colorista
como nunca existiu nenhum.
Manet anunciou-o, mas os
impressionistas trabalharam ainda
mais fortemente a cor.»

«Eu vejo alma e expressão em toda a natureza,
como por exemplo nas árvores.»

«Eu quis exprimir na Arte algo
da luta pela vida.»

Vincent Van Gogh, cartas³³

Vincent Van Gogh (1853-90), começou a pintar com dedicação à entrada dos anos de 1880, numa primeira fase de grande admiração por Millet e Delacroix, e inspirada na vida dos mineiros, que dominaria até princípios de 1886, altura da sua ida para Paris. Nesta data, tomava então contacto com o impressionismo através de duas vias quase opostas: a rude do «virgulismo» de Pissarro, o impressionista que mais se aproximava da dimensão rural de Millet; e a aristocrática decadente de Toulouse-Lautrec que conhecera no atelier de Fernand Cormon, pintor académico com relativa tolerância e abertura, nas aulas do qual Van Gogh se inscrevera para dominar as técnicas tradicionais³⁴. Com estes contactos parisienses, próximos ou herdados do impressionismo, a cor de Van Gogh libertava-se dos domínios escuros e ocres anteriores, numa vibração mais clara e luminosa exposta linearmente segundo a divisão tonal. Se os conteúdos pareciam tornam-se menos dramáticos, o temperamento do pintor iria arrastar esse cromatismo para uma expressão de desespero.

³⁰ DÜCHTING, Hajo. *Paul Cézanne. 1839-1906. Da Natureza à Arte*, Benedikt Taschen Verlag, Colónia, 1993 p. 186.

³¹ Cf. *Ibidem*, pp. 140-143.

³² Sobre o tema da *Arcádia* e o quadro *Et in Arcádia Ego* de Poussin, cf. estudo clássico de Erwin Panofsky, «Et in Arcádia Ego: Poussin e a tradição elegíaca», in *O Significado nas Artes Visuais*, Editorial Presença, Lisboa, 1989 (1955, edição original), pp. 185-199.

³³ Cit. in HESS, Walter. *Op.cit.*, pp. 44-54.

³⁴ Cf. REWALD, John. *El Postimpressionismo. De Van Gogh a Gauguin*, Alianza Editorial, Madrid, 1988 pp. 2-24.

Tal inflexão iria levar os últimos anos da sua produção a uma pincelada cada vez mais ondulante e de colorido cada vez mais vivo. A sensação impressionista carregava-se de emoção. O gesto que lançava a cor e fazia as formas transportava um desespero desajustado à serenidade dos motivos. Daí que, por detrás do «repouso» que Van Gogh apontou em pinturas como as do seu *Quarto em Arles* (1889), tenha que ser avaliado um «repouso nascido do desespero»³⁵.

Van Gogh transformava a *sensação* em *expressão*. A sua ligação à tradição impressionista, já filtrada por via de Lautrec, absorvia a espontaneidade e cromatismo dos impressionista para a explorar como *projectção do sujeito*. Se o sujeito capta o mundo e depois o devolve em pintura, ele toma consciência tanto duma separação entre *eu* e o *mundo*, uma trágica solidão perante a realidade, como da devolução do eu na pintura. A pintura não pode, por isso, ser a mera captação do mundo, como sonhou Monet e os impressionistas, exactamente porque no seu processo toma consciência da separação entre a exterioridade do mundo e a interioridade do sujeito. Argan considerou que, para Van Gogh, «a realidade é algo *distinto* de mim mesmo, mas sem esse *outro* eu não podia ter consciência do meu ser, não seria. Quanto mais *outro* é o *outro*, quanto mais distante e incomunicativo é, tanto mais *eu* serei *eu*, e tanto melhor descobrirei a minha identidade, e tanto melhor descobrirei a minha identidade, o sentido-não-sentido do meu ser no mundo E tanto mais o mundo manifestará a consciência angustiada da sua própria continuidade e fragmentariedade»³⁶. Em Van Gogh, o gesto que projecta a sensação exterior captada, transportava a afirmação da existência do sujeito e a sua tensa relação com o mundo.

Se o mundo se separa do sujeito e se recusa em cada sensação, então o sujeito reaproxima-se com o instinto trágico do sujeito separado, projectando-se angustiado no modo de o representar. Os contrastes sensoriais entre as cores ou as manchas tornam-se relações de força. As linhas de cor, na tradição de Degas e Lautrec não fazem apenas fugir a textura cromática das superfícies pintadas, para também se contorcionarem nos limites das figuras. O instante de Van Gogh já pertence pouco à natureza exterior, porque responde demasiado à natureza interior.

Os motivos dos últimos anos, exactamente quando a gestualidade se acentua, não são dramáticos e pouco se diferenciam dos impressionistas. Mas o modo de os representar faz apelo a um exaspero do sujeito. O gesto da pintura não é virtuosismo, mas drama do seu estado anímico projectado no gesto. Se os motivos em si apresentam alguma intensidade dramática ela funcionou mais por eclipse. Assim, uma cadeira vazia podia referir a trágica partida do amigo, o café «um lugar onde se pode enlouquecer, ou praticar crimes»³⁷, o quarto vazio um estado de abandono e solidão ou as botas velhas um sofrimento do esforço físico³⁸.

Van Gogh não foi «pintor por vocação, mas por desespero»³⁹ e inadaptação. Não exibia habilidade como em Monet, nem método como em Seurat, nem sequer dúvida como em Cézanne, mas vitalidade desesperada do sujeito. Pintando por sentimento através do gesto e da cor, foi o mais directo antepassado do expressionismo. Com Van Gogh a liberdade instintiva da sensação impressionista passava a sustentar uma carga dramática e emocional, excitando a cor e deformando as coisas.

³⁵ VENTURI, Lionello. *Op.cit.*, p. 196.

³⁶ ARGAN, Giulio Carlo. *Op.cit.*, p. 123.

³⁷ PEVSNER, Nikolaus. *Op.cit.*, pp. 71-72 (citando carta de Vincent Van Gogh ao irmão).

³⁸ SCHAPIRO, Meyer. «L'objet personnel, sujet de nature morte. À propos d'une notation de Heidegger sur Van Gogh», in *Style, artiste et société*, Éditions Gallimard, Paris, 1982, pp. 349-360.

Gauguin: o impressionismo especializado

«Os impressionistas estudaram a cor, certamente como mero valor decorativo, mas não estavam ainda libertos do grilhão da versimilhança com a natureza.»

«Não trabalhe imitando tanto a Natureza A Arte é Abstracção Extraia da Natureza sonhando com ela.»

«Deve-se sacrificar tudo à cor pura.»
(Paul Gauguin)⁴⁰

Paul Gauguin (1848-1903) desenvolveu um primitivismo de dimensão simbólica. A cor não correspondia ao tom local das coisas representadas, para se tornar mais simbólica e viva. A forma era sintética recebendo a cor plana no seu interior, ao que se chamou de *shintetismo*, porque inspirado nas formas *cloisonnées* («compartimentadas») da ourivesaria e do vitralismo medieval. Ligou-se ao *Grupo de Pont-Aven* e relacionou-se com os *Nabis* (*Profetas*). No início dos anos de 1890 partiu para o Taiti, tornando-se figura mítica do exotismo e do primitivismo que inspiraria as primeiras vanguardas. Se o impressionismo era aparência e sensação, Paul Gauguin quis estender a cor pura à totalidade das formas, tornando-as delimitadas e contornadas. Desaparecia a atmosfera sensorial impressionista e manifestava-se a cor plana e extensa. A cor não era aparência (impressionismo) nem drama (Van Gogh), mas ideia (simbolismo).

Gauguin protagonizou também o mito do artista contra a sociedade e a civilização. Nele,

o primitivismo não era exotismo, não era algo que se transportava à distância para as formas, porque antes de tudo era vivido pelo sujeito, pelo que se manifestava como ética e política cultural. O primitivismo reagia contra a cultura ocidental, no sentido em que o *progresso* desta reprimia a inocência cultural⁴¹ e artística tal como reprimia a sexual⁴². Pode-se assim considerar que o percurso de Gauguin pela Bretanha, Panamá, Martinica e Tahiti, mais que uma fuga à civilização foi um acto ético e cultural.

O seu famoso *Cristo Amarelo*, pintado na fase de Arles (1889), não representa nem o Cristo histórico nem hagiográfico, mas o seu próprio *ídolo*. Gauguin ter-se-á inspirado numa rústica gravura em madeira bretã de finais da Idade Média⁴³. O que lhe interessava era esse arquétipo icónico, esse elemento permanente que lhe sustentava e fundamentava a dimensão simbólica: «Para Gauguin, a obra de arte, como um símbolo, deve estar desligada de qualquer ocasião particular, da mesma maneira que um crucifixo está desligado da Crucificação»⁴⁴. O plano de cor sólida e pesada, ao contrário do instante difuso dos impressionistas, procurava essa estabilidade e essa resistência atávica do ídolo. O *Cristo Amarelo* não pertencia à realidade presente, por isso nunca poderia ser captada pela imediata e superficial sensação impressionista. Daí a «posição estática» que defende Gauguin: «Deixai que tudo à vossa roda respire a calma e a paz da alma. Evitai também movimento numa pose»⁴⁵.

A dimensão pós-impressionista de Gauguin era fornecida pelo seu esforço no esbatimento

³⁹ ARGAN, Giulio Carlo. *Op.cit.*, p. 120.

⁴⁰ Cit. in HESS, Walter. *Op.cit.*, pp. 54-62.

⁴¹ «(...) pouco a pouco a civilização vai-se desligando de mim e eu começo com simplicidade, a ter apenas um pouco de ódio em relação ao meu próximo, e funciono animalmente, livremente com a certeza de um amanhã semelhante ao dia de hoje (...) Eu tenho um amigo natural, que vem para junto de mim todos os dias naturalmente, sem interesse. (...) Criança. É preciso sê-lo para pensar que um artista é algo de útil para os outros».

GAUGUIN, Paul. *Noa Noa*, Ulmeiro, Lisboa, 2000, p. 33.

⁴² «A liberdade da carne deve existir, caso contrário é uma escravidão revoltante. Na Europa, a cópula humana é uma consequência do amor; na Oceânia, o Amor é uma consequência do coito». *Ibidem*, p. 13.

⁴³ Cf. PEVSNER, Nijolaus. *Op.cit.*, p. 73.

⁴⁴ Cit. READ, Herbert. *Op.cit.*, p. 36.

⁴⁵ Cit. in *Idibem*, p. 33.

das próprias transições atmosféricas evidenciadas pelo impressionismo, que o próprio experimentou, em função dessa estabilidade do plano de cor e da configuração formal. Não lhe interessaram as nuances e interferências dos reflexos de luz e cor entre as coisas, mas a luz que emanava da cor das coisas. Tratava-se de «espacializar a sensação»⁴⁶. A cor em Gauguin não era mera sensação porque queria abarcar a consciência. A sensação cromática devia transmitir um pensamento, «estimular a imaginação como faz a música (...) apenas através da misteriosa afinidade que existe entre certas combinações de linhas e cores e a nossa mente»⁴⁷. A cor devia ultrapassar a sensação tal como a imaginação ultrapassava o real, num esforço de ultrapassagem da aparência banal da realidade exterior.

Gauguin retirou a profundidade espacial e transferia-a para o tempo das formas⁴⁸, num salto entre a segunda e a quarta dimensão que agarrava um tempo remoto e mítico da realidade, um tempo das origens que não podia ser representado, mas que podia *estar* na pintura.

Toulouse-Lautrec: o impressionismo imoral

«Com mil diabos, não tem vergonha esse
Lautrec; não faz
cerimónia nem no que toca aos seus de-
senhos, nem às cores que aplica.»

Félix Fénéon, jornalista e anarquista⁴⁹

Fascinado por Manet e Degas, Toulouse-Lautrec (1864-1901) desenvolveu uma pintura sobre a «fauna humana» das noites pa-

risienses. Tal como Degas, preferiu temas com movimento, como corridas de cavalos, circos ou *music-hall*, num grafismo de contornos lineares ao mesmo tempo sintéticos e vibrantes, numa cor colocada linearmente deslizando nas superfícies, ou ainda de enquadramentos abruptos. Os instantâneos enquadramentos que a fotografia descobria, rompendo com as tradicionais poses para a pintura, tinham sido trabalhados por Degas, como meio de repensar a composição em função do instantâneo. Lautrec explorou o impacto comunicativo destas soluções que inclusive transportou para o cartaz, de que seria um dos renovadores de finais do século XIX. O seu instantâneo não era sensorial, como no impressionismo, mas comunicativo. Precedendo a intenções estéticas, a sua arte era informação⁵⁰. A percepção não era apenas visual, mas também psicológica, em que nada era representado como sendo algo em si mesmo, mas agindo através de relações, o que a tornava uma pintura de dimensão social⁵¹. Se o impressionismo foi um modo novo e revolucionário de pintar sobre motivos velhos, Lautrec descobria com meios derivados do impressionismo motivos actuais.

Se nos cavalos e dançarinas os temas de Lautrec poderiam aproximar-se de Degas o fascínio pelas mulheres levava-o a aproximações com Renoir. Porém as diferenças insistem por motivos análogos a que as suas dançarinas do *Moulin Rouge* divergem das do bailado clássico de Degas e as suas danças não correspondem às do *Moulin de la Galette* de Renoir. Se Renoir se associou ao *Moulin de la Galette*, Lautrec associou-se ao *Moulin Rouge*, o que equivale

⁴⁶ POLANCO, Aurora Fernández. *Fin de siglo: Simbolismo y Art Nouveau*, História 16, Madrid, 1989, p. 32.

⁴⁷ ARGAN, Giulio Carlo. *Op.cit.*, p. 118. «Quanto ao músico, ele é um privilegiado. Sons, harmonias, mais nada. Vive num mundo especial. A pintura também devia ser considerada como algo aparte; irmão da música, também ela vive das formas e das cores. Aqueles que pensavam de outro modo estão muito perto da derrota». GAUGUIN, Paul. *Op.cit.*, p. 13.

⁴⁸ ARGAN, Giulio Carlo. *Op.cit.*, p. 116.

⁴⁹ Cit. in FELBINGER, Udo. *Henri de Toulouse Lautrec. Vida e obra*, Kónemann, Colónia, 1999, p. 67.

⁵⁰ «(...) já não se trata de arte no sentido da beleza estética, mas sim de transmissão de notícias, de informação». EVERS, Hans Gerhard. *Do Historicismo ao Funcionalismo*, Editorial Verbo, Lisboa, 1985, p. 190. Para tese análoga, ver também ARGAN, Giulio Carlo. *Op.cit.*

⁵¹ ARGAN, Giulio Carlo. *Op.cit.*, p. 126-127.

à diferença entre a *diversão* e o *vício*⁵² que tinha justificação geracional. Era o mesmo bairro, mas em tempos diferentes. Diferentes eram também as mulheres de Renoir das de Lautrec. Uma das mais famosas afirmações de Renoir foi sobre as mulheres: «A mulher nua sai do mar ou sai da sua cama; se se chama Vénus ou Nini, melhor não se poderá encontrar». Para Lautrec já só havia Nini⁵³. E as suas mulheres não estão como em Renoir no momento da sedução e de uma nudez recente. Em Lautrec elas tiveram a travessia do vício e da culpa

O «esboço do conteúdo»⁵⁴ de Degas estilizava-se e sintetizava-se em Lautrec. Tal como Degas, que só por isso já se podia apresentar como um falso impressionista, Lautrec tinha os conteúdos densos que Van Gogh não tinha. Neste havia um claro desequilíbrio entre a agi-

tação do gesto e serenidade do mundo, portanto era o gesto que fazia significar. Por seu lado, Cézanne não quis ter porque a ontologia do mundo era já por si só demasiado densa e complexa de se transferir para a pintura. Se Van Gogh era um desesperado idealista e Cézanne um obsessivo da experiência e da dúvida, Lautrec tinha um terno e agudo sarcasmo que ampliava a sua eficácia comunicativa.

«Sobre o novo valor da percepção sensorial descoberta pelos impressionista, Cézanne descobre um pensamento, quase uma filosofia; Van Gogh, uma moral desesperada; Seurat, uma nova ciência. Toulouse analisa a sensação como estímulo psicológico, (...)»

Giulio Carlo Argan⁵⁵

⁵² NÉRET, Gilles. *Henri de Toulouse-Lautrec. 1864-1901*, Benedikt Taschen, Colónia, 1994, p. 64.

⁵³ *Ibidem*, pp. 36-37.

⁵⁴ EVERS, Hans Gerhard. *Op.cit.*, p. 177.

⁵⁵ ARGAN, Giulio Carlo. *Op.cit.*, p. 127.

Impressionismo e cinema

Fernando Paulo Rosa Dias

«A influência do meu pai sobre mim é inegável, mas manifesta-se sobretudo nos mais pequenos pormenores da vida quotidiana.»

Jean Renoir, «Ma Vie et mes Films»

As marcações que o impressionismo teve na cultura francesa, que atravessou na pintura o pós-impressionismo e o ambiente simbolista francês de fim do século, fizeram-se reflectir no processo cultural das primeiras vanguardas, estendendo-se a outras artes como o cinema, apesar das distâncias temporais e técnicas, numa linha que se pode estender de Jean Renoir e René Clair ao «realismo poético» francês. Jean Renoir, um dos mais importantes cineastas franceses do século XX, era filho de Auguste Renoir, nome histórico da pintura impressionista, ligação familiar que obriga a descortinar outras heranças e afinidades entre o cinema de um e a pintura de outro. Não por acaso, pertencem a Jean Renoir as obras cinematográficas com as quais se têm estabelecido as maiores proximidades com essa herança impressionista.

Partie de Campagne (1936-46) de Jean Renoir, foi o filme emblemático dessa possível proximidade. Baseando-se numa novela de Guy de Maupassant, abordava um passeio familiar aos campos em torno de Paris, e nos jogos de sedução domingueiros entre homens e mulheres. Filmado no Verão de 1936, o filme seria interrompido e só terminado apenas em

1946, numa versão mais curta¹. Mas foi esta contingência que uma montagem sobre o material filmado resolvia, fornecendo ao filme uma autonomia e uma abreviação, que lhe determinou um ambiente de frescura da luz, do tempo e da própria moralidade da sedução erótica. Tal ambiente remete para as pinturas do pai do cineasta em torno dos remadores ou dos passeios e piqueniques domingueiros nos arredores de Paris, tais como *O lugar do Banho* «*La Grenouillère*» (1869) ou *O Almoço dos Remadores* (1881). Centrando-se nas interações entre homens e mulheres para melhor mergulhar no interior desta quotidianidade de prazer e felicidade, a pintura de Auguste Renoir demitiu-se dos problemas sociais e políticos do seu tempo, excluiu-se dos problemas do seu tempo social e histórico envolventes. Nestes quadros, o olhar circula pelas várias personagens vendo em todas elas casos de rica significância de quotidiana e descomprometida felicidade. Do mesmo modo, sem nenhum drama, nem sequer uma história concreta para relatar, mas apenas os seus banais gestos e olhares interactivos, sem protagonistas ou excessos de relevância de personagens individuais, a pintura faz circular o olhar numa cintilação de luz que decide o ritmo global do quadro. *Partie de Campagne* remete-nos também para o interior dos ambientes sociais e naturais das referidas pinturas, acompanhando uma narrativa, que desliza mais num fluir do tempo do que segue um argumento em

¹ COSTA, José Manuel. *Partie de Campagne* (ficha do filme), in *Jean Renoir. As Folhas da Cinemateca*, Lisboa: Cinemateca Portuguesa, 2005, pp. 83-87.

forma de romance. Tudo converge tão suave como desmedidamente *para um beijo*, o plano mais aproximado de todo o filme e momento de charneira para uma espécie de epílogo.

O filme explora como, no passeio em grupo, se efectuam as aproximações e seduções, ou seja, como se desenvolve o isolamento de Rodolphe (o remador) e Henriette (filha de um comerciante parisiense em passeio) relativamente aos respectivos grupos. A paisagem serve de moldura envolvente, apresentando-se como outra personagem, mas não actuando pesadamente sobre as personagens, para apenas fazer parte de um atmosfera luminosa e do escoamento do tempo. A câmara consegue facilmente sair das personagens e estender-se à natureza, percorrer a amplitude destas e de novo regressar. Tendo ficado a montagem reduzida ao material que existia, que era ao ar livre, o filme sublinha esse acto de captação das pequenas manifestações da natureza, na boa tradição do pitoresco e do impressionismo pictóricos, tornando-se paradigma de uma das marcas de Jean Renoir, do não controle e domínio da natureza, de uma capacidade maior de captar do que construir, atitude semelhante aos pintores impressionistas. Os pequenos caprichos da natureza parecem absorvidos pela sequência narrativa, como que produzindo o argumento (que mal parece inspirar-se num romance prévio). Tudo parece ter acontecido, porque as condições da natureza assim o permitiam – de facto, Jean Renoir alterou várias vezes o argumento em função do tempo que fazia nos locais escolhidos para as filmagens: «Escrevi o argumento pensando nos sítios onde os filmaríamos, porque eu conhecia bem essa região do Loing, junto de Montigny. (...) Então, mais uma vez mudei o argumento, e adaptei-o ao tempo da chuva. É por isso que temos sequências de chuva que

não estavam previstas no argumento original (...)»².

Além de preferir a natureza captada directamente, e não a cenografia artificial a impor ambientes às personagens (opondo-se à escola expressionista alemã), Renoir também prefere o filme sequência, não a montagem manipuladora dos sentidos das coisas (opondo-se à escola russa). O que subsiste é esse mantimento da filmagem na sua captação das situações. Não há afectação da cenografia, nem o choque da montagem, mas essa fluidez e leveza da temporalidade e sequencialidade das coisas. Numa das cenas determinantes é no próprio jogo da sedução, quando Rudolphe e Henriette estão sozinhos no bote, ela refere-se à natureza, descrevendo-a como se esta fosse o fundo certo para a atracção entre os dois.

Do mesmo modo os enquadramentos mantêm uma distância que absorve a relação das figuras em grupo com a natureza envolvente. O desenvolvimento do filme é exactamente uma gradual aproximação às personagens (ao casal), que culmina no grande plano do filme (o beijo), momento de charneira, para o qual tudo convergiu e pareceu afunilar, fornecendo sentido ao epílogo seguinte. Também a relação com as personagens participa na estrutura do filme. Se no início somos apresentados, através de um diálogo a um pescador de rio, à família Dufour (de Henriette), somos logo introduzidos num ambiente colectivo em que tudo se vai desenrolar para, aos poucos, e acompanhando o sucesso da sedução (afinal toda a estratégia estava em conseguir isolar as mulheres do ambiente familiar), se efectuar uma aproximação às duas personagens do beijo e, a partir do seu isolamento no barco, será entre eles que irão decorrer quase todas as restantes sequências. A capacidade de inicialmente se mover descentrado de protago-

² RENOIR, Jean. Entrevista in *Cahiers du Cinema*, n.º 78, Natal.1957, cit. in catálogo *Jean Renoir*, Lisboa: Cinemateca Portuguesa, Novembro.1994, p. 260.

nistas, de olhar cada personagem com a mesma importância, é uma das marcas do cinema francês – e, mais uma vez, poderíamos observar uma herança da pintura impressionista, que fornecia a mesma importância a qualquer zona do quadro, a cada cintilação e fenómeno luminoso nele lançado. Não há heróis nem anti-heróis, mas esse leve ritmo e clima colectivo e global. Nenhuma personagem chama excessivamente a atenção sobre si fazendo esquecer as restantes. É sempre com o clima global que tudo comunica.

Os jogos de sedução e galanteio fazem parte da tradição do pitoresco do rococó setecentista francês, sobretudo dos pintores Boucher, Watteau e Fragonnard, dos quais o pintor Auguste Renoir seria um dos maiores continuadores. No famoso quadro *Moulin de la Galette*, de Auguste Renoir, o olhar circula entre as várias personagens, entre gestos e olhares que marcam um interactivo ritmo colectivo, fornecendo um fluxo de seduções no interior de uma dimensão colectiva a funcionar entre os dois sexos. Não há protagonistas a dominarem a composição, mas esse ritmo de que todos participam, pelo que o olhar tanto se fixa numa personagem como parte desta para outra, tal como segue a luz e a cor. Do mesmo modo não há heróis nem anti-heróis, não há o bom nem o mau, pelo que, nenhuma personagem se ajusta a uma dicotomia moral.

Partie de Campagne evolui gradualmente do ritmo colectivo até ao contacto erótico (o beijo) de Henriette e Rudolphe. Depois do beijo surge uma tempestade (de novo a natureza como protagonista ambiente) e segue-se um *travelling* pela chuva e natureza que, sempre em sequência, recupera a narrativa humana alguns anos depois com a imagem de Rudolphe sozinho no barco, dirigindo-se ao local do beijo onde surpreende Henriette com o seu marido. Esta cena de reencontro fornece todo um novo sentido ao filme, um sentimento de

culpa e uma consciência de classe. Henriette já está casada e só então se insinua que a atracção, que culminara na cena do beijo, era impossível perante a distância social. Resta a recordação com a sua consolação e culpa revelado no breve diálogo (o mais comprometido de moralidade em todo o filme).

Nos quadros de Auguste Renoir nunca há este corolário, portanto, nunca há culpa. Tudo fica nesse jogo sedutor de véspera em que a pintura capta os seus instantes – e a moral parece tão leve como os reflexos luminosos que rodopiam em torno dos gestos animados desses jogos de luz e cor. Do mesmo modo, apesar de Renoir ser o que, do núcleo mais importante de pintores impressionistas (não incluindo Degas), mais se aproxima de uma dimensão humana, nada se denuncia sobre a condição e estatuto social. Só um esforço quase meta-pictórico e especulativo, para além da imagem, é que insistiria em tentar descobrir a condição social das personagens na pintura de Auguste Renoir. Exactamente aquilo que assinala toda a diferença entre a pintura e o cinema, a temporalidade, não deixa de assinalar uma peculiar aproximação. Se a pintura, na sua imobilidade, é captada por Auguste Renoir, enquanto impressionista, como um instante sem continuidade, em que o tempo coincide com cada cintilação cujo ritmo se dá na extensão espacial do quadro, em Jean Renoir é a não imobilidade do cinema que obriga a uma continuidade temporal, impedindo-nos de ficar em cada cintilação, porque o tempo que a faz aparecer logo a retira, sendo o ritmo da luz dado agora no tempo. O cinema tem portanto corolário, transporta consigo a tempestade que interrompe o beijo e, sobretudo, essa situação após o beijo, em que a moral e o remorso do acto se manifesta. Neste filme em particular, a proximidade de Jean Renoir com o pai foi o facto de, apesar de se expressar no suporte cinematográfico, deixar essa culpa para um

breve corolário (graças ao facto do filme ser inacabado, o que corrompeu a planificação inicial e lhe forneceu a frescura de um «filme sempre completo e sempre incompleto»³, ou de um «filme curto que seria completo» e «sem sobras» de material filmado⁴), como que não querendo estar com os remorsos ulteriores ao beijo, após ter estendido no tempo todo o processo de sedução. Na pintura de Auguste Renoir, os pequenos instantes, de gestos e cintilações, que circulam no interior do instante global do quadro, protegem-se desses momentos da culpa, enquanto que no cineasta Jean Renoir, a extensão temporal arrasta qualquer instante até a um tempo mais global de duração, levando-o até à sua consequência e culpa.

Maiores diferenças podemos encontrar no filme que Jacques Becker realizou com a reconstituição de *Casque d'Or* (*Aquela Loira*, 1952) nos ambientes sociais de *Le Moulin de la Galette* (1876) de Auguste Renoir. Existe uma dimensão dramática neste filme, de amores frustrados e enganados, que não existe nem perturba o famoso quadro de Renoir. Se na pintura de Auguste Renoir funciona apenas o prazer da sedução, sem desilusões nem arrependimentos, o filme de Becker atravessa-se com as suas dramáticas consequências. Se em *Casque d'Or* é a consequência, a culpa e o sofrimento que se sublinha, em *Partie de Campagne* é o que se abrevia, com maior aproximação à pintura de Auguste Renoir.

Noutros filmes de Jean Renoir encontramos a mesma facilidade de afastamento de um centro individual ou protagonista, para se mover em ambiência social descomprometida, tais como *Eléna et les hommes* (*Helena e os Homens*, 1956) ou *Le Déjeuneur sur l'Herbe* (1959). A facilidade em mover a câ-

mara de filmar, sem obsessões e rigores de enquadramento, para a tornar leve e contingente, afastando-se das personagens principais com a mesma facilidade que a elas regressa, sem dependência nem destes nem de um argumento, permite a própria leveza de um fluxo temporal num discorrer decomprometido e prazível. Não há tensões de classes sociais nem emocionais, desenvolvendo-se as relações numa sedução sem compromisso nem drama.

Ambos os filmes (o primeiro num carácter ainda experimental, o segundo mais efectivo) foram filmados explorando uma multiplicidade de câmaras simultâneas, o que permitiu uma maior liberdade de movimentos dos vários actores, como também a melhor recuperação de uma sequencialidade e fluidez temporal na montagem. A realidade surge filmada de múltiplas facetas que o filme reúne uma continuidade única, sem sobreposição, mas em continuidade. Como também há uma maior liberdade na facilidade em se desviar e regressar aos protagonistas.

Le Déjeuneur sur l'Herbe, filmado em cenários naturais, uma clara homenagem a Manet e ao impressionismo, desenvolve-se como uma espécie de fábula em torno da contracepção artificial, contrapondo as pulsões do amor carnal e natural ao rigor e frieza da ciência obstinada. Confrontado numa atracção entre uma bela mulher com um génio da ciência (Professeur Alexi) é da derrisão dos princípios deste, desfeitos perante a presença da ingénua e bela camponesa (Nénette), que o filme se desenvolve⁵. A natureza, enquanto fundo panteísta, parece dar continuidade a elementos de *Une Partie de Campagne*, mas o que neste era mais poético e contemplativo (e só

³ COSTA, João Benard da. *Da vida e da obra de Jean Renoir*, in *Ibidem*, p. 132.

⁴ RENOIR, Jean. Entrevista *Cahiers du Cinema*, n.º 78, Natal, 1957, cit. in *Ibidem*, pp. 260-263.

⁵ Cf. Christophe, «Cinetudes. Le Ciné Club Virtuel», 30. Setembro 2005, in <http://www.cinetudes.com/index.php?action=article&numero=110> [consulta: 3. Abril 2006].

no beijo se verifica um envolvimento dos corpos), atingia agora aspectos afrodisíacos e de mais profunda pulsão sexual⁶, quase dionisíacas. Se em *Une Parite de Campagne* a sensualidade estava inscrita na descrição da paisagem por Henriette, em *Le Déjeuner sur l'Herbe*, a sexualidade manifesta-se na música da flauta de um pastor, uma metáfora directa de Pan.

Se *Partie de Campagne* estava carregada de metáforas sexuais nos diálogos, elas centram-se na pesca (lançar o isco, etc...), no barco (quando Henriette diz que tinha um «desejo louco de andar» no barco de Rodolphe e que «o seu modo de remar dá ideia de que deslizamos») e estavam em função de um processo de sedução, ou seja, havia uma dimensão metafórica que fintava a moral e que depois surpreendia os corpos na cena do beijo. Em *Déjeuner sur l'Herbe*, a sexualidade invade os corpos e os gestos, como uma pulsão natural que não dá oportunidade à intromissão da censura moral.

Estas orientações também seriam assinaláveis, com modos diferentes, noutros cineastas franceses, como René Clair. Em *Sous les Toits de Paris* (1930), tudo escoia na capacidade de fazer vagar a câmara num movimento sem centro. A canção colectiva inicial que se ouve sobre os tectos de Paris, e que em crescendo nos leva até às personagens num embalado movimento da câmara, passa por várias destas sem se fixar. Os protagonistas estão já lá, mas não suspendem o movimento da câmara. Esta continua enquadrando outras figuras como se tivessem a mesma importância ou como se ainda qualquer uma delas pudesse ser protagonista.

Em *A Nous la Liberté* (1931), René Clair confronta a ordem com a desordem. A ordem serial e maquinal da prisão e da fábrica, postas

em analogia, são subvertidas pela personagem principal. A produção da fábrica que exige ritmos mecanizados para a sua eficácia é corrompida pela personagem apaixonada. O seu desejo e sonho, mais amoral que imoral, revela uma inocência cândida que se manifesta como elemento subversivo da ordem tecnológica com a sua repressão racional do vivido. A personagem é semelhante a Charles Chaplin de *Tempos Modernos*, mas enquanto que este se centrou no indivíduo, na alienação dos seus gestos pela produção em série da fábrica, René Clair partiu do indivíduo para o colectivo, fazendo do primeiro um elemento desregulador da repetição de ordem colectiva. O que vemos depois são as consequências desse desvio à ordem de um elemento individual no âmbito da ordem reguladora do colectivo. Sintomático é ser a paixão pela rapariga o motivo que distrai a personagem e que faz mover esse desvio.

É esta dimensão subversiva, inocente e sem culpa, que permitiu a René Clair conceber com o pintor Francis Picabia aquele que se tornou o clássico filme do dadaísmo: *Entr'acte* (1924). Esta curta-metragem foi criado como um divertimento cinematográfico intercalado num bailado. Não é o choque de absurdos de sentido que se verificaria depois em *Un Chien Andaluz* (1929) de Buñuel, mas a «poesia dadaísta e o seu gosto pelas metamorfoses surpreendentes ou mistificadoras»⁷. Sem a mesma violência do colapso do sentido anunciado de Buñuel, é uma espécie de ritmo entrelaçado, um subtil fluxo que reúne os absurdos, sem oposição mas apenas desvio sequencial. Assim surgem Man Ray e Marcel Ducamp a jogar xadrez, e Picabia e Erik Satie que arrasaram um canhão. Picabia mata a tiro o bailarino Jean Borlin e inicia-se um bizarro funeral-perseguição. Se inicialmente o filme tem um ritmo

⁶ «Cette séquence qui suit la scène d'amour lourde de conséquences est le point culminant de la représentation de la symbiose des amoureux avec une mère Nature qui déchaîne les pulsions humaines. Au contraire, dans *Le Déjeuner sur l'herbe*, le panthéisme aphrodisiaque est montré de manière plus évidente et donc moins poétique». *Ibidem*

solene, no funeral tem um ritmo agitado e desordenado. No final Jean Borlin, vestido de mágico, fazia desaparecer os perseguidores e depois a si próprio.

O cinema francês, sobretudo da década de 1930, assumia assim uma posição própria ao ser confrontada com outras escolas marcantes do tempo. O cinema alemão preferiu a metamorfose cenográfica, o que mudava no mesmo de uma realidade filmada. O cinema russo preferiu o choque dos planos, o que mudava abruptamente enquanto filmado. O cinema francês preferiu seguir as coisas, deixando a sua mudança quase tão fluida como a mera passagem do tempo. O cinema alemão preferiu trabalhar as relações no interior do plano. O cinema russo, as relações entre os planos. O cinema francês, procurou sair fora do plano, explorar relações com o que em cada momento (plano) não está incluído.

Esta típica leveza do movimento da câmara do cinema francês, abre e rompe o limite do enquadramento, indo ao encontro dos aspectos que este exclui e respirando para além dos limites que impõe. Esta capacidade de constantemente respirar a atmosfera que excede o

plano, encontrava-se já na pintura de Degas ou de Lautrec, cujos cortes abruptos, mas não violentos, lançavam o olhar para além do limite do plano, efectuando um desvio que atenuava os rigores da composição centralizada e a importância de figuras centrais. Nestas pinturas, o enquadramento era visto como limite do plano perante as possibilidades do real. O cinema suaviza ainda mais o corte do plano ao movimentá-lo, abrindo-o ao mundo para além desse limite. O fechamento do plano apreende relações com o aberto de um todo espaço-temporal e flui no seu interior fazendo com que a câmara se mova para atravessar o não visto. Não há salto dialéctico de *um todo* para *outro todo*, como no cinema russo (sobretudo Eisentein), mas uma metamorfose para um *outro* que já estava instalado no *um*, uma espécie de extensão do plano para além do seu enquadramento, para além do seu limite. Deste modo, o movimento da câmara descobre «espaço ao espaço», incorpora no campo o fora de campo apreendendo «sob uma forma agradável e feérica esse todo do tempo que se confronta com as variações do presente»⁸.

⁷ SADOUL, Georges. *História do Cinema Mundial II*, Livros Horizonte, Lisboa, 1983, p. 240.

⁸ DELEUZE, Gilles. *A Imagem-Movimento. Cinema 1*, Assírio & Alvim, Lisboa, 2004, p. 72.

A bonomia do sábio

Justino Mendes de Almeida

Contava-me o Prof. Manuel Heleno¹, o mais constante dos discípulos do Mestre Leite de Vasconcelos² nos percursos da Arqueologia, que um dia numa dessas múltiplas caminhadas, encontraram um homem do campo com uma gaiola e um pássaro lá dentro.

Inesperadamente, o Mestre interpelou o campónio, não para lhe fazer qualquer pergunta de interesse linguístico ou etnográfico, como era seu hábito, mas para perguntar se o homem queria vender a gaiola. Responde este que sim. Leite perguntou o preço e não discutiu um tostão. Feito o negócio, Leite abre a gaiola e lança a ave em liberdade, ao mesmo tempo que dava uma gargalhada cristalina, perante o ar apalermado do camponês e o pasmo do Dr. Heleno, que não mais esqueceu este acto que me descrevia para pôr em contraste o homem capaz de gestos como este, e o professor, de uma dureza implacável, no julgamento de acções científicas.

De outra vez me contava o Dr. Durval Pires de Lima³ que estavam em aula no museu quando vieram comunicar a morte de D. Carolina Michaëlis de Vasconcelos⁴. O Doutor Leite, na presença dos alunos, desatou a chorar como uma criança...

Tenho outros testemunhos de discípulos seus que ajudariam a traçar um perfil mais exacto de Leite como Homem. Hoje, porém,

apenas recordarei o engraçado auto-retrato enviado por Leite de Vasconcelos, escondido nas páginas de *O Instituto*, onde poucos vão lê-lo, ainda que já divulgado, mas só em parte por um grande filólogo brasileiro, Serafim da Silva Neto⁵, que se considerava, como mo disse, verdadeiro discípulo do Mestre:

Estatura mediana. E, p'ra consôlo
Da fuga do cabelo, barba inteira,
Encrespada em aneis, num negro rolo,
Como silvestre matagal da Beira.

Embora dia a dia afeito às iras
Do astro que com seu fogo a vida espalha,
Jamais sem *Sonnenschirm* tu me viras,
Nem na cabeça alvo chapéu de palha.

E, como desafio ao clima duro
Onde vive entre nevoas o Eslovaco,
Sobraço sempre (porque é mais seguro
Suar do que tossir!) grosso casaco.

Na mão conduzo a minha mala, cheia
De alfarrabios, cadernos, papelada,
Como farto museu, que me recreia
Das fadigas e estorvos da jornada.

Ando assim percorrendo grande parte
Da velha Europa, – os Sénones, os Boios:
Ora cativo das bellezas da arte,
Ora morto de enfado nos comboios.

¹ Manuel Heleno (1894-1970). Arqueólogo português. Estudos e escavações em Tróia, Carenque, Monte Real, Alentejo, etc.

² Joaquim de Vasconcelos (1849-1936). Historiador e crítico de arte português, com obra gigantesca e variada.

³ Durval Pires de Lima. Funcionário da Biblioteca Popular de Lisboa, autor de obras de índole histórica.

⁴ Carolina Wilhelma Michaëlis de Vasconcelos (Berlim, 1851 – Porto, 1925). Notável investigadora da língua portuguesa da época medieval e clássica, foi casada com Joaquim de Vasconcelos.

⁵ Serafim Pereira da Silva Neto (Ilha do Governador, 1917 – Rio de Janeiro, 1960). Licenciado em Direito e doutorado em Letras. Autor de numerosa obra na área da filologia e da cultura portuguesa. Foi durante algum tempo docente da Faculdade de Letras de Lisboa.

Dos sábios, com quem trato, levo ufano
Lição, exemplo, affecto, ensinamento:
Como se diz do frade franciscano,
Que não volta sem nada p'ra o convento.

Nascido na ribeira do Occidente,
Das tradições da Lusitania herdeiro,
Acharás, por ventura, surpr'hendente
Que eu tenha um pouco o espírito viageiro ?



Por esta miniatura que te mando
(E quem a vir não zombe, mas admire-a...)
Já facilmente me conheces, quando
Eu puser de pé no verde chão da Estyria.

Em meio do confuso ajuntamento,
No *Bahnhof*, ao sahir a multidão
Em ondas e torrentes, ólha attento
P'ra onde mais te bater o coração:

Esse o sinal de que já venho perto,
Pois tambem forte o meu me baterá,
Num sobresalto, num prenúncio certo
De que co'o amigo em communhão está.

Oh! Amigos! Amigos! Hoje em dia
Tão raros elles são e tão escassos,
Que podes calcular minh'alegria,
Por fim, ao apertar-te nos meus braços!

Memórias calipolenses

António Rosa

Que viagem tão incómoda. Não suporto estar mais tempo sentado neste banco horrível que me desconjunta. Mas acho que o martírio está a chegar ao fim, porque já vejo o meu querido castelo à esquerda, por entre as cortinas pardas de pano-cru deste autocarro fedorento, enebadas por anos consecutivos de utilização sem limpeza. A viatura está neste momento a subir a avenida com esforço, bem patente no roncar do motor, e vai virar para a praça, onde descansará um pouco, frente à Pastelaria Azul. A minha viagem está a chegar ao fim, graças a Deus. É uma verdadeira odisseia viajar nestas carreiras do João Cândido Belo, de Setúbal, mas a outra alternativa, o comboio, ainda se revela mais penosa.

Enfim, chegámos. Com o motor a trabalhar ao *ralenti*, a vibração dos vidros das janelas cheias de folgas é enorme. Até parece que a camioneta se vai desconjuntar toda. A azáfama na coxia é enorme. Já está tudo em pé, num grande reboiço de cestas de verga e sacos. Acabei de receber dolorosa cotovelada de uma velha, toda vestida de preto e com o chapéu sobre o lenço, que com uma cesta vermelha, enorme, leva tudo e todos à frente. Ouço agora as escadas a serem desdobradas e a baterem forte nas chapas da traseira da camioneta. O cobrador, lá em cima, apressa-se a desprender a rede que segura as mercadorias e as bagagens mais volumosas que se não transportam no interior. No solo, o Manel Lambão, com o seu boné sebento de aviador, colocado às três pancadas, e com desleixada barba de duas semanas, ajuda na descarga de uma bicicleta pedaleira nova, ainda com restos de papel

pardo a embrulhar-lhe o quadro e o guiador. Certamente irá para a barbearia do João Ramos, para ser vendida a prestações, enquanto o dono pedalará ainda muitos meses a caminho das pedreiras até que diga que é sua.

Cá em baixo, a atrapalhar a saída dos passageiros, colocado quase em frente das escadas da porta, está o carro de mão já com uma série de caixas de cartão para serem levadas para um monte de encomendas no interior da pastelaria, que serve simultaneamente de terminal rodoviário.

Lá dentro, num ambiente escuro e sujo, existe um balcão desorganizado, com pequenos copos de vidro grosso onde foram servidos cafés de saco, já açucarados, e que a pressa da chegada da carreira não deixou recolher. As paredes, todo o mobiliário e até o tecto estão pintados de azul-bebé. Não é sem razão fundamentada que se chama “Azul” a uma pastelaria que tem o privilégio de ser a única e de se localizar no sítio mais central da vila. Se não fosse azul, teria forçosamente de ser “Central”. Mas o seu azul já tem sombras acastanhadas no tecto, da nicotina do fumo de milhares de cigarros que ali foram fumados ao longo dos tempos. Olhando ao pormenor, também as paredes e a mobília, com cadeiras de madeira, de rabo-de-bacalhau, estão crivadas de pintinhas pretas de sujidade das moscas, que encontram ali verdadeiro paraíso.

A Aurora Bidais anda numa azáfama terrível, tentando controlar a venda dos bilhetes, o trabalho do Manel Lambão na descarga das encomendas, a saída dos bolos lá de dentro, o movimento dos clientes, enfim, tudo. Com a ajuda do

sobrinho, o Chico, pouco pode ela contar, que o rapaz ainda é novo e não percebe do negócio, mas mantém-se fiel a acompanhar a tia.

Não preciso esperar por bagagem a descarregar, pois trago apenas uma pequena mala de viagem com roupa para as férias, que transportei na rede sobre a minha janela na camioneta. Vou então descendo a praça pela faceira norte e saboreando com gozo extraordinário todos os pormenores que a vila sempre me oferece sem que eu lhos peça e constituem aquilo a que costumo chamar “qualidade de vida”. São estes pormenores que alimentam continuamente a minha saudade de alentejano na diáspora e me levam a fugir para cá sempre que as férias chegam.

Ando uns passos e começo logo a ter de me desviar dos cães do Melrinho que estão estendidos no passeio, a aproveitar o bom sol da manhã. Aqui, em frente da porta do mestre Zé Albardeiro, há sempre cães.

Passo agora em frente da mercearia do João de Deus Pina, onde eu comprava línguas de gato e beijinhos, que ele armazenava nuns grandes frascos de vidro sobre o balcão. Lá está, junto à guilhotina do bacalhau, com a sua bata cinzenta cor de rato e nariz afilado onde pousa enorme verruga e lápis atrás da orelha direita. Tem ar distinto e ao mesmo tempo exótico. É bastante alto e de cara muito pálida, com o cabelo farto e levantado para trás. Sempre me pareceu que a sua fisionomia não se enquadra com a profissão que tem.

Continuo a caminhar e passo pela loja do Pompílio. Está cada vez mais “na mesma”, esta loja. Aqui, o que me fascina é a continuidade do estabelecimento e o seu recheio. Desde que me lembro vejo sempre os mesmos capotes de burel pendurados à porta, as mesmas samarras e peliças, os mesmos bordas-de-água e chapéus de aba. Aqui, como que por milagre, o tempo não passa. Será que conseguiu vender alguma coisa nos últimos anos?

Se não fossem as propriedades e o dinheiro que consta ter, não sei como sobreviveria.

Estou a chegar à Comercial. Lá estão os senhores Zé Mariano e Raul de Carvalho atrás do balcão, ambos de óculos na ponta do nariz. Cá fora, a bomba da gasolina, o símbolo do progresso, baliza o quarteirão como se fosse um padrão dos descobrimentos em terras de África. Mas é imponente esta bomba. Sempre gostei de ver a gasolina a subir naquele tubo de vidro enquanto o funcionário dava à manivela.

Vou inflectir para a esquerda e dar uma passeata até ao Rossio, pois lembro-me que sendo quarta-feira, apesar das saudades que tenho da família – as quais poderei matar mais tarde –, não posso perder um dos meus pratos predilectos: o mercado.

Sigo na direcção da fonte da praça, onde uma mulher rodeada por dois garotos que brincam com a água e afugentam vespas enche um cântaro. No chão, junto aos degraus, já tem uma cantarinha cheia. Utiliza um sistema engenhoso: uma cana furada para encaixar na bica da fonte e encaminhar a água directamente até à vasilha, sem derrames. Agora que tem o cântaro cheio, coloca na cabeça uma trolha feita com uma trança de pano e num jogo mágico de equilíbrios corporais coloca o fundo do pesado cântaro sobre a trolha. Mais espectacular ainda é a maneira como, com o cântaro à cabeça, se agacha para abraçar a cantarinha que leva à cinta. A mão livre apenas sujeita, não segura, o cântaro em equilíbrio. E lá vai, para a Rua de Três, com as crianças atrás traquinando, despreocupada com o trânsito, que na realidade não causa preocupação.

Vou para a Rua de Cambaia. Deixo à minha esquerda o café do Costa, o enfermeiro. O café chama-se “Restauração” mas ninguém o conhece por esse nome. Lá dentro, os mesmos velhos do costume. Ao fundo, do lado direito da entrada, está uma mesa com o velho Bulhão, baixo e atarracado, com orelhas e na-

riz enormes, tismados pelo sol do campo. Encontra-se envolto no seu capote escuro de gola de pele de raposa, que só larga quase no pino do verão. Em frente está o Vento Suão, magro e de feições angulosas, com o boné puxado para a testa e o cigarro dependurado do lábio. Os outros dois parceiros do jogo dos cavalinhos são o Carramachil, dono de um dos carros de praça (táxi) e o velho Aldeágas, que tem um negócio de gravatas e lenços de assoar instalado numa mala de cartão sempre aberta num dos cantos deste mesmo café. São artigos bastante vendáveis, estes, e o negócio talvez não seja mau, pois não há homem que se preze que os não use pelo menos um lenço branco ao domingo, com a ponta a sair do bolso superior esquerdo do casaco. Oíço perfeitamente o barulho dos dados do jogo a serem lançados do copo de cabedal sobre o tabuleiro de madeira já escurecida de tantos e tantos anos de uso. As peças estão velhas e sebentas, como sebentos estão os jogadores que parecem repetir este ritual desde o princípio dos séculos, não podendo existir sem ele. Sem os cavalinhos morreriam. É obrigatório ocupar o tempo. Na mesa ao lado, vazia, está uma açucareira de inox com tampa e uma colher metida dentro. Há grãos de açúcar branco espalhado sobre o tampo da mesa...

Prossigo pela Rua de Cambaia. Passo em frente da mercearia do sr. Sebastião, que tem uma filha da minha idade, com olhos grandes e uma longa trança preta. Na faceira oposta, está o escritório do sr. Jeremias banqueiro, que na realidade não é banqueiro mas sim correspondente bancário e agente de todas as seguradoras. É aqui o verdadeiro centro do capital da vila. Letras, cheques, dinheiros vários, tudo por aqui passa, principalmente letras. Atrás do balcão de madeira pintada de cor creme, como aliás toda a casa, está o sr. Jeremias, com a sua alva careca e óculos redondinhos, de aro de ouro, colocados na ponta do

nariz, sempre a escriturar. A ajudá-lo está o Joaquim do Tibério, que o negócio justifica perfeitamente duas pessoas.

Continuo na minha caminhada e já de seguida encontro a barbearia do João Ramos. Aqui também o negócio justifica duas pessoas: ele próprio e o Pardalinho. A montra, pequena como aliás são quase todas as montras das casas comerciais, está repleta de artigos para bicicletas que fazem o meu fascínio. Não posso continuar sem me deter um pouco a apreciar toda esta série de acessórios, como faróis, dínamos, campainhas, jogos de travões, carretos, correntes e rodas pedaleiras. Também aqui a pobre decoração é creme, como no estabelecimento do vizinho. Em frente das duas cadeiras de barbeiro há dois espelhos e ao lado destes pequenas prateleiras de vidro com pentes, navalhas de barbear de aspecto perigoso, máquinas de cortar o cabelo e tesouras. Tudo muito brilhante. Há também escovas e frascos cilíndricos de metal para o pó de talco e para a brilhantina.

Por baixo fica a loja do Licínio, quase sempre vazia. Ele deve ter saído até ao café, que a freguesia não aperta. Magro e enfiado no seu fato escuro, passa o tempo a esfregar as mãos uma na outra, como quem está permanentemente com frio.

Segue-se a farmácia Monte, verdadeira instituição nacional, forrada de armários de madeira com alçados com portas envidraçadas, onde se vêem dezenas de grandes frascos de vidro castanho, com tampas também de vidro e rótulos esquisitos, com um logotipo que me parece uma abelha e indicações de conteúdos também esquisitos. Dois arcos envidraçados separam o mundo da alquimia do mundo do comércio. A rígida fisionomia do farmacêutico, de baixa estatura, bigode e bata comprida branca, bem abaixo do joelho, impõe respeito e não deixa quaisquer dúvidas à conformidade do preparado com a receita prescrita.

Em frente à farmácia mora quem passa as receitas, o doutor Jardim. Um verdadeiro João Semana em toda a acepção da palavra, a quem toda a Vila Viçosa tanto deve, agora já bem velhote.

Continuo calmamente a minha passeata rua abaixo. Detenho-me a apreciar a bela fachada de azulejos castanhos da casa do Caeiro, que tem a loja de fazendas por baixo e onde estão empregados o sr. Ramalho e um rapaz mais velho do que eu, o João Nogueira.

Aqui, deste lado da rua onde me encontro, está a ourivesaria dos Santos, com portas e montra protegidas por estores de ferro. O Santos pai, o sr. Arnaldo, tem uns óculos de lentes grossíssimas. Talvez tenha estragado a vista a consertar os relógios de bolso e actualmente de pulso, que têm peças muito pequenas no interior dos seus complexos mecanismos.

Em frente, do outro lado da rua está a barbearia do sr. João Filipe. Daqui a pouco, quando o Manel Lambão trazer *O Século* e o *Notícias*, vai ser um corrupio de gente a entrar e a sair. Lá está ele, com os óculos redondinhos na ponta do nariz e os suspensórios escuros a ressaltarem sobre a camisa branca, que uma tal barriga não aguenta cintos, ajeitando meticulosamente uma das suas alfaias de barbeiro enquanto não chegam os jornais.

Ouvi dizer que esta casa que fica aqui antes da ourivesaria, que é do Canhoto, vai entrar em obras e a loja do Arquimínio das máquinas de costura, a da Singer, vai deixar a avenida e passar para aqui. Era bom que trouxessem também aquele termómetro grande que têm ao lado da porta, pois assim o pessoal ficaria a saber a temperatura ambiente quando o desejasse.

Agora é a taberna do Joaquim Toscano que tenho à minha esquerda. Tem um degrau enorme, com altura disparatada. Nem é preciso estar embriagado para se cair dali abaixo. Mas então é a ginja que ele fabrica? Uma autêntica maravilha. O filho, o doutor Jeremias, não vive

aqui com ele. Tem casa e consultório médico ao canto do Rossio, em frente às aldeias.

Daqui até ao final da rua, tirando a casa da D.^a Vicência Ramalho, senhora muito simpática sempre com os seus óculos escuros, pouco mais há de interessante, a não ser a barbearia do Navalhinhas, a loja de bicicletas e artigos eléctricos do Zé Ramos, conhecido não sei porquê por Zé Idiota, mas que de idiota não tem nada. Esta loja está sem electricidade há vários anos, porque existe um diferendo entre ele e a Sofal que é a distribuidora da energia. Por ironia, uma loja de artigos eléctricos e que é simultaneamente oficina de electricidade não tem energia eléctrica.

Mais abaixo está ainda a padaria do Ferreira, que faz os melhores papo-secos de Vila Viçosa e que por vezes tem pilhas de esteva à porta, quase a obstruir a passagem da rua.

Na faceira oposta além da casa do Branco, com janelas de arcos góticos ao nível do primeiro andar, e que tem nos baixos a loja de fazendas do Nunes e do Diogo, só há a realçar a casa dos Amores, com uma fachada linda de azulejos e uma arquitectura de muito gosto. É uma pena estar sempre fechada, pois o proprietário, o professor Galhardas, reside no Alandroal o ano inteiro e só cá aparece pelas festas de Nossa Senhora da Conceição.

A fechar a rua, pelo lado direito de quem desce, como eu o faço agora, fica a mercearia do Eduardo Pina, com portas para esta rua e para o Largo do Rossio. Aqui se consertam guarda-chuvas, se fazem gaiolas para grilos e para pássaros. Aqui se arranjam ratoeiras e muitas outras coisas que só a paciência e a habilidade manual de quem parece ter todo o tempo do mundo, consegue arranjar. Nos armários de parede há de tudo, desde barbilhos para chibos até à famosa "Farinha 33", passando por esfregões de palha-de-aço e mata-moscas, com uma lógica de arrumação e ordenamento que talvez um dia eu venha a compreender.

A Rua de Cambaia está hoje mais movimentada do que é habitual. Deve ser por ser quarta-feira, dia de mercado. Estou a chegar ao Rossio e a agitação aqui é grande. Os barateiros já ocupam, com as suas tendas improvisadas, quase um quarto do recinto.

Aqui ao canto, na primeira posição, está o sr. Isidoro, o verdadeiro “barateiro”, sem mais epítetos, com os dois filhos a ajudá-lo. Não consigo compreender qual é a necessidade que ele tem de montar tenda no mercado, tendo uma loja aberta a meio da Rua de Três, com as prateleiras repletas das peças de fazenda para vender ao metro. Deixou há pouco tempo de calcorrear as aldeias aqui em redor com a carroça puxada por um macho e cheia de mercadoria. Achei sempre curiosa a sua voz forte e gutural, que dispensa altifalantes para anunciar o produto, mas que tem o timbre metálico dessas cornetas mágicas. Lá está ele, com o seu ar gozão, chapéu escuro sempre na cabeça e com o metro de madeira ao ombro como se fosse um cajado de pastor. De vez em quando olha para os cabides que tem pendurados e onde expõe peליças cinzentas de gola de pele de raposa, que certamente, nesta época do ano, já terão pouca saída. Mira as potenciais freguesas, que passam em frente da tenda, de alto a baixo, descaradamente, com ar guloso.

Sigo pelo mercado dentro, sem rumo definido, andando por andar, saboreando as delícias da desordem e da confusão de um local de venda ao ar livre, à boa maneira alentejana. Mais à frente, do outro lado daquela ala de tendas, está instalado o velho Bravinho. Ele e o “Pêra Negra” são figuras tradicionais destes mercados. Correm-nos todos. Esta tenda do Bravinho é das que eu mais gosto. Tem tudo à venda: ganchos para o cabelo, rolos para as permanentes, travessas e travessões para firmar os periquilhos das senhoras, pentes de todos os tipos e materiais, desde os de corno até

aos modernos de plástico, com uma ou duas fileiras de dentes, tendo estes últimos uma fileira muito fina para tirar os piolhos. Aqui há também linhas de alinhar e carrinhos de linhas de coser para as máquinas de costura, além das meadas coloridas para quem se dedique aos bordados e dos novelos para o *crochet*. Mas o repertório não se fica por aqui, pois ainda há canivetes, atacadores para calçado, harmónicas conhecidas como gaitas-de-beiços com as marcas “O Vira do Minho” e “Fado Português”, navalhas de barba, corta-unhas, lâminas de barbear daquelas que “até cortam os crocodilos”, pincéis de cerda e sabão para fazer espuma, além de muitos e muitos outros artigos tradicionalmente masculinos.

E lá anda o Bravinho, de baixa estatura e com o seu inseparável chapéu de palha, saltitando entre as caixas da mercadoria espalhadas pelo chão, respondendo às solicitações de preço das freguesas, que os artigos não estão marcados. Aqui, os sabonetes de alfazema e também de limão, daqueles amarelos transparentes; além, os acostumados colchetes, as fitas de nastro para as ceroulas, as carteirinhas de molas e os cartões com o mostruário de todas as espécies de botões, de todos os tipos e feitios, desde os brancos para ceroulas até às “pesetas” para os casacos acertoados. Aqui encontramos... enfim, encontramos de tudo neste pequeno-grande bazar.

Ladeando os cordéis esticados que seguram os panos das tendas, passa agora o aguadeiro com o cântaro de barro à ilharga e um copo de vidro emborcado sobre o gargalo. «Quem quer água fresca?», apregoa com uma voz esganiçada. Este não o conheço. É a primeira vez que o vejo por estas bandas.

Avanço mais para poente. Estou quase a chegar à Mata. Acabaram as tendas e o barulho dos barateiros quase se desvanece. No entanto, ainda oiço ao longe a voz estridente do sr. Isidoro, destacando-se do ruído geral.

Aqui está uma carroça empinada, com o varal ao alto, e com a mula de cabeça enfiada no alforge da ração atado ao taipal.

Gosto mesmo disto, penso para comigo. Estes momentos retemperam-me a alma.

Mas são horas de ir para casa. Os meus avós e a minha tia já devem começar a estar preocupados, pois sabem que, apesar das costumeiras demoras, a carreira não se atrasa tanto, além de que a mala com a minha parca bagagem, apesar de leve, já me começa a incomodar.

Passo em frente da oficina do sr. Bernardino, que tem o portão escancarado mostrando um interior negro de sujidade como todas as oficinas. Estão a arranjar o Ford T do doutor Charrua, o veterinário. O carro está com os painéis laterais do *capot* abertos e vejo apenas parte do corpo do mecânico debruçado sobre o guarda-lamas, com a cabeça lá para dentro.

Sigo junto ao Lagar Social e aprecio o cheiro forte e desagradável da borra de azeite com uma tolerância que não esperava em mim. Para o meu lado esquerdo vejo a erva alta do Carrascal e recorro as brincadeiras do tempo em que, crianças de escola, atirávamos as praganas das sarugas uns aos outros.

Estou a chegar à estrada para Bencatel e vou inflectir para a minha querida Rua de Santa Luzia. Passo pela oficina do Barradas e do Dias Ramos. Os barulhos lá dentro são nitidamente distintos. Na primeira, é o som estridente e metálico dos ferros a serem percutidos por martelos; na segunda, é um som mais continuado e repetitivo, o do cinzel a trabalhar a pedra, nas artes de cantaria.

O canto da igreja, que já não serve como igreja, continua a mesma maravilha, com a sua calçada inclinada, onde tantas e tantas vezes brinquei.

Chego finalmente ao número 10. À casa dos meus avós. O batente da porta é uma mãozinha (com anel no dedo e tudo) segurando

uma esfera. O vidro martelado não deixa ver o interior, mas pressinto o fresco que lá estará.

Bato. Duas pancadas, como é usual. Aquele som do martelo na porta arrepiava-me de satisfação. Que toque maravilhoso! Havendo tantos martelos iguais, este parece ter um timbre diferente. Maravilhosamente diferente.

Abrem-me a porta a partir da cozinha, ao fundo do corredor, através de um cordel que, vindo por uns passadores ao longo da parede, liga ao trinco. Engenhoso, este sistema. Os chuvões e as begónias, perto do vidro da porta, estão enormes. Cresceram muito desde o Natal até agora, à Páscoa.

A minha tia lá está, de braços abertos, para me encher de beijos, mimos e perguntas. A minha avó também, mas mais reservada, mais comedida, mais "velha". No meio de um atropelo de perguntas e de exclamações com que me bombardeiam, do tipo "como correu a viagem?", "estás muito magrinho...", "andas a alimentar-te bem?", "já tínhamos tantas saudades tuas", etc., consigo passar do corredor à cozinha, ao poial dos cântaros, para encher um copo de água fresca, dos Castanheiros, da Tapada.

Sento-me na salinha de estar, a saborear a água.

Está tudo na mesma. Tudo vestido a rigor como manda a lei, desde o divã à camilha redonda, passando pela máquina de costura e pelo rádio. Tudo coberto com tecido verde-claro às florinhas miúdas. Tudo muito púdico. Sim, porque nem as pernas da máquina de costura se podem ver.

O rádio, esse coitado morre abafado na vestimenta que o cobre até aos botões de sintonizar. Só tem uma vantagem em relação ao restante mobiliário: está de alto, em cima de uma prateleira apenas a ele destinada. Foi o centro das atenções quando, à uma da tarde, entre ruídos e apitos deram notícias do assalto ao pacote Santa Maria. E eu, que não enten-

dia nada daquilo, não pude abrir o bico nem à hora das notícias nem à hora da radionovela “Simplesmente Maria”.

Acabo o meu copo de água, refastelado no sofá, em frente da janela. A nespereira do quintal já quase entra pela janela adentro, penso eu. E de repente dou por mim num turbilhão de gratas recordações de brincadeiras naquele quintal. Um som extraordinário vai-me buscar à nuvem do meu maravilhoso infantil. Estou a

ouvir campainhas. Não, aquilo não são campainhas. São chocalhos. Chocalhos de um rebanho de ovelhas, talvez do Chico Fona, que vão a passar na rua. Vou a correr à porta. O rebanho já passou e está a descer a rua de Santa Luzia, com três cães mal encabelados e magros atrás. A rua e os passeios estão cheios de “caganitas”.

É hora de descansar da viagem. Qualquer dia conto-vos mais.

Boatos sanvicentinos¹

Joaquim Saial

O lato² vampiro

Na data em que fiz dez anos, em 1963, era domingo. O princípio do dia foi passado na leitura de livros de oferta paterna – banda desenhada e Dicionário Prático Ilustrado, que viera de Lisboa, enviado por mão amiga –, até que chegou a hora da ablução matinal. Quando entrei para a casa de banho, já estava sobre a borda do lavatório a fatiota nova, habitual em época de comemorações aniversariantes, desta feita, prenda da minha mãe: calções de linho branco, camisa cinza de *mousse de nylon*, peúgas brancas e um cinto plástico, de fundo também branco, coberto de quadrinhos miúdos pretos, que lhe davam a certa distância o aspecto de possuir tonalidade cinzenta. Ao lado, havia um porta-chaves, comprado na Casa Gaspar, com o emblema do Benfica, para colocar numa das passadeiras do cinto das calças – hábito comum entre miúdos e adultos da época, que tanto utilizavam este objecto como enfeite, como para servir de suporte a chaves. Mas o cinto foi o objecto que mais me atraiu, pois era grande e recente moda entre a miudagem e havia sido objecto de insistentes pedidos junto das entidades progenitoras – que custaram a aceder aos rogos, visto que eu tinha quatro cintos «que chegam muito bem». Porém, filho é filho e dez anos são dez anos. O desejado lato ali

estava, novo e luzidio. Foi uma alegria. Findas as lavagens e a penteadela de cabelo, com fiador Brylcreem, lá fui, todo inchado, a caminho da igreja de Nossa Senhora da Luz, para a missa e catequese da praxe. Assim que esta terminou, voltei para casa, a alta velocidade, a fim de almoçar e assistir à preparação do lanche para o qual haviam sido convidados os amigos mais próximos.

A meio da tarde, o pessoal começou a chegar. O primeiro a aludir ao meu cinto, foi o Manu: «Ó moço, tu também tens um lato desses?» perguntou-me, com cara de espanto. Ainda não tivera tempo para lhe responder, atacou-me o Chico Lima, com pergunta semelhante. As raparigas, essas, ao verem o cinto que eu usava, afastaram-se discretamente e dentro em pouco estavam a brincar no pátio. Só o gordo Orlando, que andava sempre na lua, não se interessou pelo caso, ocupado que estava em fazer desaparecer as cochas de frango assado e os nacos de lagosta de maionese espalhados pela mesa, em pequenos pires. Perguntei então ao Manu qual era o problema com o cinto, já que toda a gente o usava. «O que é que tem o cinto de mal, pá? O que é que vocês estão a olhar para mim dessa maneira? Digam-me lá, parece que estou com peste», indagava eu, furo com a insistência dos olhares e a repelência que os miúdos demonstravam. Diz-me o Manu: «Então, tu ainda

¹ Os textos aqui enquadrados pelo título «Boatos vicentinos» foram publicados apenas em formato electrónico, no diário *Liberal*, de Cabo Verde, onde o autor assina uma coluna semanal, desde 9. Setembro. 2005. Os cerca de 60 já escritos, juntamente com os próximos 40, darão origem a um livro que em princípio se intitulará *100 Crónicas Liberais*. Trata-se de um conjunto de trabalhos de tipo variado que versam múltiplos aspectos da história e da cultura cabo-verdiana, tais como biografias, memorialística, naufrágios, costumes, assuntos militares, emigração, literatura, arte, etc.

² "Lato" – "Cinto", no crioulo cabo-verdiano.

não sabes? Esses latos chupam o sangue das pessoas. Agora ninguém os usa. Quem me disse foi o Duda Semedo Gomes. É mais preto que eu e ficou pálido porque usou um uma data de dias. A mãe, quando soube, queimou-o logo e comprou-lhe outro em cabedal. Por pouco, ia morrendo». O Chico reforçou estas afirmações, dizendo que soubera de um homem que usara um cinto daqueles durante uma semana e que tinha falecido dias antes, completamente seco: «Fizeram-lhe a autópsia no hospital e não saiu sangue nenhum; só umas gotinhas de líquido transparente», acrescentou, convicto do que estava a dizer. Olhei para os miúdos e na verdade nenhum dos oito tinha cinto igual ao meu. Nem sequer o Alberto, na cintura do qual dias antes vira um. Disse que ia comprar umas coisas ao botequim do Faustino e dei uma volta pela Praia de Bote. Ninguém com cinto daqueles. Ainda dei uma corrida à Praça Estrela, e nada. Chegado a casa, meti o cinto no armário, trocando-o por um de plástico azul que tinha uma fivela com a frase «Vive l'Afrique». O Manu olhou-me com ar de aprovação, as raparigas voltaram a misturar-se connosco e nunca mais vi em ninguém outro cinto como aquele.

Muitos anos depois, ainda andava numa caixa. Até que começou a pegar-se, a fivela a enferrujar e foi parar ao lixo. Antes disso, não tivera coragem de o deitar fora; mas também nunca mais o usei desde aquele dia de estreia, apesar de a minha mãe achar muito estranho o abandono precoce do mesmo...

Há petróleo na Rua de Lisboa!

Meados dos anos 60 do século passado. Ia eu a subir a Rua de Lisboa³, quando se me

depara uma multidão imensa, só comparável à de dia de Carnaval ou 10 de Junho, frente ao Mercado Municipal, desde a esquina da Rua Machado até às imediações da Farmácia do Leão. Que se passaria? Consegui furar através das pessoas, progredindo com dificuldade, até que fiquei próximo do sítio que me parecia ser o local onde se desenrolava ou desenrolara o acontecimento que motivava aquela aglomeração. Agentes da Polícia de Segurança Pública tentavam confinar as pessoas aos passeios que orlavam a via, deixando uma larga clareira desde a esquina das sentinas até ao lado oposto da rua. Palavra aqui, frase ali, fui-me então apercebendo do que se passara: alguém atirara um fósforo ou uma ponta de cigarro para o poço fronteiro às retretes, de onde era hábito o empregado municipal tirar água para as limpezas. E do poço logo saíra imensa chama que por pouco não matava os que por ali passavam no momento. O boato estava lançado: «Há petróleo na Rua de Lisboa! Cabo Verde vai sair da cepa torta!». E durante o resto do dia não se falou de outra coisa senão daquele milagre que fazia brotar das entranhas da terra (ou da água) o precioso líquido que em breve iria enriquecer o arquipélago. Não que se visse dentro do buraco – como alguns que tinham a sorte de ter verificado no início dos acontecimentos –, mais do que uns poucos de círculos violáceos. Mas o cheiro não enganava: era mesmo petróleo, quase todos o afirmavam, ao contrário de uns poucos que falavam em gasolina e de outros ainda menos numerosos que diziam tratar-se de benzovaque. E o dia assim se passou, por entre os exageros dos optimistas, que viam o Mindelo inundado de torres e brocas gigantescas, avenidas cobertas de descapotáveis, la-

³ Rua central da cidade do Mindelo (ilha de S. Vicente), que por vicissitudes políticas já mudou várias vezes de nome mas que na voz do povo continua a ser a Rua de Lisboa de sempre. Situam-se ali os cafés e lojas mais famosos, o mercado municipal e o antigo palácio do governo. É ponto central de desfiles políticos, sindicais e camavalescos.



Rua de Lisboa (Mindelo, S. Vicente, Cabo Verde)

deadas de restaurantes de luxo e casinos, e aqueles, mais prudentes, que torciam o nariz a tanta fartura em terra em que a mesma sempre fora tão avara. Não me recordo se ainda nessa noite, se no dia seguinte de manhã, a triste nova já era do conhecimento de quase todo o povo da cidade: tratava-se apenas de uma fuga por fissura num depósito da bomba de abastecimento de combustível situada alguns metros mais abaixo. O produto fora alastrando a pouco e pouco, até encontrar o poço de água salobra que servia as limpezas das retretes do «plurim⁴» e ali se fixara, à espera do imprevidente que o incendiou. O Mindelo continuou pobre e os que mais tinham pugnado

pela versão «petróleo» foram vítimas de anedotas – inventadas por muitos daqueles que no mesmo tinham acreditado...

Anos mais tarde, o notável escritor cabo-verdiano Teixeira de Sousa⁵ escreveria o livro «Ilhéu de Contenda», cuja acção decorre na ilha do Fogo e deu origem ao filme do mesmo nome realizado por Leão Lopes e a uma inesquecível banda sonora de Manuel Paulo Felgueiras. No capítulo quinto, uma das personagens, Felisberto, entra na loja de seu primo Eusébio e diz-lhe, pleno de nervosismo, que descobriu petróleo na praia de Nossa Senhora. Depois de azáfama semelhante à que descrevi para S. Vicente, chega a aventar-se até o nome de uma

⁴ "Plurim d'virdura" – Pelourinho de verdura ou mercado municipal; no Mindelo há outro mercado, o de peixe, junto ao mar, que se chama "Plurim d'pêxe".

⁵ O médico Henrique Teixeira de Sousa, um dos mais brilhantes e prolíficos autores cabo-verdianos, faleceu em 3. Março. 2006, em Oeiras, vítima de atropelamento. O autor destas linhas teve a honra de fazer o seu elogio fúnebre no cemitério dos Olivais, Lisboa, onde o corpo foi cremado. Atendendo à qualidade e prestígio nacional de Teixeira de Sousa, o governo cabo-verdiano fez questão de custear a trasladação dos seus restos mortais para a ilha do Fogo, como era desejo do escritor, que dali era natural.

hipotética companhia exploradora que se designaria por Petrofogo, Lda. Mas vem um engenheiro de minas da Praia, para estragar o sonho, sugerindo que afinal devia tratar-se de líquido oriundo de «algum bidão furado do armazém da Alfândega» que depois alastrou pela praia até ao sítio da descoberta. Teixeira de Sousa aponta no mesmo local ainda outra pseudo-descoberta petrolífera (desta feita, de gásóleo) em São Vicente, posta na boca do técnico, cujo desaguamento se dera no poço de um habitante da ilha que passou a vender o material (proveniente de fendas nos depósitos da Miller's & Cory's⁶) às embarcações que faziam a travessia do canal para Santo Antão. Que eu saiba, depois destas três «descobertas», nenhuma outra surgiu. Mas que elas traduziram no subconsciente de todo um povo o sonho sempre presente de melhor fortuna e de desejo de progresso, não tenho qualquer dúvida.

A falsa morte do Naise

Seriam umas três da madrugada e ali estávamos, eu, o Sucrinha e o Juvenal, sentados nos merlões da muralha traseira da Capitania⁷, naquela noite de breu, apenas cortada num ou noutro ponto pelas minúsculas lanternas a petróleo dos palhabotes e faluchos fundeados no Porto Grande. Ao longe, as luzes eléctricas do contratorpedeiro Lima e de dois marus⁸ japoneses, juntamente com as do cais acostável, contribuíam para acentuar o remate da baía que assim se tornava mais acolhedora. Na maré-cheia, as ondas batiam mansamente nas paredes do anexo da réplica da Torre de Belém, em que eu morava.

A vigia começara horas antes, após o jantar, e prolongara-se até por volta da meia-noite, quando a minha mãe me foi buscar para me meter na cama. O Sucrinha dirigiu-se para o bote onde costumava dormir e o Juvenal para a casa onde vivia com a mãe, por cima do botequim da Luz. Mas antes combinámos que logo que possível voltaríamos ao posto de observação. E assim foi. Às duas, estávamos de novo no nosso poiso, depois da sub-reptícia saída de casa, minha e do Juve, que não do Sucrinha, cujo lar era de tecto de estrelas – melhor dizendo, de madeira de fundo de bote, virado ao contrário. O marinheiro de serviço, o Manel “Pritim”, bem estranhou o facto de aqueles três passarões estarem empoleirados a hora tão tardia nas muralhas do anexo da torre, mas um breve justificativo que lhe dei relacionado com a observação de estrelas para uma tarefa que a professora de Ciências me tinha servido como trabalho de casa deixou-o mais tranquilo – a ponto de daí a pouco se encontrar a dormir no banco do pátio, fiado na nossa presença próxima.

O que nos levava então a este esforço de atalaia, altas horas da madrugada, quando o Monte Cara⁹ estava ainda em maior repouso que de dia e nas águas calmas do porto tudo era paz? O motivo situava-se dois dias antes, quando um bote se virara nas revoltas águas do canal, muito próximo de S. Vicente, e um dos três ou quatro pescadores que nele seguiam desapareceu. Lembro-me de ver a mulher dele a chorar em altos gritos, virada para Santo Antão, a dizer “nha marido já morrê, ó Naise, nha cretcheu, bô morrê, oi bô dcham na misêra...¹⁰», as amigas a ampararem-na, uma tristeza de esgarrar o coração, enquanto o

⁶ Empresa inglesa de comércio de carvão.

⁷ Capitania dos Portos de S. Vicente, onde o autor viveu parte da sua infância. Trata-se de uma réplica da Torre de Belém, edificada nas primeiras décadas do século XX. Foi restaurada recentemente e aguarda destino que poderá passar pela adaptação a Museu do Mar ou Museu do Porto Grande.

⁸ Designativo de barcos japoneses, neste caso de pesca.

⁹ Um dos *ex-libris* da cidade do Mindelo e do Porto Grande. Chegou a chamar-se monte Washington mas o povo acabou por adoptar o mais simples e realista de monte Cara.

¹⁰ «O meu marido morreu! Ó Manuel, meu querido, morreste e deixaste-me na miséria!».

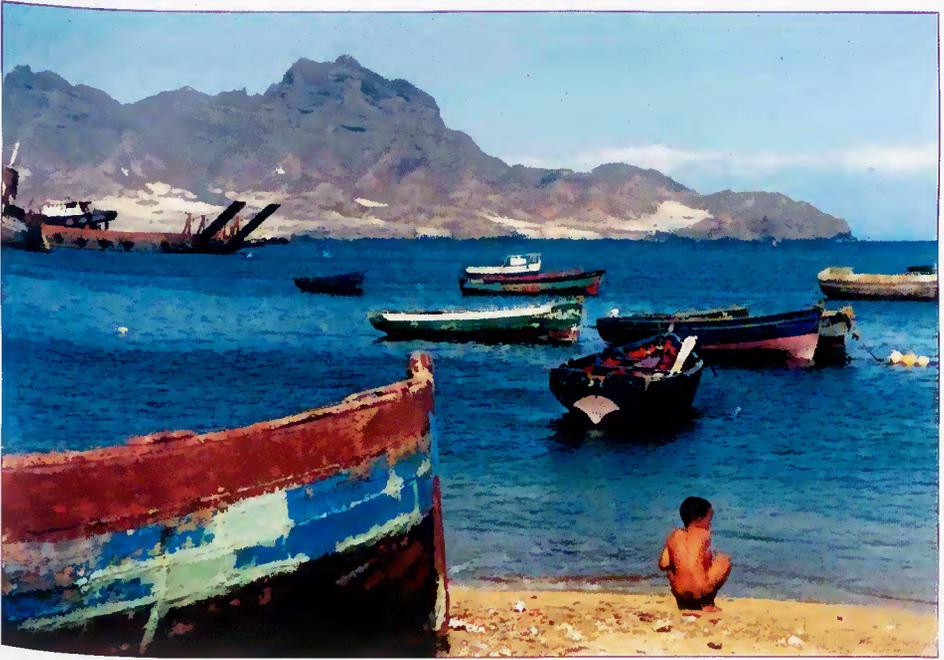


Foto de Joaquim Saial

Praia de Bote e monte Cara (Mindelo, S. Vicente, Cabo Verde)

Djosa do “plurim de pêxe” arranjava calmamente um atum na água da praia, tripas e resto dos interiores do bicho à tona, nadando para o sítio onde o Naise desaparecera...

Como seria de esperar, não se falava de outra coisa. O Naise sem dar sinais, ninguém com vontade de sair para o mar e a agora encantada viúva abancada no areal, olhando ao longe, sempre naquela esperança. Ao segundo dia, sem se saber como, surgiu o boato entre os miúdos da praia: o Naise fora abocanhado por uma moreia gigantesca, que o engolira, e que, sem poder digeri-lo, porque o pescador era algo gordo, o pretendia vomitar na praia para se ver livre dele. Ao que me lembro, a gente grande não se apercebeu de semelhante invencionice. Mas entre a miudagem da ponta de praia, o facto era dado como pura

e simplesmente verdadeiro, coisa tão certa como cabra de Cabo Verde comer lata. E logo se criaram equipas de observação, entre as quais se situava a minha, para ajudar o Naise a sair da barriga da moreia, uma vez que ela aproasse à costa, fosse quando fosse. Daí, a minha navalha senegalesa, oferta do armador Ferrinho, bem amolada, no bolso dos calções, e a corda que o Sucrinha tinha à volta da cintura, pronta para lançar ao homem, a fim de ele a agarrar e se libertar da cobra aquática com maior facilidade. Mas nessa noite nada surgiu e pelas quatro horas, com o trío já nas últimas, cheio de sono, fomos descansar.

No dia seguinte, sábado, passámos o tempo a cirandar entre o “caisim¹¹” e o “cais nacional”, para trás, para diante, sem sucesso. Até que, pela hora do almoço, estávamos nós

¹¹ Ou “caisinho”. Cais de despejos do Mindelo, quando praticamente não havia sistema de esgotos na cidade. À noite, dezenas de mulheres vertiam ali latas que transportavam à cabeça, cheias de dejectos. Por chiste, os mindelenses chamavam a essas mulheres “esgoto aéreo”.

junto à rampa da capitania, o Juvenal lançou um grito de alerta, “Moreia! Moreia!”, e desatou à trancada na água com uma moça que trouxera ao ombro toda a manhã. Eu puxei da faca, o Sucrinha desenrolou a corda, a água cheia de sangue, o Juve pumba, catrapimba, salpicos por todo o lado, outros miúdos que por ali andavam ao mesmo que nós acorreamos, uma confusão dos diabos. Quando a coisa acalmou, verificou-se que era de facto uma moreia, mas tão raquitica que desde logo duvidei que o pescador desaparecido estivesse dentro dela. Mesmo assim, achei que era necessário levar o assunto até ao fim e ainda lhe peguei para lhe abrir a barriga. Mas o toque daquela pele escorregadia revelou-se-me asqueroso e o trabalho foi feito pelo Sucrinha que obviamente não deu com o Naise mas com duas rolas de plástico e os restos do que nos pareceu ser um caroço da manga.

Duas horas depois, sabia-se da notícia da aparição do Naise. No momento do naufrágio do bote, tivera a sorte de encontrar um colete salva-vidas que caíra da embarcação ao mesmo tempo que ele. Andou à deriva durante cerca de trinta horas e acabou por ser lançado a terra em Salamansa, onde à chegada partiu o braço direito de encontro a uma rocha. Arrastando-se conforme pôde, lá arribou ao limite do Mindelo, onde alguém lhe deu boleia numa bicicleta. Pouco depois estava em casa, tendo a notícia corrido velozmente por toda a cidade até chegar à ponta de praia onde nós desmantelámos as então consideradas inúteis equipas de socorro.

Agora já o leitor deve imaginar o que o Juve passou durante os meses seguintes, à conta da escanzelada moreia por ele morta à paulada. A quadra seguinte (perdoem-me os puristas o mau crioulo), que era seguida de

mais algumas que a distância no tempo não guardou, foi uma das que os miúdos da Praia de Bote lhe cantavam (incluindo aqui o escriba), como se nenhum deles tivesse participado nas famosas “brigadas de salvamento” do Naise...

Já Juve matá morêa,
El da'l c'aquel pau,
Tud pêxe na mundo
tem medo dess mnin mau...¹²

O Ford do Tuta

Guilherme Augusto Lima de Melo, de nome «Tuta», infelizmente já desaparecido, ficou na memória da minha infância por vários motivos, dois dos quais aponte no romance «Capitania»: o primeiro foi um boato com o qual convivi quase quarenta anos, relacionado com o seu vistoso descapotável verde, o Ford CVB-479. A atoarda, que ouvi algumas vezes na Praia de Bote e se propagou lá a casa, dizia que o automóvel – passo agora a utilizar as palavras que apus na página 196 do citado livro –, «segundo se contava, tinha vindo da América desmontado e registado como sucata para fugir aos impostos...» Era realmente um rumor delirante e por isso facilímo de desmontar numa terra tão pequena, não só porque o visado tinha os documentos comprovativos da honestidade da operação, ainda hoje em poder da família, como também porque a Alfândega dificilmente deixaria passar tal candonga se a mesma tivesse tido lugar. Quem terá inventado tal coisa? Sabe-se lá, hoje. O que se sabe é que em locais pequenos e meio provincianos – e isso é próprio desses sítios – quem possui algo de transcendente é sempre acusado, por este ou por aquele, de o ter adquirido de maneira imprópria.

¹² «O Juve já matou a moreia, / ele deu-lhe com um pau; / todos os peixes do mundo / têm medo desse menino mau...»

Não sei se o próprio Tuta alguma vez soube deste caso. Mas acredito que se o soubesse não lhe faria grande moessa, pois tinha a verdade do seu lado. E, para que conste, aqui vai a nota completa da documentação transmitida pela família: automóvel ligeiro, marca Ford (modelo que não consegui apurar), com o motor n.º A8EG21175, quadro n.º 70BFN 2DZ23GI-2, legalmente importado dos EUA, mediante despacho de 9. Setembro. 1958 da Alfândega de São Vicente. De resto, nada vale a pena acrescentar, a não ser que era o espada mais espampanante que rolava pelas ruas do Mindelo, sinal de uma América longínqua mas também próxima por via da emigração que acabou por envolver pelo menos um dos filhos. Diga-se que estes, quando leram em «Capitania» o pequeno texto que acima reproduzi, tomaram o caso como falta de respeito da minha parte pela memória do parente. É óbvio que assim não era e isso mesmo o disse publicamente no Centro Cultural Portugêses do Mindelo e depois em Lisboa, na Associação dos Antigos Alunos do Ensino Secundário de Cabo Verde, locais, entre outros, onde fiz lançamento do livro. E agora, neste «Liberal», órgão de comunicação cabo-verdiano, mais uma vez.

O outro motivo, também referido em «Capitania», foi a aquisição por Guilherme de Melo do carro em que nos deslocámos durante a nossa estada na ilha, um outro Ford (CVB-873), preto e muito mais modesto, que o meu pai comprara ao comandante de um cargueiro grego e do qual inevitavelmente tinha de se desfazer na altura do regresso. Nos últimos tempos, para além do desgosto da partida e das preocupações com a embalagem dos nossos pertences, avolumava-

-se o problema da venda daquele carro. A quem o passar? Já o meu pai se preparava para o deixar entregue à guarda de um amigo, que o transaccionaria quando possível, eis que Guilherme de Melo se mostra interessado e o compra sem regatear preço, pois lhe interessava uma viatura que gastasse pouco, para as voltas na cidade. A salvação chegara na forma do «senhor cinema», como eu o designava por vezes lá em casa.

E porquê, «senhor cinema»? É fácil de adivinhar, já que «Tuta» era proprietário de um dos dois únicos cinemas da ilha, o Park Miramar¹³. Mas, mais importante para mim, é que ele convidava amiúde os meus pais e a mim próprio para irmos ao seu cinema gratuitamente. «Senhor Narciso, quando quiser, já sabe. Basta dizer ao porteiro que vai da minha parte e é só entrar». Os meus pais, que não eram abusadores, foram ao cinema, por aquele processo, uma meia dúzia de vezes em três anos e eu talvez o dobro. Pagando, fui muitas mais. E se o Eden Park¹⁴ tinha bem melhores instalações, mais me agradavam os bancos corridos, de madeira, daquela plateia do Miramar onde o barulho de imensas dentaduras a roerem man-carrinha¹⁵ acrescentava às fitas que passavam na tela um sabor bem mais popular. Charlot, John Wayne, Humphrey Bogart, Jane Russel, Jerry Lewis e muitos outros, foi naquele cinema que os vi pela primeira vez. E isso nunca poderia pagar ao Tuta...

Já se percebe, portanto, que deste industrial da cultura cinematográfica só me restam boas memórias. Como a muitos outros que o conheceram, como se viu na homenagem que em devida altura a Associação dos Antigos Alunos do Ensino Secundário de Cabo Verde lhe pres-

¹³ Hoje transformado em templo de uma seita religiosa brasileira.

¹⁴ O outro cinema da ilha, maior e mais luxuoso. Neste momento, também em perigo de encerrar, deu origem a uma campanha na imprensa cabo-verdiana em prol da sua manutenção como equipamento cultural. O *Liberal*, através de vários dos seus colonistas, empenhou-se intensamente nessa luta. O autor do presente texto foi um dos primeiros, apresentando o caso de Vila Viçosa como um possível de ser adoptado.

¹⁵ Amendoim.

tou. Duas tristezas me haviam de tocar, porém, quando fui rever o velho casarão onde passei tão bons momentos: agora é templo de culto estrangeirado... e a Foto Melo, situada no canto do edifício (fundada em 1890), onde sempre tirei as fotos tipo passe para os documentos do

Liceu Gil Eanes e eram reveladas as nossas películas fotográficas, estava fechada para sempre¹⁶. Tantos rolos da velha AGFA paterna que ali passaram a papel, recortadinho a toda a volta...

É assim a vida, morta no pó do tempo...

¹⁶ A Foto Melo teve importância decisiva na fixação da memória visual cabo-verdiana do século XX. Felizmente, boa parte do seu espólio foi preservada e encontra-se na posse do fotógrafo Jorge Martins ou de familiares chegados.

Tempo de Fotografia

Gente e céus alentejanos

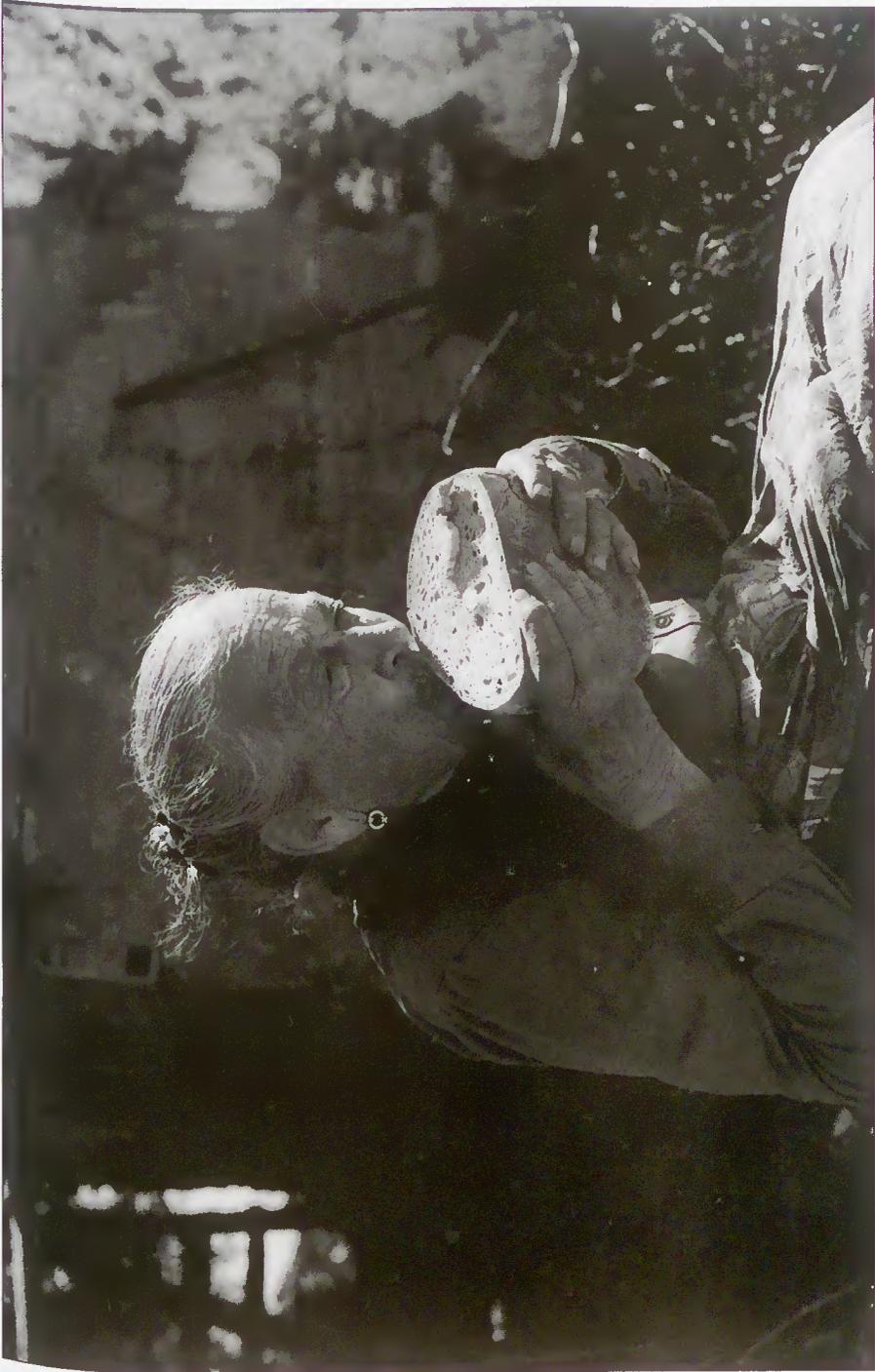
Carlos Aurélio



Escola portuguesa de cavalaria e estátua equestre de D. João IV (estudo, Vila Viçosa, 1983)



O rapaz do galo (Vila Viçosa, 1987)



O pão da vida (Terena, 1987)



Campo e sombras (Terena, 1987)



Papéis recortados (Campo Maior, 1985)



Castelo (Campo Maior, 1985)

El mármol, hermano de la muerte

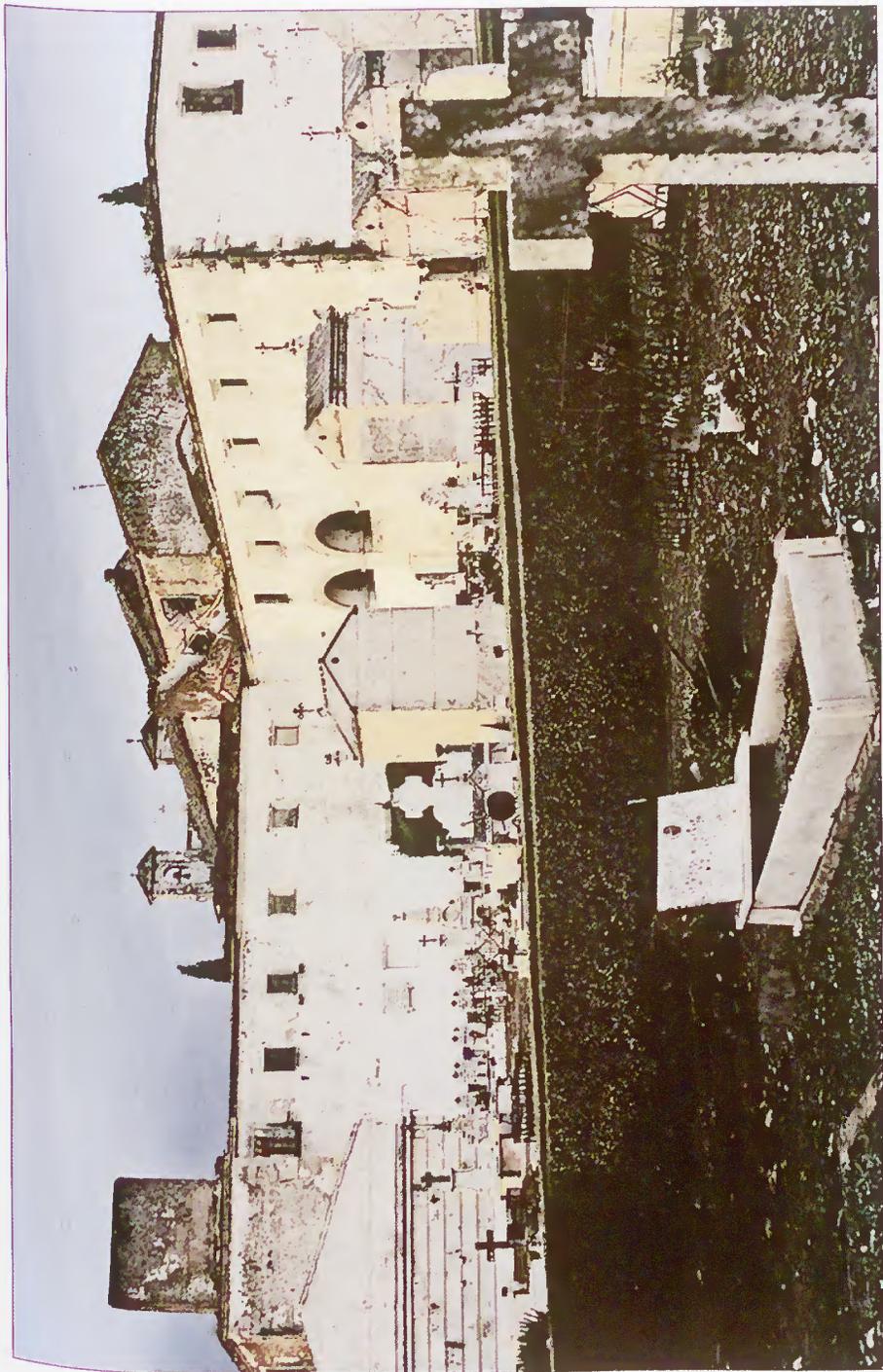
Pepe Higuero Manzano (Espanha)



Alcornoques y cruz (Estremoz)



Avenida principal y al fondo ... (Estremoz)



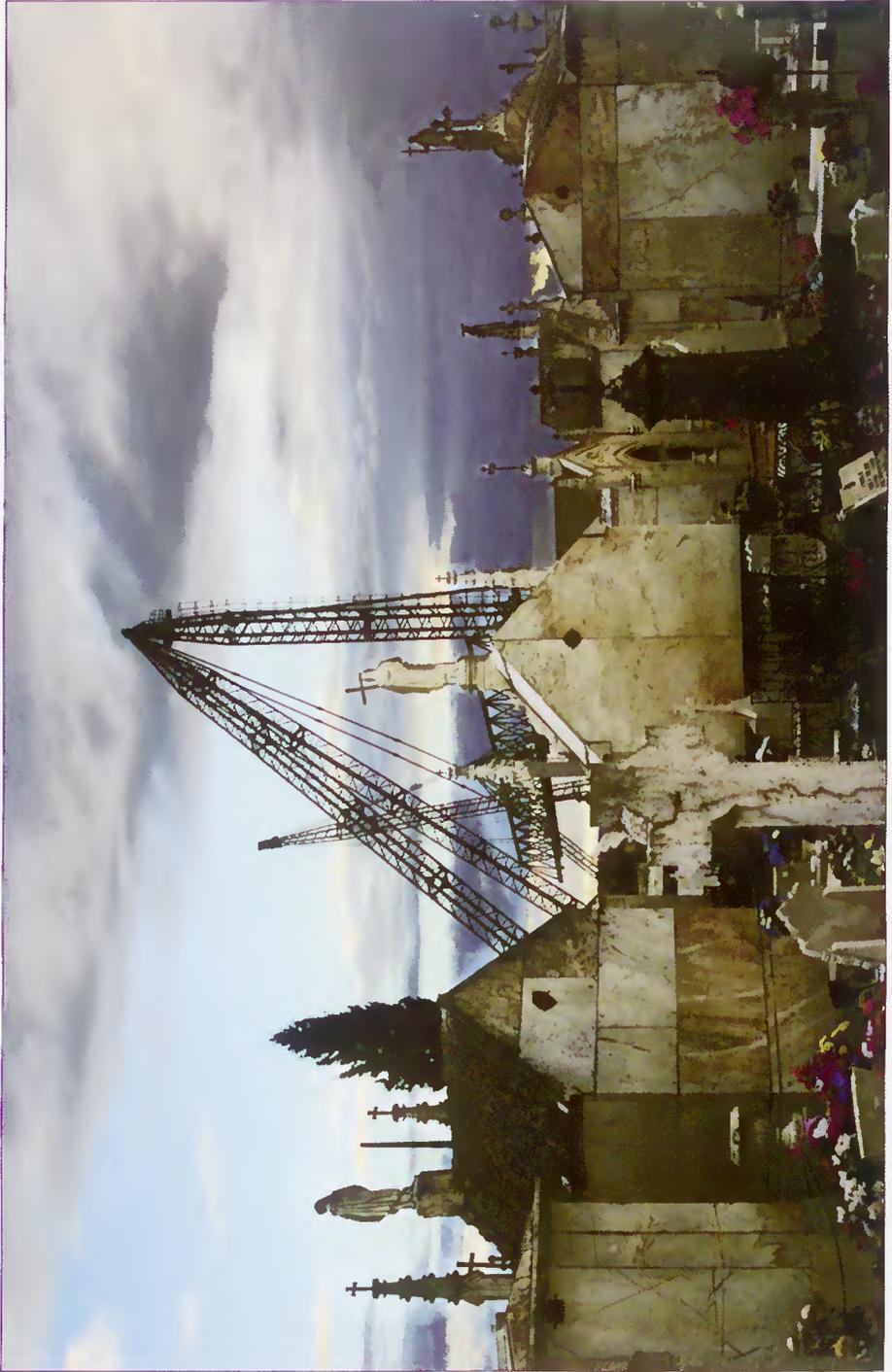
La última morada (Estremoz)



Marmol eres y marmol vestirás (Estremoz)



Iluminaciones (Estremoz)



Tormenta de Marmol (Estremoz)

Vila Viçosa (pormenores)

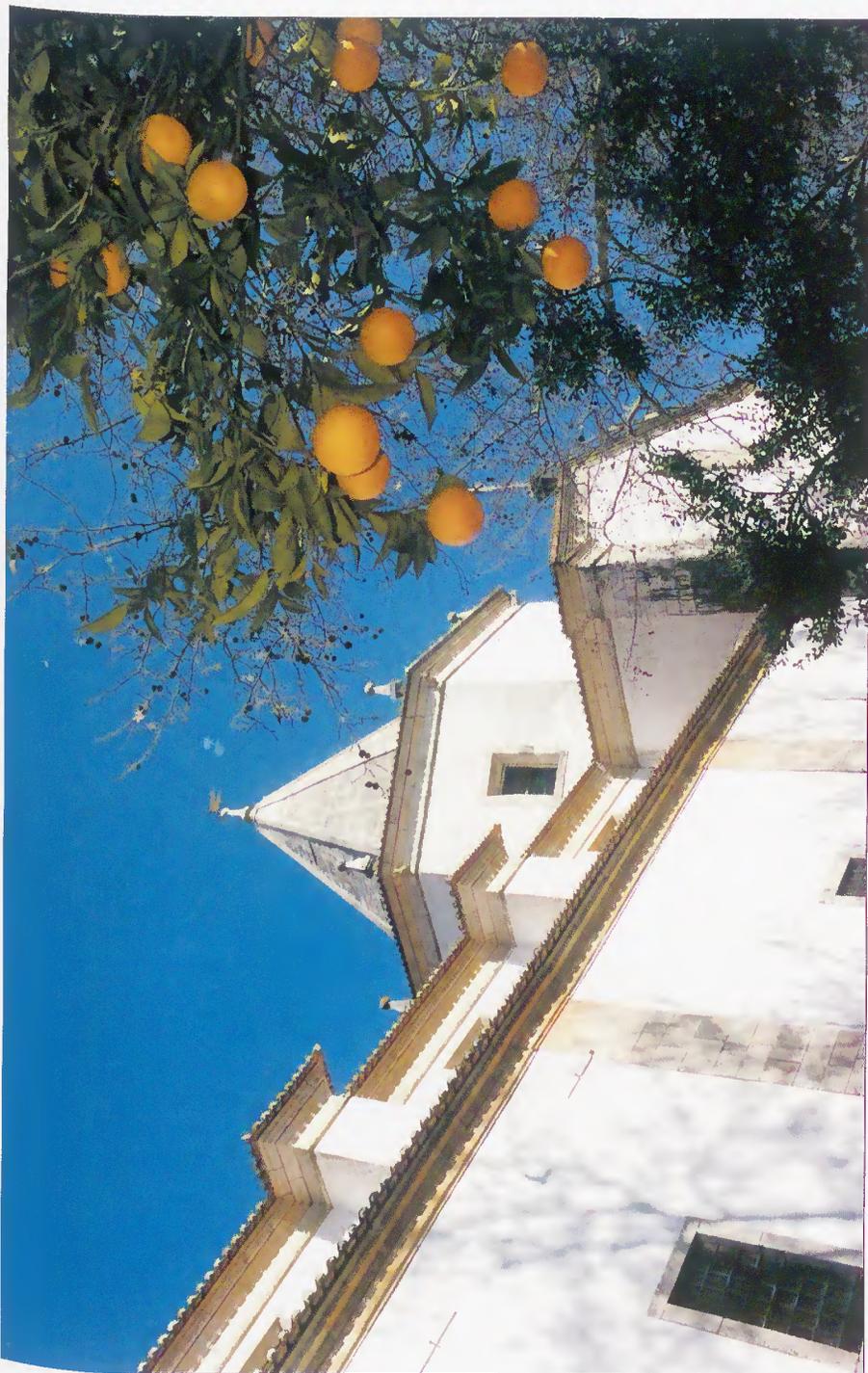
Joaquim Saial



Pelourinho



Muro de quintal



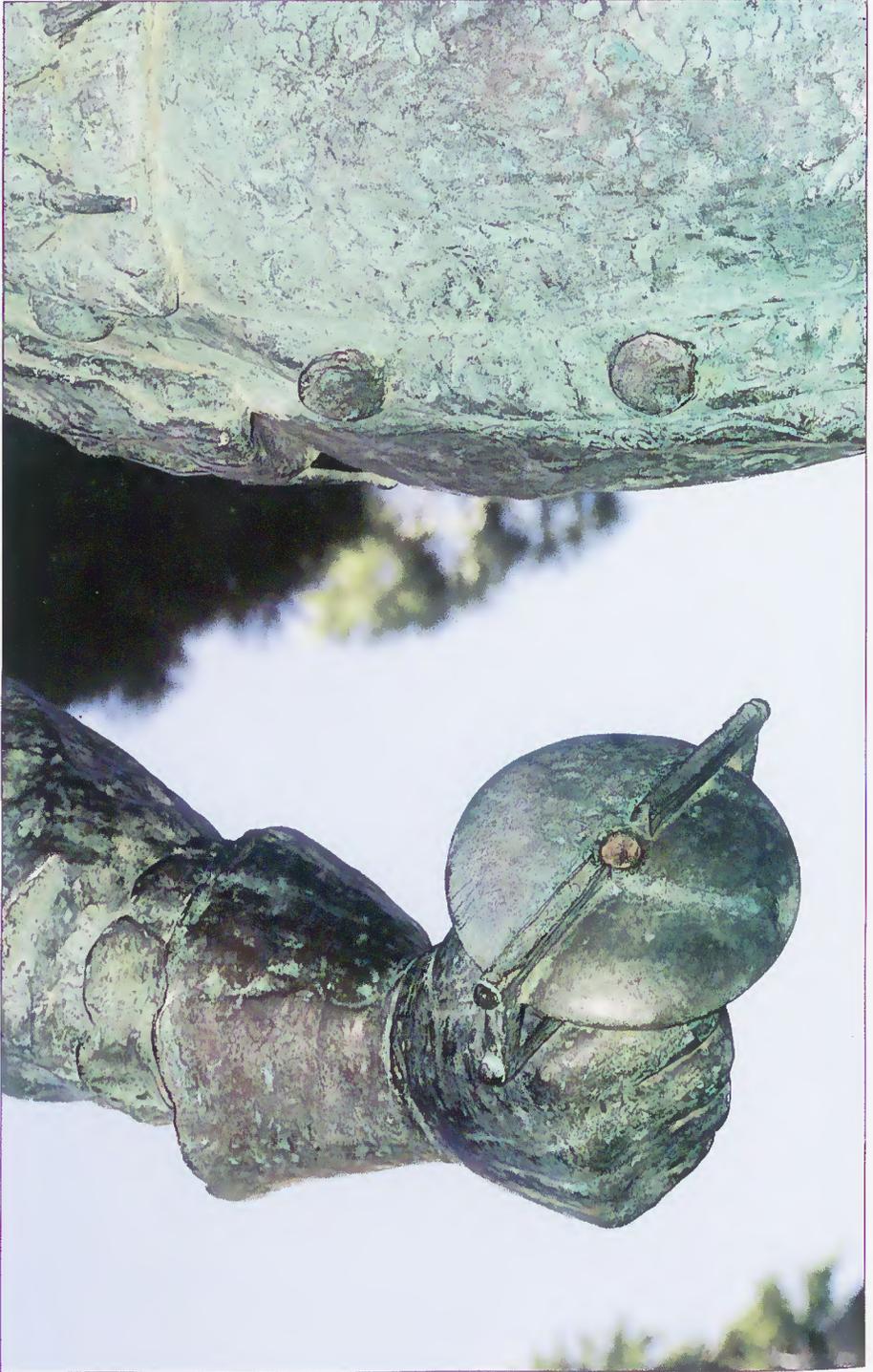
Igreja e laranjeira



Praça de touros



Patos e tartarugas



Conjurado desarmado

Tempo de Poesia



Lira Vária

No anterior número de *Callipole* verificou-se troca de autoria em poemas de Fernando Guerreiro e Amadeu Baptista. A revista pede as devidas desculpas aos visados, pela falha de tipografia.

Sete pequenos poemas alentejanos

Alandroal

Cal e pedra
sugam a luz
num fulgor de corpos
entrelaçados
para escutar a terra.

Lavre

Na estrada das
garças brancas
Lavre é uma estrela
de terra, rosa
de cal.

Évora

Entre a cal e o verso
a cidade é uma praça
de árvores e sonhos enleados.

Em cada passo persigo a pétala
da sombra e do silêncio que espreita
no jardim suspenso de um terraço
e assim voando respiro e renasço.

Ougueta (1)

No pórtico da solidão
entre ruínas e odores de pó
ao pôr-do-sol um cão
veio ladrar às estrelas.

Ougueta (2)

Debaixo da selvagem
luz do Alentejo
à soleira das casas
os velhos partilham
a linguagem
do esquecimento.

Ouguela (3)

O crepúsculo é um bálsamo
de chocalhos e pássaros
carícia de sol nos olivais
do silêncio.

Na estrada de Mourão

Na estrada de Mourão
os ciganos trazem
a rosa negra
da sede alentejana
em cada pegada.

Tríptico do amor desesperado

Primeiro Compasso: do Amor fatal

Freme, donairosa
Como botão de rosa
No frescor da manhã
Chega-te junto a mim
Ternura temporã
Calma, silenciosa
Como botão de rosa
Como vestal
Ou mulher final
De tempos transitados

Caladas as bocas
Os corpos colados
Vivamos assim
Bebendo de ti
Sorvendo por mim
A luz infinita
Deste amor
Fatal
Que ignora a dor
De se saber mortal.

Segundo Compasso: do Amor confiante

Não tem teu corpo a persistente alvura
De que falam os poetas d'outrora
Nem sequer a perfeição elementar
Da grega estatuária exemplar
E no entanto é nele que perduro
E é sobre ele que repouso ofegante
Procurando o caminho do futuro
Ao gastar em ti, amador e amante,
A seiva do que sou pr'além do muro.

Terceiro Compasso: do Amor lúcido

A servidão do húmus primitivo
Quis libertar um átomo de sol.
Correu um tempo calmo, um tempo mole,
Enquanto repousei no meu torrão nativo.
Então surgiste enfim, longínqua e bela,
Transfigurando a seiva do meu chão:
E foste chispa que se molda em clarão,
E foste do meu barco remo e vela.

Quero fazer do teu corpo florido
A coluna do meu templo arruinado.
Quero tecer com teus cabelos longos
O linho rescendente dos meus dias.
Quero beber da tua boca ardente
O licor esquivo desta ilusão final.
Depois quero morrer, morrer em ti
Para por ti viver eternamente...

Não, eu não te posso dar um Amor d'alvorada.
Passou por mim o tempo (o Tempo sábio e duro,
Impenitente judeu dos meus dias errantes).
Não, eu não te posso amar em madrugada,
Qual gotinha d'orvalho em rosa delicada,
Qual vergôntea novinha na mais tenra ramada.
Passou por mim o Tempo (o Tempo alado e tenso,
Inflexível juiz do ontem e do antes)...
Deixa-me querer-te assim, lucidamente,
Na vertigem de quem sabe e de quem sente
Que embora seja o Tempo mau verdugo
És tu a Mulher-Hera do meu musgo!

Cores

Atrás do verde
das matas,
matam o verde
raras araras.
Atrás
do céu,
mutantes,
sem desmaio
nas asas,
correm,
soltas raízes
das matas,
tecendo o
arco-íris,
cores de asas
sementes.

Espelho

Horas passaram
e não fiz sinal
de parada.
Agora,
de repente,
o futuro!

Navio

À beira do cais
acenei.
Inerte,
na borda do cais,
assisti ao meu próprio
seqüestro.

* Estes três poemas inéditos de Lena Sato (cabo-verdiana de há muito radicada no Brasil e com toda a sua obra ali escrita e publicada) constituem parte de «Areias e Ramas», livro que está a ser organizado em Cabo Verde e cujos lucros se destinam a instituições de apoio a meninos de rua daquele país africano.

A inconformidade dos pássaros

Dedicado a A. A. A.

dizes que o fragor do fôlego entontece
mas eu sou irmão das águas com o destino da sombra.
quando a salgueirinha ri apenas busco
a inconformidade dos pássaros – entretanto
a algidez das palavras:

é a árvore um cavalo do espanto
na humidade das tardes em que te esqueces
com a ternura das raivas
e eu me calo perante o sol que aqueces.

se fria fosse a fúria
dormiriam os pastos
e os silêncios dormiam
no leito da luxúria
com a tranquilidade dos penhascos.

eu busco ao derredor dos passos

O Código de Hamurabi

o eufrates vai roxo e não é lama – é ódio
que dá cor à chama (engana a alma)
e o horror sacode-o
 sangue destas margens
que várzeas já não são (trevos da malícia)
encobre-me a memória
de um éden alhures
no mel da história: o golfo da cobiça.

envelheço de amargo e apodreço
no viscoso óleo dos impérios
 hamurabi é nome desta raiva
de um golpe por cada golpe
de pânico por cada pânico
de luto por cada luto. submisso
não sou
ai, vai medonho o eufrates, vai medonho:
molocho pagarás por isso.
eu sou

o recordar da pele ferida
 do corpo murcho
 no chão da batalha;
o sofrimento dos braços e das bocas
a tristeza do fumo e da sombra
a lágrima seca da criança cortada.
 o protesto
 a lembrança
 a criança
 a criança.

não semearás inocências na leira do crime
porque não sucumbo
nem recolherás perdões onde
o urânio e o fósforo te amaldiçoam:
aqui virás para que te julguem molocho
e então recearás o sossego então temerás
o som da paz.

hamurabi é o meu nome. não o esqueças:
o eufrates vai roxo pelo óleo do ódio
e o teu nome é culpa: te chamaremos império.

Viagem a Sintra de Fernando Pessoa

À memória da minha mãe, Isabel Ríos Márquez

Pessoa, o poeta atormentado de Lisboa, o dos mil nomes, sonhou que já se tinha procurado a si próprio e, não se tendo encontrado, te-meu perder-se nos terrenos da morte, o que o moveu a empreender a viagem na procura da Fonte da Vida. Disseram-lhe que se achava em Sintra, entre hortas e melancólicos jardins. Subiu Pessoa para um Chevrolet preto com os seus colegas Alberto Caeiro, Álvaro de Campos e Ricardo Reis, e iniciou a peregrinação. Chegados a Sintra, foram conduzidos à entrada de uma cova.

Ali, o cantor da vertigem e os fiéis amigos empreenderam a exploração das entranhas da gruta, munidos de tochas. Logo a seguir, os fiéis do poeta, do cantor da solidão que quis compreender a vida, viram-se surpreendidos e atraídos pelo fulgor que desprendiam as paredes de pedras preciosas da enganosa cova. Não advertindo o engano, detiveram-se a recolhê-las e encheram com elas os seus bolsos. Foi assim que se perderam. Foi assim que esqueceram que a salvação era seguir a luz exterior – e não recuar, como fizeram: eles não encontraram a Fonte.

Pessoa procurou entre o labirinto dos seus heterónimos e acreditou encontrar um novo: Pessoa, o Valeroso; e seguiu adiante, só. Ao sair, achou-se numa verde pradaria em cujo centro uma fonte vertia num reservatório as suas águas. Águas que ao cair entre o rumor melodioso, como velhos salmos, enchem o recinto de aprazível paz. Junto dela, oferecia a sua boca sombreada um púcaro de barro, convidando a beber. Pessoa encheu-o até à borda. Quando o ia levar aos lábios um velhote judeu, como ele próprio se gabava de o ser, deteve o seu braço dizendo-lhe:

- Não bebas, cantor da harmonia inatingível!
Não bebas, poeta...

- Por quê? Por acaso não é esta a água de nunca morrer? Não é boa a morte nem perecer para sempre, caindo nos domínios do esquecimento. Diz-me, é esta?

- Sim, ela tem a virtude de te tornar imortal, mas não a deves beber.

- Diz-me. Por quê?

- Bebi-a há séculos, pastor de nuvens, sonhador de engodos, e já vês como não morri.

- Então é verdade que quem a beber achará vida sem fim...

- É verdade, mas eu bem queria não a ter bebido, pois vi morrer quantos ia querendo e me queriam. Pai, irmãos, mulheres, filhos e amigos pesam-me como uma corrente que arrasto. Para que é que eu quero a eternidade, se ninguém me conhece? A eternidade pertence ao Senhor dos justos, a quem sirvo, ao Deus zeloso de Israel. Os mais deuses são mortais, talvez criados pela angústia dos homens órfãos de consolação.

Percebeu Pessoa a tristeza e a imperiosa necessidade da morte e, depois de empreender novamente viagem a caminho da terra interior, a dos áureos frutos, evocou a figura do seu amigo Mário, e arremessou com pulso vacilante o púcaro.

E dizem os visitantes do lugar que ali onde a água forma uma pequena poça, rebentou uma figueira que resta em pé e agasalha sob a escura copa os seguidores do imortal poeta, que à sua sombra escutam esta história dos lábios de um velhote a quem não foi dado escolher, como fora ao poeta rasgado pela impossível tentativa de partilhar razão e vida em sua Mensagem.

* Versão portuguesa de Maria Teresa González Méndez, revista por Servando Rodríguez Franco.

Desde o tempo sem tempo

Desde o tempo sem tempo,
desde a fria cova roubada às feras,
desde a pirâmide perfeita
e a catedral transida de luz
até à nau metálescente ferindo a negridão,
o homem eleva as mão ao céu.

Põe-se logo a pergunta inevitável
e fica suspensa no silêncio infinito...

Dobra-se depois para a terra
e beija uma testa inerte
onde põe uma promessa de eternidade...

DÍPTICO

Cooperação transfronteiriça / Cooperación transfronteriza

Meu estimado amigo, Presidente
da Mui Nobre e Notável Confraria
Luso-Espanhola de Gastronomia,
Magnífico Reitor, aqui presente;

Governador Civil, Senhor Tenente
da GNR, vereadores, Senhoria,
Monsenhor Bispo de Fátima-Leiria,
Comendador da Ordem da Aguardente;

Dignísimos Bombeiros Voluntários,
Juiz-Desembargador, Excelentíssimos
Professores-Doutores Honorários,

Senhoras e Senhores ilustríssimos:
Vamos então à açorda e ao cabrito!
Saúde e bom apetite... Tenho dito!



Érase en finas lascas repartido
un pernil esqueleto, ya difunto,
queso, fiambres, patés de vario unto,
tacos de lomo y ruedas de embutido.

Éranse mimos de marisco hervido,
gambas en cóctel con ahumados junto,
brochetas de retinto muy a punto
y, de remate, fritos en surtido.

Érase el globo de un discurso errante
que se elevó en el aire evanescente.
Aplausos hubo en salva. Y de repente

Sobre la mesa larga y abundante
voló un enjambre que dejó al instante
limpia aquella vajilla y reluciente.

Beleza

Conceito que abala corações
acciona a atracção física
e desbloqueia emoções
permanece em cada qual
particular e intransmissível
relativo e pessoal

Reparaste, porventura
na beleza de uma flor
que se exhibe ao nosso olhar
chamando-nos em clamor
e nos obriga a reparar
reflectir e meditar?

Ser belo, mais que atrair
é ter nobreza interior
mesmo sem a exhibir
ter ar calmo e sedutor
é um olhar adormecido
sereno e descomprometido
que faz mexer corações
é um abstracto conceito
que diverge opiniões
e se mede a nosso jeito.



Lira Calipolense

Desespero

Para que nos havemos
de envenenar de sonho,
se esta vida é dor?
Para quê inocular
na vida
o vírus maldito
do amor?

Para quê embriagar
os olhos na contemplação
de uma imagem
de medalhão antigo?
Para quê sonhar?
Tanto o maldigo!
Para quê nos envenenarmos
de amor
se a vida é a grilheta
que nos prende à dor?

Que tragédia,
que desgraça
ter do tempo a saudade,
do "perdido" a sensação!
Que tristeza
ter no peito um coração!

Do Alentejo da minha saudade

Do Alentejo da minha saudade
- da minha recordação -
Já não existe plaino sem fim,
a terra deserta, a terra do pão,
a seara desperta
pelo vento,
em suave ondulação.

Dos sobreiros desgrenhados
- Cristos ensanguentados
quantos, quantos restarão?

Do Alentejo da minha saudade,
da minha recordação,
cheio de austeridade
e graça tão singular,
que me resta recordar?

Do Geraldo, a linda praça?
Ou de Resende da janela?
Ou, enfim,
as élogas de Bernardim
e os sonetos de Florbela?

A parede

Nada é para sempre, meu amor
nem a dor de não te ter
nem tu
nem eu
nem a parede do quarto
onde bato
até já não me doer

Sempre
o que é sempre
uma parede sem porta
uma porta sem parede
uma pedra
uma palavra
que me ficou por dizer?

Nada é para sempre
parede ou pedra impotente
a não ser
o amor que arrefeceu
e a atracção sem remédio
que sinto pelas paredes
e é mais forte que eu

Nada é para sempre
nem nós
se nós fosse tu e eu
minha parede de pedra
minha porta sem saída
minha palavra perdida
meu amor

Com impiedosa exactidão

Mãos que me despem devagar
mãos que me vestem
e lentamente me desenharam

Olhos que me vêem com os meus olhos
e me transformam
olhos que me olham sem saber-me

Amor em que me banho e me desejo
sem nunca ter-me
amor com que me amo e me detesto

E quando me repetes que me adoras
e quando te respondo que te quero
estou a querer-te só por que me queres
porque é a mim que quero e é de mim que gosto

Procurando as estrelas

Sempre vou só... sem outra companhia,
vou ao entardecer... não levo rumo...
com o corpo tão leve como o fumo
vou despida de amores, de alma vazia!

Procuro segredos que me gritam longe
num espaço azul, onde se perdem os gritos...
e vou pisando as cinzas dos meus mitos,
sozinha... sonhadora como um monge.

Vou procurar afagos noutras estrelas...
esplendores diferentes que me acenam perto,
quase a sentir o coração liberto...
ao passar entre as luzes e entendê-las.

Fui afagada p'las mãos do desengano...
e sem paixões nem rasgos de esperança,
procuro ser astro, que jamais se alcança
desprezando o amor de um ser humano!

Irremediável

Tudo acabou... mas continua a vida,
morreram ilusões, horas queimadas,
que outrora me pareceram alvoradas
no meio de uma paragem já perdida.

Fiz parte de uma história mal vivida,
ternas carícias puras... desprezadas,
que um Deus pagão... a rir, deixou pisadas
no meu regaço... como uma vencida!

Pedir demais à vida, foi loucura
ou um capricho meu... uma aventura,
de querer afectos sobrenaturais...

Um grande amor... jamais alguém alcança
foge o passado... fica uma lembrança
e quem nos encantou... não volta mais!?

Destino incerto

Alguém chamou por mim
e eu não olhei...
alguém gritou por mim
e eu não escutei...
Segui em frente
quase alucinada...
Sou como a nuvem
que passa descuidada
com um destino incerto
e sem guarida...
E deixo atrás de mim
as multidões...
as aparências banais
que tem a vida...
e os gritos selvagens
desconhecidos,
dos farrapos de gente...
dos perdidos...
que vagueiam com fome e sem paixões.
Eu sigo com o vento
De mão dada...
Sou peregrina d'alma transparente
Procuro um universo inteligente
A extrema perfeição... ou talvez nada.

Ter liberdade

É liberdade abrir a alma ao vento,
Tirar do coração o que há de bem...
sem nunca esperar nada de ninguém
Dar sopros de carinho ao sofrimento!

Depois valorizar o pensamento
De cada ser humano... sem desdém
Conhecer melhor o mundo que se tem...
Saber viver a hora do momento.

Poder ser livre amar, quem não nos quer
E sem chorar... nem perturbar sequer,
Deixar o ser amado em liberdade...

Ser independente até, aos sonhos meus...
Beijar as estrelas... conversar com deus
Poder ser astro na eternidade!

Eu quisera...

Quisera ser aquela que não sente,
Ser a alma que não sabe recordar,
O sorriso que ilude toda a gente,
A crença que não pode duvidar.

Vida sem ideal rubro, luzente,
Entender a vaidade a palpitar,
Para que deste mundo displicente
Eu pudesse algum bem inda esperar...

Mas eu queria, com ardor ter sido
A vida que se esvai, angelical...
A vida que se esvai mal tem nascido...

Oh! Meu Deus, eu queria, sim, ter sido
Aquela que do colo maternal,
Tivesse para sempre e, feliz... partido...

Primavera alentejana

Gemem, com ardor, vírgulas de luz,
No seio das papoilas mais vermelhas;
As searas são sopros de Jesus,
Escutando os segredos das abelhas.

Resplendem filigranas de beleza,
No matiz das charnechas perfumadas;
E são rubras custódias de grandeza
As árvores, de sol emolduradas.

Lá ao largo, as colinas sobranceiras,
Namorando o cetim azul dos céus,
São capelas de verdes, altaneiras,
Donde se pode, em paz, falar com Deus...

E nos beirais pintadas de fresco,
Ou na arribana de que pouco resta,
As andorinhas – símbolos d`amor –
Segredam que está a terra toda em festa! ...

Metamorfose

Um dia a terra
ficará livre dos nossos corpos suados
do trabalho e do amor.

De olhos cobiçosos e avaros,
dos instintos arrancados
aos primórdios do tempo
que fazem vis
as mais cruéis realidades.

... dos ódios
encobertos ou não.
Das dolorosas indiferenças e
infames esquecimentos.

... e acabarão as guerras.

Será o tempo de todos os interregnos!

Depois,
talvez voltemos alados e belos,
puros,
reflectindo cores de astros apagados,
de flores estranhas por colher,
de aves desconhecidas, por abater.

Ressurgiremos
despidos de nós,
qual Fénix
e o mundo será diferente!

Regresso

Em tardes de ouro e calor,
ou noites prateadas de lua,
o mar é imensamente persuasivo.

Suave ou ondulado,
trazendo arrebatos de espuma branca a meus pés,
ou revoltando-se em fúria de amante enciumado,
assustando no seu fragor de amor mal contido.

O mar cativa-me
traçando estradas de prata lavrada
por onde me induz a seguir
irremediavelmente atraída
até ao mais profundo do horizonte.

Será que Neptuno
me convida a regressar?

Será que é isso que me diz
quando, escutando um búzio,
ouço uma melancolia envolvente de ondas
e sussurros?

...ou quando me abandona nos cabelos
espuma multicolorida com pérolas prometidas
e me traz à porta estrelas cadentes?

Será?...

Tempo de Ciência, Indústria e Tecnologia

Doenças endémicas na zona alentejana

José Marques

Parasitoses Intestinais

Os parasitas ou helmintas são pequenos seres com capacidade de infestarem os seres humanos, encontram-se dispersos por quase todo o planeta, mas são mais prevalentes nas regiões temperadas e quentes, onde existem condições mais favoráveis para a sua transmissão a hospedeiros.

Não é pois de estranhar que em Portugal o Alentejo apareça como a zona onde as zoonoses são mais frequentes.

As zoonoses são doenças comuns aos homens e aos animais.

Existem os hospedeiros definitivos e os hospedeiros intermediários. Por exemplo, na hidatidose (quisto hidático) o parasita adulto vive no intestino dos cães e também de alguns carnívoros silváticos, denominados hospedeiros definitivos.

É no intestino destes hospedeiros definitivos que os parasitas se alimentam e produzem milhares de ovos que ao serem eliminados para o exterior com as fezes contaminam todos os locais por onde os cães infestados defecam.

O próprio pelo do cão pode estar repleto destes minúsculos ovos e contaminar qualquer pessoa que faça festas ao animal.

Como se compreende é muito fácil a ingestão inadvertida destes ovos pelos chamados hospedeiros intermediários que para além de outros mamíferos, herbívoros e roedores, inclui o homem.

Vamos fazer uma breve descrição de algumas parasitoses mais frequentes no nosso país. Neste artigo abordaremos as provocadas por Céstodos que são a Teníase e a Hidatidose.

A Hidatidose ou Quisto Hidático

A *Taenia Echinococcus* provoca a doença hidática no homem quando este é acidentalmente contaminado, constituindo hospedeiro intermediário. A doença tem aumentado de frequência em todo o mundo, tanto nos homens como nos animais.

Após a ingestão dos ovos pelo hospedeiro, estes transformam-se em larvas e penetram na circulação sanguínea, distribuindo-se pelo fígado, pulmões e outros órgãos, onde se transformam em quistos infestantes.

Os quistos chegam a ter dimensões consideráveis, mas raramente são maiores que uma laranja grande.

O crescimento do quisto é lento, sendo de cerca de 0,25 a 1cm por ano. O material que constitui o quisto hidático consiste em vesículas prolíferas, cabeças de *equinococcus* e quistos filhos.

Cerca de 80% dos quistos hidáticos ocorrem no fígado ou nos pulmões mas também podem ocorrer no cérebro.

Provocam compressões e destruição de parte de alguns órgãos e são responsáveis por grande variedade de sintomas que podem ser confundidos com os de muitas outras doenças, sendo causa de muito sofrimento e inclusive algumas mortes.

Os quistos hepáticos são usualmente simples e rodeados de uma cápsula fibrosa. Pode acontecer a sua infecção secundária por bactérias ou a rotura para a cavidade peritoneal, com proliferação de novos quistos.

A disseminação pode ainda ocorrer através de rotura de quistos para a vesícula biliar, o espaço pleural ou a veia hepática.

Para diagnóstico são utilizadas análises que nem sempre são satisfatórias pelo que se torna necessário recorrer a estudo radiológico ou ecografia da área hepática.

O tratamento faz-se por cirurgia ou por administração de altas doses de anti-helmínticos ou pela combinação dos dois métodos.

Teníase

A *Taenia Saginata* e a *Taenia Solium* são parasitas responsáveis pela teníase dos bovinos e porcos e a carne inadequadamente cozinhada é a única fonte de infestação do homem único hospedeiro definitivo.

As formas adultas fixam-se à mucosa jejunal (intestino), não originando habitualmente lesão absorvendo os nutrientes através da sua superfície corporal.

Ocasionalmente podem provocar uma obstrução intestinal e doença pancreático-biliar podendo ainda agravar estados de má nutrição.

As análises das fezes podem ser úteis para diagnosticar a doença.

O tratamento faz-se com anti-helmínticos.

Como se pode prevenir e combater esta doença?

Desparasitando os cães que podem ser portadores do parasita adulto, com produtos adequados pelo menos de 6 em 6 meses.

Não permitir que os cães tenham acesso a carne ou vísceras cruas, com especial atenção para fígado, tripas e pulmões.

Nunca fazer festas a animais que não se conhece.

Finalmente, através de cuidados gerais de higiene, como lavar bem a fruta, e especialmente os legumes, não ingerir águas paradas ou provenientes de cursos de água superficiais.

Lavar sempre muito bem as mãos antes das refeições, depois de utilizar instalações sanitárias (WC), após contacto com animais domésticos e depois de manusear hortaliças.

SOCIEDADE FABRIL ALENTEJANA (SOFAL)

O passado glorioso de uma grande unidade industrial de Vila Viçosa – 1.^a parte

António Rosa

O convento de S. Paulo ou de N.^a Sr.^a do Amparo foi edificado entre 1590 e 1613, tendo sofrido melhoramentos durante o século XVIII. Desmantelado em 1834, atingido pelo despaço de extinção das ordens monásticas, viu em 1835 as instalações serem aproveitadas para Teatro Popular. Nesse mesmo ano e no seguinte serviu de quartel ao Regimento de Infantaria 4. Em 1867 passou à posse da Câmara Municipal por cedência do Governo, para ser destinado a cemitério público e para que na Igreja se instalasse o serviço religioso da ermida municipal de S. Sebastião, cuja abóbada tinha caído em 1858. 30 anos após foi a cerca do convento vendida pela Câmara a António Lobo Vidigal Salgado, para com o dinheiro (1010 réis) se iniciar a construção do novo cemitério junto à Igreja Matriz. Na portaria e alpendre, onde estivera albergado o regimento de Infantaria, funcionou durante muitos anos a estação municipal de cobrança de terrenos de feiras e mercados.

Em 1921 (?) ou 1923, as ruínas do convento e o próprio templo incluído, foram vendidas à SOFAL, Sociedade Fabril Alentejana, que aí laborou cerca de seis décadas até encerrar as portas no ano de 1982. A referida sociedade foi fundada em 1921 por António Matos Costa, conhecido em Vila Viçosa por “Costa Rico”, que morava na rua do Arco, perto da rua de Santa Luzia (actual rua Agostinho Cabral), de sociedade com um seu genro, natural de Vila Boim, que assumiu a gerência da

empresa com as funções de encarregado geral, mas que teve uma gestão ruínosa e que em muito contribuiu para a antecipação do trespasse. Em situação já aflitiva, terão alargado a sociedade ao pai do Comandante Pepe, mas tal não resultou em qualquer melhoria.

Esse António Matos Costa tinha como guarda-livros um senhor que era o pai da Sr.^a D. Maria Guiomar Rosa Amaro, que sempre se manteve fiel à empresa, continuando em funções mesmo depois da entrada dos novos accionistas, tendo mais tarde a sua filha dado continuidade ao trabalho do pai.

Havia em Vila Viçosa, no início do século passado, vários oficiais milicianos a prestar serviço no Regimento de Cavalaria 10 (que era então Escola Prática dessa Arma) e que vieram a casar com raparigas filhas da aristocracia e burguesia local, pois a carreira das armas era então bastante mais prestigiada do que hoje é. Residia em Vila Viçosa, na antiga casa nobre de Cristóvão de Brito Pereira, na Rua da Corredoura, n.º 21 a 25, o Sr. André Gomes Pereira, funcionário superior da administração das ex-colónias, casado com D.^a Eugénia Pereira. O casal tinha três filhos: António Gomes Pereira (por duas vezes Governador Civil de Setúbal e mais tarde ministro do Interior no Estado Novo), Maria Gomes Pereira que casou com o cadete Barros, de Cavalaria, pai do Sr. Nuno Barros e ainda Alzira Gomes Pereira que casou com o capitão de aeronáutica João Falcão Ramalho Ortigão, natural de

Faro, combatente em França na 1.^a Grande Guerra e a prestar serviço também em Cavalaria 10 aqui em Vila Viçosa, e que veio mais tarde a assumir a presidência da Câmara após a saída do professor João do Rosário Ribeirinho.

Possivelmente após a morte de André Pereira, os dois cunhados, capitão Ramalho Ortigão e Dr. António Gomes Pereira ficaram a coabitar a referida casa, solar dos Brito Pereira, devendo ser daí o relacionamento do presidente da Câmara com o colega de seu cunhado, o Eng.^o Duarte Pacheco, detentor da pasta das Obras Públicas e visita da casa. A fortalecer a amizade que os uniu e que fez mudar substancialmente a traça da nossa vila, unia-os também a particularidade de serem ambos algarvios.

Mas voltando à conversa da SOFAL, os cunhados compraram as quotas da Sociedade Fabril Alentejana que deveria, na época (1923), estar a atravessar grandes dificuldades financeiras após dois anos de má gestão dos primeiros proprietários. Impelidos talvez pelo espírito empreendedor do capitão Ramalho Ortigão, que augurava para a sociedade voos mais altos, não se restringindo apenas ao sector da moagem de cereais, mas perspectivando empreendimentos noutras áreas como a produção e refinação de azeites e óleos alimentares, lançaram mãos à obra e necessariamente alargaram a sociedade ao capital das redondezas, que um projecto de tal envergadura requeria avultados investimentos.

A sociedade iniciou-se, ainda no tempo de António Matos Costa, apenas com a valência de moagem, sendo o lagar de azeite e a refinaria empreendimentos de fase posterior. Para efeitos da implantação das instalações da unidade fabril foi adquirido terreno na Rua Martim Afonso de Sousa (antiga Rua da Guarda), onde foi construído um edifício de raiz. O edifício tinha uma volumetria que se destacava

das modestas habitações vizinhas da altura e durante muito tempo ficou, por motivos que hoje se desconhecem (talvez financeiros), sem ser concluído, com os panos de parede sem reboco e de grandes janelões abertos. Aguardava-se a chegada do equipamento fabril, da maquinaria, pois sem ela a moagem não haveria de funcionar.

O tempo foi passando e nem as máquinas chegavam nem o edifício se concluíra. Os calipolenses de então, com a mordacidade que sempre lhes foi e ainda é característica, começaram a apelidá-lo de “engenho do ferro”, em alusão às antigas ruínas industriais assim conhecidas. O certo é que a moagem da SOFAL, que se destinava a produzir farinhas finas para a indústria da panificação e também rações para animais, nunca chegou a funcionar no referido edifício da Rua da Guarda.

Com a transferência da sociedade para as mãos de novos accionistas, entre os quais Ramalho Ortigão, que por sinal era também o presidente da edilidade calipolense, encetaram-se as negociações com o aludido proprietário no sentido de adquirir as antigas instalações conventuais e respectivos anexos, o que acabou por se concretizar em 1923.

A Sociedade terá então alugado as instalações da ala nascente do convento e a horta anexa, que não se tornavam necessárias ao desenvolvimento da actividade fabril e constituíam mais uma fonte de rendimento numa fase de arranque em que todo o capital é preciso, a um senhor endinheirado da vila, João Rafael Anão, negociante e armazenista de madeiras, conhecido por “João Serrafão” e que era tio dos senhores Licínio e Joaquim Anão (curiosamente, o sobrinho ainda hoje opera no ramo das madeiras e mobiliário).

Com a aquisição do malogrado convento pela SOFAL, ficou então a moagem aí instalada, com as necessárias adaptações do edifício que, de convento devoluto, passou a instalação

fabril. Entretanto foram finalmente concluídas as obras na Rua da Guarda, tendo este edifício acabado por ficar destinado apenas a armazém de trigos e outros cereais, com a aparência imponente que ainda hoje apresenta, de fachada amarela e portaria verde (cores que caracterizam todos os edifícios desta Sociedade).

Na fase inicial de financiamento da empresa, Ramalho Ortigão, accionista de peso, com uma quota de 200 contos de réis e principal gestor, terá dado sociedade a José Valadas Belo, do Alandroal, e a mais algumas pessoas ricas dessa terra. Também como sócio estava o Dr. João da Silveira Sousa Leitão (de Borba), que detinha a quota mais elevada.

Ramalho Ortigão era homem de grande dinamismo, apesar da baixa estatura física, que o autor destas linhas, quando moço, ainda conheceu embora já na sua velhice. Tinha um carácter empreendedor e uma visão extraordinária para os negócios, que o guindaram a administrador da empresa, pese embora o facto de não ser o sócio maioritário em termos de repartição do capital social. Para rapidamente fazer prosperar a empresa sem incorrer nos riscos do insucesso que o nome desta já trazia do passado recente, fez-se assessorar por um *staff* extraordinário, uma equipa de trabalho criteriosamente escolhida, com a colocação das pessoas certas nos lugares certos.

Assim, aproveitou os conhecimentos de Ângelo Garcia e Garcia, natural de Ferreira do Alentejo, filho de um engenheiro basco (de Santander) instalador de moagens por todo o nosso país nos finais do séc. XIX e com quem muito aprendera, para a instalação da moagem da SOFAL e do lagar de azeite. Alfredo Parraça, que era escriturário da Câmara Municipal, foi convidado pelo Sr. Ramalho Ortigão para o escritório da empresa. Muitos e muitos outros colaboradores desta empresa que se tornou a maior empregadora da região (note-se que à época ainda não se tinha começado

a desenvolver a indústria extractiva do mármore) aqui poderiam ser citados, mas deixo essa tarefa para um outro artigo e por agora passo a explicar o funcionamento do lagar e da refinaria de azeites.

Todas estas informações foram colhidas em vários contactos directos com o sr. João Garcia Correia, que trabalhou na SOFAL desde 1933 até à sua extinção. Natural de Fronteira, veio trabalhar para Vila Viçosa com 10 anos de idade, por influência de um tio aqui residente que o acolheu por ser de família numerosa e de algumas dificuldades. Sendo esse tio um dos responsáveis pela produção na SOFAL, cedo encaminhou o sobrinho nas suas pisadas, acabando por vir a ser ele o responsável pela refinaria e produção dos azeites durante muitos e muitos anos.

João Garcia Correia, apesar da sua considerável idade, mantém uma jovialidade, uma vivacidade e um brilho nos olhos invejáveis aos jovens de vinte anos e, sobretudo, lucidez de espírito e memória incríveis para a sua idade. Só assim foi possível, a partir das suas descrições extraordinariamente pormenorizadas reconstituir todo o layout do lagar e da refinaria, já que não existe, que se saiba, qualquer documentação de suporte. Foi ele próprio quem me forneceu também os dados, que atrás referi, acerca da constituição da Sociedade e dos quais pede desculpa por algum erro ou omissão.

O Sr. João Correia, homem de grande inteligência, empenhamento no trabalho e força de vontade, tornou-se um autodidacta e aprendeu de tudo quanto se possa saber, quer nas áreas do Desenho Técnico, da Química e da Mecânica relacionadas com a sua actividade. Em relação a azeites, sua laboração e refinação, é verdadeira enciclopédia viva. Dá gosto ouvi-lo falar.

Passo a transcrever, com muito poucas modificações, o que ele me contou acerca do lagar e da refinaria.

Lagar

O lagar de azeite fazia a prensagem da azeitona através de 6 prensas hidráulicas fabricadas na Metalúrgica Duarte Ferreira & Filhos, no Tramagal. As prensas vinham calibradas de fábrica para uma pressão máxima de trabalho de 350 Kg./cm², mas a operação de prensagem não decorria a pressões superiores a 320 Kg./cm² de modo a não acelerar o desgaste do material. É curioso notar que havia, da parte dos encarregados, a preocupação de não trabalhar com as máquinas nos seus limites, quer com estas quer com outras, de modo a preservar todo o equipamento, que aliás era regularmente revisto e sempre que necessário aferido e calibrado.

As pressões destas prensas eram controladas individualmente a partir de pistões, com diâmetro de 25mm, que possuíam uma válvula de *by-pass* com regulação para evitar sobrepressões, sendo sempre possível avaliar o valor da pressão em cada uma delas, já que todas estavam equipadas com o manómetro respectivo.

No lagar existiam dois carros ou “algares” que trabalhavam em simultâneo. Estes algares mais não eram do que *charriots* ou vagonetas com um tabuleiro metálico, que se deslocavam sobre carris, e serviam para que neles se fizesse a colocação das “seiras” de esparto que eram carregadas com a massa da azeitona a prensar, sendo estas seiras colocadas sobrepostas até à altura aproximada de um homem.

Cada uma destas prensas levava uma carga média por enseiramento de cerca de 650Kg de massa de azeitona, o que perfazia, contando com a própria espessura das seiras, uma altura de cerca de 1,60m.

Os algares eram então levados (rolados manualmente) até um outro carril que se desenvolvia transversalmente a este, ao longo da

linha das prensas, permitindo a sua colocação debaixo da prensa respectiva.

Numa fase posterior da laboração da fábrica foram as seiras substituídas por capachos de sisal, dada a sua inegável vantagem no processo, já que levavam mais massa e com a sua utilização não se corria o risco de esta ser derramada pelo bordo exterior como acontecia no antigo processo das seiras.

Cedo se reparou que era contraproducente trabalhar a azeitona colhida no próprio dia, pois o chamado “viço”, próprio dos frutos frescos, não permitia que os capachos se sobrepusessem convenientemente, deslizando uns sobre os outros e havendo os “entorneiros” que seriam de evitar. Assim, ficando a azeitona empilhada no exterior durante um dia era mais fácil ser trabalhada no dia seguinte por que perdia o viço.

Ainda para facilitar a operação de enseiramento, os algares, que inicialmente trabalhavam sem “agulha” (vara metálica saída do fundo do algar e onde eram enfiados os capachos através do orifício que tinham no centro) passaram, a dada altura a trabalhar com este equipamento, que tinha a particularidade de ser extensível, acrescentando-se a altura da agulha sempre que se tornava necessário, por um sistema de baioneta, levando a altura total da pilha até quase à altura de um homem de mediana estatura, aproveitando assim ao máximo o curso útil das prensas, o que contribuía para uma inegável melhoria no rendimento geral da instalação. Era assim possível, com o sistema de agulha, manejar os algares com alguma segurança, evitando os desequilíbrios das pilhas, principalmente quando os algares se deslocavam no carril até à sua colocação nas prensas.

A cabeça das prensas tinha um orifício na parte central, para a passagem da agulha, terminando esta de forma arredondada de modo a que facilmente fosse guiada a sua introdu-

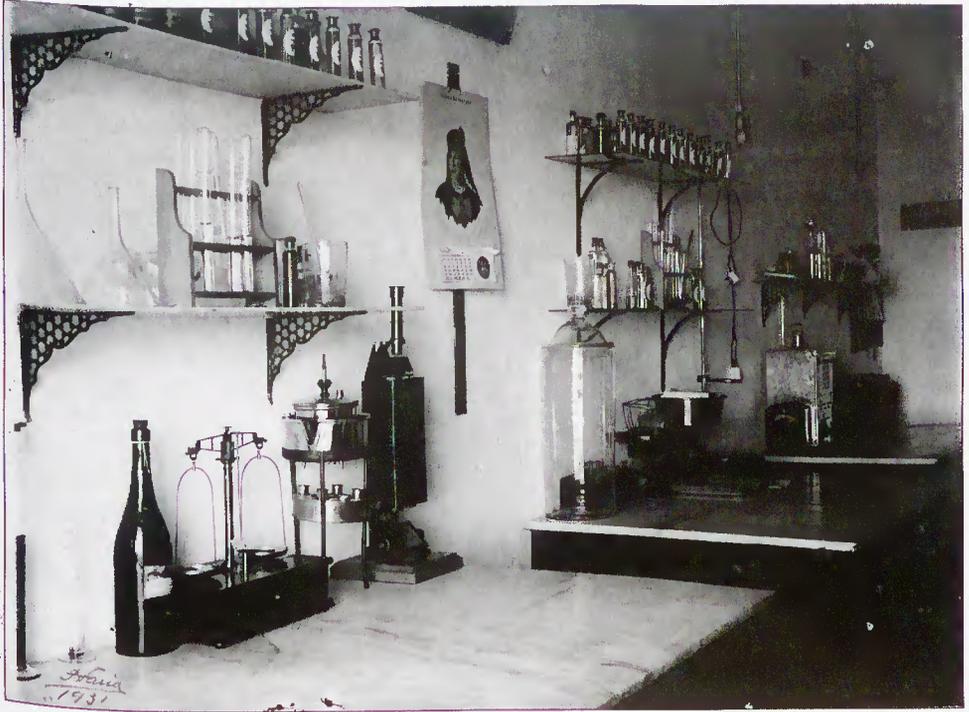


Foto de Borifilho Faria, 1931

Laboratórios da SOFAL

ção no orifício da prensa, evitando deste modo choques com a cabeça de prensagem e o consequente empenamento da agulha.

Os dois algares estavam colocados um de cada lado da "masseira", recipiente paralelepípedo destinado a recepcionar a massa de azeitona vinda de duas termobotadeiras que a ladeavam e continuamente a alimentavam.

A masseira era descarregada manualmente por dois homens, chamados de enseiradores, que com baldes metálicos de bica iam alimentando cada um deles o seu algar, distribuindo a massa de azeitona uniformemente sobre a seira até que esta estivesse completa e capaz de sobre ela ser colocada uma outra para novo enchimento, de modo a formar a pilha.

As termobotadeiras que atrás referi, de marca "FÉLIU", eram equipamentos bastante curiosos na sua concepção e que demons-

tram quão evoluída já estava, há meio século atrás, a utilização de processos tecnológicos de vertente térmica nesta indústria.

Como é do nosso conhecimento, por acção de uma elevação de temperatura e de forte agitação, consegue-se a emulsão das matérias gordas, não solúveis num meio aquoso, dividindo-as em pequenas partículas que, por menos densas, sobrenadam a solução, sendo então facilmente separáveis desta. Tal era o princípio do processo utilizado nas referidas termobotadeiras que permitiam, antecipadamente à operação tradicional de prensagem da massa da azeitona como se faz desde há centenas de anos nos lagares antigos, obter logo previamente algum azeite e separar uma boa parte da indesejável água-russa, facilitando a acção das prensas e beneficiando o rendimento global da instalação.

Assim, estes equipamentos (dois nestas instalações da SOFAL) eram constituídos por um corpo cilíndrico colocado na horizontal, com aberturas superiores, por onde mergulhavam agitadores mecânicos com pás que movimentavam continuamente a massa da azeitona, fazendo-a contactar directamente com a alta temperatura das paredes internas da termobatedeira. Esta alta temperatura era conseguida pela circulação de água quente com valores de 80° a 90°C obtida por injeção directa de vapor proveniente da própria caldeira.

Existia então uma parede dupla nestas termobatedeiras que formava uma camisa interna onde circulava a água quente, por acção do vapor sobre ela directamente injectado. Uma drenagem de fundo para uma caleira de acesso ao decantador permitia o escoamento da mistura da água-russa com o azeite emulsionado, ficando então em repouso até ser decantado.

A alimentação das duas termobatedeiras era feita por um sem-fim, com alguma pendente para facilitar por gravidade esta operação de transferência de massa. Sem-fim esse que circulava no interior de uma manga metálica de protecção, com algumas janelas de abertura superior para obviar a eventuais entupimentos no transporte.

Um moinho triturador, de quatro grandes galgas tronco-cónicas de granito, fazia a "moenda". Tinha umas pás raspadoras que obrigavam a desagregar a massa de azeitona moída das paredes da tremonha. A sua árvore de accionamento era constituída por um veio vertical de grandes dimensões, para suportar e mover as pesadíssimas galgas. Um enorme moente, solidariamente cravado no "fixe" da instalação, recebia o veio que, através de uma engrenagem cónica se ligava ao veio motriz.

Foi-me referido que havia instruções rigorosas da parte da Administração da fábrica para que o responsável pelo lagar trouxesse sempre bem vigiadas as condições de manu-

tenção daquele equipamento, nomeadamente no que respeita à lubrificação do moente, o que denota, mais uma vez, uma grande sensibilidade mecânica e conhecimento real dos problemas técnicos por parte dos gestores da SOFAL, bem diferente de muitos gestores de hoje em dia, que apenas se preocupam com a parte financeira.

Ainda quanto ao moinho triturador, sabemos que tinha uma altura superior a três metros e era alimentado de azeitona pela parte superior, que aí chegava por acção de um sem-fim vinda do parque exterior de recepção, que abria portas para a actual Rua do Convento (antiga estrada do Alandroal). Era ao longo do sem-fim de acesso e no próprio moinho que a azeitona sofria a operação de lavagem, sendo a água para tal efeito, bem como para todas as outras utilizações fabris, nomeadamente a admissão da caldeira, bombada a partir de uma nora existente no pátio do antigo convento e de reputada qualidade. A este propósito é conveniente referir que eram frequentes as análises feitas a essa água.

Acompanhando então o percurso da azeitona, esta era carregada manualmente à pá, a partir da pilha de azeitona recepcionada na véspera, para o sem-fim onde era lavada e transportada até ao moinho para ser triturada. Pela parte inferior deste saía a massa de azeitona para o outro sem-fim que a conduzia às termobatedeiras. Estas, por sua vez alimentavam a masseira, donde a massa era tirada a balde e colocada nas seiras que se empilhavam nos algares que, quando cheios, eram levados às prensas. O azeite extraído era assim de uma primeira e única prensagem, além de uma parcela previamente obtida pelo processo térmico atrás referido.

Além de todo este equipamento que fui descrevendo existiam também três batedores para lavagem do azeite, dois decantadores água-russa/azeite, e uma máquina para o cen-

trifugar, completando-se o equipamento com três depósitos destinados a fazer o repouso e estabilização do azeite após a operação de centrifugação.

Existia ainda uma bomba móvel destinada a fazer as trasfegas do azeite da máquina centrifugadora quer para os batedores quer para os decantadores, ou até para os reservatórios do armazém que ficava em anexo.

Do funcionamento e do pessoal

Sendo a colheita da azeitona uma actividade sazonal restrita a período relativamente curto, que se reportava a cerca de apenas dois meses (presentemente, com as alterações climáticas sofridas na nossa região nas últimas décadas, quase não chega a um mês) porque as poucas variedades aqui cultivadas têm maturação quase simultânea e ainda porque o produto é bastante perecível, tornava-se imperioso que os poucos lagares existentes laborassem em continuo, 24 sobre 24 horas. Assim, a azáfama dos meses de Novembro e de Dezembro era grande.

O lagar da SOFAL, que era o maior e o mais bem equipado da região, laborava em turnos de 8 horas de trabalho, fazendo a rotatividade do pessoal à semana. Por cada turno trabalhavam no lagar 8 operários, tendo um deles, o mais credenciado, a função e a responsabilidade de *mestre de lagar*, a quem competia além de comandar todas as operações e de orientar o pessoal, também o controlo das máquinas.

Na zona exterior do edifício trabalhava um homem no "teigão" da recepção, que baldeava à pá a azeitona para o sem-fim carregador.

No interior das instalações trabalhavam seis homens, três por cada algar, com as seguintes funções: um para o enseinamento/en-capachamento, outro para o desenseinamen-

to/desencapachamento e um terceiro para limpezas do pavimento e auxílio geral aos restantes.

Lagareta

A "lagareta", como era chamada, era um pequeno lagar-laboratório, de dimensão reduzida, onde apenas existiam duas prensas hidráulicas, e onde eram preparadas experiências na extração de azeites, afinados procedimentos e ensaiadas novas técnicas. No entanto, apesar das suas características próprias, todos os anos funcionava como apoio ao lagar industrial nos períodos de ponta, de maior afluência de azeitona, em que se tornava necessária a utilização de toda a capacidade instalada para dar resposta às solicitações dos produtores.

Armazém dos azeites

O sector de armazém dos azeites, quase contíguo às instalações do lagar industrial, tinha depósitos em ferro e depósitos subterrâneos com uma capacidade total instalada de 209.400 litros, o que permitia, salvo em anos de safras muito excepcionais, armazenar toda a produção de uma campanha.

Era a seguinte a sua composição:

Qtd.		Capacidade (lts)
1	Depósitos em ferro	4.000
4	"	8.000
2	"	10.000
1	"	11.000
1	"	14.400
4	Depósitos subterrâneos	32.000

Até porque na época, não estando os circuitos comerciais tão elaborados como presentemente se encontram, e só então se come-

çando a falar em engarrafamento, tornava-se absolutamente necessário o armazenamento do produto acabado, que era posteriormente levantado pelos produtores, à medida das suas próprias necessidades de consumo, em potes de folha-de-flandres com capacidades de 50 e 100 litros. A parte excedente era comercializada a retalho e até vendida para as mercearias das redondezas.

Nas últimas décadas, a empresa SOFAL tinha uma marca registada para o seu azeite, a marca “Condestável”, comercializando então o azeite enlatado em embalagens de 3 e de 5 litros. Foi-me referido que existiam nos escritórios da SOFAL vários diplomas certificando a empresa como pioneira do azeite para conservas, a nível nacional.

Uma das grandes vantagens do armazenamento assenta no facto de não ser conveniente consumir azeite acabado de laborar, pois este vai turvo e necessita de um certo repouso para que possa ganhar qualidade, que se vai reflectir no seu aspecto quando se apresenta ao consumidor, sem qualquer turvação, absolutamente transparente. Este estágio a que o azeite deve ficar sujeito só terminará lá para os meses de Maio/Junho, quando a temperatura se eleva e cai a chamada “humidade de vegetação”. É a partir daí que o azeite se começa verdadeiramente a purificar, havendo o assentamento de resíduos sólidos na parte inferior do recipiente. Deve então ser cuidadosamente retirado e separado desses resíduos sedimentados que, contendo enzimas activas, nas condições ideais de temperatura para se multiplicarem, vão fermentar e aumentar-lhe a acidez, a uma cadência de cerca de 0,2º por ano, em boas condições.

A opinião das pessoas experientes recomenda que se consumam azeites velhos, do ano anterior, até ao mês de Junho e só a partir dessa época os azeites do próprio ano, devido à melhoria de qualidade que passam então a ter.

A temperatura considerada ideal para a conservação do azeite é de 20°C. Daí a grande vantagem que a SOFAL tinha relativamente a outros lagares, com a existência dos depósitos subterrâneos, onde dificilmente essa temperatura era atingida. O azeite produzido pela Sociedade Fabril Alentejana era assim de excelente qualidade, como o reconheciam os olivicultores da nossa região que aí colocavam a sua produção de azeitona para laboração e depois preferiam levantar o azeite produzido, para o seu próprio consumo, em vez de receberem o dinheiro da venda da azeitona à Sociedade.

Pouca era então a quantidade que era enlatada e saía para o mercado nacional com a prestigiada marca “Condestável”, até porque nesses tempos as redes comerciais não estavam logisticamente estruturadas como hoje, nem existiam ainda as grandes superfícies comerciais nem os actuais níveis de procura.

Para que o leitor tenha uma noção da dimensão deste lagar e da sua importância para o sector olivícola desta região, passo a apresentar um quadro com os valores da produção dos últimos vinte e um anos de laboração da SOFAL até ao encerramento das portas, que João Correia guarda religiosamente entre os seus apontamentos e teve a fineza de me facultar para publicação:

Ano	Azeitona (Kg)	Azeite (lts)	Bagaço (Kg)
59-60	1.365.351	205.695	524.151
60-61	1.808.459	278.965	549.140
61-62	1.756.594	?	?
62-63	970.726	177.346	356.986
63-64	1.729.656	267.512	607.264
64-65	367.914	65.753	142.938
65-66	752.340	124.664	292.657
66-67	673.465	105.739	282.856
67-68	966.569	161.831	406.219

Ano	Azeitona (Kg)	Azeite (lts)	Bagaço (Kg)
68-69	659.402	102.931	221.993
69-70	829.933	135.917	297.431
70-71	522.243	85.538	209.778
71-72*	277.000	48.905	126.709
72-73	770.858	138.978	314.889
73-74	759.570	117.308	313.512
74-75	576.858	95.273	227.860
75-76	671.099	121.383	274.369
76-77	234.134	32.880	95.618
77-78	515.249	79.916	208.370
78-79	857.700	128.754	324.453
79-80	283.894	51.461	109.878

*nesta campanha só laborou a lagareta.

Refinaria

Fazendo um balanço percentual grosseiro à massa da azeitona produzida na nossa região, que é principalmente da variedade “galega”, podemos considerar que existem cerca de 15% de azeite, 40% de bagaço e os restantes 45% de água. Ora o bagaço, constituído essencialmente pelo caroço do fruto, ainda contem uma razoável percentagem de matéria gorda, da qual desde cedo se começou a tirar partido, fazendo a sua utilização na alimentação animal, muito particularmente nas rações do gado suíno.

Com o evoluir dos tempos, concluiu-se que era possível fazer a extracção de óleos de bagaço, a partir de processos essencialmente químicos, tirando assim partido deste subproduto até então pouco valorizado na indústria oleícola.

À época da formação da SOFAL, já as técnicas de extracção de óleo de bagaço e as tecnologias a elas inerentes tinham evoluído o suficiente, e mesmo a nível interno começavam a dar-se os primeiros passos positivos no que viria a ser um sector promissor da indústria nacional. Isto bastou para que estivesse nos horizontes dos seus fundadores a criação

de uma fábrica de extracção deste tipo e de uma refinaria para melhorar as suas condições de acabamento, permitindo assim a sua colocação no mercado.

Além do mais, sendo um sector industrial de vanguarda à época (1923), ainda com poucas instalações a laborar em Portugal, seria a SOFAL pioneira nesta região do Alentejo, o que garantia a colocação do produto e quota de mercado.

A extracção de óleos de bagaço, muito embora constituísse um sector próprio, trabalhava intimamente ligada à secção de refinaria, onde, além da refinação do azeite se faziam as refinações dos óleos alimentares.

O sector de extracção esteve fisicamente localizado em dois sítios distintos, pois as instalações iniciais rapidamente se tornaram exíguas para o volume de material a ser tratado. Assim, em 1950 foi feita uma ampliação e diversas modificações que levaram a que os três aparelhos iniciais de extracção química de óleos – que tinham uma capacidade de 3000 Kg cada, sendo um deles um pouco mais pequeno, e que laboravam cerca de 6 ton/24 horas, o que já na ocasião era considerada uma produção invejável –, aumentassem a produção para 10 a 11 ton/dia, com então 5 extractores, já com extracção a benzina.

Estas obras de ampliação da refinaria, que criaram maior desafogo neste sector da fábrica, permitindo aproveitamento mais racional dos espaços, foram feitas no antigo coro da igreja, adaptado para o efeito. Assim também e na mesma ocasião destas obras, o restante corpo da capela foi dividido ao meio, ficando a parte superior destinada a outro sector da fábrica, o da moagem de cereais, como armazém da farinha e do farelo, de que tratarei noutra artigo.

O bagaço proveniente dos lagares, quer o produzido nas instalações da própria empresa, quer o adquirido no exterior – pois este sub-

produto era sempre vendável mesmo com elevados teores de acidez, que podiam chegar até aos 15% —, vinha compactado pela acção das prensas em torrões de apreciável dimensão. Era portanto necessário fazer um destorroamento prévio antes de o introduzir nos equipamentos onde seria destilado e decantado. Esse destorroamento era conseguido através de martelos destorroadores que fragmentavam a massa compactada e a tornavam capaz de ser elevada num sistema de elevação de roda e alcatruzes para o nível superior onde entrava para a maceração.

A maceração, operação fundamental do processo, conseguia-se fazendo embeber o bagaço em sulfureto de carbono, onde estagiava durante um período de cerca de oito horas, até ser posteriormente decantado. A utilização do sulfureto de carbono no processo ocorreu durante a primeira fase de operação da refinaria, quando se utilizavam apenas os três extractores iniciais que atrás referi. Após as modificações e obras de ampliação deste sector, mudou também o processo tecnológico, seguindo as orientações mais vanguardistas, e passou a ser usada a benzina em substituição do sulfureto de carbono.

Após a maceração e depois de decantado, o óleo de bagaço mantinha ainda uma acidez, uma coloração e um odor que não eram de modo algum compatíveis com os padrões de qualidade e exigência do mercado, não permitindo de modo algum o consumo público imediato do produto sem outros tratamentos prévios, apesar de nessa época se ser menos restritivo do que nos tempos que correm. Assim, o óleo de bagaço sofria uma lexiviação por soda cáustica a 20°C com a finalidade de corrigir o potencial hidrotrimétrico para valores compatíveis com o consumo humano, aproximando o grau de acidez ao do azeite de utilização corrente. Após esta desacidificação era necessário que o produto perdesse a sua cor

negra e adquirisse limpidez e transparência suficientes para ser aceite aos olhos do consumidor sem qualquer relutância. Esta descoloração era conseguida por um processo de filtração, fazendo passar o óleo através de um preparado de carvão animal, carvão vegetal e terra argilosa.

Como é óbvio, havia imensa dificuldade em fazer a filtragem de um produto oleoso, que tem uma viscosidade muito superior á da água, através de um filtro de muito baixa granulometria como era a terra de argila misturada com o pó de carvão. Por isso, tornava-se necessário fazer a sucção a juzante do filtro descorador, o que se conseguia por um sistema de vácuo que, aliado a um aumento de temperatura (com o intuito de reduzir a viscosidade) do óleo a filtrar, atingia os objectivos.

A temperatura do óleo após a desacidificação era estabilizada para valores de cerca de 75 a 80°C através da passagem por serpentina com circulação de vapor, antes de entrar no leito de filtragem. A substituição das terras de argila e carvão, que constituíam o elemento filtrante do descorador, tinha que ser feita com bastante frequência pois rapidamente este ficava colmatado e a exigir maior esforço da bomba de vácuo que garantia o sucesso da operação.

Finalmente vinha a fase de desodorização do óleo, que era conseguida pela injeção directa de vapor seco a temperaturas que poderiam oscilar entre os 110°C e os 200°C sobre o óleo a desodorizar. Nesta refinaria da SOFAL estava estabelecido o valor de 190°C para a operação de desodorização.

Um das instalações fabris desta natureza, em que quase todos os processos tecnológicos de operação assentam na vertente térmica, têm necessariamente de possuir consideráveis geradores de vapor. Assim, a SOFAL tinha uma caldeira geral, coração de todo o processo, e da qual ainda podemos ver a im-

ponente chaminé, agora em ruína e em risco de colapso eminente. Esta chaminé, feita no verão de 1934 pelo mestre Valdimiro Catela e pela equipa de pedreiros que com ele trabalhava, veio substituir uma outra anterior, de mais pequenas dimensões.

Como já atrás referi, o sector da refinaria exigia que se trabalhasse com vapor sobreaquecido. Ora a obtenção de vapor seco exige temperaturas de processo da ordem dos 400°C e tubagem capaz de suportar elevadas pressões de trabalho. Em função disso, existia uma outra caldeira de sobreaquecimento, de dimensões obviamente mais reduzidas, instalada no último piso, perto da torre sineira, junto da qual tinha chaminé.

Acontecia que a distância entre o piso térreo onde ficava a caldeira geral e o piso da caldeira sobreaquecedora (ao nível da cúpula da nave central da igreja) era bastante elevada, de cerca de 30 a 40 metros, o que ocasionava perdas térmicas inoportáveis se não fosse feito um bom isolamento da tubagem. Os materiais de isolamento térmico de que na ocasião se dispunha (recorde-se que não estavam ainda descobertos os polímeros do etileno e dos hidrocarbonetos que hoje nos encham o mundo), além de não terem elevados coeficientes de resistência térmica, não eram comercializados como tal. Poucos mais se conheciam além da cortiça. Mas a imaginação e a arte faziam milagres.

Contou-me o Sr. João Correia que a tubagem dos fluidos quentes era isolada com cortiça granulada e gesso, que era amassado e moldado dentro de meias-canas feitas em

rede hexagonal de arame de malha fina. As duas meias-canas, depois de preparadas, eram justapostas à tubagem e faziam o recobrimento desta. Finalmente eram amarradas entre si através do enrolamento de uma espiral de arame fino, sendo o conjunto posteriormente envolvido por uma tela de pano-cru e gesso que lhe dava a necessária solidez. O processo era prático e permitia facilmente a reconstituição de troços que estivessem danificados.

Muito engenho e muita dedicação e empenhamento dos colaboradores estiveram na base do sucesso desta empresa até ao seu colapso que noutra artigo procurarei desvendar. O sector da moagem, um dos principais pólos de actividade da SOFAL, também é riquíssimo em histórias que dão matéria para outro artigo. Assim se mantenha a disponibilidade, a lucidez e a memória do Sr. João Garcia Correia, a quem tanto devemos agradecer e que é verdadeiramente o autor destas linhas.

BIBLIOGRAFIA

ESPANCA, P.º Joaquim José da Rocha. *Compendio de Noticias de Villa Viçosa*, edição do autor, tip. Francisco de Paula Oliveira de Carvalho, Redondo, 1892.

PESTANA, Manuel Inácio. *Vila Viçosa História, Arte e Tradição*, edição Livraria Alentejo de Calipolojas, Lda.

ESPANCA, Túlio. *Inventário Artístico de Portugal – Distrito de Évora*, ed. ANBA, Lisboa 1978.

Tempo Vário

Extremadura y Alentejo: del subdesarrollo heredado a los retos del futuro.

Moisés Cayetano Rosado (Espanha)

RESUMEN

Extremadura y Alentejo son dos regiones de notable extensión dentro de sus territorios nacionales y escasa población, que fue disminuyendo espectacularmente de los años cincuenta a los setenta del siglo XX, debido a un fuerte movimiento migratorio dirigido principalmente a las zonas industrializadas de sus respectivos países y a Europa Occidental, como ya antes - en la Edad Moderna y finales del siglo XIX y principios del XX - se enfocó a Latinoamérica.

Este éxodo poblacional, junto a la concentración de la propiedad agraria en pocas manos, está en la base de su subdesarrollo, que muestran los indicadores socio-económicos europeos, en especial de la segunda mitad del siglo XX. En Producto Interior Bruto per cápita, en renta familiar, en reemplazo poblacional, etc., han ido ocupando los últimos puestos de la Europa Comunitaria, sin que la emigración haya servido de mucho más que aliviar la situación económico-laboral de las familias afectadas, al tiempo que se envejecía la población residente.

Los últimos años del siglo XX y éstos primeros del siglo XXI están dando algunas señales de esperanza, cierta recuperación socio-económica, sobre todo en Extremadura, pero el atraso heredado aún lastra el progreso. Se plantean para el futuro diversos retos que hay que abordar con decisión: el reto de-

mográfico: aumentar el número de habitantes, dada la alarmante baja densidad general, y en concreto con población joven, en edad activa; el reto productivo: especializarse en productos de calidad, competitivos, exclusivos, potenciando sus recursos propios, las "denominaciones de origen", y el reto de las comunicaciones y los servicios: completar sus redes viarias por carretera, apostar por el ferrocarril - tan escaso ahora - tanto convencional como de Alta Velocidad, y perfeccionar los servicios socio-recreativos, culturales y universitarios, para los que tienen extraordinarias potencialidades por explotar y de las que obtener importantes recursos económicos, laborales y de desenvolvimiento en general.

1. INTRODUCCIÓN

Extremadura y Alentejo son unas regiones desde el punto de vista geofísico fundamentalmente silíceas, con pequeñas afloraciones calcáreas; terreno muy desnudo, de escasa tierra vegetal, geológicamente de la Era Primaria en su mayoría, muy desgastado, con pocos recursos hídricos naturales, lo que unido a una pluviosidad deficiente y al extenso e intenso estio nos abocó a una agricultura en gran parte extensiva. Las dehesas de encinares y alcornoques, junto a pastizales extensos de secano, son señas de identidad que sólo una buena política hidrológica de embalses y

canales ha podido en alguna medida compensar en Extremadura y comienza a proyectarse en Alentejo, a raíz de la construcción del gran embalse de Alqueva.

Nuestra historia ha sido bastante convulsa: invasiones y guerra desde los tiempos más remotos, conformando una división territorial, una ordenación, repartos y posesiones que han conducido al acaparamiento de unos pocos y a la miseria de una inmensa mayoría. El caserío concentrado, la abundancia de defensas, fortificaciones medievales e incluso anteriores, nos hablan de los avatares bélicos, de la inseguridad y de un modelo socioeconómico semifeudal que arraigó y no desapareció con los tiempos modernos, como ocurriera en otras regiones con burguesía ascendente. Después, las luchas de frontera sembraron el territorio de amurallamientos abaluartados poderosos, que hoy se conservan en buena parte con tres siglos sobre sus espaldas; lo que ahora es valioso patrimonio monumental fue en su día barrera ante el progreso y frontera insalvable, cuando la colaboración nos es en cambio tan necesaria para el desenvolvimiento productivo, comercial y de servicios en general.

Por desgracia, la desigualdad y la miseria han sido señas de identidad. Y por ello, la emigración fue una salida necesaria para muchos, que hubieron de buscar trabajo y pan lejos; unos, en otras zonas de sus respectivos estados; otros, probando fortuna primero en América y más recientemente en las naciones industrializadas de Europa, desde el "desarrollismo" iniciado a finales de los años cincuenta.

De ahí los versos desgarradores de Teixeira de Pascoais en el poema *A Minha Aldeia*, de su libro *Terra Proibida*:

*Homens, que trabalhais na minha aldeia!
Como as árvores, vós sois a Natureza.
E se vos falta, um dia, o caldo para a ceia*

*e tendes de emigrar,
troncos desarraigados pelo vento,
levais terra pegada ao coração.*

2. EL AZOTE CONTEMPORÁNEO DE LA EMIGRACIÓN Y SUS CONSECUENCIAS

A partir de 1955, una vez que en Europa se sosiega la terrible situación de una larga y penosa posguerra, se asiste a un continuo trasiego humano. El proceso es ligeramente ascendente hasta 1960, con un componente mayoritario de *migración interior*, es decir, de una región a otra dentro de cada país; un inicial flujo a Centroeuropa, y un número muy escaso hacia países de América. Cuantificarla resulta difícil; las migraciones interiores no necesitan una tramitación oficial, con permiso de trabajo y/o residencia, sino que existe una mínima obligación de ocasionar "baja" en el censo de la ciudad o pueblo de origen y "alta" en el de destino, que muchos no realizan, pues retornan en pocos meses o años, vuelven a marchar, otro retorno, etc., por lo que no cumplimentan estos trámites.

Desde 1960, hay una importante demanda europea, especialmente de Francia, Alemania, Suiza y Holanda, de mano de obra de la *Europa del Sur*. Nuestras regiones entran en este movimiento de población; los trabajadores marchan generalmente con contratos anuales que muchos renovaban y algunos incluso han hecho definitivo. Como ya dijera el novelista extremeño de principios del siglo XX, Felipe Trigo, en su novela *Jarrapellejos*:

Se estaba tan mal aquí, con frío, con suciedad, matándose a trabajo... que nada más malo es arriesgarse con el cambio, que nada se perdiera con marcharse al mismo infierno.

Con ello responde, por adelantado, a la pregunta cantada por el cantor y poeta Pablo

Guerrero en los años setenta, cuando nuestros pueblos perdieron casi la mitad de su población en poco más de diez años:

*soledad llena de encinas
sobre campos con veredas,
¿por qué se fueron los hombres
de tu tierra?*

Triste salida, traumática partida irremediable que ha dado pie a versos tan desgarradores como los de Guerra Junqueiro en *Finis Patriae*:

*Olhai, olhai, vão em manadas
os emigrantes...
Vivos de pó pelas estradas.
Crispam as mãos, mordendo as tranças
loucos de dor!
Lá vão levados, vão levados*

Sólo con la crisis económica mundial de 1973 se frenará la emigración que otra crisis definitiva, en 1977, la corta por completo en cuanto al tránsito internacional y, con la generalización del paro, casi desaparece por completo la interregional.

Los años de mayor movimiento corresponden a la década de los sesenta, siendo la *sangría humana* claramente importante tanto en Extremadura (que ocupa la cabecera de toda España en el proceso, porcentualmente por número de habitantes) como en Alentejo. Su efecto se hace notar en una bajada de la población regional, en tanto España y Portugal experimentan un crecimiento global.

Desde 1950 a 1977, el período más duro de éste *éxodo extremeño*, según los datos del Instituto Español de Estadística y del Instituto Español de Emigración, Extremadura pierde 645.000 habitantes, lo que significa el 45% de su población de mediados del siglo. Globalmente, España gana en tanto 10.500.000 habitantes,

pasando de 26.000.000 a 36.500.000, debido fundamentalmente al *boom* de la natalidad. Y así, la región pasa de significar el 5,25% del total de habitantes a quedarnos en el 2,9% (no se olvide que tiene más del 8% del territorio español, superando a duras penas el millón de personas, para más de 41.634 kilómetros cuadrados. Veintiséis habitantes por kilómetro cuadrado, en tanto España tenía más de setenta y dos: casi el triple).

Por lo que se refiere al Alentejo, según los datos del Instituto Nacional de Estadística, en ese período de 1950-1977, perdió aproximadamente 270.000 habitantes, que corresponden al 36% de su población en 1950. En esa misma etapa, Portugal aumenta su población en 1.000.000 de habitantes, al pasar de 8.500.000 a 9.500.000, influyendo en gran medida, como en España, el "boom" de la natalidad. Por ello, si en 1950 Alentejo tiene el 8,9% de los habitantes del Estado, en 1977 desciende al 6%: 570.000 habitantes para 26.931 kilómetros cuadrados y el 29,25% del territorio portugués. Veintiún habitantes por kilómetro cuadrado en Alentejo, mientras Portugal ascendía a 103: cinco veces más.

Una comparación de Extremadura y Alentejo con aquellas zonas españolas, portuguesas y otras europeas que en estos años fueron receptoras de emigrantes nos sitúa ante un panorama muy significativo en cuanto a territorios con desarrollo firme frente al subdesarrollo y, por tanto, expulsión poblacional.

Así, frente a los 645.000 emigrantes extremeños netos y los 270.000 alentejanos, Madrid obtiene un saldo positivo neto de 1.545.000 emigrantes en el período y Cataluña 1.617.000; Lisboa, 521.000; el área metropolitana de París, 1.372.000, Holanda 400.000 y el área alemana de Hamburg y Bremen, 300.000. Allí se beneficiaron de la llegada de población emigrante, en la mejor edad de producir; se trataba de jóvenes formados en nuestras tierras que fueron

aprovechados en otras, las cuales les recibían sin la contrapartida de tener que criarlos de pequeños, escolarizarlos, proporcionarles cuidados médicos y asistenciales, formarlos laboralmente... sino que directamente entraban a producir, admitiendo sólo a los manifiestamente sanos. Tampoco, es evidente, marchaban ancianos, que al quedar en los lugares de origen han de recibir prestaciones económicas, sanitarias y asistenciales. O sea, el receptor toma capital humano productivo y el emisor se queda con aquellos que ya no pueden producir y sí deben recibir atenciones.

No es de extrañar que, con esta pérdida de población joven, la *pirámide de edades* haya sufrido el efecto, *envejeciéndose*. Si marchaban trabajadores comprendidos mayoritariamente en el sector de edades que va de 20 a 40 años, no sólo perdíamos continuamente juventud sino que quedaba severamente comprometido el futuro, pues sus hijos nacerían y en gran parte quedarían fuera, por lo que la renovación poblacional se reducía, al tiempo que engrosaba la representación de ancianos y en general población no productora. En 1960, según los datos del INE, los menores de 15 años eran el 30% en Extremadura; en el año 2005 sólo representarán el 17%; en cambio, los mayores de 65 años eran el 8% en 1960, pasando al 19% en el año 2005. En Alentejo, partiendo en 1960 de una situación similar a Extremadura, en el año 2005 los menores de 15 años representarán solamente el 13% y los mayores de 65 años ascenderán al 23%.

Será interesante observar otros datos que completen la visión demográfica obtenida. Una revisión de indicadores económicos que nos hacen comprensibles las causas del proceso migratorio, directamente relacionadas con la riqueza de las zonas de recepción (que unos treinta años después de iniciado, al término del mismo, seguían en la cabecera) y la pobreza de los lugares de origen de la mano de obra ne-

cesitada. Así, de las 107 regiones de la Europa Comunitaria de 12 miembros de finales de los años 70, la posición de las zonas que anteriormente referimos en saldos migratorios presentan respecto al Producto Interior Bruto por habitante una extraordinaria diferencia en poder adquisitivo, en recursos económicos, que explica por sí sola la diáspora al tiempo que nos asegura que este trasvase de población reforzó las diferencias regionales confirmándonos como zona de atraso y de pobreza. En efecto, según datos del Netherlands Economic Institute, en 1950 Hamburgo ostenta el número 7 en la relación, pasando en 1977 al número 1; Bremen tenía el número 18 al comienzo del proceso y lo culmina con el número 2; la zona metropolitana de París tenía el número 1 y queda en el número 3 en 1977. Holanda, con el puesto 54 en 1950 se pasa al número 5 en 1977. Madrid, que en 1950 ocupaba el puesto número 66 escala al 60, y Cataluña se coloca desde el 73 en el 66. Lisboa pasa del puesto 71 al 93. Extremadura estaba en el último lugar en 1950 (puesto número 107) y en 1977 pasa al 102, quedando debajo las islas griegas y Alentejo (que del puesto número 97 desciende al 104).

3. TRÁNSITO DEL SIGLO XX AL XXI

A pesar de tantos sacrificios como supuso dicha emigración, tanto desarraigo, separaciones familiares, soledad, abuso, incompreensión, problemas generacionales de identificación..., la situación socio-económica ha seguido siendo dificultosa.

Finalizando el siglo XX, en concreto en 1991, Luxemburgo encabeza el ranking comunitario europeo, con 160% de la media en cuanto a Producto Interior Bruto, seguido por Austria (120), Francia (115), Bélgica (110), Dinamarca (110), Alemania (110), Suecia (105) y Holanda

(102). Acercándose a la media comunitaria: Reino Unido (98%) y Finlandia (93). Y por debajo España (75%), Irlanda (75), Portugal (65) y Grecia (60); las zonas de emisión migratoria. Si pormenorizamos por regiones, la primera en esta *tabla de riqueza* es Hamburgo, con 198% de la media, seguida de Bruselas (175), Darmstadt (también de Alemania, como la primera, con 174), zona metropolitana de París (169)... ocupando el penúltimo puesto Alentejo, con 40%, sólo superada por Turingia, con 38%; Extremadura, nueve puestos por encima de la cola, apenas llegaba a 47% de la media del PIB.

Los datos fríos son desoladores. Pero repárese en esto: en 1977 Extremadura alcanzaba sólo el 32% de la media europea de PIB; en 1991 ya subía al 47%; habíamos ascendido 15 puntos porcentuales. En 1997 gana 4 puntos más: el 51% de la media. O sea, de una situación de claro desaliento a finales de los años setenta, culminando la *sangría migratoria*, pasa a una señal clara de esperanza, al comenzar los años noventa, refrendada 20 años después de acabado el proceso migratorio.

Alentejo, por su parte, tenía el 26% de la media europea de PIB en 1977 y veinte años después pasa a 36%: un avance de 10 puntos, lo que es una señal de esperanza, si bien mucho más débil que en el caso extremeño.

3.1. Repunte extremeño

Estas circunstancias de avance económico en Extremadura van a continuar en los siguientes años, como ha puesto en evidencia el informe FUNCAS, de las Cajas de Ahorro, sobre crecimiento económico por comunidades autónomas en el período 1995-2004, y que el Presidente de la Junta de Extremadura, Juan Carlos Rodríguez Ibarra, exhibiría cuando se produjo el Debate sobre la Orientación Política General de la Junta de Extremadura (conoci-

do como "Debate del estado de la región") los pasados 16 y 17 de junio de 2005, en defensa del progreso de Extremadura desde aquellas difíciles circunstancias de subdesarrollo heredado de siglos hasta una situación que sin ser boyante es aceptable y esperanzadora.

Así, entre 1995 y 2004 el PIB extremeño ha pasado del 67,25% de la media española al 73,5%. O sea, se han crecido 6,25 puntos, en medio de una recesión que ha afectado claramente a las zonas fundamentales de crecimiento en la época del desarrollismo de los años sesenta y setenta.

En renta familiar disponible, según el informe ya citado, la región ha pasado en el mismo periodo del 72,12% de la media española al 81,76%: 9,64 puntos de subida, a la vez que las grandes zonas periféricas perdían porcentaje. O sea, se acortan decididamente las diferencias.

Y si antes no llegaba a la mitad de la media en indicadores económicos básicos, como ya vimos, en 1995 subimos al 58% y en 2004 al 76%: un ascenso de 18 puntos, mientras Madrid subía 12, Cataluña 10 y Baleares 2 (aunque, sin duda, manteniendo un porcentaje muy por encima de la media española).

Hoy día, en honor a la verdad hay que decir que la situación de Extremadura en infraestructura viaria interregional, provincial y local; en equipamientos sanitarios, de vivienda, culturales, educativos, deportivos, de ocio en general, de sus pueblos y ciudades, no tienen nada que ver con la situación heredada de aquellos años setenta en que culmina ese proceso de *estampida migratoria* y comienza otro de *reconstrucción* que le está llevando incluso hasta a ser receptores -aunque tímidamente aún- de emigrantes del exterior y, lo que es crucial socioeconómica y emocionalmente, a un ligero retorno de emigrantes, que se instalan en sus lugares de origen bien tras lograr la jubilación o porque deciden apostar por la cre-

acción de autoempleo, invertir recursos logrados en el exterior o acceder a puestos de trabajo ofertados en la región.

Téngase en cuenta que si en 1985 contaba con unas 10.000 empresas, en 2005 suben a 57.000. Que vende fuera de España - como también resaltó el Presidente de la Junta en el debate antes aludido y del que tomo estos datos - un 1.698,5% más que en 1986. Que de ser una región casi absolutamente agraria ha pasado a depender sólo del 11% del producto bruto como agrario, con una población activa dedicada a la agricultura que no sube del 14% del total, cuando en los años setenta ascendía al 60%. Que en buen número de pueblos y ciudades están siendo construidos y/o ampliados y mejorados polígonos industriales, y se fomentan semilleros de empresas. Que la consolidación de los recursos forestales, hídricos y fluviales de las comarcas más empobrecidas (aquellas a las que la emigración llevó a convertirse en *desiertos poblacionales*, con no más de 10 habitantes por kilómetro cuadrado) están viendo aumentar sus expectativas turísticas, medioambientales y, por ello, de generación de empleo público y privado de forma contundente, a lo que se sumará un importante Plan Hidrológico Forestal acordado entre la Junta de Extremadura y el Ministerio de Medio Ambiente. Y, sin duda, contribuirá firmemente a la creación de empleo en el sector de la construcción así como al acceso justo a una vivienda digna para todos el *pacto por la vivienda protegida*, que obliga a que al menos el 25% del aprovechamiento lucrativo de todas las nuevas unidades de actuación sean para vivienda a precio asequible, lo que se completa con Planes de Interés Regional, que desde la Junta se pueden aprobar por iniciativa propia o a instancia de un promotor privado para promover viviendas protegidas, áreas industriales o comerciales, semilleros de empresas, etc., allá donde se crea necesario, de manera

prioritaria y por encima de cualquier otro instrumento de ordenación del territorio, para facilitar la construcción de viviendas protegidas y las instalaciones productivas.

3.2. El caso de Alentejo

El tránsito del siglo XX al siglo XXI no ha visto aún señales suficientes de desenvolvimiento y avance positivo para Alentejo, que tras la "Revolução dos Cravos" de 1974 y el proceso de Reforma Agraria iniciado con ella vivió momentos de euforia y despegue productivo y laboral. Si bien esa Reforma supuso la organización de unas 550 unidades colectivas de producción en toda la región, con la creación de más de 70.000 puestos de trabajo y el desarrollo de un amplio proceso productivo de transformación industrial, así como una extensa red de comercialización de los mismos y la implantación a su costa de servicios asistenciales, culturales, educativos, sanitarios, recreativos, etc., a partir de los años ochenta se lleva a cabo un proceso de Contrarreforma que da al traste con todas las expectativas creadas.

La devolución de los latifundios ocupados a sus antiguos dueños, volviendo en gran parte a sistemas de explotación extensiva e incluso a la improductividad; el cierre de cooperativas de transformación como consecuencia de lo anterior; la vuelta de los trabajadores asociados como copropietarios al sistema de campesinado dependiente - jornalero eventual -; la caída drástica del empleo, al que se había incorporado masivamente la mujer...; este proceso que duró las dos décadas finales del siglo XX, con apelaciones a los tribunales de justicia e intervenciones de las Fuerzas de Orden Público, a veces con extrema dureza al resistirse los campesinos a ceder las tierras ocupadas, ha mantenido a la región en una situación de falta de dinamismo e iniciativa, confrontación y frustraciones.

En la actualidad, 870 explotaciones con más de 500 hectáreas acaparan el 40,4% de toda la superficie agrícola útil, en tanto han desaparecido en la última década del siglo XX 11.143 explotaciones agrarias, que representaban el 24% del total de la región y que hacían además labores de transformación en industria básica alimentaria y textil.

Y así, a la postre, si en el Censo de 1991 la población residente era de 549.362 personas, en 2001 baja a 535.753, continuando el descenso demográfico, con lo que en 2006 aún es menor la población regional. Y ello a pesar de que se constata una afluencia de emigrantes de Brasil y las antiguas colonias de África (fenómeno nuevo, paradójico en la región) que, junto a la llegada de algunos ciudadanos del Este europeo, se cifra en un 1,5% de la población residente actual.

Las causas de este desdoblamiento, según las conclusiones del "Congresso Alentejo XXI" celebrado en Montemor-o-Novo en 14 y 15 de febrero de 2004, son:

A inexistência de uma política nacional de desenvolvimento regional, a ausência de uma entidade administrativa regional (Região Alentejo) que contribua para a emergência e potencie sinergias económicas e urbanas, a ausência de uma estratégia de desenvolvimento regional integrado e sustentável, a estrutura fundiária na região e os impactos de algumas políticas comunitárias, como a Política Agrícola Comum, o tipo e fragilidade da base económica existente na região, o atraso e indefinição de alguns projectos estruturantes, o insuficiente investimento público e privado e os discutíveis critérios que enquadram esses investimentos, a ausência de políticas activas de apoio à natalidade e de legalização e acolhimento dos imigrantes, as políticas económicas, fiscais e salariais seguidas a nível nacional, assumem-se como algumas das causas de fundo para o baixo índice de natali-

dade, o envelhecimento e a partida dos jovens e dos trabalhadores para outras regiões e países, à procura de melhores condições laborais, salariais e de vida.

A análise da evolução demográfica nas quatro sub-regiões, nos 47 concelhos e 14 cidades da região indica que a população cresce nos concelhos e cidades que estão a construir uma base económica com tendência para a diversificação e decresce nos concelhos onde o sector da grande propriedade fundiária continua a ter um peso excessivo e a absorver o grosso (cerca de 80%) das ajudas directas comunitárias.

A pesar de todo, hay sectores que despuntan con claridad, se reorganizan y potencian de manera decidida. Así, el vitivinícola, con 20.000 hectáreas en producción y 5.000 viticultores encuadrados como Região Vitivinícola do Alentejo, con 8 sub-regiones: Portalegre, Borba, Redondo, Reguengos, Vidigueira, Moura, Évora y Granja/Amareleja, presenta un eficaz sistema asociativo y tecnológico de creciente desarrollo y competitividad en el mercado no sólo nacional sino internacional. La industria extractiva también presenta un importante dinamismo: en la cuenca del Guadiana posee cerca del 70% del total nacional de materiales calcáreos, graníticos, pizarrosos, de pirita y uranio; los corredores de Borba-Estremoz-Vila Viçosa en mármoles, de Monforte-Arronches-Arraiolos es granito y de Castro Verde-Aljustrel en piritas son de primera importancia en el mercado mundial.

De otra parte, desde su creación en 1999 ha ido adquiriendo gran relieve el Centro Operativo y de Tecnología de Regadío (COTR) con sede en Beja y participación entre otros organismos de la Universidad de Évora, la Escuela Superior Agraria de Beja, la Asociación de Criadores de Ovinos del Sur y las Asociaciones de Regantes. También está siendo significativa para la creación de riqueza y empleo la insta-

lación de la mayor central solar del mundo en el término municipal de Moura, en la que participan EDIA (Empresa de Desenvolvimiento e Infraestructuras de Alqueva), la Câmara Municipal de Moura y diversas empresas privadas. Igualmente, la constitución de GestAlqueva - sociedad con capitales públicos de EDIA y las Câmaras Municipales afectadas por la zona de influencia del embalse - está siendo un factor dinamizador socio-económico de Alentejo, con gran impacto en el sector de la construcción, la transformación agraria y expectativas de desarrollo de servicios turísticos.

La ampliación e importancia creciente en la actualidad del Puerto Intercontinental de Sines, de su complejo industrial (petrolero, petroquímico, de gas natural, de macro-contenedores de mercancías y de cemento y carbón, además de la proyectada refinería de crudos de la sociedad británica Aarhus Resources Limited, con capacidad de tratamiento de más de 250.000 barriles al día), así como la potenciación de la Empresa de Desenvolvimiento del Aeropuerto de Beja (EDAB) son otros factores que invitan al optimismo en el futuro.

4. RETOS DEL FUTURO

En definitiva, partimos de un pasado oscuro, lleno de lacras, de lacerantes desigualdades que nos llevaron a buscarnos la vida en buena parte fuera de nuestro suelo: colonizando América en los siglos XVI y XVII; volviendo a ella a finales del XIX y primer tercio del XX, al haber nueva oportunidad; yendo a las zonas industrializadas de la Península y Centroeuropa cuando el despertar desarrollista de los años sesenta y setenta. La tierra, la producción, quedaba en pocas manos, absentistas, ajenas al progreso. Y nos abrimos a la democracia después de unas largas dictaduras de cuarenta años con una tierra devasta-

da: sin población suficiente, sin recursos, sin infraestructuras, sin canales productivos y de servicios.

La recomposición de estos factores no puede ser de ayer para hoy, de los años ochenta para el dos mil. No obstante, nadie que haya conocido aquellos pueblos, aquellas tierras, aquella herencia al finalizar la década de los setenta puede hoy mirar con pesimismo la situación. Lo dicen las cifras expuestas y lo ha de decir la simple observación de cualquiera, y sobretodo el sentir de los que han visto evolucionar sus pueblos, barrios, ciudades, comarcas. Si la situación de Alentejo es menos halagüeña que la de Extremadura, no por ello es comparable a la de los años oscuros del salazarismo, pues el Poder Local, la acción de las Câmaras Municipales especialmente, ha desarrollado las suficientes infraestructuras sanitarias, educativas, culturales, recreativas, etc. como para sentirnos mínimamente satisfechos.

Pero los retos cara al futuro son muchos. Y muy comprometedores. Y muy difíciles también, en esta época de recesión demográfica por bajadas drásticas de los índices de natalidad que no garantizan el reemplazo poblacional general y de población activa; de globalización productiva, comercial, de servicios, dominados por multinacionales que no se comprometen más que con su beneficio material, buscando donde medrar mejor, pagar menos y de forma más inestable, y exigir más: al operario, a las instituciones oficiales, porque siempre hay donde elegir, aquí o en las antípodas del mundo, tan a mano ya como el pueblo de al lado.

Quiero resaltar tres retos para el inmediato futuro sobre los que hay que poner especial dedicación para seguir prosperando, erradicar cualquier atisbo de subdesarrollo y consolidar una posición cómoda en el entorno nacional e internacional.

4.1. Reto demográfico

Por un lado, **el reto demográfico**. Con 41.634 kilómetros cuadrados, una población de 1.085.000 habitantes coloca a Extremadura en una situación de semidesierto poblacional, y más si observamos nuestra pirámide de edades, claramente envejecida.

En cuanto a Alentejo, con 26.931 kilómetros cuadrados y una población que apenas llega a 520.000 personas, tiene una situación demográfica aún más delicada: 19 habitantes por kilómetro cuadrado (Extremadura sube a 26'4) es un indicador de desertización humana, con el agravante de un envejecimiento aún mayor que Extremadura: 23% y 19% mayores de 65 años respectivamente.

Es necesaria una política de *repoblación*. Sobre todo, se precisa gente joven, población activa que reequilibre nuestra pirámide poblacional. Los esfuerzos que hacen las instituciones por atraer a este segmento de la población han de ser redoblados; los estímulos a cooperativistas, sociedades laborales, jóvenes empresarios, jóvenes emprendedores, jóvenes creadores, los gabinetes de iniciativa joven en definitiva han de ser no sólo tarea de la Junta de Extremadura y la Comisión de Coordinación de Alentejo sino también de todos y cada uno de los ayuntamientos y câmaras municipales, y de las Cajas de Ahorro, y de toda empresa en la que participe capital público, al tiempo que se estimula materialmente a la iniciativa privada para ello.

Hay un repuntar demográfico con la llegada de emigrantes extranjeros (¡quién nos lo iba a decir! 1'5% de la población censada en Alentejo y un 2'3% en Extremadura), pero habrá que seguir facilitando el retorno de emigrantes propios y descendientes, con incentivos y apoyos a su reinsertión laboral, empresarial, inversora. Y, por supuesto, evitar la sangría de jóvenes emprendedores, formados en nuestras universidades o privadamente, y que buscan en otro lugar

apoyo para lo que aquí no se les da. En definitiva, una especie de pacto por la atracción poblacional, como el que hizo Argentina bajo la dirección de Juan Bautista Alberdi a finales del siglo XIX, cuyo lema era *gobernar es poblar*. Y es que sin el factor humano es imposible sacar proyectos adelante.

4.2. Reto productivo

De otra parte, **el reto productivo**. ¿Cómo competir con la producción agraria del sur y levante español, con sus invernaderos trabajados a precios mínimos por mano de obra inmigrante? ¿Cómo ante las confecciones textiles chinas o sus juguetes o los productos de decoración de todo el oriente asiático, de baja calidad pero precios de saldo? ¿Cómo ante la electrónica japonesa o las grandes cadenas comerciales francesas y su tiranía de precios a los productores? ¿Cómo ahora cuando la reforma de la Política Agraria Común de la Unión Europea nos cortará o mermará drásticamente las ayudas a la producción? Sólo con la especialización, con la calidad, con la garantía de Denominaciones de Origen, con la exclusividad de productos sin alternativa equiparable en el exterior, con propias cadenas comerciales. Y, por supuesto, con unas normativas legales que impidan el mantenimiento improductivo de la tierra, promueva "bancos de tierra" para el acceso a la propiedad de los trabajadores y líneas de crédito accesibles, y que potencien el trabajo cooperativo, asociado, innovador y transformador.

Así, si el presente es aceptable, el futuro es claramente prometedor para los vinos con Denominación de Origen "Ribera del Guadiana", que en su comercialización llegan por sí propios a todo el mundo, cuando en el pasado fueron tantas veces como caldos a granel a engrosar las marcas de Jerez o Rioja. Otro tanto habría que decir de los vinos con Denominación de Origen Protegidas, con las ocho sub-regio-

nes más atrás citadas, y que comienzan a rivalizar con los hasta ahora más conocidos del Norte, tanto en el mercado nacional como internacional.

Es el caso de los quesos y tortas con Denominación de Origen "del Casar", "Los Ibores" o "La Serena" en Extremadura, y "de Évora", "de Nisa" y "de Serpa" en Alentejo. O el aceite de las dos regiones, tan variada en matices y sabores (cómo no señalar las Denominaciones de Origen de "Gata-Hurdes" y "Monterrubio"... y de "Moura" y "Norte Alentejano"), que compite sin complejos con el de Jaén. O los embutidos y jamones de la Sierra de Jerez (y no digamos los jamones con Denominación de Origen "Dehesa de Extremadura"), que tanta mella hacen ya a los de Jabugo, y se preparan para el mercado americano; igualmente, los embutidos con Denominación de Origen Protegida: "Lombo Branco y Enguitado de Portalegre", "Painho, cacholeira, chouriço, linguiça, farinha, morcela de assar y morcela de cozer de Portalegre"

O la industria corchera en San Vicente-Valencia de Alcántara, sin rival en el mercado mundial junto al Alentejo portugués (que ostenta el primer puesto en exportación y transformación). O los arroces de extrema calidad y la elaboración de conservas y concentrados de tomate de las Vegas del Guadiana, así como las cerezas y licores del Jerte y los licores y el pimentón de La Vera (con sus prestigiosas Denominación de Origen "Cerezas del Jerte" y "Pimentón de la Vera") o la miel y la jalea real de Las Hurdes y la de Villuerca-Ibores (también Denominación de Origen), con amplio mercado internacional abierto.

Del mismo modo, otras Denominaciones de Origen Protegidas de Alentejo: Ameixa d'Elvas, Borrego de Montemor-o-Novo, Carnalentejana, Carne de Mertolenga, Castanha de Marvão, Cereja de S. Julião, Maça de Portalegre, Mel do Alentejo, Presunto de Barrancos, Borrego do Baixo Alentejo, Queijo Mestiço de Tolosa.

En el campo de la artesanía ha de seguirse el ejemplo de los encajes y textiles de Villafranca de los Barros, Ribera del Fresno, Los Santos de Maimona, Zafra, Acebo, Montehermoso, Casar; Arraiolos, Monsaraz, Nisa... En cerámicas, Salvatierra, Ceclavín, Torrejuncillo; Redondo, Nisa, Estremoz, Beja, Reguengos de Monsaraz... Como en metales, Guadalupe, Fregenal, Don Benito; Beja, Vila Viçosa, Viana do Alentejo... O en cestería, Campanario. En madera: Hervás, Guijo de Santa Bárbara; Estremoz, Nisa, Alandroal, Beja... En piel y cuero: Alcántara, Plasencia, Hervás, Moraleja; Elvas, Estremoz, Portel, Redondo, Alcocer do Sal... Unir tradición, calidad, buen gusto e identidad inconfundible son sus "secretos".

En cantería, la calidad y competitividad lograda por los granitos de Quintana o de Burguillos, o las pizarras de Villar del Rey, y los mármoles de Estremoz-Vila Viçosa y Borba, con extracción, multielaboración artesanal e industrial y comercialización internacional propias, son ejemplo a seguir.

En fin: especialización, calidad y exclusividad han de ser las claves para abrirse mercados propios, competitivos y estables.

El campo más controvertido es la industria pesada, en la que nuestra presencia es débil, pero las propuestas y actuaciones de grupos como Gallardo en Extremadura que apuesta por industria "punta" en el cemento, la siderurgia y el petróleo, y las instalaciones petroquímicas, oleoducto, refinería y puerto intercontinental de Sines, pueden darle una vuelta a la situación. Siempre, claro, evitando industrias agresivas, descontroladas, sin garantías medioambientales y actuaciones correctoras, y sin rédito laboral y para la hacienda pública: Cementos Balboa de Alconera, Siderurgia Balboa de Jerez de los Caballeros, la proyectada Refinería Petrolífera en la comarca de Zafra-Río Bodión, o las complejas infraestructuras de Alqueva proyectadas por EDIA, como la Refinería propuesta

por Aarhus Resources Limited en Sines, son apuestas arriesgadas pero que no pueden descalificarse sin un debate técnico y socio-económico profundo.

En definitiva: apuesta por la producción agro-ganadera de calidad, con identificación y sello propio, con Denominación de Origen, marchio ecológico y completando toda la cadena: materia prima, elaboración industrial y comercialización. Y "salto" al mundo de la industria pesada sin hipotecas sobre el futuro de las anteriores producciones.

4.3. Reto de las comunicaciones y los servicios

Señalaría, por último, **el reto de las comunicaciones y los servicios socio-recreativos y la Universidad**. Lo primero, porque es la clave para el desenvolvimiento del propio bienestar social general y porque es imprescindible para la dinámica productiva y comercial. Lo segundo, porque en un mundo cada vez más "terciarizado" no sólo es un indicador clave de bienestar sino una fuente de ingresos económicos sociales y de oferta laboral de primer orden.

Hasta el despegue de los años ochenta, la situación viaria en estas zonas era prácticamente tercermundista. Viajes y transportes constituían una aventura por muchos de nuestros pueblos y comarcas: incomodidad, inaccesibilidad, tardanzas, impedimentos de desarrollo y encarecimiento añadido. La situación actual en cuanto a carreteras y autovías resulta satisfactoria. La comunicación arterial este-oeste no ofrece problemas en el sentido Madrid-Lisboa por autovía y el ramal a Ciudad Real; la comunicación por autovía norte-sur, la Vía de la Plata, sigue un ritmo de ejecución aceptable, estando proyectados los tramos de conexión Zafra-Jerez y Plasencia-Coria-Moraleja, también de autovía. El proyecto de autovía Coria-Castelo Branco-Sines es igual-

mente crucial para la comunicación del norte de las dos regiones con el suroeste, con su potente zona portuaria. La red capilar que une a todos nuestros pueblos es más que suficiente, en cuanto a densidad, firme y anchura, si bien en Alentejo es menos compacta y de inferior calidad.

La asignatura pendiente sigue siendo, aún, la red ferroviaria, que tendrá un importante impulso con el Tren de Alta Velocidad Madrid-Cáceres-Badajoz-Lisboa, cuyo emprendimiento urge, si bien dependemos de las negociaciones España-Portugal y sus posibilidades. En cuanto a las vías y trenes convencionales, continúan siendo insuficientes, de poca frecuencia y mejorable rapidez. El impulso en la producción, especialmente industrial, y más aún de industria pesada, haría necesario acometer la mejora. Para viajeros y mercancías, el tren - que ha sido nuestro gran olvidado en toda España, y en Portugal - debe ser revitalizado, y si no llegamos al ejemplo impresionante de Suiza o de Bélgica, al menos tomemos el de Italia, cuya dinámica ciudadana y de servicios es impensable sin la contribución de su red ferroviaria..

La configuración de un Puerto Seco y una Plataforma Logística de Transportes y Mercancías en el espacio transfronterizo Badajoz-Elvas, también ha de constituir un polo de desarrollo de alto valor, con importante liderazgo en todo el oeste peninsular, completado con intercambiador trimodal: carretera-ferrocarril-avión.

Potenciar el aeropuerto de Talavera, las líneas regulares a Madrid y Barcelona (además de las de temporada a Mallorca y Tenerife) y su factible extensión a otros puntos, como Lisboa, deben completar la infraestructura de comunicaciones, uniéndose a ello el aeropuerto de Beja.

Por lo que a los *servicios socio-recreativos* se refiere, los esfuerzos han sido muchos para ponerlos en valor y explotación, pero hay

que seguir incidiendo en ellos, como fuente de bienestar y como sector productivo y laboral, de gran futuro en nuestras regiones. A la monumentalidad de nuestras ciudades (Patrimonios de la Humanidad en unos casos, Monumentos Nacionales en otros, enclaves de especial relevancia gran número) se une el patrimonio de nuestros Parques Naturales, las reservas ecológicas, las aguas termales, que dan lugar a turismo cultural, natural y medicinal respectivamente cada vez más demandados. El sector ha sabido dinamizar recursos a su alrededor, que hay que ahondar: fiestas históricas conmemorativas de atracción de masas; fiestas declaradas - y por declarar - de Interés Turístico Regional; rutas histórico-artísticas y de espacios naturales; deportes especializados (cinegéticos, de competición...); ofertas gastronómicas particularizadas, ferias profesionales y congresos con expansión recreativa, etc.

También es decisivo el ejemplo de coordinación de instituciones públicas y privadas en los Planes de Dinamización Turística de Coria, Trujillo, Zafra, Badajoz, Olivenza, o los Planes de Excelencia de Mérida, Cáceres y Plasencia: actuaciones que hay que ampliar a otros núcleos de la región. En Alentejo, el esfuerzo de los poderes locales y de la Asamblea interregional de las Regiones de Turismo de Alentejo (ARTA) por conseguir colocar las candidaturas de las poblaciones de Monsaraz, Mértola y Marvão, las fortificaciones de Elvas, el patrimonio urbano de Vila Viçosa y las Festas do Povo de Campo Maior en la lista de Patrimonios de la Humanidad, es otra medida crucial.

Una conjunción entre Extremadura, Alentejo y Beira Baixa (también con magnífico patrimonio monumental, artístico y natural) sería un complemento de alto alcance. No en vano en la Beira Baixa contamos con una decena de pueblecitos de especial encanto, catalogados como tales en toda guía de turismo espe-

cializado, que junto a los extremeños de Sierra de Gata y Hurdes, con extensión al Jerte y la Vera, forman un conjunto variado inigualable en la Península ibérica. Y en cuanto a Alentejo, no sólo cuenta con una ciudad Patrimonio de la Humanidad (Évora) complementaria con Mérida, sino los firmes aspirantes mencionados, complementarios a Cáceres y Guadalupe. Además, nuestra raya fronteriza ofrece unos atractivos de incalculable valor; ecológicamente, porque casi toda es una reserva natural en la frontera con la provincia de Cáceres, y monumentalmente porque la abundancia, calidad y buena conservación de las fortificaciones medievales, así como las abaluartadas de la Edad Moderna, hacen del conjunto un bloque digno de ostentar el calificativo de Patrimonio de la Humanidad a lo largo de toda la frontera extremeño-alentejana. Van como "botón y ojal" las fortificaciones defensivas de la raya, "cosiendo la frontera"; así, Castelo de Vide y Marvão con Valencia de Alcántara; Portalegre, Campo Maior y Ouguela con Alburquerque; Elvas (reforzada detrás por Estremoz y Vila Viçosa) con Badajoz; Juromenha con Olivenza; Monsaraz con Cheles-Alconchel... formando un entramado de una singular belleza monumental, artística y natural, dados los espacios en que se alzan, montañosos al norte y ribereños del Guadiana al sur.

De otra parte, el gran embalse de Alqueva va a facilitar la instalación de zonas turísticas especializadas (náuticas y de campos de golf), que se pueden complementar con las que ya hay en Extremadura y que debemos potenciar aún más - en especial las deportivas - en las zonas de los pantanos.

Los acuerdos transfronterizos para ofertar servicios de ocio, cultura, deporte, turismo de calidad alternativo al de sol y playa, profundizando en las fechas de otoño y primavera, son imprescindible para el desarrollo de estas dos regiones tan complementarias y parecidas en sus potencialidades y necesidades.

En cuanto a *la Universidad*, hay que apostar también por su futuro transfronterizo; cada vez son más los estudiantes portugueses que acuden a las aulas y los que siguen cursos de posgrado en la Universidad de Extremadura, que al mismo tiempo debe aumentar sus intercambios con la de Évora, y también son cada año mayor las relaciones de nuestras Facultades con otras, en especial de Iberoamérica. La Universidad es una herramienta de formación, de investigación aplicada a nuestro desenvolvimiento socio-económico y una fuente de creación directa e indirecta de puestos de trabajo y generación de recursos de desarrollo que hay que seguir incrementando y relacionando más con el mundo de la empresa pública y privada.

El camino está trazado. Los retos en buena parte emprendidos. Hay que profundizarlos, expandirlos a todas nuestra poblaciones, generalizar la ilusión y seguir todos manos a la obra, para un futuro indudablemente más justo, mucho mejor.

5. CONCLUSIONES

Extremadura y Alentejo son dos regiones del oeste peninsular fuertemente condicionadas por su "carga histórica". Tierras de paso y de frontera, de luchas y reparto, que colocaron la propiedad de los medios de producción en pocas manos, llevando a un gran número de sus habitantes a una emigración que despobló de continuo el territorio.

La tierra malamente explotada; los recursos primarios no sometidos a transformación productiva; las infraestructuras generales infradesarrolladas, y una población escasa, con densidades rozando la desertización humana... han promovido y mantenido una creciente situación de subdesarrollo que el éxodo migratorio de los años cincuenta a finales de los setenta en el siglo XX elevó a límites altamente dramáticos.

El despertar democrático de España y Portugal a partir de 1975 coge a ambas regiones en unas circunstancias socio-económicas ruinosas: a la cola de los indicadores de la Comunidad Económica Europea; lo contrario que a las zonas a donde hubieron de desplazarse extremeños y alentejanos en busca de trabajo.

Los veinticinco últimos años del siglo XX, aparte de ser de reconstrucción democrática, con sus tropiezos políticos y grandes dificultades económicas y laborales, han significado una esperanza y algunos signos de mejora para estas tierras maltratadas, dominadas históricamente por oligarquías absentistas.

El crecimiento del PIB, de la renta per cápita, así como la mejora en infraestructuras viarias, de recursos estratégicos (embalses, centrales hidroeléctricas, enclaves industriales puntuales...) y recomposición del patrimonio natural paisajístico, arquitectónico, patrimonial en general, etc., son bases para asentar acciones de futuro de crecimiento justo, colectivo, distributivo.

Ahora se presentan retos que abordar o mejorar y que serán la clave de un armónico y firme desarrollo que a todos beneficie. Así, *el reto demográfico*, ante la situación actual de semidesierto poblacional (19 habitantes por kilómetro cuadrado en Alentejo y 26'4 en Extremadura) y envejecimiento de la pirámide de edades (23% y 19% del total respectivamente): hace falta aumentar el número de habitantes y rejuvenecer la pirámide, con estímulos generales, y en especial orientados a captar segmentos de población joven, apoyando, asesorando y financiando sus iniciativas laborales, empresariales, tecnológicas, etc.

El reto productivo, comprendiendo que estamos ante un mundo de producción, transformación y comercialización muy globalizado, competitivo, dominado por grandes cadenas multinacionales. Especialización, calidad, garantía de Denominaciones de Origen, exclusividad, cadenas propias con procesos completos,

originalidad y apuestas conjuntas, son necesarios para avanzar y lograr un puesto de referencia en el mercado general, que nos garanticen demanda y solvencia. Ello sin dejar de apostar por las industrias de tecnología avanzada que en Alentejo representan complejos como los de Alqueva (de grandes proyectos hidrológicos y de servicios generales) o el puerto intercontinental de Sines y en Extremadura el grupo Gallardo, con intereses en el mundo de la petroquímica, la refinería petrolífera y la siderurgia, de alto calado.

El reto de las comunicaciones y los servicios: ligado con todo lo anterior, hay que garantizar la movilidad de las personas y mercancías con seguridad, comodidad y rapidez, completando y mejorando la red de autovías y carreteras, apostando por recomponer la red de ferrocarriles (tan deficiente en la actualidad) e implantando el Tren de Alta Velocidad Madrid-Lisboa pasando por la línea este-oeste de ambas regiones, y desarrollando los servicios de los aeropuertos de Talavera-Badajoz y de Beja. Desarrollar nuestras inmensas posibilidades de turismo natural, ecológico, deportivo (embalses y monte; deportes acuáticos, senderismo, pesca, caza...), cultural, artístico, termal..., cuidando las ofertas transfronterizas, con ofertas de alta competitividad y exclusividad. Y así mismo potenciar las universidades de Extremadura y Évora, su intercolaboración y proyección a Iberoamérica, fuente de empleo, recursos, atracción de población joven y lugares de innovación, investigación y aplicación tecnológica para el progreso interregional.

BIBLIOGRAFÍA

Instituciones:

COMISSÃO DE COORDENAÇÃO DA REGIÃO DO ALENTEJO.

GABINETE DE INICIATIVAS TRANSFRONTEIRIÇAS (Évora).

GABINETE DE INICIATIVAS TRANSFRONTERIZAS (Junta de Extremadura).

INSTITUTO NACIONAL DE ESTADÍSTICA (INE) (España y Portugal).

INSTITUTO ESPAÑOL DE EMIGRACIÓN (España).

NETHERLANDS ECONOMIC INSTITUTE.

Documentos:

ANUARIOS ESTADÍSTICOS DA REGIÃO DO ALENTEJO.

ANUARIOS ESTADÍSTICOS DE EXTREMADURA.

ESTADÍSTICAS DE LAS REGIONES FRONTERIZAS DE EXTREMADURA, ALENTEJO Y REGIÓN CENTRO (Junta de Extremadura. INE: Direcção Regional do Alentejo, Direcção Regional da Região Centro de Portugal).

CAETANO, J. M., MASA, L. y DE LA MACORRA, L. F. (Coordinadores), *Estados y Regiones Ibéricas en la Unión Europea. Perspectivas económicas. Gabinete de Iniciativas Transfronterizas*, Mérida, 2000.

CAYETANO ROSADO, M., *Movimientos migratorios extremeños durante el desarrollismo español*, UNED, Mérida, 1986.

CAYETANO ROSADO, M. (Coordinador), *Encuentro Relaciones Alentejo-Extremadura en el siglo XX*, Edic. O Pelourinho, Badajoz, 1996.

CAYETANO ROSADO, M., *Un paseo por la raya*, Gabinete de Iniciativas Transfronterizas, Mérida, 2003.

CARRILHO, M.^a J., *Portugal. Movimentos migratórios internacionais: factores determinantes das disparidades regionais*, «Revista do Centro de Estudos Demográficos», Lisboa, n.^o 29, 1987-1988.

DE LA MACORRA Y CANO, L. F. y BRANDEÃO ALVES, M. (Coordinadores), *La economía ibérica: una fértil apuesta de futuro. Gabinete de Iniciativas Transfronterizas*, Mérida, 1999.

MORA ALISEDA, J. (Director), *Extremadura fin de siglo*, Edit. HOY. «Diario de Extremadura», CMESA, Badajoz, 2001.

MOLLE, W. y VAN HASELEN, H., *Desigualdad regional y áreas asistidas en una comunidad europea de doce miembros*, «Revista de Estudios Regionales», n.º 6, 1980, pp. 153-198.

MURTEIRA, A. (Director), *Uma Revolução na Revolução. Reforma Agrária no Sul de Portugal*, Edit. Campo das Letras. Porto, 2004.

NAZARETH, J. M., *O envelhecimento da população portuguesa*, Edit. Estampa, 1978.

VARIOS, *Atlas visual de Extremadura y Alentejo*. Edit. Extremadura, Cáceres, 1996.

VARIOS, *Ágora, el debate peninsular. Encuentro anual, 2000-2005*, Gabinete de Iniciativas Transfronterizas, Mérida.

VARIOS, *Economías Regionales en la CEE*. Diversos números, «Revista Situación», Servicio de Estudios del Banco Bilbao-Vizcaya.

VARIOS, *VI Congresso Sobre O Alentejo*, Portalegre, 1993.

VÁRIOS, *VII Congresso Sobre O Alentejo*, Évora, 1995.

VÁRIOS, *VIII Congresso Sobre O Alentejo*, Moura, 1996.

VÁRIOS, *IX Congresso Sobre O Alentejo*, Estremoz, 1997.

VÁRIOS, *Congresso Alentejo XXI*, Montemor-o-Novo, 2004.

VARIOS, *Denominaciones de Origen y Específicas de Extremadura. Denominações de Origen Protegidas e Indicações Geográficas Protegidas do Alentejo*, Edit. Junta de Extremadura, 2001.

VARIOS, *La agricultura y la ganadería extremeñas*, Caja Badajoz, 2004.

VARIOS, *I Congresso Internacional do Caia e Gadiana*, Elvas, 2001.

VARIOS, *II Congresso Internacional do Caia e Gadiana*, Elvas, 2005.

Problemas de financiación y difusión de las revistas culturales¹

Martín Guerrero Rodríguez (Espanha)

Revista Campo Abierto
Facultad de Educación
Universidad de Extremadura

RESUMEN

En este artículo intentamos analizar la problemática existente en las publicaciones periódicas en temas como la financiación y distribución de las revistas científicas y culturales en la actualidad. Partimos de la base de que la vida de la mayoría de las revistas es efímera por diversos factores, entre estos: la gestión, la financiación sobre todo y la distribución, por ello nos hemos centrado en las revistas culturales y científicas actuales. Las que a lo largo de los años aparecieron y ya no se editan sería un tema muy importante de análisis el por qué de su desaparición. Geográficamente el espacio analizado son las revistas culturales y científicas periódicas publicadas en: región de Beira Baixa, Ribatejo, Estremadura, Alto Alentejo, Baixo Alentejo y Algarbe en Portugal; y Extremadura y Andalucía Occidental en España.

Este artículo está basado en el análisis de una serie de cuestionarios enviados a las revistas científicas y culturales periódicas de España y Portugal (relacionadas al final del artículo), dentro del espacio geográfico anteriormente citado y, en concreto:

- En España los cuestionarios enviados en número de 47, de ellos cumplimentados 25. De éstos, 14 corresponden a revistas científicas-universitarias o de centros de enseñanza, y 11 a revistas culturales.

- En Portugal, los cuestionarios enviados en número de 36, de ellos cumplimentados 21. De éstos, 11 corresponden a cuestionarios sobre revistas científicas-universitarias o de centros de enseñanza y 10 a revistas culturales.

Además, se analizan también temas como: los contenidos, los soportes de edición, editores, periodicidad, publicidad, número de ejemplares editados, número de páginas, precios venta al público, canales de distribución y mercado, la evolución de las revistas en los últimos años, la tecnología utilizada, etc.

Finalizando el mismo con unas conclusiones y sugerencias para mejorar esta problemática.

EL ISSN Y EL DEPÓSITO LEGAL DE LAS PUBLICACIONES PERIÓDICAS

ISSN (Internacional Standard Serial Number) o Número Internacional Normalizado de Publicaciones Seriadadas es el código internacional de identificación de las publicaciones (revistas, periódicos, boletines, anuarios, series de monografías, etc.).

* Este texto é a participação do autor no I Encontro Transfronteiriço de Revistas de Cultura realizado no Cine-Teatro Florbela Espanca, Vila Viçosa, em 26 e 27 de Novembro de 2005.

De las cuarenta y seis revistas analizadas, treinta y cinco contienen ISSN y en once de ellas no. En concreto, en España dieciocho revistas contienen el número de registro y en siete no. En Portugal, en diecisiete sí y en cuatro no. Ello demuestra que las revistas portuguesas, ligeramente, dan más importancia a este registro que en España.

1. AÑO DE FUNDACIÓN

En este apartado analizamos las revistas que vieron la luz en su día y que al día de hoy siguen editándose en nuestra zona de estudio. No debemos olvidarnos que a lo largo de los años se han editado numerosas revistas pero que no tuvieron, por diversos motivos, continuidad y que dejaron su huella en las bibliotecas y hemerotecas. Motivos que serían importantes analizarlos y estudiarlos.

De las **revistas españolas** con más antigüedad de cuantas hemos analizado data de 1886, la revista *Archivo Hispalense* de la Excm. Diputación de Sevilla, que estuvo sin editarse desde 1936 a 1943, volviéndose a editar a partir de entonces con un total de 258 números editados.

En 1916 nace la revista *Guadalupe* del Real Monasterio de Guadalupe (Cáceres), llevando al día de la fecha 793 números editados.

En la segunda década del siglo pasado nacieron las siguientes revistas: en 1922 el *Boletín de la Real Academia de las Ciencias, Bellas Letras y Nobles Artes de Córdoba* con 147 números editados y la revista de *Estudios Extremeños* de la Excm. Diputación Provincial de Badajoz que comenzó a editarse en el año 1927 con 234 números editados

En la década de los cincuenta nace la revista *Diálogo, Familia y Colegio* de la Fundación Loyola de Andalucía y Canarias que de forma continuada lleva editados 252 números.

En la década de los sesenta (1968) aparece la revista *Litoral* en Torremolinos (Málaga) con 239 números editados.

En la década de los setenta (1978) nace el *Anuario de Estudios Filológicos* de la Universidad de Extremadura en Cáceres con 17 números editados al día de la fecha.

En la década de los ochenta aparecieron cinco revistas: *Anuario de la Facultad de Derecho* (1982) de la Universidad de Extremadura en Cáceres con 23 números editados. La revista *Campo Abierto* (1981) en la Escuela Universitaria de Magisterio (hoy Facultad de Educación) de la Universidad de Extremadura en Badajoz con 28 números editados. La revista *Encuentros/Encuentros* (1989) del Excmo. Ayuntamiento de Olivenza (Badajoz) con 4 números editados. *Extracta Mathematicae* (1986) de la Universidad de Extremadura en Cáceres con 57 números editados. La revista *Norba* (1984) del Departamento de Historia de la Universidad de Extremadura en Cáceres, con 17 números editados.

En la década de los noventa es cuando más revistas culturales y científicas aparecen, en total nueve: la revista *Ars et Sapientia* (1999) de la Asociación de Amigos de la Real Academia de Extremadura de las Letras y las Artes en Cáceres y Trujillo, con 18 números editados. La revista *Atlántica de Poesía* (1991) de la Excm. Diputación de Cádiz, con 28 números editados. La revista *Cátedra Nova* (1994) de la Asociación Nacional de Catedráticos de Institutos AN-CABA, con 20 números editados. La revista *Crisol* del IES Enrique Canedo de Puebla de la Calzada (Badajoz), con 9 números editados. La revista *Cuadernos de Filología Francesa* (1992) de la Universidad de Extremadura, con 18 números editados. La revista *Escuela Abierta* (1998) de la Fundación San Pablo Andalucía-CEU de Sevilla, con 17 números editados. La revista *La Jayona* (1995) del Excmo. Ayuntamiento de Fuente del Arco (Badajoz) con 96

números editados. La revista *Pixel-Bit* (1992), revista de *Medios y Educación* de Sevilla, con 26 números editados. La revista *Puertas a la Lectura* (1996) del Seminario Interfacultativo de Lectura de la Universidad de Extremadura, con 18 números editados.

Ya en los primeros años del siglo XXI aparecen cuatro revistas: *Aula Magna* (2000) de la Universidad de Mayores de la Universidad de Extremadura, con 16 números editados. La revista *Campo de Agramante* (2001) de la Fundación Caballero Bonald de Jerez de la Frontera (Cádiz), con 4 números editados. La revista *El Paraíso del Gran Teatro de Córdoba* (2003), con 10 números editados. La revista digital *Relatec* (2002), revista latinoamericana de tecnología Educativa, con cinco números editados.

Con respecto a **las revistas portuguesas**, dentro de la zona de estudio, la más antigua es *Anais* (1920) del Instituto Superior de Agronomía de Lisboa, con 50 números editados.

En la década de los cuarenta nos encontramos con la revista *A Cidade* (1942) de la Câmara Municipal de Évora, con 81 números editados.

En la década de los sesenta aparecen: *Estudos Políticos e Sociais* (1963) del Instituto Superior de Ciências Sociais e Políticas de la Universidade Técnica de Lisboa.

En la década de los setenta: *Ludens* (1976) de la Faculdade de Psicomotricidade Humana de la Universidade Técnica de Lisboa, con 62 números editados.

De la década de los ochenta tenemos dos revistas: la revista *Almonsor* de la Câmara Municipal de Montemor-o-Novo, con 17 números editados. La revista *Educação & Matemática* (1987) de la Associação de Professores de Matemática de Lisboa, con 82 números editados.

De la década de los noventa tenemos siete revistas: la revista *Arqueología Medieval* (1992) de Edições Afrontamento e Campo Arqueológico de Mértola, con 9 números editados. La re-

vista *Episteme* (1997) de Editorial Veja e Atrium Global Lda. de Lisboa, con 15 números editados. La revista *Callipole* (1993) de la Câmara Municipal de Vila Viçosa, con 12 números editados. La revista *IBN Marvan* (1991) de la Câmara Municipal de Marvão, con 12 números editados. La revista *Instituições Internacionais e Comunitárias* (1995) del Instituto Superior de Ciências Sociais e Políticas de la Universidade Técnica de Lisboa. La revista *Stilus* (1999) de Ajea Edições de Faro, con 7 números editados. La revista *Estudos de Gestão* (1993) del Instituto Superior de Economía e Gestão de Lisboa.

A partir del 2000 aparecen ocho revistas: la revista *Alentejo* (Revista de Povo, Cultura e Região) (2004), de la Casa do Alentejo de Lisboa, con 8 números editados. La revista *Ar-Cadernos* da Faculdade de Arquitectura de Universidade Técnica de Lisboa, con 4 números editados. La revista *Daxiyanguo* (2002), Revista Portuguesa de Estudos Asiáticos del Instituto Superior de Ciências Sociais e Políticas del Instituto de Oriente en Lisboa, con 6 números editados. La revista *Elvas-Caia* (2.003) de Edições Colibrí e Câmara Municipal de Elvas, con 2 números editados. La revista *Memoria Alentejana* (2001) de la CEDA (Centro de Estudos Documentais do Alentejo), con 16 números editados. La revista *Portuguese Economic Journal* (2002) del Instituto Superior de Economía e Gestão de Lisboa, con 8 números editados. La revista *Setúbal-Guia de Eventos* (2004) de la Câmara Municipal de Setúbal, con 11 números editados. La revista *Xarajib* (2000), del Centro de Estudos Luso-Árabes de Silves, con 4 números editados.

2. MATERIAS

Nos encontramos con gran variedad de materias impresas que van desde temáticas individuales como Pensamiento (11%, cuatro revistas españolas y una portuguesa), Ciencias

Sociales e Historia (27%, cuatro españolas y nueve portuguesas), Literatura (7%, tres revistas españolas), Historia-Arte-Arquitectura-Diseño (4%, una revista española y una portuguesa), Cine y Artes Escénicas (2%, una revista española), Lengua y Literatura Francesa (2%, una revista española), Ciencias Agronómicas (2%, una revista portuguesa), Matemáticas (2%, una revista portuguesa).

Otras revistas comparten materias relacionadas entre sí: Pensamiento-Ciencias Sociales e Historia (9%, cuatro revistas españolas), Pensamiento-Ciencias Sociales e Historia y Literatura tres revistas (7%, una española y dos portuguesas), Pensamiento-Ciencias Sociales e Historia y Literatura-Cine y Artes Escénicas (11%, cinco revistas españolas), Ciencias Sociales e Historia-Arte-Literatura-Arquitectura-Diseño (7%, 1 española y dos portuguesas), Pensamiento-Ciencias Sociales e Historia-Arte Literatura-Arquitectura-Diseño (9%, cuatro española y tres portuguesas).

3. EDITORES

De las revistas analizadas ninguna son editadas directamente por la Administración Central (0%), ni se acogen a las ayudas que convocan. Cuando es editada por un centro universitario o bien por un instituto superior de enseñanza lo contemplamos como editores ya que salen de sus propios presupuestos.

Según este estudio los editores de la mayoría de las revistas son institutos de enseñanzas u universitarios con 17 revistas (37%) de ellas 8 revistas españolas y 9 portuguesas.

La Administración regional edita dos revistas (4%) correspondientes a dos revistas portuguesas.

La Administración Local (Diputaciones y Ayuntamientos) edita doce revistas (26%) siete revistas españolas y cinco portuguesas.

Las Instituciones privadas editan quince revistas (33%), ocho revistas españolas y siete portuguesas. Estas instituciones son: Fundación San Pablo CEU de Sevilla, Compañía de Jesús, Real Academia de Córdoba de Ciencias, Bellas Letras y Nobles Artes, Fundación Caballero Bonald de Cádiz, Ediciones Litoral S.A., Real Monasterio de Guadalupe, Asociación Amigos de la Real Academia de Extremadura de las Letras y de las Artes, CONCABA-Asociación de Profesores de Instituto de Badajoz, Associação regionalista sem Fins Lucrativos de Casa do Alentejo, CEDA-Centro de Estudos Documentais de Alentejo, Ajea Edições, Edições Enfrontamento em colaboração com el Campo Arqueológico de Mértola, Centro de Estudos Luso-Árabes de Sines, etc.

En suma, son los Institutos de Enseñanza, las Universidades y las Administraciones Regional, Provincial y Local las que más editan completamente. En otros casos, como son las revistas que editan instituciones privadas, participan con ayudas económicas o bien mediante suscripciones de una cantidad de ejemplares.

4. SOPORTE EN EL QUE ESTÁN EDITADAS

Hasta hace relativamente poco tiempo el papel era el único soporte en el que aparecían las revistas. Desde hace unos años los soportes de edición han cambiado. Aparecieron las redes de comunicación y la digitalización, herramientas de edición electrónica más complejas, fenómeno social aún incipiente pero con un asombroso crecimiento y avance. La expansión y comunicación a través de las redes en todo el planeta facilita la difusión de las revistas culturales y científicas, siendo éstas las grandes beneficiarias de estos avances ya que abarata los costes sobre la edición, distribución y publicidad.

El soporte en el que se editan las revistas objeto de estudio difiere en ambos países.

Mientras el soporte papel en las revistas españolas es utilizado en dieciséis revistas (64%), en las revistas portuguesas es utilizado en diecinueve de ellas (90%).

En soporte sólo electrónico se edita la revista española *Relatec* (Revista Latinoamericana de Tecnología Educativa de la U.Ex. (4%)).

Revistas editadas en ambos soportes en la zona de estudio se editan 8 revistas españolas (32%), y en la zona portuguesa dos (10%).

Conjuntamente en los dos países es el soporte papel el mayoritariamente utilizado en 35 revistas (76%). El soporte electrónico sólo una revista (2%), y ambos soportes 10 revistas (22%).

Este análisis nos indica que la edición de las revistas ha de ir evolucionando hacia las nuevas tecnologías. Es necesario cambiar los soportes de edición, utilizar la red mediante una página para las revistas, editar en soporte electrónico, en CD, en DVD, o bien ambos formatos digital y papel. Todo ello para abaratar los costes de edición.

5. TIPOS DE EDICIÓN

Según el color impreso en las revistas analizadas observamos que son más frecuentes las revistas que se editan con la portada a color y el interior un color, un total de 24 revistas (52%), de ellas diez revistas españolas y catorce portuguesas.

Las revistas que utilizan la portada a un color y el interior igualmente a un color son diez revistas (22%), de ellas siete españolas y tres portuguesas.

Las revistas todo a color son ocho (17%), cinco españolas y tres portuguesas.

Cuatro son las revistas que combinan parte a color y parte un color (9%), dos revistas españolas y dos portuguesas.

Es obvio que el color impreso en las revistas encarece en el precio final.

6. PERIODICIDAD

En cuanto a la periodicidad nos encontramos que las revistas analizadas que se editan de forma regular es análoga en la zona de estudio española y portuguesa.

De periodicidad **anual** es la más frecuente con catorce revistas, siete españolas y siete portuguesas.

De periodicidad **semestral**, con trece revistas, se editan siete españolas y seis portuguesas.

Cuatrimestralmente se editan cuatro revistas, tres españolas y una portuguesa.

Trimestrales se editan cinco revistas, cuatro españolas y una portuguesa.

Bimensuales o bimestrales son cuatro revistas, dos españolas y dos portuguesas.

Mensualmente se edita sólo una revista en la zona portuguesa.

De forma irregular se publican cinco revistas, una española y cuatro portuguesas.

7. LA PUBLICIDAD

Aspecto muy importante para la financiación de las revistas es la publicidad impresa, sea de instituciones públicas o privadas, empresas, etc. Quienes más contribuyen a financiar las revistas mediante la publicidad son las instituciones públicas (administraciones regionales, provinciales y locales), las entidades privadas (entidades bancarias, fundaciones, empresas de artes gráficas). El resto de empresas privadas colaboran en pocas revistas.

Sobre el precio en publicidad, según se trate de contraportada, página completa, media página, faldón etc. hemos de buscar siempre buenos convenios o acuerdos.

El precio estimado de coste para el editor es, por ejemplo en página completa para 1000 ejemplares en blanco y negro son 60,10€ (10.000 ptas.), si se trata de ½ página 45,08€ (7.500 ptas.), si es faldón ¼ de página 30€ (5.000 ptas.). Si la publicidad es en color varía en estas cantidades: página completa 180,18€ (30.000 ptas.), si es ½ página 108,18€ (18.000 ptas.), si es faldón ¼ de página son 72,12€ (12.000 ptas.).

Analizadas las revistas objeto de este estudio observamos que la mayoría de ellas en un número de 27 no llevan publicidad impresa (13 revistas españolas y 14 portuguesas).

En cinco revistas (dos españolas y tres portuguesas) contienen alguna página completa publicitaria.

Con publicidad en medias páginas aparecen dos revistas españolas.

Revistas que combinan páginas publicitarias completas con medias nos encontramos con cinco, dos españolas y tres portuguesas.

Revistas con faldón aparecen cuatro revistas, tres españolas y una portuguesa.

Revistas que combinan página completa, medias páginas y faldón la encontramos en tres revistas españolas.

8. LA FINANCIACIÓN

De los 25 Estados miembros de la Unión Europea, sólo ocho países disponen de un programa regulado y estable de apoyo a las revistas culturales y científicas. Estos países son: Bélgica, Dinamarca, España, Finlandia, Francia, Italia, Portugal y Suecia. Como consecuencia nos encontramos con:

- Una gran disparidad en las políticas de apoyo a las revistas culturales y científicas en el ámbito de la Unión Europea.

- Los programas más desarrollados y estructurados corresponden a los países donde

existe una estructura asociativa del sector: Bélgica, Dinamarca, España, Finlandia y Suecia.

- Se distinguen dos líneas fundamentales de tipos de apoyos:

- a) En aquellos países donde las revistas tienen una estructura más consolidada (España, Francia, Italia), predominan las ayudas que perciben directamente las revistas.

- b) En países donde hay revistas más pequeñas, se tiende a apoyar estructuras colectivas (ej: talleres de revistas en países nórdicos).

Sobre el IVA de las revistas culturales y científicas no existe una armonización fiscal como se recomienda en los Tratados de la Unión. En el ámbito cultural, dichos Tratados establecen el objetivo de lograr la convergencia de los tipos de IVA en los distintos Estados miembros. Sin embargo, mientras en Suecia la edición de revistas culturales y científicas están sujetas a un IVA del 5%, en Finlandia el tipo aplicado en el sector es del 22%, y en España el 4%.

En el ámbito de la Unión Europea se establece que, por norma general, los servicios y bienes culturales deben pagar el IVA, también se regula que, con el fin de apoyar la creación artística e intelectual, la Unión Europea permite a los Estados miembros aplicar el tipo reducido de 5% a servicios tales como "el suministro de libros y publicaciones periódicas". En Alemania es el 5%, en Francia el 5%, en Grecia el 4% y en Suecia el 6%.

Si nos circunscribimos a España y Portugal vemos que:

En España

Las ayudas a editores de revistas culturales y científicas periódicas dependen de la Dirección General del Libro, Archivos y Bibliotecas del Ministerio de Educación, Ciencia y Tecnología. Estas ayudas son convocadas anualmente en el

Boletín Oficial del Estado (BOE de 7 de enero de 2002. Resolución 359), consisten en la compra de suscripciones para dotar a bibliotecas públicas y universitarias.

Pueden optar a estas ayudas las publicaciones periódicas, no diarias, dedicadas a las siguientes materias: Literatura y Lingüística, Artes Plásticas-Escénicas-Música- y Cinematografía, Historia-Geografía-Arquitectura y Artes Populares, Filosofía y Ciencias Sociales.

Las revistas han de cumplir los siguientes requisitos:

- Tener una tirada mínima de 2.000 ejemplares.

- Tener una proyección nacional (distribución mayoritaria en tres o más Comunidades Autónomas).

- Tener periodicidad máxima mensual y mínima semestral, salvo excepciones a juicio de la Comisión de Asesoramiento y Evaluación y teniendo en cuenta el interés de la publicación.

- Igualmente se detallan los requisitos de los beneficiarios (para empresas mercantiles privadas e instituciones sin ánimo de lucro), los requisitos y las exclusiones.

En el año 2002 recibieron ayudas 119 revistas con un total de presupuesto de 1.262.130€.

Otro tipo de **importantes ayudas a las publicaciones periódicas de nuestra zona de estudio** son convocadas por:

a. La Junta de Extremadura

La Junta de Extremadura y en concreto, la Editora Regional de Extremadura combina las labores de edición propiamente dichas con otras más genéricas promovidas desde la Dirección General de Promoción Cultural en la que está integrada. De entre estas actividades de fomento y desarrollo de la producción literaria regional, se destacan las convocatorias anuales de becas a la creación y ayudas a la edición de libros y revistas.

Los objetivos que pretende es la difusión de revistas extremeñas de contenido cultural en bibliotecas y centros culturales

La dotación económica en un total de 21.036€ para el año 2005, no pudiendo exceder cada ayuda los 3.005,05€.

El régimen de concesión es en concurrencia pública, tras examen de solicitudes y documentación por parte de una comisión creada al efecto.

Como beneficiarios están las empresas mercantiles o instituciones sin ánimo de lucro, editoras de revistas de contenido cultural que cumplan los requisitos establecidos en la orden de la convocatoria.

b. La Junta de Andalucía

(Resolución 18 de enero de 2005), y en concreto la Dirección General del Libro y Patrimonio Bibliográfico y Documental mediante convocatoria pública concede ayudas a las publicaciones periódicas de carácter cultural para el año 2005. Dicha Resolución nos remite a la Orden de 15 de marzo de 2002 de la Consejería de Cultura (BOJA n.º 44) por la que se establecen las bases reguladoras para la concesión de ayudas a las publicaciones periódicas para ese año.

Entre sus objetivos: consolidar las publicaciones periódicas de carácter cultural como motor cultural, fomento de la producción cultural, la promoción del hábito por la lectura y la consolidación de las empresas mercantiles privadas e institucionales sin ánimo de lucro editoras de publicaciones periódicas.

Estas ayudas vienen a corroborar y cumplir el Pacto Andaluz por el Libro, firmado el 23 de abril de 2001 por los agentes públicos, privados y sociales andaluces, de colocar al Libro en el centro de la atención de la vida cotidiana de los andaluces como motor de cambio de sus hábitos culturales y como base para su desarrollo económico y social.

1) Las revistas han de cumplir una serie de *requisitos*, entre otros:

- Ser publicaciones de carácter cultural.
- Publicaciones periódicas, no diarias, editadas en serie continua, con una numeración consecutiva.
- Tener periodicidad mínima mensual, máxima anual.
- Contar con dos años de antigüedad, como mínimo.
- Tener una tirada mínima de 500 ejemplares.
- Ser números publicados o que se vayan a publicar en el año de la solicitud.

2) Igualmente se detallan las exclusiones, por:

- Ser boletines culturales, las guías de espectáculos, anuarios, catálogos o similares.
- Las publicaciones de distribución gratuita.
- Las publicaciones dependientes o editadas por encargo de organismos e instituciones de la Administración Pública en sus diferentes niveles.
- Las que se editan con menos de 32 páginas.
- Las que incluyan publicidad superior al 25% del espacio de cada número.
- Aquellas que se refieren mayoritariamente a asuntos propios de los profesionales de cada sector de actividad cultural o dirigidas a colectivos profesionales.
- Las revistas de contenido local o provincial, y las de difusión local.
- Las que no mantengan actividad en el momento de la solicitud de la ayuda.

En cuanto a la cuantía de la ayuda será el producto de multiplicar el PVP de la publicación, reducido en un 15%, por el número de ejemplares que oscilará entre el 10 y el 30% de la tirada declarada en la solicitud de ayuda. Estos datos serán determinados por una Comisión al efecto.

c. Otras Administraciones y Entidades

Debemos reseñar como muy importantes las ayudas a publicaciones periódicas que

conceden las Diputaciones Provinciales y los Ayuntamientos.

Citamos la Excma. Diputación de Badajoz quien a través de Presidencia y del Área de Cultura realiza un gran apoyo a la edición cultural en la provincia. Sin estas ayudas muchas de las revistas no podrían sobrevivir.

No podemos olvidarnos, igualmente, de la colaboración económica de algunas entidades, sobre todo entidades bancarias y empresas particulares.

En Portugal

El Instituto Português do Livro e das Bibliotecas desarrolla un programa de apoyo a las revistas culturales con el objetivo de contribuir a crear las condiciones que permitan la publicación de revistas de interés literario, artístico y cultural. Se trata de una convocatoria anual, publicándose ésta en el último trimestre del año.

La convocatoria está abierta a revistas que constituyan instrumentos de divulgación de la producción científica, literaria y artística, y que potencien la creación de nuevos intereses culturales y nuevos públicos. Las áreas temáticas son: Literatura, Ciencias Sociales y Humanas, Artes Visuales-Diseño-Arquitectura- y Teoría del Arte, Teatro-Música y Danza, y Cine.

Para acceder a estas ayudas las revistas deben cumplir los siguientes *requisitos*:

- Tener distribución comercial nacional a través del circuito de librerías.
- Tener más de 30 páginas.
- Tener precio de venta al público.
- No incluir más de un 30% del espacio de cada número a la publicidad.
- Periodicidad máxima mensual y mínima semestral.

También se citan una serie de *exclusiones*:

- Revistas de contenido mayoritariamente local.
- Publicaciones cuyo contenido corresponda a

asuntos propios de los profesionales de diferentes sectores de actividad cultural.

- Publicaciones de divulgación de eventos culturales, o asimilados a boletines o guías culturales.

Dentro de los programas de apoyo a las revistas culturales se establecen dos líneas de actuación:

- Ayudas a revistas existentes en forma de adquisición de suscripciones, con un límite máximo de 150 suscripciones por revista.

- Apoyo a la creación de nuevas revistas, mediante la concesión de una subvención a fondo perdido que se hará efectiva tras la publicación del primer número de la revista.

El programa de ayudas a las revistas culturales que desarrolla el Instituto Portugués del Libro cuenta con la colaboración del Instituto de Arte Contemporáneo y de Artes Escénicas para las publicaciones de sus respectivos ámbitos de actuación.

Cabe citar que en la última convocatoria 55 revistas han percibido ayudas en el marco de este programa y el presupuesto global asignado ha sido de 180.000 € .

También actúan como editoras o que colaboran mediante subvenciones en las publicaciones las Entidades Regionales o Locales, cumpliendo un gran papel en la edición cultural.

En resumen, tanto en España como en Portugal, las convocatorias son similares, cubriéndose los mismos campos temáticos, los mismos o parecidos requisitos y las mismas exclusiones quedando en ambos casos totalmente olvidadas las revistas culturales de ámbito local o regional. Éstas tienen que ser subvencionadas o editas por las Entidades Regionales o Locales ayudando de este modo al gran desarrollo cultural de las regiones y localidades.

La financiación de las revistas objeto de este estudio tienen como denominador común, a la hora de editarlas, acudir en la mayoría de

los casos a la búsqueda de financiación externa ya sea por la vía de ayudas-subvenciones (en convocatorias o mediante acuerdos establecidos), a la publicidad, a las suscripciones, y en el menor de los casos a las ventas.

Analizadas las revistas nos encontramos que:

- Predominan la financiación totalmente por las Administraciones Públicas en 24 revistas (52%), de ellas 13 españolas y 11 portuguesas. Son financiadas por las entidades locales, provinciales y regionales. También en muchas de ellas por las instituciones universitarias e institutos superiores de enseñanza.

- Parcialmente públicas o subvencionadas, junto con ayudas de otras Entidades y empresas nos encontramos con 9 revistas (20%), de ellas 6 españolas y 3 portuguesas.

- Financiación totalmente privada aparecen 8 revistas (17%), de ellas 4 españolas y 4 portuguesas.

- Las que se financian mediante la publicidad, subvenciones o ayudas y las suscripciones de los lectores 3 revistas (7%), de ellas 1 española y 2 portuguesas

- Las que se financian sólo mediante la venta al público 1 revistas portuguesa (2%).

- No cuenta con ninguna financiación 1 revista (2%), la revista española digital *Relatec* de la Universidad de Extremadura.

9. LA FINANCIACIÓN, SEGÚN EL ANÁLISIS ANTERIOR, ES:

En este apartado recogemos la satisfacción de los editores de las revistas en cuanto a financiación.

Con una **financiación muy insuficiente** se manifiestan tres revistas (7%): dos revistas españolas con financiación pública y una revista portuguesa parcialmente pública-subvencionada.

- Se manifiestan con una **financiación insuficiente** catorce revistas, 6 españolas y 8 portuguesas. De éstas: seis revistas totalmente públicas (tres españolas y tres portuguesas), una revista española parcialmente pública-subvencionada. Tres revistas privadas de ellas una española y dos portuguesas. Otras tres revistas (1 española y 2 portuguesas) que se financian mediante la publicidad + suscripciones + subvenciones. Y una revista portuguesa privada que se financia exclusivamente de las ventas.

- Las que declaran una **financiación adecuada** veinticinco revistas, 14 españolas y 11 portuguesas. De ellas: catorce totalmente públicas, 7 españolas y 7 portuguesas. Que sean parcialmente públicas + subvencionadas siete, 5 españolas y 2 portuguesas. Privadas tres revistas, 2 españolas y 1 portuguesa. Además 1 revista portuguesa que se financia con fondos públicos + publicidad + suscripciones.

- Dos revistas manifiestan una **financiación bastante adecuada**. De éstas: una revista portuguesa totalmente privada y una revista española parcialmente pública + subvenciones.

- Una revista española totalmente pública se manifiesta con una **financiación muy adecuada**.

- Otra revista manifiesta **no recibir financiación** de ningún tipo. Se trata de la revista española digital *Relatec*, aunque utiliza para su edición los medios públicos como son los universitarios.

Este análisis nos permite manifestar que la mayoría de las revistas manifiestan una satisfactoria financiación, son revistas editadas en su mayoría por las Administraciones (Local, Regional), por las Universidades o bien por Institutos Superiores de Enseñanza. Las revistas privadas que manifiestan una financiación satisfactoria son aquellas que reciben algún tipo de ayuda o subvención ya sea mediante convenio establecido o por convocatorias públicas.

10. PRECIO DE VENTA AL PÚBLICO

Como ayuda a la financiación contamos con el precio de venta al público. En la mayoría de los casos el precio figura impreso de forma simbólica pues los editores de las revistas culturales o científicas no editan con una finalidad puramente mercantilista sino que su finalidad es que los contenidos lleguen a la mayoría de los potenciales lectores aunque sea de forma gratuita.

Veamos cual es el pronunciamiento de los editores:

- Revistas que se manifiestan totalmente gratuitas 12 (26%), nueve revistas españolas y tres portuguesas.

- Con un precio impreso de 1 a 4 € hay 2 revistas (4%), una revista española y 1 portuguesa.

- De 4 a 8 € nos encontramos con 4 revistas (9%), dos revistas españolas y dos portuguesas.

- De 8 a 12 € hay 13 revistas (28%), cinco españolas y ocho portuguesas.

- Con un precio superior a 12 € figuran 15 revistas (33%), ocho españolas y siete portuguesas.

Todo lo anterior nos indica que, exceptuando las revistas gratuitas de ellas mayoritarias en zona española, el resto de precio y número de revistas se mantienen análogos en ambas zonas.

Las Administraciones tienden a sufragar un número determinado de suscripciones como ayuda a la financiación, a la vez que se encargan de su distribución.

11. CANALES DE DISTRIBUCIÓN

Analizamos en este punto las vías de distribución utilizadas hasta que la revista llega al lector. Como podemos apreciar en el análisis,

el medio de distribución más utilizado es el postal para las suscripciones, en un total de 11 revistas (25%). Cuando utilizamos este medio es preciso conseguir un franqueo concertado para los envíos, haciendo que disminuya el precio de los envíos si lo comparamos con los envíos de carácter ordinarios. Este es el medio más utilizado en ambas zonas para los envíos de las revistas editadas por las administraciones (local y regional) y por las instituciones universitarias e institutos superiores.

Revistas que se distribuyen a través de quioscos, librerías, vía postal y las suscripciones 10 revistas (22%).

Revistas que para su distribución utilizan la vía postal, las suscripciones y los medios que las instituciones ponen a su alcance nos encontramos con 7 revistas (15%).

Distribución a través de quioscos, librerías, vía postal, suscripciones y las instituciones tenemos 6 revistas (13%).

Directamente a través de las instituciones 4 revistas (9%).

A través de distribuidoras en quioscos y librerías 2 revistas (4%).

Con distribución mediante la venta directa nos encontramos con 2 revistas (4%), sin distribuidoras ni librerías como intermediarios.

De distribución por la red al ser una revista digital, 1 revista (2%).

Revistas que utilizan para su distribución locales públicos 1 revista (2%).

Que utilice la vía postal, suscripciones, a través de instituciones, y venta directa nos encontramos 1 revista (2%).

Y que su distribución se efectúe a través de distribuidoras en quioscos y librerías, vía postal, suscripciones, a través de instituciones, digital, 1 revista (2%).

Todo lo anterior nos indica la disparidad de canales de distribución empleados, debido a que utilizamos todos los medios a nuestro alcance, propios y ajenos, siendo los más fre-

cuentes la vía postal, a través de distribuidoras y sobre todo a través de las instituciones. Todos estos canales de distribución es empleado de forma semejante en la zona española y en la portuguesa.

12. MERCADOS DE DISTRIBUCIÓN

En este apartado analizamos donde se dirigen las revistas siendo un amplio sector geográfico.

La mayoría de ellas, 16 (35%) tienen como destino un mercado local, provincial, nacional, resto de Europa y resto del mundo (América Latina, Caribe, EUA, Canadá, en menores cantidades a Asia y África).

Otras 16 revistas (34%) van dirigidas al ámbito local, regional, y nacional.

Revistas cuyas zonas de distribución es sólo local no encontramos con 2 revistas españolas (4%).

Con distribución local y regional tenemos 3 revistas (7%).

Otras 3 revistas su ámbito de distribución es sólo nacional (7%).

Una revista digital (2%) a disposición en la red para su consulta visitando la web de la Universidad de Extremadura.

El resto 5 revistas (11%) corresponde a un mercado de distribución que combina el ámbito nacional con el resto de países europeos.

En ambos casos anteriores es necesario destacar, cuando hablamos del destino resto de Europa y resto del mundo lo hacemos de revistas editadas en su mayoría por centros universitarios e institutos superiores de enseñanza, fundaciones y asociaciones de ambas zonas de estudio.

De ámbito local, regional y en menor medida nacional hablamos de revistas editadas por administraciones, sobre todo locales y regionales.

13. SEGÚN EL NÚMERO DE EJEMPLARES EDITADOS LA DISTRIBUCIÓN ES...

Analizados los canales de distribución, los mercados de distribución, y el número de ejemplares editados de cada número, los editores de las revistas se manifiestan de la siguiente forma:

Con excelente distribución, 2 editores (4%).

Con una distribución bastante adecuada se manifiestan 4 editores (9%).

Una mayoría de editores, 21 (45%), manifiestan una adecuada distribución.

Los que manifiestan poca distribución de las revistas, 9 editores (20%).

Con una distribución insuficiente lo manifiestan 9 editores (20%).

Los editores de la revista digital no se manifiestan (2%).

En estas manifestaciones se tienen en cuenta también los envíos, las recepciones, la relación número de ejemplares editados y enviados, números de ejemplares sin ser distribuidos, etc.

14. ¿CUÁL HA SIDO LA EVOLUCIÓN DE LAS REVISTAS EN LOS ÚLTIMOS AÑOS?

En el mundo editorial las revistas culturales y científicas periódicas pasan, a lo largo de su existencia, por diferentes momentos ocasionados en la mayoría de los casos por la escasa o buena financiación, por el aumento o disminución de las suscripciones. Influyendo ambos casos en la continuidad o desaparición de las revistas después de una corta o larga vida editorial.

Analizando las respuestas de las revistas consultadas y que se editan al día de hoy, la gran mayoría expresan no haber experimentado cambios en el número de suscripciones y por lo

tanto en el número de ejemplares editados de cada número. Hablamos de 26 revistas (56%), catorce españolas y doce portuguesas.

Las que manifiestan haber incrementado el número de suscripciones y número de ejemplares editados lo hacen 17 revistas (37%), nueve españolas y ocho portuguesas.

Otras, en cambio, manifiestan que ha disminuido el número de suscripciones y de ejemplares. Son 3 revistas (7%), dos españolas y una portuguesa.

Ello nos indica que las revistas consultadas y editadas hasta la fecha tienen buena salud editorial en ambas zonas de estudio, ya que casi todas ellas o no han experimentado cambios o bien lo han experimentado. Siendo muy pocas las que manifiestan que los cambios han ido a menos.

15. ¿MANTIENEN INTERCAMBIOS CON OTRAS REVISTAS?

Como vía de financiación de las revistas, aunque no sea pecuniaria pero sí en cultura, podemos hablar también de los intercambios entre las revistas. Mediante éstos ponemos a disposición de nuestros lectores otras revistas cuyos contenidos les interesa, sea como cultura general o bien revistas especializadas y todo ello lo podemos hacer sin un desembolso económico.

¿Quiénes suelen utilizar los intercambios? Utilizan esta vía sobre todo las administraciones (locales, regionales y nacionales), las universidades, los institutos superiores de enseñanza y, a veces, las asociaciones y las fundaciones. La finalidad del intercambio es poner a disposición de los lectores otras revistas en sus bibliotecas, aulas de lectura etc., sin coste alguno.

Las revistas analizadas manifiestan:
- 16 revistas (36%) mantienen intercambios con revistas locales, regionales, nacionales e

internacionales. Hablamos de diez revistas españolas y seis portuguesas.

- 10 revistas (22%) no mantienen intercambios, cuatro españolas y seis portuguesas.

- 7 revistas (15%) mantienen intercambios sólo con revistas nacionales.

- 6 revistas (13%) lo hacen con revistas nacionales e internacionales, tres españolas y tres portuguesas.

- 2 revistas (4%) intercambian con revistas locales, regionales e internacionales, ambas españolas.

- 2 revistas (4%) lo realizan con revistas regionales e internacionales, ambas portuguesas.

- 2 revistas (4%) con revistas locales y regionales, ambas españolas.

- 1 revista portuguesa (2%) sólo con revistas internacionales.

Tras este análisis se constata que las revistas analizadas utilizan esta vía de intercambios.

16. CONCLUSIONES Y SUGERENCIAS SOBRE LA FINANCIACIÓN Y DISTRIBUCIÓN DE LAS REVISTAS CULTURALES Y CIENTÍFICAS

En lo que concierne a las Revistas Culturales y Científicas publicadas por instituciones públicas o privadas, tres son los obstáculos que dificultan su regularidad y existencia: la gestión, la financiación y la distribución.

a) Financiación:

- Las revistas culturales y científicas, de instituciones públicas o privadas, son fruto exclusivamente del voluntarismo heroico, en la mayoría de los casos, de un grupo de personas (a veces una) incapaces de cubrir todos los campos que implica hasta que ven la luz.

- En nuestro contexto socio-cultural se editan más revistas culturales y científicas de institu-

ciones públicas (debido a todo tipo de apoyos) que privadas. Como consecuencia, las revistas de carácter privado al tener menos apoyos tienen cada vez una menor capacidad de edición, llegando a veces, a su desaparición.

- Potenciar las Asociaciones de Revistas Culturales como ARCE (Asociación de Revistas Culturales de España).

- Potenciar las Asociaciones de Revistas Universitarias como AEUE (Asociación de Editores Universitarios Españoles).

- Conseguir más partida presupuestaria por parte de las instituciones políticas y administrativas para las subvenciones o en la financiación dedicadas a las revistas culturales y científicas.

- Suscripción por parte de las Entidades de un número de ejemplares.

- Ayuda a la financiación de las revistas culturales y científicas a través de la publicidad institucional.

- Aumentar la publicidad de las empresas privadas para una mejor financiación.

- Aumentar las empresas públicas y privadas patrocinadoras como medio de financiación.

- Los gastos de gestión, edición y distribución son excesivos para todas las publicaciones, tanto más para las privadas que para las públicas. Las privadas han de recurrir más a la publicidad, y a las convocatorias de ayudas institucionales.

- Incidir más en los envíos por correo contra reembolso como medio de financiación.

- Si utilizamos otros medios de distribución (ejemplo: empresas de mensajería) hemos de llegar a acuerdos, convenios, con el fin de hacerlos más baratos y asequibles.

b) Distribución:

La distribución de las Revistas Culturales y Científicas públicas o privadas no son, en la mayoría de los casos, bastante divulgadas ni

distribuidas, permaneciendo fuera del alcance de los públicos a los que van dirigidas y/o también los excedentes quedan almacenados.

- La creación de asociaciones de editores de revistas culturales (por ejemplo ARCE en España) y científicas (AEUE), desde las que se puede actuar como interlocutora ante los diversos estamentos. Igualmente, a través de éstas, editar un catálogo de revistas culturales y científicas en varios idiomas, asesorar, elaborar informes de implantación, definir líneas de actuación sobre temas específicos, etc..
- Ampliar la presencia de revistas culturales y científicas en bibliotecas públicas y universitarias, así como en librerías.
- Los Institutos Cervantes y Camões son un buen vehículo de promoción y distribución de las revistas culturales y científicas a nivel internacional.
- Darlas a conocer en los Centros de Enseñanza para que los jóvenes se vayan familiarizando, conociendo y participando en las revistas.
- Creación de un sistema de distribución propio para todas las revistas culturales y científicas que garantice su distribución y ventas en las librerías más importantes de la comunidad autónoma y del país.
- Posibilidad de acudir a las Ferias del Libro en espacios compartidos y con precios económicos y, si es posible, gratuitos.
- Creación de espacios expositivos especiales de revistas culturales y científicas en las librerías ayudando así a su localización y ventas.
- Campañas de promoción a través de redes a nivel regional y nacional.
- Crear distribuidoras regional, o nacional con el fin de colocar en el circuito comercial las publicaciones culturales y científicas.
- Aumentar el número de suscripciones.
- Aumentar los intercambios nacionales e internacionales con otras revistas culturales y científicas con el enriquecimiento cultural que ello conlleva.

- Mayor presencia en Internet con página propia.
- Ediciones en CD-R, con un menor coste económico que el papel.

RELACIÓN DE LAS REVISTAS ANALIZADAS.

Revistas españolas:

- *Anuario de Estudios Filológicos*. Universidad de Extremadura. Cáceres.
- *Anuario de la Facultad de Derecho*. Universidad de Extremadura. Cáceres.
- *Archivo Hispalense*. Excma. Diputación Provincial de Sevilla. Sevilla.
- *Arts et Sapientia*. Asociación de Amigos de la Real Academia de Extremadura de las Letras y las Artes. Cáceres.
- *Atlántica de Poesía*. Excma. Diputación de Cádiz. Cádiz.
- *Aula Magna*. Universidad de Mayores de Extremadura. Badajoz.
- *Boletín de la Real Academia de Ciencias, Bellas Letras y Nobles Artes*. Córdoba.
- *Campo Abierto*. Universidad de Extremadura. Badajoz.
- *Campo de Agramante*. Fundación Caballero Bonald. Jerez de la Frontera (Cádiz).
- *Cátedra Nova*. Asociación Nacional de Catedráticos de Institutos. Badajoz.
- *Crisol*. IES Enrique Díaz Canedo de Puebla de la Calzada. Badajoz.
- *Cuadernos de Filología Francesa*. Universidad de Extremadura. Badajoz.
- *Diálogo, Familia, Colegio*. Fundación Loyola (Andalucía y Canarias). Sevilla.
- *El Paraíso del Gran Teatro de Córdoba*. Córdoba.
- *Encuentros/Encontros*. Excmo. Ayuntamiento de Olivenza. (Badajoz).

- *Escuela Abierta*. Fundación San Pablo Andalucía. CEU. Sevilla.
 - *Estudios Extremeños*. Excma. Diputación Provincial de Badajoz. Badajoz.
 - *Extracta Mathematicae*. Universidad de Extremadura. Cáceres.
 - *Guadalupe*. Real Monasterio de Guadalupe. Guadalupe (Cáceres).
 - *La Jayona*. Excmo. Ayuntamiento de Fuente del Arco. Badajoz.
 - *Litoral*. Torremolinos (Málaga).
 - *Norba*. Revista de Historia. Universidad de Extremadura. Cáceres.
 - *Pixel-Bit*. Revista de Medios y Educación. Sevilla.
 - *Puertas a la Lectura*. Universidad de Extremadura. Badajoz.
 - *Relatec*. Revista Latinoamericana de Tecnología Educativa. Badajoz.
- Revistas Portuguesas:**
- *A Cidade de Évora*. Chamarra Municipal de Évora.
 - *Alentejo*. Revista de Povo, Cultura e Região. Casa do Alentejo-Lisboa.
 - *Almensor*. Câmara Municipal de Montemor-o-Novo.
 - *Anais do Instituto Superior de Agronomia*. Instituto Superior de Agronomia. Lisboa.
 - *Ar*. Cadernos da Faculdade de Arquitectura da Universidade Técnica de Lisboa.
 - *Arqueologia Medieval*. Edições Afrontamento e Campo Arqueológico de Mértola. Mértola.
 - *Callipole*. Revista de Cultura da Câmara Municipal de Vila Viçosa.
 - *Daxiyangguo*. Revista Portuguesa de Estudos Asiáticos. Instituto Superior de Ciências Sociais e Políticas. Instituto do Oriente. Lisboa.
 - *Educação & Matemática*. Associação de Professores de Matemática. Lisboa.
 - *Elvas-Caia*. Edições Colibri e Câmara Municipal de Elvas.
 - *Episteme*. Editorial Veja e Atrium Global Lda. Lisboa.
 - *Estudos de Gestão*. Instituto Superior de Economia e Gestão.
 - *Estudos Políticos e Sociais*. Instituto Superior de Ciências Sociais e Políticas. Universidade Técnica de Lisboa.
 - *Ibn Marvan*. Câmara Municipal de Marvão.
 - *Instituições Internacionais e Comunitárias*. Instituto Superior de Ciências Sociais e Políticas. Universidade Técnica de Lisboa.
 - *Ludens*. Faculdade de Motricidade Humana. Universidade Técnica de Lisboa.
 - *Memória Alentejana*. CEDA (Centro de Estudos Documentais do Alentejo). Lisboa.
 - *Portuguese Economic Journal*. Instituto Superior de Economia e Gestão. Lisboa.
 - *Setúbal-Guia de Eventos*. Câmara Municipal de Setúbal.
 - *Stilus*. Ajea Edições. Faro.
 - *Xarajib*. Centro de Estudos Luso-Árabes de Silves. Silves.

OS NOSSOS COLABORADORES

Este espaço está sempre em aberto e portanto em transformação, podendo a qualquer momento ser ampliado e/ou actualizado desde que cheguem a Callipole elementos que o permitam. Lacunas nas biografias, como local e ano de nascimento ou outras, deverão desejavelmente ser completadas pelos autores.

ALMEIDA, Justino Mendes de

Benavente (Portugal), 1924

Doutor em Filologia pela Faculdade de Letras de Lisboa. Licenciado em Filologia Clássica pela Faculdade de Letras de Coimbra

Professor na Faculdade de Letras de Lisboa, na Universidade Livre de Lisboa e nos cursos de Verão de Oviado, Mérida e Santiago de Compostela. Professor e Reitor na Universidade Autónoma de Lisboa

Vice-Presidente da Academia Portuguesa da História. Inspector da Biblioteca da Academia das Ciências de Lisboa. Académico Efectivo da Academia Nacional de Belas-Artes, da Academia Internacional da Cultura Portuguesa, do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, das Academias de História de Espanha, Venezuela e Chile. Antigo Director-Geral do Ensino do Ultramar, Presidente da Junta de Investigações do Ultramar e Subsecretário da Administração Escolar.

Autor de mais de 500 trabalhos de História, Linguística, Literatura e Filologia, em particular no domínio dos estudos camonianos.

Colaborador de *Callipole* 2, 12, 13 e 14.

ARAÚJO, Maria Lúcia Lobo de

Braga (Portugal), 1954

Docente do Ensino Básico.

Colaboradora de *Callipole* 10/11, 12, 13 e 14.

ARAÚJO, Maria Marta Lobo de

Braga (Portugal), 1959

Doutorada em História Moderna e Contemporânea (2000), pela Universidade do Minho, mestre em História das Populações (1992) e licenciada em Ensino de História e Ciências Sociais (1984).

Actualmente professora associada do Departamento de História do Instituto de Ciências Sociais da Universidade do Minho e investigadora do Núcleo de Estudos Históricos da mesma universidade. Foi vice-presidente do Instituto de Ciências Sociais da UM, entre 2001-2004, directora da Licenciatura em Ensino de História entre 2000-2002 e presidente da Comissão de Estágios de História entre 2000-2002.

A sua investigação tem-se desenvolvido no campo da História Social da Época Moderna. Dos trabalhos que

tem publicado destacam-se quatro livros e várias dezenas de artigos publicados em revistas nacionais e estrangeiras da especialidade.

Colaboradora de *Callipole* 9, 10/11, 12 e 14.

AURÉLIO, Carlos

Vila Viçosa (Portugal), 1956

Licenciatura em Artes Plásticas / Pintura pela Escola Superior de Belas Artes de Lisboa. Possui o Curso de Gravura da Galeria Diferença, Lisboa (1985), sob orientação de Maria Irene Ribeiro.

É docente do Ensino Secundário.

Realizou as seguintes exposições individuais: Pintura e desenho – **Mortos ou Vivos?** – Seixal (1982); Pintura – **La duda en torno a las vértebras** – Galeria Acuarela, Badajoz (1987); Fotografia – **Cibachrome** – Galeria Diferença, Lisboa e Museu de Évora (1989); Pintura – **Ex Umbra Lux** – Centro de Arte SOCTIP, Lisboa (1990); Desenho – **A Lápis** – Miga's, Terena (1995); Pintura – **O Mapa de Portugal** – Convento de Cristo, Tomar, e Casa de Cultura D. Pedro V, Mafra (1996); Fotografia – **Saudade** – Festival de l'Image, Le Mans, França (1997); Fotografia – **Ô Céus** – Grupo Pró-Évora, Évora; Fotografia – **Ô Céus** – Galeria Municipal Artur Bual, Amadora (1999); Pintura – **Pater Noster** – Instituto Camões, Vigo, Espanha, Forum da Maia, Museu Martins Sarmento, Guimarães, Ponte da Barca, Tondela, Paço de Arcos e Vila Viçosa (2003).

Participou em cerca de duas dezenas de exposições colectivas

É autor de edições em artes gráficas como postais, fotografias, cartazes, brochuras para fins comerciais e para diversos eventos públicos, para além de capas e ilustrações em livros.

Obteve menções honrosas na I Mostra Portuguesa de Artes e Ideias (Lisboa, 1987) e no Prémio Literário Cidade de Almada, com o romance **Amor e Roma** (1994).

Colaborou com prefácios, artigos e ilustrações em diversas publicações.

Participante, desde 1986, no "Grupo de Estremoz" de Filosofia Portuguesa ligado a António Telmo. Conferencista em colóquios sobre Filosofia (Lisboa, 1996; Alenquer, 1999; Coimbra, 2004; Sesimbra, 2005). Autor de artigos e ilustrações em diversas iniciativas no âmbito da Filosofia Portuguesa, nomeadamente na revista *Teoremas de Filosofia* (Porto).

Co-autor dos seguintes livros: **António Telmo e as Gerações Novas**, ed. Hugin, Lisboa, 2003; **O Pensamento e a Obra de Pinharanda Gomes**, ed. Fundação Lusíada, Lisboa, 2004; **Messianismo Português**, ed. Fundação Lusíada, Lisboa, 2005; **O Pensamento e a Obra de Afonso Botelho**, ed. Fundação Lusíada, Lisboa, 2005.

Publicou **Mapa Metafísico da Europa**, ed. Fundação Lusíada, Lisboa, 2003.

Colabora pela primeira vez em *Callipole*.

AZEVEDO, Sérgio

(...)

Compositor, professor na Escola Superior de Música de Lisboa, colaborador da RDP-Antena 2.

Colabora pela primeira vez em *Callipole*.

BORGES, Aurélia

Não forneceu biografia.

Colabora pela primeira vez em *Callipole*.

CAMÕES, Catarina

Não forneceu biografia.

Colaboradora de *Callipole* 9, 11 e 14.

DIAS, Fernando Paula Rosa

(...)

Faculdade de Belas Artes da Universidade de Lisboa

Colabora pela primeira vez em *Callipole*.

GOMES, Maria de Jesus Carreto

Não forneceu biografia.

Colaboradora de *Callipole* 7/8, 9, 10/11, 12 e 14.

GONZALEZ, Teresa

Oliveira (Espanha), 1960

Bibliotecária no Hospital Infanta Cristina, Badajoz.

Colaboradora de *Callipole* 13 e 14.

HOMEM, Amadeu Carvalho

Sátão, Viseu (Portugal), 1945

Doutor em História.

É professor associado com Agregação da Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra. Há longos anos que aí lecciona, em regência integral, a cadeira de História Contemporânea de Portugal, e em co-regência, a de História de Portugal, na licenciatura em Jornalismo. Foi responsável pela criação do mestrado em História das Ideologias e das Utopias Contemporâneas, que actualmente dirige. É um dos coordenadores do grupo de trabalho dedicado ao estudo da «História das Ideias Políticas e Sociais», em funcionamento no Centro de Estudos Interdisciplinares do Século XX (CEIS 20), da Universidade de Coimbra.

Foi distinguido com a Cruz de Mérito Humanitário pelo Instituto Brasileiro de Estudos Sociais (S. Paulo, Brasil) e pelo Presidente da República Portuguesa, Jorge Sampaio, com a Grã-Cruz da Ordem do Infante D. Henrique.

Os seus numerosos artigos encontram-se espalhados pelas principais revistas da especialidade e também em estrangeiras, sobretudo no Brasil.

São de sua autoria os livros **A Ideia Republicana em Portugal**, **O Contributo de Teófilo Braga**, **O Primeiro Conde de Arno e o seu Tempo e Da Monarquia à República**. Encontra-se a escrever a **História da Fundação Eng. António de Almeida** (de que já foi publicado o Vol. I).

Colabora pela primeira vez em *Callipole*.

LAMPREIA, Lúcio

Moura (Portugal), 1953

Licenciado em História (Ensino) pela Universidade de Évora.

Professor dos Ensinos Básico e Secundário. Desempenha actualmente as funções de Técnico Superior da Câmara Municipal de Vila Viçosa, na Área do Património.

Tem publicado diversos artigos na área da História e História da Arquitectura.

Membro do Conselho de Redacção de *Callipole*.

Colaborador de *Callipole* 9, 12, 13 e 14.

MAÇARICO, Luís Filipe

Évora, (Portugal) 1952

Mestre em Antropologia (Patrimónios e Identidades) pelo Instituto Superior das Ciências do Trabalho e da Empresa.

Técnico Superior da Câmara Municipal de Lisboa.

Poesia: **Da Água e do Vento**, 1991; **Mais Perto da Terra**, 1992; **A Essência**, 1993; **Lisboa, Asas de Água**, 1994; **Os Pastores do Sol**, versão trilingue (português, francês e árabe), 1995; 2.ª ed. Escola Profissional Fundão, 1996; 3.ª ed., 2001; **Íntim(a)ldade**, 1996; **Vagabundo da Luz**, Liga dos Amigos e Junta Freguesia de Alpedrínha, 1997; **O Sabor da Cal**, ed. da Câmara Municipal de Beja, 1997; **Os Peregrinos do Luar**, 1998; **Lisboa, Cais das Palavras**, C. M. de Lisboa/Cultura, 1998; **A Celebração da Terra**, ed. das C. M. de Évora e Montemor-o-Novo, Junta de Freguesia de Nossa Senhora da Vila e Delegação Regional de Cultura do Alentejo, 1999; **Lisboa, Pegadas de Luz**, C. M. Lisboa/Cultura, 2000; **A Secreta Colina**, C. M. Lisboa/Cultura, 2001; **Caigrafia do Silêncio**, 2004.

Antologias (selecção): **Cadernos Despertar I**, com Eduardo Olímpio e José Carlos Ary dos Santos, Amadora, 1982; **Antologia de Homenagem a Cesário Verde**, C. M. Oeiras, org. Orlando Neves, Oeiras, 1991; **Cântico em Honra de Miguel Torga**, coord. António Arnaut e Rui Mendes, com António Ramos Rosa, Eugénio de Andrade, Sophia de Mello Breyner, ed. Fora do Texto, Coimbra, 1996; **Cerejas Poemas de Amor de Autores Portugueses Contemporâneos**, selecção de Gonçalo Salvado, ed. Tágide e C. M. Fundão, 2004; **Vento – Sombra de Vozes / Viento – Sombra de Voces**, coord. Pedro Salvado e Juan Gonper, Ed. C. M. Fundão / Celya, 2004.

Ensaio (selecção): **A Personalidade Poética do Alentejano**, "Arquivo de Beja", volume X, série III, Abril 1999, pp. 111-124; **O Alentejo, O Cante e os seus Poetas**, "Arquivo de Beja", vol. XIII, série III, Abril 2000, pp.13-36; **A Função Antropológica da Aldraba: Da Origem Simbólica à Morte Funcional**, "Arqueologia Medieval", n.º 8, Campo Arqueológico de Mértola, Afrontamento, Maio 2003; **Aldrabas e Batentes de Montemor-o-Novo: Um Olhar Antropológico**, "Almanson", n.º 4, 2.ª série, 2005, Câmara Municipal de Montemor-o-Novo.

Biografia: **Com o Mundo nos Punhos – Elementos para uma biografia de José Santa Camarão**, CML, Lisboa, 2003, resultado da tese de mestrado.

Dirigente associativo voluntário de colectividades, nos mais diversos cargos, entre 1997 e 2006, Membro da Comissão Promotora, Fundador e Presidente da direcção da "Aldraba" – Associação do Espaço e Património Popular (Abril/2005).

Colaborador de *Callipole* 9, 10/11, 12 e 14.

MANZANO, Pepe Higuero

(Espanha)

Jornalista e fotógrafo, director de *El Periódico (Extremadura)*. Diversas exposições de fotografia. Uma das mais recentes teve lugar em Beirute, Líbano, em 2005, com o patrocínio do Instituto Cervantes. Participou no I Encontro Transfronteiriço de Revistas de Cultura em Vila Viçosa que decorreu em 26 e 27. Novembro. 2005.

Colabora pela primeira vez em *Callipole*.

MARILUTE

Não forneceu biografia.

Colaboradora de *Callipole* 7/8, 12 e 14.

MARQUES, José

Lisboa (Portugal), 1953

Licenciado em Medicina e Cirurgia pela Faculdade de Ciências Médicas da Universidade Nova de Lisboa.

É membro da Associação Portuguesa dos Médicos de Clínica Geral. Concluiu o curso de Medicina do Trabalho em 1997 na Escola Nacional de Saúde Pública. Estagiou no Hospital Distrital de Cascais (1981-85). Entrou na carreira médica de Clínica Geral em 1985 tendo sido colocado na Ericeira, extensão do Centro de Saúde de Mafra. Foi médico responsável pelo Hospital da Ericeira (1985-89). Possui a especialidade médica de Saúde Ocupacional/ Medicina do Trabalho conferida pela Ordem dos Médicos. Foi provido com o grau de Chefe de Serviço da especialidade médica de Medicina Geral e Familiar, conferido pelo Ministério da Saúde (2000). Pertence ao Quadro do Ministério da Saúde, exercendo Medicina Geral e Familiar na Ericeira desde há 21 anos. Foi Coordenador da zona Oeste do Centro de Saúde de Mafra e da unidade de Saúde da Ericeira (2002-05). Exerce Medicina do Trabalho desde há quinze anos, tendo actualmente responsabilidades em cerca de 20 empresas dos mais variados sectores, dispersas por quase todo o país.

Possui curso de realização cinematográfica com estágio em Strasbourg, França. Realizou vários filmes (documentários) sendo dos realizadores portugueses mais galardoados no estrangeiro. É membro da Associação Portuguesa de Realizadores de Cinema.

Colabora pela primeira vez em *Callipole*.

MENDONÇA, Luís

Povoação, Açores (Portugal), 1963

Licenciado em História e Ciências Sociais pela Universidade dos Açores.

Professor do Ensino Básico e Secundário, leccionando actualmente em Almada.

Tem já alguns livros publicados no âmbito da História açoriana: **História dos Açores, Visão Geral (sécs. XV-XX)**, 1.ª ed. 1996, 2.ª ed. 2001; **Aspectos da vida quotidiana nos Açores, Perspectiva Histórica**, 1998; **História da Povoação**, ed. da Câmara Municipal da Povoação, 2000; **Emigração Açoriana, sécs. XVIII a XX**, 2002.

Colabora pela primeira vez em *Callipole*.

MONGE, Maria de Jesus

(...)

Mestre em Museologia pela Universidade de Évora.

Directora do Museu do Paço Ducal de Vila Viçosa (Fundação da Casa de Bragança).

Participou em vários congressos da sua especialidade e tem obra publicada, por exemplo como no livro **500 Anos da Santa Casa da Misericórdia de Estremoz**, 2002.

Colaboradora em *Callipole* 13 e 14.

PINTO, Rui Miguel da Costa

Vila Franca de Xira (Portugal), 1962

Mestre em História dos Descobrimientos e da Expansão Portuguesa. Licenciado em História (Variante em História da Arte), pela Faculdade de Letras da Universidade Clássica de Lisboa. Possui também os cursos de História da Náutica, Qualificação em Ciências de Educação e Técnicas Documentais e Tecnologias de Informação.

É professor do 2.º e 3.º ciclos, formador do Centro de Formação da Associação de Escolas da Amadora, membro da Academia da Marinha, presidente da Secção de História da Sociedade de Geografia de Lisboa, vice-presidente da Secção de História da Associação dos Arqueólogos Portugueses e membro da Secção de História e da Comissão de Estudos Orlisiponenses da mesma associação. Foi presidente da Comissão Científica do Colóquio "Portugal-Brasil, 500 Anos" promovido pela Secção de História da SGL e organizou a Conferência do Prof. Dr. Valentim Alexandre "António Enes e a Questão Colonial" também promovida pela SGL (ambas em 2000); organizou o seminário «O Império Colonial Português nos Séculos XIX e XX», promovido pela Secção de História da SGL (2002); fez parte da Comissão de Homenagem Comemorativa do 1.º Centenário do Nascimento de Francisco Assis de Oliveira Martins; foi comissário científico para as comemorações dos 130 anos da SGL. É relator do Boletim da SGL.

Publicou o livro **A Costa Oriental Africana (1640-1668)** – Estar-Editora, Lisboa, 2002; como colaborador,

participou no Glossário de Termos de Arte – Faculdade de Letras da Universidade Clássica de Lisboa, e no Grande Dicionário Enciclopédico Universal – Lisboa, Ediclube. Também em colaboração, escreveu “A MissionaçãO Durante o Século XVII na Costa Oriental Africana” in Para além da Taprobana – De Lisboa a Nagasaki, ed. da Secretaria de Estado da Cultura – Instituto Português do Património Arquitectónico e Arqueológico, Lisboa, 1993, e “Plataforma da Fortaleza de Moçambique” e “DocumentaçãO Manuscrita sobre o Brasil dos Séculos XVII e XIX” in Tesouros da Sociedade de Geografia de Lisboa, ed. Inapa, Lisboa, 2001. Em 2004 escreveu, para o boletim da Academia da Marinha, “A Rota do Cabo e a Ilha de Moçambique (1640-68)”.

Tem textos nas revistas *Brotéria*, *Arqueologia e História*, *História* e *Mare Liberum* e nos boletins da Sociedade de Geografia de Lisboa e da Academia da Marinha.

Colaborador de *Callipole* 2, 5/6, 7/8, 10/11, 13 e 14.

PÍRIZ, Luís Afonso Limpo

Olivença (Espanha), 1958

Licenciado em Ciências da Informação.

Director do Museo Etnográfico Extremeño “Gozález Santana”, Olivença; Bibliotecário-Arquivista da Câmara Municipal de Olivença

Publicou o livro **Olivenza, Antologia Esencial. Elementos para su História** – Editora Regional de Extremadura, 1994; são também de sua autoria os seguintes trabalhos: **El Caso Oliventino, para una Investigación Cultural** (Memoria de la licenciatura dirigida por el doctor D. Ramón Valdés del Toro) – Universidad Autónoma de Bellaterra, 1983; **Catálogo del Fondo Bibliográfico y Documental Oliventino**, 1984; **Olivenza: ciudad abierta a dos culturas** – Editora Regional de Extremadura. Consejería de Educación y Cultura, 1985; **Catálogo del Archivo Histórico Municipal de Olivenza**, 1987; **Olivenza: del nacionalismo al iberismo**, 1988; **Olivenza: Entre España y Portugal** (catálogo crítico da bibliografia espanhola e portuguesa sobre Olivença) – Badajoz, 1989; **Memorial del Antiguo Convento de la Concepción en la Villa de Olivenza**, Badajoz, 1999.

Colaborador de *Callipole* 1, 5/6, 13 e 14.

QUARESMA, José

(...)

Faculdade de Belas Artes da Universidade de Lisboa
Colabora pela primeira vez em *Callipole*.

REBOCHO, Nuno

Queluz (Portugal), 1945

Jornalista e escritor. Animador de sessões de poesia e editor. Trabalha na RDP.

Publicou entre diversos outros, os seguintes livros de poesia: **Uagadugu** – Lisboa, 1994; **Breviário de João Cri-**

sóstomo – Lisboa, 1995; **Memórias de Paisagem** – Lisboa, 1996; **A Invasão do Corpo** – Lisboa, 1997; **Nau da Índia** (este, em colaboração com o pintor Miguel Barbosa) – 1999; **A Arte de Matar** – Lisboa, 2001; **Contos do Calendário** – Lisboa, 2003; **O Discurso do Método** – Lisboa, 2005. Escreveu vários livros em prosa, entre os quais se citam: **O 18 de Janeiro de 1934** (com o pseudónimo de LH Afonso Manta) – Lisboa, 1974; **A Companhia dos Braços do Bacalhau** – Lisboa, 1997; **Estórias de Gente** – Lisboa, 2003. Colaborou em diversos livros e antologias.

Tem vasta colaboração em muitos jornais, dos quais se destacam *O Distrito de Portalegre* e os cabo-verdianos *Expresso das Ilhas* e *Liberal*.

Colaborador de *Callipole* 13 e 14.

RIOS, Antonio José Escudero

Quintana de la Serena, Badajoz (Espanha), 1944

Filho de professores do ensino primário e irmão de Isabel Escudero, professora universitária, escritora e poetisa. Realizou estudos de publicidade, psicologia e documentação. É filósofo e ensaísta.

Reside em Madrid, desde 1960. Editou em *fac-simile* as principais obras de Maimónides, Yehuda Halevi e recentemente, do filósofo judeu nascido em Trancoso, Isaac Cardoso. Em 1995 foi director em Hervas das “Jornadas Extremeñas de Estúdios Judaicos – do Candelabro à Azinheira”, cujas actas, que organizou, foram editadas em Badajoz em 1996 pela Consejería de Cultura de Extremadura e pela *Revista de Estudios Extremeños*.

É colaborador regular de publicações e revistas judaicas como *Raíces*, *Foro*, *Los Muestras*, *Maguerm*, etc., e activo defensor de Israel e do seu povo.

Colabora pela primeira vez em *Callipole*.

RODRÍGUEZ, Martín Guerrero

(Espanha), (...)

Docente do Departamento de Didáctica de la Lengua Y la Literatura da Facultad de Educación da Universidad de Extremadura, Badajoz, e director da revista *Campo Abierto* da mesma faculdade.

Colabora pela primeira vez em *Callipole*.

ROSA, António

Vila Viçosa (Portugal), 1951

Depois de ter passado pelo antigo Colégio João das Regras (Vila Viçosa), fez em Lisboa o bacharelato em Engenharia de Máquinas, tendo mais tarde vindo a licenciarse em Engenharia Térmica Industrial.

Exerce actualmente a profissão de professor de Mecanotecnia na Escola Secundária D. Sancho II, em Elvas. É projectista de redes de gás e já foi formador de cursos profissionais, credenciado pelo IEFP.

Pertence ao Conselho Fiscal do Grupo Amigos de Vila Viçosa, tendo assumido a Direcção por vários anos. É só-

cio fundador do Lions Club de Vila Viçosa, onde exerceu as funções de secretário, sendo actualmente colaborador do departamento de comunicação social deste clube. Foi presidente da Assembleia-Geral da Confraria da Santíssima Trindade de Vila Viçosa. É tesoureiro da Régia Confraria e Confraria dos Escravos de N.ª Sr.ª da Conceição de Vila Viçosa.

Colaborou esporadicamente com alguns artigos técnicos sobre o tema "energia" no jornal *Zona dos Mármo-res*, na década de noventa.

Colabora pela primeira vez em *Callipole*.

ROSADO, Moises Cayetano

Roca de la Sierra, Badajoz (Espanha), 1951

Licenciado em Geografia e História. Licenciado em Filosofia e Ciências da Educação. Doutor em Geografia e História.

Professor dos ensinos primário e secundário. Professor colaborador da Universidad Nacional de Ensino a Distância (Espanha), da Escuela de Administración Pública de Extremadura e dos Centros de Formação de Professores da Extremadura.

Participou em diversos congressos de História, Literatura, Pedagogia e Ciências Sociais em Espanha, Portugal, França, Cuba e Argentina, sendo actualmente membro do Comité Organizador e do Comité Científico do "Congresso de Estudos Extremeños".

Poeta, com seis livros de poemas publicados. Narrador, com duas novelas e um livro de contos publicados. Ensaísta e investigador, com quase uma dezena de livros editados, destacando-se: **Alquimia: antologia de narradores extremeños** – Editora Regional, 1985; **Emigración Extremeña durante el desarrollismo español** – UNED, 1990; **Cuba: la boca del caimán** – Servicio de Publicaciones de la Diputación de Badajoz, 2000; **Abril 25: el sueño domesticado. Revolución portuguesa de los claveles** – Fundación de Investigaciones Marxistas, 2001; **Un paseo por la raya** – Gabinete de Iniciativas Transfronterizas, 2003.

É director do Servicio de Publicaciones Transfronterizas *O Pelourinho* e da *Revista de Estudios Extremeños*. Colaborador da imprensa periódica, nomeadamente nos diários espanhóis *ABC*, *Hoy*, *El Periódico...* ou no nicaraguense *Nuevo Amanecer*; tem mantido colaborações em diversas publicações alentejanas, como o *Diário do Alentejo*, *Linhas de Elvas* e *Revista Alentejo* (da Casa do Alentejo, Lisboa).

Colaborador de *Callipole* 13 e 14.

RUAS, João

Lisboa (Portugal), 1946

Mátrise em Lettres, Université de Paris-Sorbonne, e Curso de Bibliotecário-Arquivista da Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra.

Exerce as actividades de Bibliotecário-Arquivista na Fundação da Casa de Bragança, Paço Ducal de Vila Viçosa (Director da Biblioteca do Paço Ducal) e de docente (cadeira de Livro Antigo) dos cursos de Ciências Documentais na Universidade de Évora e na Universidade do Algarve.

Membro do Conselho de Redacção de *Callipole*.
Colaborador de *Callipole* 12, 13 e 14.

SAIAL, Joaquim

Vila Viçosa (Portugal), 1953

Mestre em História da Arte, pela Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa. Licenciado em Ciências Humanas e Sociais, pela FCSH da UNL. Licenciado em Serviço Social pelo Instituto Superior de Serviço Social de Lisboa. Prossegue doutoramento em História, de dupla titulação, pela Universidade Autónoma de Lisboa e pela Universidade de Salamanca (Espanha) cuja temática se situa no âmbito da escultura pública portuguesa da segunda metade do século XX; possui os diplomas de Estudios Superiores e Estudios Avanzados da dita universidade espanhola.

Entre 1986 e 2005 foi docente das cadeiras de História da Arte I e II (Arte Portuguesa e Internacional), na Licenciatura em Turismo do Instituto Superior de Novas Profissões, para além de igualmente leccionar, desde 1980, no 2.º e 3.º ciclos do ensino oficial. Tem realizado múltiplas actividades ligadas à área em que se especializou, entre as quais se destacam conferências nas Universidades de Évora, Nova de Lisboa, Internacional para a Terceira Idade e Portugalense (Porto), Faculdade de Belas Artes da Universidade do Porto, Sociedade de Geografia de Lisboa e Fundação Calouste Gulbenkian (da qual foi bolseiro em 1985-86), e, na área da Literatura, no Centro Cultural Português do Mindelo (ilha de São Vicente) e Palácio da Cultura, Praia (ilha de Santiago), Cabo Verde (com patrocínio do Instituto Camões), trabalhos para o Departamento de Documentação e Pesquisa do Centro de Arte Moderna da FCG, ACARTE da FCG, ex-Instituto Português do Património Cultural e Centro Nacional de Cultura, organização das comemorações do primeiro centenário da morte do pintor Henrique Pousão, em Vila Viçosa, e docência de cursos de História da Arte e de Cultura Portuguesa para diversos organismos públicos e privados. É consultor e formador do Centro de Formação de Professores Rui Grácio (Seixal). Membro de vários júris de prémios de pintura e literatura. Membro da equipa com base na Universidade do Minho que desenvolve o projecto apoiado pela Fundação para a Ciência e a Tecnologia "Impacto histórico-económico-urbanístico de estatuária em espaço público. Aplicação a Portugal nos séculos XIX e XX".

Publicou cerca de 150 textos de arte e literatura, sob a forma de livro, em catálogos de exposições de arte e noutras publicações, nomeadamente revistas e jornais. Biblio-

grafia em livro: **Estatuária Portuguesa dos Anos 30 (1926-40)** – Bertrand Editora, Lisboa, 1991; **Manuel Gamboa. A Arte por Vida** – Encomenda da Câmara Municipal de Lagoa (Algarve), 1998; **Capitania. Romance de S. Vicente de Cabo Verde** (lançado em Portugal e Cabo Verde) – Editorial Notícias, Coleção «Escrito em Português», com patrocínio do Instituto Camões/Ministério dos Negócios Estrangeiros, Lisboa, 2001. Livros em que colaborou: **Henrique Pousão. 1859-1884 – Textos das Alocações Proferidas Durante as Comemorações do 1.º Centenário da Morte do Pintor** – II Série dos Cadernos Culturais da Câmara Municipal de Vila Viçosa, 1984; **A Sétima Colina. Roteiro Histórico-Artístico** (Coordenação do Professor José-Augusto França), encomenda da Sociedade de Lisboa 94 – Capital Europeia da Cultura, para o Programa “A 7.ª Colina”, roteiro histórico-artístico do percurso urbano Cais do Sodré/Rato, Lisboa, Junho.1994; **Hein Semke – O Livro da Árvore** – Encomenda do ACARTE da Fundação Calouste Gulbenkian, Lisboa, 1995.

Tem textos na revista *Artes Plásticas* e nos jornais *Diário de Notícias*, *Jornal de Letras*, *O Distrito de Portalegre*, *Expresso das Ilhas* (Prala, Cabo Verde), etc. Mantém desde 9.Setembro.2005 uma coluna semanal no jornal digital cabo-verdiano *Liberal* sobre assuntos diversificados da história e da cultura daquele país.

Administra um sítio na Internet, com vários conteúdos, entre os quais se destacam a História, a Arte, Cabo Verde, Vila Viçosa e a revista *Callipole*: www.saial.info

É director de *Callipole* desde o n.º 12 e seu colaborador constante desde o primeiro número.

SATO, Lena

(Cabo Verde), (...)

Tem nacionalidade brasileira (vive em S. Paulo), mas nasceu em Cabo Verde, de onde a sua família é originária.

Licenciada em Letras pela Pontifícia Universidade Católica de S. Paulo, tem graduação em Comunicação Social e MBA em Gestão Empresarial. Está a realizar uma pós-graduação em Literatura.

É tradutora de Espanhol, Francês e Inglês.

Publicou os livros **Bonsais e Haicais, Faíscas, Recordos de Mulheres para os Homens que as Amam, Farol,**

Presente do Mar, Camaleoa (pela comemoração dos 450 anos da cidade de S. Paulo) e **Caminho Orvalhado.**

Colabora pela primeira vez em *Callipole*.

TORRINHA, Joaquim Francisco Soeiro

Vila Viçosa (Portugal), 1918

Licenciado em Ciências Farmacêuticas pela Faculdade de Farmácia da Universidade do Porto e em Ciências Histórico-Filosóficas pela Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra.

Membro da Sociedade Brasileira de História da Farmácia (S. Paulo, Brasil) e da Real Sociedade Arqueológica Lusitana.

Tem vasta produção de conferências sobre Cerâmica Geral e, em especial, dedicada ao capítulo da Azulejaria, em congressos.

Publicou **A Azulejaria de Vila Viçosa – Évora, 1962 e 1.º Centenário da Farmácia Torrinha (1902-2002)**, ed. de autor, Porto, 2002.

Escreveu longa série de biografias sobre figuras eminentes nascidas em Vila Viçosa que foram lidas na sua maior parte na Rádio Campanário (Vila Viçosa). Tem colaborado em inúmeras revistas, com artigos sobre cerâmica e azulejo.

Co-fundador, membro do Conselho de Redacção e colaborador constante de *Callipole* desde o primeiro número.

TRINDADE, Leolinda

Vila Viçosa (Portugal), (...)

Formou-se na actual Escola Superior de Educação de Évora, em 1961, e realizou o Curso Complementar de Acordeon do Instituto Matono. Estudou pintura com o professor Manuel Bentes, com subsídio da Fundação da Casa de Bragança.

Foi organista no Paço Ducal de Vila Viçosa e tem actuado em espectáculos musicais. Realizou diversas exposições de pintura individuais e participou em colectivas.

Tem colaborado em jornais alentejanos.

Já recebeu vários primeiros prémios de poesia, bem como medalhas e menções honrosas.

Colaboradora de *Callipole* 5/6, 7/8, 9, 10/11, 12 e 14.

12 NORMAS MÍNIMAS DE EDIÇÃO DE ESCRITA PARA PUBLICAÇÃO EM *CALLIPOLE*

1 – Os textos para *Callipole* (publicados em disquete, CD-Rom ou enviados por e-mail) entregam-se escritos no sistema Microsoft Word, com a seguinte formatação:

Configuração da página: superior/inferior (2,5 cm); esquerda/direita (3 cm).

Fonte: Times New Roman

Tamanho do tipo de letra do texto: 12

Tamanho do tipo de letra das notas: 10

Parágrafos: 1 cm.

O espaço entre linhas é simples.

Não há espaços entre parágrafos.

Há dois espaços entre capítulos.

2 – As páginas não são numeradas.

3 – Não há cabeçalho de página nem rodapé (não confundir com *notas de rodapé*).

4 – As notas de rodapé de página deverão ser reduzidas ao mínimo indispensável.

5 – Com a formatação apontada em 1, os textos não deverão ultrapassar o número de 25 páginas. Em caso de ultrapassagem deste limite, só haverá publicação se o Conselho de Redacção se pronunciar por unanimidade relativamente à mesma.

6 – Devido ao custo elevado que implica a inclusão excessiva de imagens a cores, estas só terão lugar quando se tratar de fotografias de peças de pintura, escultura (desde que policroma) azulejo, faiança, tapeçaria, cartografia ou similares, em que o visionamento da cor dos objectos referidos no texto seja determinante para a compreensão do mesmo. Em casos especiais, poderá haver lugar a retratos fotográficos a cores, de pessoas.

Como por motivos de economia o número total de páginas a cores da revista não deve exceder o número aproximado de 20, quando tal se verifique necessário *Callipole* fará a gestão das imagens a cores (reduzindo as suas dimensões, juntando várias na mesma página, retirando algumas, etc.), de modo que o limite se mantenha – pelo que se solicita a compreensão dos autores na escolha contida desse género de imagens.

7 – Por questões de equilíbrio na relação texto/imagem, por cada bloco de cinco páginas de texto o autor terá a possibilidade de incluir três imagens. Por cada fracção de bloco a mais, poderá incluir mais três. Isto é, se por exemplo o artigo tiver seis, sete, oito ou nove páginas, o autor poderá incluir até seis imagens. Excepcionalmente, em função do interesse e raridade do assunto, este número poderá ser aumentado.

8 – As indicações bibliográficas devem limitar-se ao essencial e seguir preferencialmente os seguintes modelos (deixa-se no entanto aos autores a liberdade de aplicarem as referências bibliográficas que entenderem):

BASTOS, João Luís. *A Arte Francesa no Século XIX*, Livraria Paisagem, Lisboa, 1972.

SARAIVA, Duarte. *História da Cerâmica Portuguesa*, 3 vols., 2.ª ed., Editorial Clássica, Porto, 1985.

SILVA, Cândido e MAIA, Maria Júlia. *Camões*, Publicações Nacionais, Évora, s.d.

9 – Siglas não devem levar pontos entre letras. Ex.: BNL (e não B.N.L.)

10 – N.º (e não N°), 15.º (e não 15°), Sr.ª (e não Srª).

11 – Datas são grafadas como segue: 27.11.2005.

12 – Agradecimentos são feitos imediatamente a seguir ao final do texto e antes da bibliografia.



Quadro vencedor do II Prémio de Pintura
Henrique Pousão

Madruga (1989), de João Casaca. O júri de apreciação foi constituído por Vítor Serrão (decente universitário e investigador de temas de História da Arte), João Ferreira (docente da Escola Superior de Belas Artes de Lisboa) e por Ana Paula Brandão (representante da Assembleia Municipal de Vila Viçosa).



Câmara Municipal de Vila Viçosa
Alto Alentejo - Portugal